



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVII – SUP. “C” AO Nº 197 – TERÇA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE "CpklcnF lplk" - (RV-CE)* :+ :	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Anibal Diniz (24) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gim (56) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Jayme Campos - DEM (28) Vice-Líderes Cyro Miranda (32) Flexa Ribeiro (7,33) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (34) Paulo Bauer (5,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,33) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14 Líder Gim - PTB (56) Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim (56) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PPL - 1 João Costa	PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1– SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS		
1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência		
Ata da 27ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2012	004	
Ata da 28ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2012	010	
Ata da 29ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2012.....	054	
1.1.2 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do		
Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal		
Ata da 32ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2012		088
Ata da 33ª Reunião, realizada em 21 de novembro de 2012.....		107
Ata da 34ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2012.....		131
1.1.3 – Comissão Externa para acompanhar os programas de transposição e revitalização do Rio São Francisco		
Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de novembro de 2012.....		139
Ata da 2ª Reunião, realizada em 21 de novembro de 2012.....		141

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 27ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 27ª Reunião realizada em 30 de outubro de 2012, às 12 horas e 37 minutos, na Sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença dos Senadores: **Ana Rita (PT/ES)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Armando Monteiro (PTB/PE)**. **Humberto Costa (PT/PE)**. **Lídi-**

ce da Mata (PSB/BA), **Sérgio Souza (PMDB/PR)** e **Gim Argello (PTB/DF)**; e dos Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**, **Eduardo Azevedo (PSDB/MG)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Carmem Zanotto (PPS/SC)**, **Ademir Camilo (PSD/MG)**, **Dalva Figueiredo (PT/AP)**, **Nilda Gondim (PMDB/PB)**, **Bruna Furlan (PSDB/SP)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ana Amélia (PP/RS)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; e as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Go-rete Pereira (PR/CE)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**. A Reunião foi suspensa às 12 horas e 37 minutos e os trabalhos foram retomados às 16 horas e 42 minutos. Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria
651/12	Requer a aprovação do Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho Legislativo desta CPML.	Deputada Marina Santanna
705/12	Requer a realização de audiência pública com a presença dos seguintes convidados: 1- Defensor Público Geral do Distrito Federal, Dr. Jairo Lourenço de Almeida; 2- Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador João de Assis Mariozi; 3- Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; 4- Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sandro Torres Avelar; 5- Secretário de Saúde do Distrito Federal, Rafael de Aguiar Barbosa; 6- Secretária da Mulher do Distrito Federal, Olgamir Amância Ferreira; 7- Secretária de Estado da Mulher do Estado de Goiás (SEMIRA), Gláucia Theodoro; 8- Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, Desembargador Leobino Valente; 9- Secretário de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás; 10- Defensor Público do Estado de Goiás, Defensor João Paulo Brzezinski; 11- Procurador de Justiça do Estado de Goiás, Benedito Torres Neto; 12- Secretário de Saúde do Estado de Goiás, Dr. Antônio Faleiros Filho.	Deputada Marina Santanna
706/12	Requer seja aprovado Grupo de Trabalho da CPML para tratar do aprimoramento da Legislação referente à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita
707/12	Requer ao CNJ a inclusão do Processo-Crime Nº 001.1997.018410-8, em tramitação no Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Recife/PE, de Cristina Gabrielsen, no Programa Justiça Plena.	Senadora Ana Rita
708/12	Requer a realização de diligência no dia 24/10/2012 no Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (CERAM) de Niterói.	Senadora Ana Rita
709/12	Requer a realização de diligência no dia 26/10/2012 na Casa Lar da Mulher do Estado do Rio de Janeiro.	Senadora Ana Rita
710/12	Requer a realização de diligência no dia 24/10/2012 no Hospital Maternidade Fernando Magalhães.	Senadora Ana Rita
711/12	Requer a realização de diligência no dia 24/10/2012 no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Município de Niterói/RJ.	Senadora Ana Rita
712/12	Requer a realização de diligência no dia 25/10/2012 no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Município do Rio de Janeiro/RJ.	Senadora Ana Rita
713/12	Requer a realização de diligência no dia 25/10/2012 no Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher no Município do Rio de Janeiro/RJ...	Senadora Ana Rita
714/12	Requer a realização de diligência no dia 25/10/2012 na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) no município do Rio de Janeiro/RJ.	Senadora Ana Rita

715/12	Requer à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás a prestação de informações a esta CPML	Senadora Ana Rita
716/12	Requer ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás a prestação de informações a esta CPML.	Senadora Ana Rita
717/12	Requer seja convidada a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior.	Deputada Marina Santanna

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Estamos, nesta oportunidade, abrindo os trabalhos.

Havendo número regimental para a abertura, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Esta reunião tem como objetivo central a aprovação dos requerimentos relativos às últimas quatro audiências públicas que vamos realizar. Neste período, nestes dias, hoje inclusive, estão em desenvolvimento algumas diligências no Distrito Federal, como visitas a delegacias especializadas, a varas especializadas.

Por isso, neste momento, não havendo número regimental para aprovação dos requerimentos, vamos suspender esta reunião e retomar os trabalhos às 16h30min para aprovação dos requerimentos em pauta e fundamentais para que possam ser realizadas as demais audiências públicas.

Faço um agradecimento muito especial a todos e a todas, particularmente ao Deputado Ademir Camilo, ao secretário *ad hoc* da nossa Comissão, presente sempre em todas as reuniões que se fazem necessárias.

Retomaremos os trabalhos às 16h30min.

(Suspensa às 12 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 48 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Boa tarde a todos e a todas.

Declaro reaberta a 27ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Coloco em votação as Atas da 18ª, 24ª, 25ª e 26ª reuniões, solicitando a dispensa da leitura das mesmas.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Antes de apresentar os requerimentos, eu queria dar algumas informações. Em primeiro lugar, a nossa Relatora, Senadora Ana Rita, junto com a Deputada Marina, estão realizando algumas diligências, aqui no Distrito Federal, visitando o Instituto Médico Legal e a Delegacia da Mulher, entre outras instituições.

Queria também aproveitar e reforçar a agenda que teve que ser readequada por conta das dificuldades na aprovação do requerimento e para o próprio período eleitoral. Nós definimos, então, que, no dia 29, no dia de ontem, seriam realizadas diligências no Entorno de Brasília; no dia 30, dia de hoje, continuaria a realização da diligência no Distrito Federal; no dia 30, ainda, haveria esta reunião, que é para aprovar requerimentos administrativos; no dia 31, amanhã, haverá audiência pública do Distrito Federal, às 14 h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Queremos dizer que nós tivemos que adiar um conjunto de diligências: as diligências do Rio, as diligências do Mato Grosso do Sul, as diligências do Amazonas e a audiência com o Ministro da Justiça. As diligências no Rio serão nos dias 5 e 6 de novembro próximo; e, no dia 7 de novembro, a audiência que se realizará, na parte da manhã, no Rio de Janeiro. Nos dias 12 e 13, a nova data, agora definitiva pela terceira vez, a diligência e audiência no Mato Grosso do Sul. No dia 20/11, ocorrerá a audiência de Goiás e Entorno, no Distrito Federal. Essa audiência deveria se realizar amanhã, dia 31, mas, por circunstâncias e dificuldades das próprias autoridades e do local, tivemos que também adiar. E nos dias 22 e 23 de novembro,

realizar-se-á a audiência no Estado do Amazonas. E é bom que se diga que será, Deputada Rebecca, a única audiência no Estado da Região Norte. Por isso é que pode até ser possível que de repente V. Ex^a convide para estarem presentes, não as autoridades, mas para estarem presentes entidades e instituições dos Estados do Entorno, para entregarem os seus relatórios, mesmo que, na audiência, usem da palavra as autoridades do Estado do Amazonas. Mas nós em geral podemos abrir para receber relatórios das instituições e movimentos dos Estados do Entorno.

E por último, no dia 27/11, a audiência com o Ministro da Justiça, com o Conselheiro Ney de Freitas, do Conselho Nacional de Justiça, e com a Ministra do Planejamento.

Antes de passar a palavra à Deputada Rebecca e à Deputada Nilda, que têm informações dos seus respectivos Estados para apresentarem, eu queria pôr em discussão o Requerimento nº 651 e os Requerimentos nºs 705 a 717. Todos esses requerimentos que já foram do conhecimento dos parlamentares se referem ao convite a autoridades que comparecerão às audiências públicas marcadas. Por isso, são requerimentos de convite às autoridades constituídas.

A Deputada Nilda tem uma informação acerca do resultado do julgamento de Queimadas. É uma importante conquista, a CPMI esteve em Queimadas e fez um esforço muito grande e, em seguida, a Deputada Rebecca tem também uma informação do quadro da importância dessa questão, da presença da CPMI diante da gravidade dos casos de violência.

Com a palavra a Deputada Nilda.

A SR^a NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Boa tarde Jô, nossa Presidenta da CPMI, boa tarde Deputada Rebecca, boa tarde aos assessores que compõem esta equipe, que assessoram esta Comissão. Fomos muito felizes, Rebecca, porque acho que a rapidez, a agilidade, o interesse da Comissão em ir aos locais onde foram cometidos abusos, tragédias e assassinatos, como é o caso de Queimadas, que causou grande comoção nacional, com o assassinato de duas jovens, estupro, tudo de ruim que aconteceu naquela noite em Queimadas e que não ficou impune, muito pelo contrário.

A presença da Comissão lá, conversando com a Juíza Flávia, com o Promotor Márcio Teixeira, mostrando o enfrentamento e a necessidade de se fazer justiça concorreu definitivamente para a agilidade do processo. Tínhamos medo, temíamos que esse processo fosse demorar, se arrastar. Mas, graças à agilidade da Juíza Flávia, do Promotor e à pressa e agilidade nossa da CPMI de ir lá, *in loco*, ver toda essa situação, mostrar o nosso interesse, a nossa veemência e

a nossa determinação com a presença da Senadora Ana Rita e de diversos Deputados...

Eu não fui para assembleia, mas fui para Queimadas e todo o movimento feminino lá assistindo e participando foi importante e decisivo para agilidade desse processo.

Então, parabênizo a Juíza Flávia, o Promotor Márcio e parabênizo esta Comissão, que foi muito feliz nessa iniciativa de ir aos locais, como vai lá no Estado do Amazonas ver, acompanhar, participar e diligenciar esse trabalho. Então, Jô, está de parabéns. Quero me congratular com todos que fazem parte desta Comissão. Foi muito feliz essa iniciativa.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada Deputada Nilda Gondim.

Para dirimir dúvidas, antes de passar a palavra para a Deputada Rebecca, quero repetir que estão em votação os Requerimentos nºs 651...

A SR^a NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Quero dizer que foram 184 anos de reclusão que eles pegaram e falta o mentor maior, o Eduardo, que vai se julgado, que vai para júri. Então, foi severa a pena, mais do que justa, quer dizer, não é que com isso voltarão as pessoas queridas da família, mas há aquela tranquilidade de que eles vão pagar um preço muito alto pelo que cometeram.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Deputada Nilda acabou de falar.

Em votação os Requerimentos nºs 651 e 705 a 717.

As Deputadas e os Deputados, as Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO Nº 651, DE 2012

Requer a aprovação do Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho Legislativo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “criada pelo requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.”

REQUERIMENTO Nº 705, DE 2012

Requer sejam convidadas para a audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de

Inquérito, “criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, do Distrito Federal e Entorno.

REQUERIMENTO Nº 706, DE 2012

Requer seja aprovado Grupo de Trabalho da CPMI para tratar do aprimoramento da Legislação referente à violência contra a mulher.

REQUERIMENTO Nº 707, DE 2012

Com fundamento no art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, requer ao Conselho Nacional de Justiça a inclusão do Processo-Crime nº 001.1997.018410-8, em tramitação no Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Recife, Estado de Pernambuco, de Christina Gabrielsen, no Programa Justiça Plena, visando dar celeridade ao julgamento em virtude da possibilidade de prescrição.

REQUERIMENTO Nº 708, DE 2012

Requeiro – com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de diligência, no dia 24 de outubro de 2012, no Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (CERAM) de Niterói, situado à Rua Cônsul Francisco Cruz nº 49 – Centro, no Estado do Rio de Janeiro, com a participação de membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e da equipe de assessoria composta por Carmen Hein de Campos, José de Souza Pennafort Neto, Adriana Miranda, Roberto Sekia, Paulo Emílio Xavier Vieira, Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa) e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça), para verificar, in loco, as instalações da entidade e as condições do atendimento por ela prestado.

REQUERIMENTO Nº 709, DE 2012

Requeiro – com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combi-

nado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de diligência, no dia 26 de outubro de 2012, na Casa Lar da Mulher do Estado do Rio de Janeiro, com a participação de membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e da equipe de assessoria composta por Carmen Hein de Campos, José de Souza Pennafort Neto, Adriana Miranda, Roberto Sekia, Paulo Emílio Xavier Vieira, Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa) e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça), para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ela prestado às mulheres abrigadas.

REQUERIMENTO Nº 710, DE 2012

Requeiro – com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de diligência, no dia 24 de outubro de 2012, no Hospital maternidade Fernando Magalhães, situado à Rua General José Cristino nº 87, em São Cristóvão, no Município do Rio de Janeiro (RJ), com a participação de membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e da equipe de assessoria composta por Carmen Hein de Campos, José de Souza Pennafort Neto, Adriana Miranda, Roberto Sekia, Paulo Emílio Xavier Vieira, Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa) e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça), para verificar, in loco, as instalações da entidade e as condições do atendimento por ela prestado às mulheres de vítima de violência sexual.

REQUERIMENTO Nº 711, DE 2012

Requeiro – com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de diligência, no dia 24 de outubro de 2012, no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, localizado na Rua Coronel Gomes Machado s/nº, 9º andar, com a participação de membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e da equipe

de assessoria composta por Carmen Hein de Campos, José de Souza Pennafort Neto, Adriana Miranda, Roberto Sekia, Paulo Emílio Xavier Vieira, Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa) e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça), para verificar, in loco, as condições do atendimento prestado pelo órgão.

REQUERIMENTO Nº 712, DE 2012

Requeiro – com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de diligência, no dia 25 de outubro de 2012, no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, situado à Rua Carioca nº 77, Centro, no Município do Rio de Janeiro (RJ), com a participação de membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e da equipe de assessoria composta por Carmen Hein de Campos, José de Souza Pennafort Neto, Adriana Miranda, Roberto Sekia, Paulo Emílio Xavier Vieira, Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa) e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça), para verificar, in loco, as condições do atendimento prestado pelo órgão.

REQUERIMENTO Nº 713, DE 2012

Requeiro – com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de diligência, no dia 25 de outubro de 2012, no Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher, localizado na Rua México nº 168, no Castelo, Município do Rio de Janeiro (RJ), com a participação de membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e da equipe de assessoria composta por Carmen Hein de Campos, José de Souza Pennafort Neto, Adriana Miranda, Roberto Sekia, Paulo Emílio Xavier Vieira, Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa) e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça), para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2012

Requeiro – com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de diligência, no dia 25 de outubro de 2012, na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), localizada na Rua Visconde do Rio Branco nº 12, Centro, no Município do Rio de Janeiro (RJ), com a participação de membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e da equipe de assessoria composta por Carmen Hein de Campos, José de Souza Pennafort Neto, Adriana Miranda, Roberto Sekia, Paulo Emílio Xavier Vieira, Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa) e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça), para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

REQUERIMENTO Nº 715, DE 2012

Com fundamento nos Arts. 90, inciso V, e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás a remessa a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – no prazo de até sete dias úteis – as seguintes informações:

1. Há alguma orientação para que se vincule a concessão de medidas protetivas de urgência à apresentação de testemunhas por parte da mulher em situação de violência doméstica e familiar, protegida pela Lei 11.340?
2. O que o Ministério Público tem feito a respeito desta exigência?

REQUERIMENTO Nº 716, DE 2012

Com fundamento nos Arts. 90, inciso V, e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás a remessa a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – no prazo de até sete dias úteis – as seguintes informações:

1. Há alguma orientação, ou ato normativo que vincule a concessão de medidas protetivas de urgência à apresentação de testemunhas por parte da mulher

em situação de violência doméstica e familiar, protegida pela Lei 11.340?

2. O que o Tribunal de Justiça tem feito a respeito desta exigência de testemunhas?

REQUERIMENTO Nº 717, DE 2012

Requeiro nos termos do Art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, para apresentar a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito informações a respeito do Orçamento Federal para o enfrentamento à violência contra a mulher.)

Passo a palavra, de imediato, à Deputada Rebecca.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – Boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a nossa Presidente, Jô Moraes, a nossa Deputada Nilda, que está aí compondo a Mesa no dia de hoje. Quero parabenizar – mas não está aqui presente – o trabalho da nossa Relatora, Senadora Ana Rita, que se tem dedicado muito a essa causa. Gostaria de começar parabenizando também, Deputada Nilda, o trabalho desta CPI que tem demonstrado muito interesse em ver resultados práticos mesmo no nosso País. Quero parabenizá-la pelo fato de ter dado um caráter itinerante, como você bem colocou na sua fala, saindo do Congresso e indo às cidades, às capitais, debatendo o problema da violência contra a mulher em nosso País. É um problema que não é dos dias de hoje, mas que precisa ser enfrentado como se tivesse aparecido hoje. É um problema que não pode mais continuar, é um problema que tem de ser debatido. As audiências que esta CPI tem promovido são o espaço ideal para esse debate, para levar ao público a necessidade desse debate e de se combater o fato que você colocou aqui, das penas altas que estão sendo aplicadas. Isso é importante, porque lei boa é aquela que é aplicada. Então, nós estamos aqui brigando para que aquelas leis que são feitas nestas Casas sejam aplicadas de maneira correta e que sirvam de lição para aqueles que pensam em fazer o mesmo. Saibam que, a partir de agora, existe uma Justiça que irá punir aqueles que fazem o que não deve ser feito: a violência contra a mulher.

Aproveito a oportunidade para agradecer a CPI por sua ida programada à cidade de Manaus para debater a violência contra a mulher na Região Norte. De acordo com o instituto Sangari, Manaus é a terceira capital mais violenta, em relação a esse tipo de violência contra a mulher, do País. Então, é muito importante a presença desta CPI, porque tem sido uma CPI muito

respeitada. Então, é importante que a CPI esteja presente para debater esse problema em Manaus.

Para ilustrar a minha fala trouxe aqui doze notícias que saíram no jornal em apenas dez dias. Uma manchete diz o seguinte: “Mãe de três filhos é morta com quatro tiros na cabeça em Manaus.” No outro dia: “Homem estrangula mulher em frente à filha na zona norte de Manaus.” E na terceira: “Crime passionai: Ex-amante mata doméstica e tenta suicídio.” Então, é isso o que estamos vivendo. Sei que não é um problema único, isolado, de Manaus, mas é um problema que tem sido muito recorrente na cidade de Manaus. Gostaria, aqui, de colocar o meu esforço, como Parlamentar, como cidadã e como mulher, ao lado de vocês, que têm comandado esse grande trabalho, para ver de que melhor maneira podemos combater a violência doméstica. Sei que muito já tem sido alcançado, mas ainda temos muito a percorrer. Sei que se estivermos juntas, se estivermos unidas demonstrando para o Executivo, para o Judiciário, que precisam ser punidas essas pessoas que fazem esse tipo de mal não só para as nossas mulheres, mas para as famílias... Porque um homem que mata uma mãe na frente de uma filha acabou com a vida dessa criança para sempre. Então, é por essas famílias que temos de nos unir e combater esse tipo de violência.

Então, parabéns, Deputada Jô. Estamos aqui para somar esforços.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Quero agradecer as suas palavras e lembrar, Deputada Rebecca, de que lá, também, logo no começo, escutamos uma representação da mulher indígena. V. Exª se sintam com absoluta liberdade de construir relatórios, os mais diferenciados, porque como é o único Estado que será visitado, tanto na reunião dos movimentos sociais quanto na hora do desenvolvimento da audiência pública, mesmo que o Regimento não permita o uso da palavra a não ser pelos membros, V. Exª poderá citar os relatórios especiais, além da sociedade civil, que terá direito ao uso da palavra, segundo o requerimento. V. Exª poderá citar os relatórios especiais que possa recolher, tanto dos Estados vizinhos, como especialmente do caso da mulher indígena. Porque, no depoimento, a representação não teve tempo de fazer uma abrangência total do Estado, mais extensa. E há uma série de problemas particulares, inclusive porque o agressor está sob proteção da Funai e a polícia não pode realizar nenhum tipo de ação em relação à agressão que se apresenta.

Então, acredito que o Estado do Amazonas, sob sua coordenação, pode realizar algumas reuniões preparatórias, como Minas Gerais e o Estado de São Paulo fizeram, que possam abordar alguns aspectos

específicos. E, nesse caso, V. Exª pode inclusive fazer uma visita à Funai, para trazer algum tipo de contribuição, como é que nós vamos enfrentar esse problema e para que a gente possa ter contribuições. Porque nós não conseguimos...

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Para ter acesso lá.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Nilda Gondim.

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Eu acho que V. Exª lembrou bem, Jô. Para que a gente possa ter acesso e que as nossas atitudes e encaminhamentos não sejam preteridos por essa questão desse lado Funai com a polícia.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – São problemas da legislação vigente, que nós temos que respeitar, mas que temos que encontrar alternativas.

Então, com as demais parlamentares lá existentes – também é desta comissão a Senadora Vanessa –, realizar essas outras reuniões preparatórias e, quem sabe, trazer para gente outra dimensão. A Deputada Marina está com um grupo de trabalho sobre a questão da legislação – isso que V. Exª destacou na sua fala – e vai apresentar também algumas questões.

Então, eu acho que as particularidades do Estado do Amazonas podem até ser por sua iniciativa, com a autorização, se quiser, nossa, por escrito, uma reunião de trabalho sobre esses aspectos particulares da violência no território indígena com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, como reuniões preparatórias. Não vai ser esse o foco só. Lá é todo o conjunto da violência na sociedade. Mas acho que reuniões preparatórias com eles, em que eles pudessem, com promotoras, procuradoras, defensoras, se pronunciar, para que pudessemos ter um resultado mais abrangente, para além do que forem os outros Estados, devido às particularidades que o Estado do Amazonas tem.

Era isso.

Parabéns pela contribuição.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta reunião, lembrando que, amanhã, às 14 horas, haverá uma audiência pública do Distrito Federal. Boa tarde a todos e a todas.

(Iniciada às 12 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 37 minutos, a reunião é reiniciada às 16 horas e 42 minutos e é encerrada às 17 horas e 07 minutos)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão

por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 28ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião realizada em 31 de outubro de 2012, às 14 horas e 39 minutos, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença dos Senadores: **Ana Rita (PT/ES)** e **Sérgio Souza (PMDB/PR)** e dos Deputados: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Carmem Zanotto (PPS/SC)**, **Nilda Gondim (PMDB/PB)**, **Neilton Mulim (PR/RJ)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ângela Portela (PT/RR)**, **Ana Amélia (PP/RS)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**, **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e **Armando Monteiro (PTB/PE)**; e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)**, **Célia Rocha (PTB/AL)** e **Ademir Camilo (PSD/MG)**. Esteve presente, também, a Deputada não membro **Érika Kokay (PT/DF)**. Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Chefe da DEAM; Sandro Avelar, Secretário de Segurança Pública do DF; Jorge Luiz Xavier, Diretor-Geral da Polícia Civil do DF; Olgamir Amância Ferreira, Secretária da Mulher do DF; Marília Coelho Cunha, Subsecretária de Vigilância em Saúde do DF; Thiago André Pierobom, Promotor de Justiça do DF; Fabiana Costa Oliveira, Promotora de Justiça do DF; Dulcielly Nóbrega de Almeida, Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher, e Leila Rebouças, Representante do movimento de mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Boa tarde!

Queremos inicialmente agradecer a presença de vocês, atendendo a um convite da CPML que apura a violência contra a mulher, para que possamos aqui fazer um breve relato das últimas atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ocorridas durante o dia de ontem e anteontem tanto no entorno de Brasília, como aqui no Distrito Federal.

Estou aqui à Mesa com a nossa Vice-Presidenta da Comissão, a Deputada Keiko Ota, do Estado de São Paulo, e também com a Deputada Marina Santanna, do Estado de Goiás.

Embora vocês estejam acompanhando, talvez até seja desnecessário dizer, vou fazer uma fala inicial contextualizando a CPMI – qual o seu objetivo, o que já fizemos até hoje rapidamente –, depois vou informá-los dos trabalhos realizados na segunda e na terça-feira, por ocasião das diligências feitas no Distrito Federal e no entorno, e as Deputadas vão falar um pouco da impressão que ficou para a CPMI das diligências e das visitas que foram feitas.

Bem, como vocês sabem, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi instalada em fevereiro deste ano, com um plano de trabalho que eu, como Relatora, apresentei, para que realizássemos audiências públicas e diligências, além de pedidos de informação para as autoridades do nosso País.

Das audiências públicas realizadas aqui no Senado Federal, fizemos em torno de 18. Ainda nos falta fazer mais duas – uma delas será com o Ministro da Justiça e com a Ministra do Planejamento –, para que possamos debater sobre a questão do orçamento previsto para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no País e também ouvir do Ministro da Justiça quais são as políticas, dentro do âmbito do sistema de justiça, que estão em andamento ou que estão previstas para serem implementadas no nosso País. Essa audiência pública vai acontecer no final do mês de novembro.

Já realizamos visitas, acompanhadas de diligências e audiências públicas em dez Estados; onze com o Estado de Goiás, onde fizemos essa semana. Já passamos pelo Estado de Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e ainda vamos realizar visitas com audiências públicas e diligências no Estado do Rio de Janeiro, na semana que vem; no Estado de Mato Grosso do Sul, na semana seguinte; e em Manaus.

Com isso, encerramos as atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, previstas no nosso planejamento. Pretendemos fazer tudo isso até o final do mês de novembro. Já estamos organizadas para concluir todos os trabalhos agora, na primeira quinzena do mês de dezembro.

Queremos apresentar o nosso relatório, na medida do possível, em dezembro. Se não for possível o relatório definitivo, pelo menos, uma parcial dele no mês de dezembro. Considerando que estamos realizando diligências e audiências públicas em novembro, precisaremos de um prazo para a transcrição das audiências públicas. Pode ser que isso nos proporcione um pequeno atraso, mas o trabalho em si será concluído no início do mês de dezembro.

Na verdade, o objetivo da Comissão já é de conhecimento de todos. Esta Comissão foi criada justamente para que possamos fazer um levantamento da situação da violência em vivem as mulheres no País, em particular, da violência doméstica, e principalmente apurar se o Estado brasileiro está cumprindo com a nossa legislação, ou seja, se está aplicando adequadamente as leis que existem no nosso País, se o Estado está protegendo as mulheres em situação de violência.

Partimos do pressuposto de que temos um conjunto de legislação eficiente, em particular a Lei Maria da Penha, mas os índices de violência contra a mulher são muito altos no País.

Então, diante dessas informações do Mapa da Violência do Instituto Sangari, que tem nos orientado no trabalho, diante dos dados, das informações, a CPMI buscou e está buscando entender por que ainda há tantos homicídios contra as mulheres se nós temos uma lei que as protege. O que está acontecendo? Por que essa lei não está sendo aplicada adequadamente? Ou, se está, o que está acontecendo, porque as mulheres continuam morrendo?

Então, são estas as perguntas que a CPMI se fez no início dos trabalhos. E foi a partir desse norte que nós estruturamos todo o nosso plano de trabalho, com visitas aos Estados, com audiências públicas para ouvir as autoridades de todos os Poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, ouvindo autoridades do Poder Executivo, do sistema de Justiça, inclusive o Ministério Público, as Defensorias Públicas, e ouvindo também a sociedade civil. Foi um pouco a partir desse quadro que nós atuamos.

Esta semana, nós nos dedicamos a ouvir e a fazer diligências aqui nos Municípios do Entorno. Portanto, segunda-feira, dia 29, foi visitada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Luziânia, no Estado de Goiás, a Seção de Atendimento à Mulher da 1ª Delegacia de Polícia de Valparaíso, também a Delegacia de Planaltina de Goiás e o IML de Formosa. Isso aconteceu na segunda-feira, quando Parlamentares e técnicos da CPMI visitaram esses equipamentos públicos.

Ontem, visitamos a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher aqui do Distrito Federal, também o Centro de Referência e Atendimento à Mulher de Brasília, o Instituto Médico Legal do Distrito Federal e o 2º Juizado Especial de Ceilândia, aqui do Distrito Federal. O dia de ontem culminou com uma visita ao Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, que recebeu a Comissão, oportunidade em que pudemos conversar bastante, durante mais ou menos 1 hora, visita que foi muito importante.

Vou passar a palavra para as duas Deputadas – a Deputada Marina e a Deputada Keiko –, para que elas possam se manifestar sobre essas visitas, dizer qual a impressão que ficou para a CPMI e, se for necessário, eu complementarei. Depois nós vamos abrir a palavra para que vocês possam fazer as perguntas.

Deputada Marina.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Boa tarde, Senadora Ana Rita; boa tarde Deputada Keiko e todos aqui da imprensa.

Nós tivemos duas experiências diferentes nesses últimos dois dias, diante da programação que a Senadora Ana Rita acabou de mencionar.

Nós fomos a essa região do Entorno, que escolhemos, ao lado da programação do Distrito Federal, em função da proximidade, da conurbação, em certa medida, com alguns dos Municípios e também pelo fato de as populações ficarem em trânsito entre o Distrito Federal e o Entorno e pelas preocupações do próprio movimento de mulheres, que foram expressas, no caso, por mulheres que atuam diretamente nas entidades aqui no Distrito Federal, a respeito das demandas advindas do Entorno para o Distrito Federal. E nós pudemos constatar, de fato, que essa região tem apenas duas Delegacias da Mulher para toda essa população: uma em Luziânia e outra em Formosa.

Nós optamos por visitar uma delas, ir a outras duas delegacias, que são distritos, que não são especializadas, que não são DEAMs, e também por ir até o IML, porque nós já tínhamos ouvido relatos da dificuldade das mulheres, no caso de lesão corporal ou violência sexual, em chegar até lá.

Nós constatamos um completo descumprimento da Lei Maria da Penha e de toda a legislação que protege a mulher da violência e que busca fazer, não só após a notícia do crime, esse trabalho de proteção, como também, anteriormente, o trabalho de prevenção e de apoio às mulheres, para que elas tenham independência, autonomia nas suas vidas pessoais, buscando trabalho, buscando assistência à saúde e tudo o mais. Isso compõe uma rede que favorece as mulheres no sentido de não serem vítimas de violência.

Então, no Entorno, nós nos deparamos com uma completa falta de assistência em todos os níveis. Para terem uma ideia, o Município de Formosa reuniu ali a responsabilidade, no IML, do atendimento de 33 Municípios. Com o atendimento a 33 Municípios, as mulheres de lá, assim como as de outras regiões atendidas pelo IML de Luziânia, quando sofrem uma violência que deixa marca física – e aí eu gostaria de expressar a nossa preocupação, especialmente com o caso do estupro, em que rapidamente somem os vestígios –, como a delegacia solicita o exame para que tenha

o laudo com relação à lesão corporal ou à violência sexual, em outras palavras, precisam “se virar” para chegar até o IML. Então, se elas conseguirem chegar até o IML, será através de recursos próprios.

Em Planaltina de Goiás, por exemplo, a mulher vai ser atendida, caso precisar de um exame de IML, no IML de Luziânia, e não há viatura para levá-la. Então, ela precisa arrumar, com os seus próprios recursos, um jeito de chegar até lá. Isso daí faz com que naturalmente nós tenhamos – e nós não temos os dados disso pela impossibilidade técnica de a CPMI conseguir –, obviamente, uma subnotificação, porque é grande a dificuldade da mulher de cumprir a via-crúcis entre apresentar a notícia do crime na delegacia, ir até ao IML; posteriormente voltar à delegacia para poder levar o laudo do IML, tudo isso para, ainda depois, conseguir uma medida protetiva.

Além disso, nós nos deparamos com algo que não vimos em outros Estados – não é isso, Senadora e Deputada? – que é a exigência do Poder Judiciário local de uma testemunha do crime, no caso de agressão, no caso de ameaça. O Poder Judiciário só oferece a medida protetiva caso haja testemunha. Ora, 70% da violência sexual contra mulheres são feitas no próprio ambiente familiar, dentro da própria casa, a portas fechadas. Como é que essas mulheres vão conseguir uma testemunha? É uma raridade ter uma testemunha. Nesses casos, essas mulheres precisam sair da delegacia, ir de novo até o local do crime para buscar uma testemunha, depois voltar, e com os seus próprios recursos, à delegacia para, daí, dar prosseguimento.

Entendemos que essa cobertura da parte inicial do inquérito é muito importante para estimular as mulheres a buscarem o cumprimento da Lei Maria da Penha e se protegerem no Entorno do Distrito Federal, que é do Estado de Goiás, mas nós não encontramos essa proteção. Posteriormente, a mulher, mesmo conseguindo a medida protetiva ou mesmo havendo prisão em flagrante do agressor, não é notificada, não é do conhecimento dela se o agressor for solto. E não têm as delegadas um lugar para onde a mulher possa ser encaminhada, a fim de ser protegida no abrigo. Não há casas abrigos na região e não há também outro tipo de expediente que, efetivamente, possa trazer essa proteção e esse conforto, o passo seguinte às mulheres que geralmente andam com os seus filhos pequenos em busca de apoio.

Então, no caso do Entorno, eu quero dizer aqui – a Deputada Keiko participou mais especificamente ontem, aqui no Distrito Federal, então, provavelmente, seria bom que ela pudesse mencionar a nossa observação – que realmente ficamos muito preocupadas com o que pudemos observar: a falta absoluta de as-

sistência, de proteção e de expectativa das mulheres vítimas de violência. Não é que as mulheres não estejam confiantes na Lei Maria da Penha e na obrigatoriedade dos Municípios e Estados, especialmente na área de segurança pública, de agirem.

Na delegacia especializada de Luziânia, cinco mulheres, por dia, em média, vão apresentar a sua notícia de crime para receberem apoio. Nos outros lugares, existe uma fluidez e também um problema, Senadora Ana Rita e Deputada Keiko, que eu gostaria de mencionar, que considero muito preocupante, dito pelas próprias delegadas, pelas pessoas que encontramos: os policiais, escrivães e agentes que recebem a mulher nem sempre fazem a ligação do crime realizado ali com a Lei Maria da Penha. Então, aparece, por exemplo, uma lesão corporal como art. 129 do Código Penal, que dispõe sobre a lesão corporal, mas não está dito ali que se refere à violência doméstica. Isso ocorre da mesma forma com outros crimes, até com o homicídio. Chegamos a perguntar, em vários desses lugares, quantos homicídios são registrados ali como sendo provenientes de violência doméstica e eles não têm esses números. Assim, os dados acabam ficando perdidos em meio aos demais relacionados à violência de modo geral.

Gostaria de colocar isso aqui e dizer que a nossa equipe percorreu a região e conversou com muito cuidado. O caso do IML é de uma gravidade muito grande, porque, se a mulher sofreu estupro e mora em Posse, na divisa com a Bahia, ou num Município na divisa com o Tocantins ou com Minas Gerais, porque esse IML de Formosa atende esses 33 Municípios, fazendo divisa com três outros Estados, para que entendam a dimensão, as mulheres que poderiam ser atendidas, ter identificada a autoria do crime já têm inibida essa possibilidade.

Então, é isso que gostaria de relatar.

Trataremos disso posteriormente, a partir do relatório que será aprovado e realizado pela Senadora Ana Rita. Iremos sugerir algumas medidas que, no caso específico do Estado de Goiás, poderão ser tomadas.

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – Boa tarde a todos e a todas, Senadora Ana Rita, Deputada Federal Marina, imprensa. Obrigada pela oportunidade.

Como a Deputada Marina Santanna chegou segunda-feira e falou muito bem, essas diligências feitas no Entorno de Goiás foram muito precárias, como na maioria dos outros Estados. Realmente, não existe investimento por parte do Poder Público. Agora, nas diligências feitas em Brasília, a situação foi um pouco melhor, embora o IML, como foi bem tratado aqui, precise de muito investimento na infraestrutura e nos equipamentos.

Uma notícia boa que tivemos ficou por conta do Juizado de Atendimento Doméstico e Familiar contra a Mulher, de Ceilândia, cidade satélite do Distrito Federal, onde, apesar de registrar números altos de índices de violência, o Juiz Titular dessa Vara, Dr. Daniel, tem conseguido apresentar bons resultados na sua prestação jurisdicional. Segundo dados apresentados pelo próprio Juiz, a vara julga cerca de 300 processos por mês. Sob a sua responsabilidade, circulam 1.200 processos. A segunda informação que deu é que não foi registrado nenhum homicídio até hoje – graças a Deus! – relacionado à violência contra a mulher. O referido juiz também nos explicou que as medidas protetivas naquela vara são concedidas imediatamente, baseando-se, na maioria dos casos, na palavra da mulher vítima de violência. Com isso, a sensação de impunidade diminui muito. Inclusive, não há muitos casos de reincidência naquela região. Apesar de abrigar hoje a maior favela do País, com 100 mil habitantes, ainda tem estes números de baixa incidência.

Realmente, foi muito bom ouvir.

Obrigada.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Eu gostaria de ressaltar mais alguns aspectos, porque participamos de atividades diferentes durante no dia de ontem.

Também anteontem tivemos a oportunidade de, ao chegar do Entorno, participar de reunião com a rede de mulheres, mulheres de entidades que acompanham a aplicação da Lei Maria da Penha aqui no Distrito Federal. Aliás, a Leila, que está aqui presente, produziu um relatório que será entregue na audiência de hoje.

Eu gostaria de ressaltar, com relação ao Distrito Federal, que, no começo da manhã, nos visitamos a DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher aqui do Distrito Federal, o que nos trouxe um pouco de alívio, tendo em vista a qualidade das instalações e a forma como o trabalho é realizado, pela dinâmica dada quando a mulher chega até o local. Realmente ficamos impressionadas, e não é para menos, porque a Delegacia aqui do Distrito Federal é premiada internacionalmente como referência de DEAM.

Foi levantada pelo Movimento de Mulheres – e nós apresentamos isso ao Governador no final da tarde – a necessidade de mais uma DEAM, até pela qualidade do seu trabalho, mas também levando em consideração a população do Distrito Federal, a importância de termos uma DEAM também na região de Ceilândia, onde fomos à Vara Especializada e tivemos esse diálogo com o juiz. Então, há a necessidade da DEAM e de alguns equipamentos serem ampliados.

Também a importância das creches foi um tema bastante acentuado na reunião com as mulheres das

entidades. E a resposta que nós recebemos do Governador, que provavelmente será trazida aqui pela Secretária da Mulher, Olgamir, em audiência pública daqui a pouco, é que mais de 50 creches serão construídas. A creche hoje é tratada como política de educação. Então, as crianças serão abrigadas em mais de 50 creches para esse período do atual Governo. Houve uma dificuldade muito grande em construí-las, isso foi dito lá, as entidades fizeram esse relato, por causa de problemas com irregularidades de um terço dos terrenos do Distrito Federal. Refiro-me ao problema das ocupações, que é do conhecimento de todos. Então, de fato, as creches serão construídas nesse primeiro momento.

Mas o que mais gostaria de confirmar é a importância da DEAM do Distrito Federal como referência, Senadora, Deputada e todos vocês, para outros Estados. Porque não faz um atendimento, vamos dizer assim, que desprestigia a fala da mulher. Pelo contrário. É um atendimento em que a mulher chega e diz o que está passando ou pede uma informação, ou, se pedir procedimentos à Delegacia, ela os tem. Isso daí acaba sendo, digamos, uma fonte de informação inclusive, e toda estatística diariamente é colocada à disposição.

Então, nós compreendemos que esse modo de agir é importante levarmos para outros lugares. Porque se a mulher, por exemplo, foi vítima de estupro, ela chega ali e a Delegacia acompanha todos os procedimentos, com profissionais e com viatura, diferentemente de outros lugares que, na maior parte das vezes, a gente vê. A mulher não fica desprotegida em momento algum. Se ela quiser, por exemplo, se estiver com a família, ir de carro para o IML ou posteriormente para o hospital para receber o *kit*, para receber todas as coisas de que ela precisa em função da possibilidade de ter contraído doenças sexualmente transmissíveis, como a pílula do dia seguinte e tudo o mais, segundo a delegada, pode até ir, mas vai ter à disposição uma viatura com profissionais que vão acompanhar todos os procedimentos e retornar à Delegacia.

Portanto, o Poder Judiciário tem oferecido as medidas protetivas solicitadas, naturalmente, como é de praxe, vendo caso a caso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Eu quero aqui fazer um destaque também que muito me chamou a atenção. Refiro-me à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do Distrito Federal.

Considerando as delegacias que já visitamos no País, essa realmente é diferenciada por várias razões, não só pela localização, pela estrutura física de boa qualidade, eu diria até de alta qualidade, mas também pela equipe técnica, que é muito expressiva em termos de quantidade de profissionais e conta com pessoas

bastante qualificadas, a exemplo da delegada, que nos recebeu, nos acolheu e colocou com muita clareza todo o processo de atendimento. Isso chamou muito a nossa atenção.

Também me chamou a atenção a preocupação com o atendimento à mulher. Quer dizer, não apenas recebe aquela mulher, ouve, faz o registro e dá os encaminhamentos, mas, sim, dá realmente uma proteção.

A Delegacia conta com 13 viaturas, coisa que não vimos em nenhum outro lugar – já vimos delegacias que não têm sequer uma viatura para atender à mulher. Essa tem 13 viaturas; duas ou três são caracterizadas e as demais não, justamente para facilitar a locomoção das mulheres. Também oferta um *kit* para a mulher que sofrer violência sexual. Depois de fazer todos os exames necessários, ela recebe um *kit* composto de roupas – uma calça comprida, uma camisa, pasta de dente, sabonete –, enfim, ela toma banho e sai arrumadinha para dar sequência aos procedimentos e registros que precisam ser feitos. Acho que isso é muito importante.

É uma experiência positiva que vale a pena ser conhecida por vocês. Caso não a conheçam, devem ir lá, conversar com a delegada-chefe e conhecer a estrutura. É uma experiência que a CPMI acolhe. Vamos fazer constar do nosso relatório como uma experiência positiva que deverá ser sugerida para que outros Estados possam tê-la como referência.

Então, agora, vamos abrir para as perguntas, para os questionamentos que os colegas queiram fazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Primeiro, eu queria fazer uma pergunta para as Deputadas que foram até as cidades. A senhora comentou a questão do IML, quer dizer, que só existe um IML para atender a 33 cidades. Agora, eu queria que a senhora comentasse também como é a porta de entrada das mulheres a esse serviço público, quer dizer, como são as estruturas das delegacias, não só de Luziânia, mas vocês foram também ...

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Delegacia da Mulher, apenas em Luziânia; as outras duas, em Planaltina de Goiás e Valparaíso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...a outras delegacias. Como não existem delegacias especializadas, elas também recebem essa demanda. Eu queria que a senhora comentasse isso.

Para a Relatora, eu queria perguntar o seguinte: a senhora fala que o País já tem legislação suficiente para tentar evitar essa questão da violência contra a mulher. Então, uma curiosidade que eu tenho em relação ao seu relatório é a seguinte: já que o País tem uma legislação, a senhora vai propor, por exemplo, indiciamentos de representantes do Estado nas três

esferas? Que tipo de recomendação é possível, já que a gente tem uma lei que é compatível com as necessidades? A solução seria propor indiciamentos ou cabe aperfeiçoamento dessa legislação?

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Com relação ao Entorno, as delegacias, infelizmente, são as portas de entrada, porque não existe um centro de referência, não existe defensoria pública no Estado, então, essa região carece de qualquer outro espaço que as mulheres possam procurar. Aliás, o ideal seria que as mulheres chegassem primeiramente a uma rede de apoio, porque talvez o problema que estejam sofrendo seja a necessidade de um apoio de outra ordem e não apenas de dar uma notícia de crime. Talvez pudesse ser dividido em partes diferentes o atendimento para ser mais integral.

Em todo caso, as delegacias não têm o aporte mínimo necessário. Para se ter uma ideia, na que é uma DEAM, a Delegacia de Luziânia, há uma delegada que é titular de duas delegacias colocadas no mesmo terreno: uma, delegacia da mulher; outra, delegacia para adolescentes infratores. Esses dois prédios são divididos por um alpendre, e ela é titular das duas delegacias. Não possui as viaturas que precisam. Não possuem os funcionários necessários – os policiais, os agentes.

Além da delegada da mulher, lá se encontrava, para participar da nossa reunião, da nossa diligência, o delegado titular do 1º Distrito e um representante da Delegacia Regional, que corroboraram com essa informação que ela nos deu. Então, pedimos apenas as informações objetivas e percebemos que essas delegacias todas apenas caminham porque os profissionais assim o desejam. Elas vão a toda força para poder funcionar, mas, na verdade, as delegacias que atendem não têm plantão. Elas funcionam durante expediente, e a mulher precisa procurar qual é a delegacia em plantão, que não é especializada nem tem profissionais especializados.

E pela informação dos próprios delegados e das delegadas, há uma falta até de treinamento dos poucos profissionais que existem. A informação que temos de situação anterior é a de que há 10.000 inquéritos policiais parados de toda espécie, de todo tipo de informação de crime, em todo o entorno do Distrito Federal, no Estado de Goiás, em função da falta de profissionais.

Neste momento, inclusive, os policiais civis, não os delegados, estão em greve pela segunda vez em pouco tempo. Então, além das carências costumeiras, ainda constatamos que os delegados e as delegadas estão atuando pessoalmente em todos os casos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Então, respondendo à pergunta, quero aqui primeiro lembrar

que, quando foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o objetivo era investigar, apurar e propor medidas para superar os problemas que porventura fôssemos encontrar, mas não criamos a CPMI para fazer punição. Portanto, não está previsto fazer qualquer indiciamento, solicitar prisão ou afastamento de quem quer que seja.

Agora, o que a Comissão vai fazer? Vamos produzir um relatório, o que já está sendo feito, com um diagnóstico dessa realidade de todo o atendimento da mulher no País, e vamos propor medidas de superação disso.

Uma das medidas que entendemos altamente importante é a capacitação dos nossos profissionais em todos os níveis. Todos os profissionais que atuam na área, atendendo às mulheres em situação de violência precisam ser capacitados permanentemente. Não é uma capacitação solta, esporádica que resolve o problema.

Uma das questões que conversávamos ontem com o Dr. Daniel, Juiz do 2º Juizado Especial de Ceilândia, é que ele mesmo admite a necessidade de capacitação dos próprios juízes. Ele até nos dizia, ontem, na conversa que tivemos, que, com relação à questão de conceitos, cada um, ao ler a lei, pode ter uma interpretação diferenciada, de acordo com a sua formação, de acordo com a sua visão de mundo, inclusive. Então, a lei precisa ser muito clara. Se essa clareza não estiver explicitada, é necessária capacitação. O que significa, por exemplo, “gênero”? Eu posso ter um entendimento do que seja “gênero”, e um outro profissional, ao meu lado, pode ter uma outra compreensão do que seja essa palavra. Assim, é necessário que haja capacitação de juízes, promotores, defensores, policiais, delegados e delegadas, assistentes sociais, psicólogos, todos que atuam na área de proteção de defesa da mulher. Essa é uma questão que vamos propor no nosso relatório.

Outra coisa que consideramos altamente importante, fruto de uma reflexão também: vamos propor, ao concluir os trabalhos da CPMI, vamos sugerir ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados a criação de uma comissão especial permanente, para que possa monitorar os desdobramentos do nosso relatório, porque é comum fazermos CPMI no nosso País, produzirmos um bom relatório e aí fica nisso. Qual é o controle que os Parlamentares e a sociedade têm da implementação do que está sendo proposto no relatório? Em alguns casos, as coisas caminham; em outros, o relatório fica na gaveta de alguém. Não queremos isso. Queremos melhorar o atendimento à mulher no País. Queremos que as instituições públicas tenham compromisso com isso. Então, vamos criar uma comissão especial que

possa monitorar os desdobramentos das sugestões que vamos colocar no relatório.

Já estão chegando algumas pessoas para a audiência pública. Estamos aqui dando uma entrevista para a imprensa. Então, pedimos a compreensão de vocês. Estamos no momento das perguntas.

O nosso repórter aqui... De qual rede você é? Sim?

(Fala fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Da TV Senado. Está bem. Mais alguém gostaria de fazer pergunta? *(Pausa.)*

Sim. Você pode apresentar-se? É bom que as pessoas saibam.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Gostaria de saber, então, se vai haver uma proposta legislativa de mudança na lei. Isso é possível? Vocês estão pensando em mudar a legislação?

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Nós criamos um GT, um Grupo de Trabalho, exatamente para apreciar o aspecto legislativo, porque há muitos projetos em tramitação na Casa que propõe a alteração da Lei Maria da Penha ou que dizem respeito a outras leis, com incidência nesta Lei ou na sua aplicação. Então, criamos um grupo de trabalho de legislação, com vários Deputados e Senadores e com uma equipe de apoio e de sustentação.

Nós nos reunimos com o consórcio de entidades que elaborou a Lei Maria da Penha, em apoio aqui também às ações do Congresso Nacional há seis anos. Esse encontro com essas entidades foi bastante produtivo, porque se viu a necessidade de ouvir o que os Parlamentares ou mesmo o que algumas entidades, algumas pessoas, a partir do momento dessa experiência de aplicação da Lei Maria da Penha, poderiam propor.

Então, estamos trabalhando em torno disso. A nossa equipe de apoio técnico, aqui da CPMI, está-se debruçando sobre cada um dos aspectos, fará uma síntese disso, e nós estudaremos e conversaremos naturalmente com os autores das propostas em andamento, para vermos se há oportunidade ou não de alteração da lei.

As sugestões são todas bem-vindas. Elas estão, inclusive, aguardando esse procedimento. Elas, vamos dizer assim, estabilizaram a tramitação, aguardando o nosso procedimento. E isso é muito importante, porque cada uma das sugestões que chega é resultado de alguém que, em algum lugar, algum profissional do Direito ou de outras áreas, acompanha a aplicação e faz a proposta.

Então, nós estamos levando muito a sério isso. Estamos trabalhando e, ao final, ofereceremos à relatoria as sugestões que virão e procederemos, então,

dentro do Congresso Nacional, às medidas de alteração ou não da Lei Maria da Penha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Mais alguma pergunta? Podemos, então, concluir? *(Pausa.)*

Então, concluímos agora e agradecemos a presença da imprensa, da TV Senado, da Rádio Senado, TV Câmara e demais redes de televisão e de rádio também.

Muito obrigada.

Vamos solicitar aos nossos convidados que aguardem mais um pouquinho enquanto as demais pessoas chegam, inclusive a Deputada Jô, Presidente da Comissão, para que nós possamos iniciar a audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Agradecemos aos convidados que aqui vieram contribuir no diagnóstico de uma situação tão desafiadora. Ela é de tal forma desafiadora que nós acabamos de receber uma demanda da vara especializada de São Paulo que tem um receio, porque há um processo no STJ em que o advogado solicita que um caso de estupro seja transferido da vara especializada para a vara comum – esse pedido já está no STJ e nos deixa muito apreensivos, assim como estão apreensivas as promotoras de São Paulo que nos enviaram a notícia. Se ocorrer alguma determinação ou definição do STJ desta natureza, será um golpe. Nós temos de estar atentos e atentas, porque no STJ nós já sofremos aquela derrota em relação à condicionalidade, derrotando a incondicionalidade, dos processos em caso de lesões corporais leves, há um ano e meio. Nós temos de estar atentos para que não se repita essa situação. Por isso, quero agradecer a todos os presentes, a todos que vieram como convidados e a todos e a todos que vieram nos acompanhar.

Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Este já é o 11º Estado em que a CPMI realiza audiência pública. As nossas visitas e a nossa experiência já nos permitem acumular algumas informações que nos levam a grandes desafios, a grandes dificuldades para enfrentar e para aperfeiçoar a presença do Estado na aplicação daquilo que foi uma grande conquista, a Lei Maria da Penha.

Essas dificuldades são referentes a informações, à padronização de informações, à dispersão de informações dos órgãos responsáveis. Há dificuldades

referentes à estrutura física e de pessoal; não há um único órgão, em todos os Estados em que nós comparecemos, que podemos dizer que conta com estrutura de pessoal suficiente. Dou o exemplo do meu Estado, onde havia duas varas especializadas com cada uma disponibilizando 9 funcionários para darem conta, cada uma, de 20 mil processos; logo, 18 funcionários para darem conta de 42 mil processos. Tivemos uma conquista; foi criada uma terceira vara, mas não houve a ampliação dos servidores disponíveis, e os 18 funcionários foram divididos nas três varas, de forma que continuamos com as dificuldades.

Também, em terceiro lugar, há dificuldades de articulação, de pactuação entre os órgãos para que a agilidade dos procedimentos chegue a bom termo. Por exemplo, qual é a eficácia, qual o acompanhamento que nós temos da fiscalização do cumprimento das medidas protetivas definidas? No meu Estado, nós tivemos três casos de mulheres que estavam sob medidas protetivas e houve três casos de assassinato, inclusive dois deles bem próximo de casa e um deles na própria casa.

Em quarto, uma importante questão é a disponibilização de recursos. Se nós não definirmos aportes de recursos suficientes, nós não chegaremos a bom termo no aperfeiçoamento dessa estrutura que foi criada para controlar e implementar essa conquista que foi a Lei Maria da Penha, que é sobretudo o enfrentamento à violência doméstica.

Nesse sentido, nós vamos dar início aos trabalhos do Distrito Federal. Várias diligências foram realizadas. No caso específico do Distrito Federal, com um retorno positivo, o que a Senadora irá colocar. E no Entorno, que não é objeto desta audiência pública – será da audiência pública de Goiás –, há algumas questões muito preocupantes.

Por isso, a dinâmica passará a ser: nós chamaremos cada convidado para fazer a abertura do ponto, e, em seguida, os Parlamentares e as Parlamentares que integram esta Comissão farão seus questionamentos.

Antes de chamar o primeiro convidado, que será o Secretário de Segurança Pública, nós passaremos a palavra à Relatora, Senadora Ana Rita, para que faça a sua introdução geral que deve ser motivo de atenção de todos os convidados.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, Relatora desta CPMI.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde a todos vocês. Quero agradecer a presença de todas as pessoas que foram convidadas: os representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Governo do Distrito Federal. A presença de vocês nesta audiência pública é importante para subsidiar a Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito, trazendo para nós as informações necessárias para que possamos construir o nosso relatório.

Eu quero, antes de fazer um breve relato do que nós tivemos oportunidade de ver ontem nas diligências, apenas afirmar para todos vocês que, como Relatora, estamos elaborando o nosso relatório, que deve ficar pronto ainda no final deste ano ou, no mais tardar, no início do ano que vem, dependendo da possibilidade de transcrição das fitas destas últimas audiências públicas que nós realizaremos no mês de novembro. É importante fazer esse registro, porque nós estávamos trabalhando com a possibilidade de concluir todo o trabalho na primeira quinzena de dezembro, mas ainda estamos com agenda de visitas aos Estados que não foi possível fazer no mês de agosto e setembro em função do processo eleitoral e que será feita agora no mês de novembro, incluindo o Estado de Goiás e o Distrito Federal.

Estamos trabalhando contra o tempo, para que todo o material produzido nas audiências públicas possa ser transcrito e, assim, possamos incluí-lo em nosso relatório. Mas queremos, ainda este ano, dar um panorama daquilo que nós tivemos oportunidade de construir durante esse período, se não for possível concluir o relatório até o final do ano.

Quero também afirmar aqui que o nosso relatório será um relatório firme, um relatório corajoso, um relatório que vai apontar as fragilidades do Estado, sejam por parte da União, dos Estados ou dos Municípios, sejam fragilidades do sistema de Justiça, inclusive do Ministério Público, das defensorias públicas, do Poder Judiciário de todos os Estados. Então, nosso relatório será um relatório firme e corajoso, em que vamos realmente apontar essas fragilidades e também as medidas para superar essas dificuldades.

Eu dizia agora há pouco para a imprensa presente que vamos propor também a constituição de uma comissão especial, após a conclusão dos trabalhos da CPMI, para que possa monitorar os desdobramentos do que estará previsto no nosso relatório. Então, não queremos apenas fazer o relatório, concluir os nossos trabalhos e dizer que a missão está cumprida; nós entendemos que o Poder Legislativo tem o papel de fazer com que a lei seja cumprida. Então, concluindo os trabalhos da CPMI e apresentando as sugestões e as medidas de superação das dificuldades e dos problemas que nós percebemos durante todo esse período, nós queremos monitorar os desdobramentos disso. O Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados se propõem a fazer isso e vamos por isso no nosso relatório.

Apenas para nivelar com os presentes, no dia de ontem, foram feitas algumas diligências aqui no Distrito Federal. Esse trabalho de fazer diligências aos equipamentos públicos faz parte da nossa metodologia de trabalho. Em todos os Estados por onde passamos – foram dez, sendo o 11º o Distrito Federal –, nós realizamos diligências e audiências públicas. Aqui, tivemos oportunidade de visitar, no dia de ontem, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, cuja Delegada, a Drª Ana Cristina, está presente; fomos visitar também o Centro de Referência de Atendimento à Mulher aqui de Brasília, o Instituto Médico Legal e o 2º Juizado Especial de Ceilândia – Distrito Federal.

Tivemos oportunidade de fazer um balanço desta visita um pouco mais cedo, mas queremos dizer que encontramos um quadro importante aqui no Distrito Federal. Encontramos uma delegacia especializada diferenciada das demais delegacias que visitamos nos demais Estados brasileiros no que se refere à infraestrutura física, no que se refere ao quadro de pessoal e no que se refere ao atendimento prestado às mulheres em situação de violência. Então, é uma experiência que, de antemão, podemos afirmar que é positiva, uma experiência que poderemos sugerir no relatório como referência de atendimento bem feito e de forma profissionalizada para os outros Estados.

Fomos também ao Centro de Referência, que, embora tenha sido inaugurado há pouco tempo, no mês de agosto, encontra-se em um espaço interessante, no metrô. É um espaço que, em nossa opinião, é de fácil acesso para as pessoas e que está, cada vez mais, se organizando para oferecer atendimento à população. É um espaço bem feito e bem organizado em que já se está fazendo atendimento.

Ao Instituto Médico Legal nós temos algumas observações a serem feitas e sobre elas queremos conversar com o Secretário de Segurança.

O Juizado Especial de Ceilândia também nos causou uma impressão positiva. Uma das coisas que nos chamou a atenção nos Estados foi o acúmulo de processos nas varas especializadas por falta de profissionais. Aqui, nós não vimos isso; não há acúmulo de processo. Fizemos uma boa conversa com o juiz, mas ficaram alguns desafios que nós vamos apresentar no relatório, inclusive quanto à capacitação de profissionais. É importante fazer esse registro aqui.

Queremos também mencionar que consideramos altamente necessário e importante a criação da Secretaria da Mulher do Distrito Federal. Poucos são os Estados que têm uma Secretaria da Mulher. Dos Estados por que passamos, vimos que funciona bem a Secretaria da Mulher de Pernambuco, que faz um

trabalho muito bom. É preciso que essa experiência seja multiplicada em outros Estados também. A Secretaria da Mulher do Distrito Federal é uma iniciativa interessante do Governo.

Hoje, queremos dialogar um pouco mais com a Secretária, para que ela possa nos relatar como está o trabalho, como ele está sendo desenvolvido aqui no Distrito Federal. Mas quero fazer o registro da criação deste equipamento é muito importante neste momento, porque essa é uma reivindicação dos movimentos de mulheres pelos Estados por onde passamos e, em particular, aqui no Distrito Federal – elas levantaram isso na reunião que aconteceu na segunda-feira à noite, relatada aqui pela Deputada Marina.

Quero agora também dizer que nós temos alguns desafios. Apesar de reconhecer que houver avanços no Distrito Federal – o Distrito Federal é oitava unidade da Federação onde mais morrem mulheres e Brasília, a 17ª capital mais violenta do País –, acho que o esforço tem sido feito, mas ainda não é suficiente para que possamos dizer que vivemos um momento de tranquilidade. Nós não estamos vivendo um momento de tranquilidade também no Distrito Federal; ainda continuam morrendo muitas mulheres e por violência praticada por maridos, por ex-maridos, namorados, ex-namorados. É a violência doméstica, aquela que acontece no âmbito familiar. Então, é preciso realmente, cada vez mais, disposição por parte dos gestores públicos, por parte de todos os Poderes Públicos no enfrentamento à violência contra a mulher.

Deputada, eu gostaria de já começar a fazer as perguntas. Solicito a senhora que convite o Secretário de Segurança a fazer parte da Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para a primeira exposição, convido a compor a Mesa o Dr. Sandro Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Aproveito para convidar a Drª Ana Cristina Melo Santiago, Delegada-Chefe da DEAM, para acompanhá-lo.

Os dois disporão de até 20 minutos para suas exposições.

Secretário, em seguida à exposição, a Senadora, além de repassar algumas questões para o senhor e para a Delegada, retomará a palavra para alguns questionamentos. Evidentemente, em seguida, como sei que as informações do conjunto do Estado estão centralizadas na Secretaria da Mulher, haverá a retomada das informações, após escutarmos a Secretária.

Com a palavra o Dr. Sandro.

Antes, Dr. Sandro, a Senadora Ana Rita vai apresentar as questões que ela pretende lhe dirigir.

Senadora, antes quero agradecer, porque considero importante, a presença do Diretor-Geral da Polícia

Civil do Distrito Federal, Dr. Jorge Luiz Xavier. Com toda certeza, se nós pudermos aproveitar a oportunidade, já que o assunto também é da sua área, o senhor poderá se disponibilizar a dar algum tipo de informação à Senadora Ana Rita.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretário, acho que, considerando os dados que já apresentamos, que o Distrito Federal é a oitava unidade da Federação onde mais morrem mulheres e que Brasília é a 17ª capital em homicídio contra mulheres, vou fazer duas perguntas para o senhor, mas são também dirigidas aos demais convidados, que, no momento adequado, deverão respondê-las.

As minhas perguntas são – depois, farei perguntas específicas à Secretaria de Segurança –: qual a integração dos serviços de atendimento à mulher entre o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e a rede de serviços existentes no Governo Federal? Como se dá a integração dos serviços?

Entendemos que para enfrentar a violência contra a mulher é preciso, de fato, haver integração entre as políticas e não só entre os serviços do Poder Executivo, mas do Poder Executivo com os demais Poderes, para que o enfrentamento possa ser eficaz. Qual o orçamento de cada instituição para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres? Que orçamento o Governo do Distrito Federal tem para fazer o enfrentamento à violência contra as mulheres em todas as áreas?

Além disso, Secretário, Dr. Sandro, vou fazer a leitura de algumas perguntas que o senhor está recebendo em mãos, para que, na exposição que vai fazer em seguida, possa, na medida do possível, responder a todas essas questões que estamos aqui relacionando.

Um dos grandes problemas para a obtenção de estatísticas confiáveis em relação aos crimes praticados contra mulheres é a existência de um sistema de informações que permita desagregar os dados. Segundo a informação que recebemos do Diretor da Polícia Civil, não há esse sistema. Como poderemos obter informações sobre o número de crimes praticados com relação à violência doméstica, isto é, aqueles referentes à Lei Maria da Penha? Ou seja, como poderemos obter dados, as estatísticas dos crimes praticados referentes à Lei Maria da Penha se os dados que estão disponibilizados não estão sendo desagregados?

Qual a previsão para a criação de um novo sistema agora com aprovação do Sistema Nacional de Informações da Secretaria de Segurança?

Os dados encaminhados pela Polícia Civil demonstram que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, nos últimos cinco anos, registrou

10.865 ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha, enquanto as demais delegacias registraram em torno de 2 mil, isto é, cerca de 20% dos registros da Deam. Qual a razão para que as demais delegacias registrem bem menos ocorrências? As delegacias encaminham as ocorrências para a Deam e, por isso, o registro da Deam é maior? É uma afirmação que estamos fazendo e, ao mesmo tempo, querendo saber se isso é real.

Os profissionais recebem capacitação para lidar com a violência doméstica?

Observa-se que o número de estupros vem crescendo no Distrito Federal. No ano de 2010, foram registrados 53. Em 2011, foram 98. Em 2012, até o momento, foram 94. Considerando a tendência crescente, qual a política de segurança que está sendo pensada ou realizada para enfrentar essa onda crescente de estupros contra as mulheres?

Que ações especificamente destinadas à prevenção da violência contra as mulheres a Secretaria de Segurança desenvolve? Qual a orientação da Secretaria?

Com relação ao Instituto Médico Legal, temos algumas afirmações e queremos também uma resposta. Constatamos que há necessidade de melhoria do espaço físico, de mais profissionais e de aquisição de novos equipamentos mais modernos de modo a facilitar a realização mais precisa dos laudos e em menor tempo.

Constatamos também a necessidade de que os dados estatísticos do IML sejam desagregados – até falei sobre isso – por tipo de crime ou por relação com o agressor, para que se tenha noção do número de laudos realizados como, por exemplo, de lesão corporal relativa à Lei Maria da Penha, bem como de estupro contra as mulheres e de homicídios de mulheres.

A pergunta é: há algum estudo para que o IML possa ter estatísticas desagregadas por sexo, relação com o agressor, isto é, com relação à Lei Maria da Penha e homicídio de mulheres?

Essas são as perguntas iniciais que fazemos para a Secretaria de Segurança.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Sandro, Secretário de Segurança para dar suas informações.

O SR. SANDRO TORRES AVELAR – Quero cumprimentar a nossa Presidente, Deputada Jô Moraes, a nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota, à Senadora Ana Rita, nossa eminente Relatora, à Deputada Marina, cumprimentar meus amigos e colegas, Drª Ana Cristina, Delegada-Chefe da Delegacia da Mulher, e nosso Diretor-Geral da Polícia Civil, meu amigo, Dr. Jorge Xavier.

Primeiramente, quero ressaltar que aqui, no Distrito Federal, temos uma situação peculiar com relação

a outros Estados. No Distrito Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, enfim, as corporações vinculadas à Secretaria de Segurança Pública têm autonomia administrativa e autonomia, de forma que a Secretaria de Segurança Pública dita as políticas de segurança em parceria com esses órgãos, mas respeitando esse gerenciamento que é feito por cada órgão em razão dessa autonomia administrativa e financeira. Daí a importância de nós termos aqui, ombreados, Dr. Jorge Xavier, Diretor-Geral da Polícia Civil, e Dr^a Ana Cristina, para que a gente possa ser bastante preciso na apresentação das informações que aqui são requeridas.

É preciso lembrar que aqui no Distrito Federal a gente tem uma preocupação bastante grande – e isso envolve também a Secretaria da Mulher, da Secretária Olgamir – que é a de fazer campanhas, para que haja registro de ocorrências nos casos de mulheres vítimas de violência, seja doméstica ou não. Isso vem inclusive implicando o maior número de ocorrências e o maior número de instalação de inquéritos desde 2007. A gente pode ver que, em 2007, nós tivemos 2.685 inquéritos instaurados – estou falando só de Lei Maria da Penha; em 2008, já foram 2.821; em 2009, 3.290; em 2010, 3.078; em 2011, 3.065; em 2012 – e o ano ainda nem acabou –, nós já temos 3.318 inquéritos policiais instaurados. Isso se deve também a essa campanha que nós fazemos para que a mulher faça o registro das ocorrências para que nós possamos fazer as investigações.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Sandro, um segundo. Eu pediria desculpas. Há votação nominal. Nós somos obrigados a ir e retornaremos, mas o senhor pode continuar.

A Deputada Carmem já votou? Poderia assumir a Presidência para que eu pudesse ir.

Desculpe-me, será descontado seu tempo.

O SR. SANDRO TORRES AVELAR – Então, nós temos feito esse trabalho de aproximação da corporação da Polícia Civil com a comunidade e também por intermédio da Delegacia da Mulher, para onde temos escolhido delegadas que são vocacionadas, com muita aptidão para isso, até porque nós temos uma só Delegacia da Mulher em funcionamento no DF, mas eu lembro que, cada uma das delegacias seccionais tem uma Seção de Atendimento à Mulher em cada uma de nossas circunscrições. São 31 circunscrições e cada uma tem uma Sessão de Atendimento.

Então, se há um crime acontecido em determinada região administrativa, o inquérito pode ser – e deve ser instaurado – naquela circunscrição. Mas, no caso da Lei Maria da Penha, ele pode também ser já instaurada desde o início na Deam.

Temos a pretensão de implementar uma segunda Delegacia da Mulher no Distrito Federal. Hoje nosso maior problema nesse aspecto não é o aspecto de estrutura física, até porque nós já possuímos condições de montar uma delegacia na antiga área utilizada pela Academia de Polícia Civil na região administrativa de Ceilândia. Nosso grande problema para instalar uma nova Delegacia da Mulher é a falta de contingente. No Distrito Federal, desde 1993, nós temos o mesmo contingente na Polícia Civil. Desde 1993!

A gente se assusta quando pensa que a população mais do que dobrou nesse período, foi criada uma quantidade imensa de novas regiões administrativas e o efetivo da Polícia Civil continua o mesmo, cerca de 6 mil homens e mulheres. Enfim, para que a gente possa então criar uma nova Delegacia da Mulher, assim como outras delegacias também, cuja demanda é bastante crescente, a gente precisa realmente fazer novos concursos públicos para poder aumentar os quadros da Polícia Civil.

Essa medida já está sendo tomada. Nós estamos criando agora, Senadora, 3.060 vagas de policiais civis; destas mais de 3 mil vagas, 200 vagas são para delegados e delegadas que certamente, irão possibilitar a criação de uma nova Deam.

Bem, com relação às perguntas, eu não sei, Senadora, se eu já passo a atacar cada uma das perguntas.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Sim. Pode fazer isso aí. Secretário, o senhor pode se orientar por essas perguntas.

O SR. SANDRO TORRES AVELAR – Então, vou-me orientar e, se a senhora me permitir...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – O senhor fique à vontade também para, além das perguntas, fazer um relato da política que a Secretaria está desenvolvendo. Então, o senhor pode fazer uma explanação dentro do tempo que foi previsto e, ao mesmo tempo, respondendo as perguntas.

O SR. SANDRO TORRES AVELAR – Perfeitamente. No que diz respeito às perguntas, eu vou também aproveitar a presença do Dr. Jorge e da Dr^a Ana Cristina, porque algumas das perguntas são bastante específicas, diretamente dirigidas à corporação Polícia Civil. Então, em respeito a essa autonomia administrativa que detém a corporação, eu vou utilizar também o conhecimento deles.

No que diz respeito à política de segurança pública do Distrito Federal, estamos implementando, sob a batuta do nosso Governador Agnelo Queiroz, um grande programa chamado Ação pela Vida, em que buscamos integrar as diversas áreas de segurança pública junto a outros órgãos e outras áreas do Poder Executivo do Distrito Federal, criando com isso uma aproximação

com o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e Ministério Público. Isso, de certa forma, já responde a uma das perguntas, que foi feita ao final, sobre como temos feito essa política de aproximação com esses órgãos.

Então, como fizemos? Nós dividimos o Distrito Federal em quatro áreas integradas de segurança pública: área integrada oeste, área integrada leste, metropolitana e sul. Então, Senadora, como nós fizemos? De acordo com as peculiaridades de cada uma dessas áreas, porque as desigualdades no Distrito Federal são imensas – o Distrito Federal é um dos Estados cuja desigualdade é mais latente, é mais evidente no Brasil, e essa desigualdade também reflete em cada uma das regiões administrativas –, e para que pudéssemos estabelecer metas específicas para cada uma dessas regiões, dentro desse programa Ação pela Vida, criamos essas áreas integradas de segurança. E cada área dessas tem um responsável regional: um coronel da Polícia Militar, que se torna o comandante regional aquela área; um delegado regional da Polícia Civil; um representante do Detran; e também um comandante regional do Corpo de Bombeiros.

Com isso, temos estipulado metas diferentes. Em uma determinada área, como, por exemplo, a área oeste, onde há a região da Ceilândia, Samambaia, Vicente Pires, Taguatinga, há um número de homicídios, por exemplo, elevado, um número muito preocupante, e um número de estupros também bastante elevado, merecendo uma atenção especial. Então, é uma situação diferente da área integrada metropolitana, por exemplo, que raramente tem algum homicídio, mas tem um número muito grande de furtos e roubos, esse chamado sequestro relâmpago, que, na verdade, na maior parte das vezes, são roubos de automóveis, roubos com restrição à liberdade, enfim.

Para que nós possamos dar um tratamento direcionado especificamente para cada uma dessas regiões administrativas, que têm realidades completamente diferentes, lançamos esse programa Ação pela Vida, com metas diferentes para cada uma das regiões. Essas metas têm sido estabelecidas e cobradas. A cada semana nós temos reuniões com os órgãos da segurança pública, os Administradores Regionais de cada uma dessas regiões e os Presidentes de Conseg, dos Conselhos de Segurança de cada uma dessas regiões, para que ali passemos a trabalhar os problemas prioritários daquelas comunidades. E, uma vez por mês – e considero isso o mais importante –, nós temos uma grande reunião, chamada reunião plenária, que é comandada, é dirigida pelo próprio Governador Agnelo Queiroz, com as diversas áreas de Governo que têm, de qualquer forma, uma relação com a elevação dos índices de violência, para que, então, sob a coordena-

ção do Governador Agnelo, nós possamos ali tratar, com transparência, esses problemas que vêm à tona e permitir ao Governador que dali mesmo determine ações que devem ser tomadas no combate à violência. Então, a Secretária da Mulher, com a Dr^a Olgamir, está sempre presente; o Secretário de Saúde, Rafael, também, sempre presente, sempre convidado; a Seds, Secretaria de Desenvolvimento Social; a Secretaria da Criança; a CEB, Companhia Energética de Brasília.

Por quê? Porque, com os levantamentos que temos – e temos hoje um sistema chamado Polaris, que a Polícia Civil instalou e que está disponibilizando também para outras corporações –, temos hoje todo o Distrito Federal mapeado, no que diz respeito à violência acontecida aqui, no Distrito Federal. Então, temos as informações precisas sobre qual tipo de crime acontece em cada uma das regiões administrativas, sobre em que local aquele crime tem acontecido.

Então, se, em Brazlândia, por exemplo, há elevação do número de estupros, nós temos também, juntamente com isso, uma análise técnica e científica mostrando em quais lugares em Brazlândia estão acontecendo esses estupros. A partir daí, podemos verificar qual tipo de problema está afligindo a comunidade daquele ponto específico de Brazlândia. Estou citando Brazlândia ilustrativamente, mas em todas as regiões do DF já temos esse estudo. Já temos mapeado o tipo de crime que acontece e as razões pelas quais ele está acontecendo.

Então, vamos citar aqui, de maneira exemplificativa: se, no Paranoá, num determinado ponto, tem acontecido um número muito grande de estupros e se isso se deve à falta de iluminação, nessas reuniões plenárias, o Governador Agnelo, ao ser informado de que aquela estatística está preocupante, de que o número está elevado, fugindo a um padrão, já determina, na própria reunião plenária, que seja instalada, ali naquele ponto, a iluminação necessária, para que possamos, então, coibir esse tipo de problema.

À mesma reunião já está presente também o Secretário de Planejamento, Luiz Paulo Barreto, para que possa, então, disponibilizar recursos, a fim de que a CEB ou qualquer outra área de atuação possam tomar as providências para sanar aquele problema.

Enfim, a política macro em matéria de segurança pública que vimos instituindo no Distrito Federal é essa política participativa, uma política que é ditada pelo próprio Governador. A Secretaria de Segurança Pública tem trabalhado, de maneira coordenada, com outras áreas de atuação, porque sabemos que a violência, de uma forma geral – seja a voltada à mulher, seja a voltada para qualquer tipo de finalidade –, é interseto-

rial, não depende tão somente da segurança pública, de tal forma que essa atue sozinha para combatê-la.

Bem, se a senhora me permitir, para que possamos atacar cada um desses pontos aqui, vou solicitar ao Dr. Jorge e à Dr^a Ana Cristina que me auxiliem, em razão dessas especificidades, conforme coloquei aqui, que afligem a Polícia Civil.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Doutor, antes de passar a palavra para os demais, gostaria que o senhor pudesse falar ou que alguém falasse se há metas no atendimento à violência contra as mulheres e, se existem, quais são elas. Acho que era importante focar nesse sentido.

O SR. SANDRO TORRES AVELAR – Dentro do nosso programa Ação pela Vida, há oito eixos. Um desses eixos é o combate à violência cometida contra a mulher. Então, há um eixo específico para que se trate desse assunto. É uma matéria que tem tal tamanho e importância que mereceu essa atenção, com estudos específicos e metas específicas, criadas de acordo com o número de ocorrências que acontecem em cada uma das regiões.

Para tecermos comentários mais específicos a respeito dessas metas, a respeito dos números, gostaria que ou o Dr. Jorge ou a Dr^a Ana Cristina pudessem então entrar nesse grau de detalhamento.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pela relevância, pela importância e pela agregação com as perguntas que a Senadora fez, ampliaremos, por mais dez minutos, o tempo destinado à Secretaria de Segurança, passando a palavra, agora, para o Dr. Jorge, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Vou ser bastante breve. Quero cumprimentar os componentes da Mesa e os demais participantes.

Terei muita facilidade em responder todas essas questões, porque sou sabatinado mensalmente pela Secretária Olgamir. Uma vez por mês tenho que prestar contas a ela sobre o que estou fazendo. Ela sabe disso. Portanto, terei bastante facilidade, já que todos esses temas são tratados ordinariamente entre a Polícia Civil e a Secretaria da Mulher.

Em relação às estatísticas confiáveis ou aos dados relacionados, o Distrito Federal nacionalmente enfrenta dois problemas quando aos nossos dados são confrontados com os de outras unidades da Federação. O primeiro detalhe é que o Distrito Federal é uma metrópole, uma cidade, e os Estados têm as capitais e a região do interior, com realidades completamente diferentes da capital.

Nossos dados não são comparados com os da cidade do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, mas com os Estados de Minas Gerais, São Paulo,

Rio de Janeiro e Pernambuco. Isso costuma deixar a sensação de que o Distrito Federal é fragilizado em relação a algumas comparações. Mas elas não são feitas tratando o Distrito Federal como uma cidade e, sim, como Estado, já que é assim que ele é definido constitucionalmente.

Em relação a essas estatísticas, que é outra questão, as cifras negras no Distrito Federal – e isso é mais do que demonstrado; a UnB já fez pesquisas nesse sentido – são infinitamente inferiores às dos demais Estados. Cifras negras correspondem aos registros ocultos. Pessoas perdem a credibilidade na polícia e, eventualmente, deixam de procurar para fazer registros.

Dá para imaginar o Rio de Janeiro, até alguns meses atrás, em relação aos crimes que aconteciam naquelas áreas conflagradas. Agora que esses registros vão começar a subir, o que não quer dizer que a criminalidade no Rio de Janeiro vai subir também, mas, sim, que os números vão aparecer.

Aqui no Distrito Federal temos uma tradição grande de merecer a confiança da população, logo o índice de registro é grande.

Há quatro anos a polícia começou a desenvolver um sistema, o Sistema Polaris, que fornece um tratamento estatístico de dados de criminalidade e permite que, em tempo real, quem for fazer a consulta tenha todos os dados sobre qualquer registro que tenha sido feito no Distrito Federal. Anteontem, instalamos, no gabinete do Governador, um painel, um módulo com os dados do Polaris. Assim, o Governador do Distrito Federal, da sua sala, consegue saber em tempo real em quais lugares da cidade estão acontecendo delitos e no momento em que a polícia toma conhecimento. Quanto à fidedignidade desses dados, ela é absoluta, porque são extraídos da ocorrência policial no momento em que está sendo registrada.

A Secretária Olgamir já havia cobrado – e já providenciamos isso – que se estabelecesse uma separação, um item, um módulo, nos registros de ocorrência do que fosse violência doméstica. Para tanto, o agente que está registrando a ocorrência – e as ocorrências são todas registradas em um sistema único; temos mais de 50 milhões de registros nesse banco de dados – vai ter a opção de registrar como violência doméstica ou Maria da Penha. E isso vai informar automaticamente o Sistema Polaris de que houve a prática de um delito relacionado à Lei Maria da Penha.

Vínhamos conversando com a Secretaria sobre a disponibilização de algumas licenças para que a própria Secretaria – e não temos interesse em esconder dado algum – pudesse acompanhar tudo o que é registrado na polícia. Isso não avançou ainda por questões

burocráticas, mas as licenças estão lá esperando na Secretaria. E logo, logo vão ter acesso a isso.

Portanto, a Secretária Olgamir, além de me sabatinar mensalmente, terá diariamente a quantidade de registros relacionados à violência doméstica. E posso assegurar que esses registros são fidedignos. O sistema é auditável. Ele é perfeito. E não temos por que esconder nada. E é por isso que, eventualmente, apanhamos muito, já que dizem que a criminalidade do DF subiu porque houve um registro x de um determinado evento.

Agora, infelizmente, em decorrência da greve, estamos com um déficit de registros de ocorrência de mais de 50 mil ocorrências. Ou seja, mais de 50 mil ocorrências deixaram de ser registradas, infelizmente, em decorrência da greve. Temos tentado administrar para continuar a apuração dos crimes mais violentos. A greve foi considerada legal pela Justiça, não há muito que fazer em relação a isso, mas dá para ver o volume de procura da população pela Polícia Civil. Mais de 50 mil pessoas, infelizmente, deixaram de ser atendidas nesse período de greve, o que mostra como somos demandados diariamente.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Desculpe-me interromper um momento para não passar para outro item.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Deputada Marina.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Obrigada, Deputada Jô.

É o seguinte: o senhor colocou que a orientação é para que seja registrado como Lei Maria da Penha, .

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Não, registrado já é. Estamos é criando um campo para separar estatisticamente.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Um campo específico, um protocolo.

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Sim.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Então, os policiais estão treinados para, de fato, fazer o registro corretamente? Eles lançam corretamente?

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Lançam. Lançam, mas hoje, por exemplo, uma ocorrência relacionada à ameaça de violência doméstica, o campo básico do registro é “ameaça”. É o tipo penal. E o tipo secundário, a natureza secundária da ocorrência é Maria da Penha. Pode acontecer de um policial deixar de fazer um registro da natureza secundária, mas, da natureza primária, ele é obrigado a lançar porque, senão, não consegue avançar nos demais campos. Pode ser que ele deixe de registrar, por displicência, a Lei Maria da Penha, mas, como ele vai ser obrigado, quando for fechar a ocorrência, a registrar que foi violência do-

méstica, sim ou não, estamos impedindo que esses eventuais equívocos ocorram. Mas eles não são comuns. O correto, a orientação que eles recebem é de fazer o registro da natureza principal, que é o delito que foi cometido, e a natureza secundária, que é a Lei Maria da Penha.

Um dos eixos dessa programação pela vida prevê um rebaixamento de 8% de todos os crimes. Para que essas metas sejam atingidas, pelo menos 8% dos crimes têm que ser reduzidos. Se eles não forem reduzidos em 8%, as metas não terão sido atingidas. Para sabermos isso, o registro tem que ser feito corretamente. E, atendendo a essa demanda da Secretaria da Mulher, vamos impedir que esses equívocos aconteçam. Não são comuns, mas podem ocorrer, caso o policial se preocupe apenas em registrar a natureza principal, e não a secundária. Então, vamos ter, em tempo real, a informação. Quando uma Parlamentar quiser saber quantos crimes ocorreram em Brasília, vai ligar para alguém da Polícia e vai saber, por exemplo, que hoje, entre 9h da manhã e meio-dia, ocorreram tantos crimes relacionados à Lei Maria da Penha. Nesse aspecto, estamos bastante à frente das demais unidades da Federação. Essas ocorrências são lançadas corretamente, e asseguro que os dados são fidedignos. Para o bem ou para o mal, respondemos, quando somos questionados sobre nossos dados, de acordo com o que é registrado.

Como, então, poder obter informações sobre o número de crimes? Nessa linha do Polaris. Qual a previsão de criação do sistema? Já foi criado, já existe. Esse ajuste técnico é bastante simples, já está sendo preparado. Temos que ajustar a consistência, porque, no Ação Pela Vida, os dados já estão sendo buscados em meses anteriores. Então, precisamos fazer isso de forma a não comprometer para não parecer que houve uma explosão de fatos relacionados à Maria da Penha. Temos que ajustar as ocorrências dos meses anteriores. Mas é coisa para este ano. Já teremos este ano tudo funcionando. O sistema já existe.

Quanto à Deam registrar um volume muito superior ao das delegacias, isso tem dois fundamentos: a Deam é uma grife, uma das marcas mais fortes da Polícia Civil. É uma delegacia respeitada nacional e internacionalmente. O nosso sistema de registro não é vinculativo. Então, os crimes de violência contra a mulher não são registrados exclusivamente na Deam; eles podem ser registrados em qualquer das unidades da Federação. Mas a Deam é tão respeitada que, aqui, no Plano Piloto, por exemplo, quando pegamos as ocorrências da 1ª, 2ª, 3ª e 5ª delegacias, que são as que funcionam aqui, no Plano, vemos que o volume de registros de crimes de violência contra a mulher é

quase nulo, porque o cidadão já vai direto para a Deam, já sabem onde funciona.

Quem está nas cidades satélites, mais afastado, tem mais dificuldade em se deslocar para cá. E já recebemos a demanda da criação da Deam II, que seria em Planaltina, mas, como disse o Secretário, isso só vai ocorrer quando tivermos equilibrado o nosso efetivo.

Então, todas as unidades, as 31 delegacias circunscricionais registram ocorrência de violência doméstica. Essas ocorrências são tratadas pelas delegacias, salvo se houver alguma peculiaridade. Por exemplo: uma delegacia registra uma ocorrência, e o suspeito é um policial civil. Tendo em vista a *expertise* da Deam, uma ocorrência como essa, além de ser tratada pela Corregedoria, vai ser tratada pela Deam. Eles terminam sendo melhores que os colegas das demais unidades, porque eles só fazem isso. A Deam só cuida dessa natureza.

Eu não sei se os números são esses. A doutora está dizendo que a diferença não é tudo isso, mas eu sei que, se eu fosse mulher e se fosse vítima de violência, eu iria provavelmente procurar a Deam, a não ser que eu estivesse muito distante. No caso, então, eu iria a uma delegacia circunscricional. Mas todas as delegacias registram ocorrências; não há recusa de registro de ocorrência de violência doméstica. Se ocorrer, porque o policial revitimizou a pessoa que foi fazer o registro, ele vai se haver com a Corregedoria e, muito provavelmente, será punido.

Porém, o tipo de atendimento que é oferecido pela Deam – a gente tem de ser honesto – ainda não é possível ser oferecido nas demais unidades, muito embora a gente já tenha conversado muito com a Secretária da Mulher sobre a necessidade de equilibrarmos os plantões. Por exemplo: nas delegacias existe um regime de plantão, funcionando 24 horas, composto por quatro, cinco ou, às vezes, seis policiais. Existe uma seção específica para atender as mulheres, mas essa seção só funciona durante o expediente, no período das investigações. A Secretária demandou que a gente criasse também um plantão dessas SAMs, essas Seções de Atendimento à Mulher, mas, o que, por uma questão do contingente, hoje, ainda não é possível. Alternativamente, foi proposto que a gente colocasse uma mulher em cada plantão desses. São 41 delegacias, quatro plantões por semana, com quatro policiais em cada equipe. Para se ter uma mulher em cada plantão, a gente precisaria de 120 policiais mulheres para alocar nessas unidades. Eu disse que, num curto prazo, a gente não tem como fazer isso, porque não há um efetivo suficiente que possibilite encontrar 120 mulheres com disposição para trabalhar no plantão, com disposição para trabalhar em determi-

nada região da cidade. Então, neste momento, como já disse à Secretária... Apesar do que, da forma como estão indo os concursos, daqui a pouco só vai haver mulheres na polícia, pois, a cada concurso, são aprovadas mais mulheres. De modo que, daqui a pouco, haverá 90% de mulheres e 10% de homens. Aí, então, vai ficar mais fácil. Contudo, neste momento, a gente não tem como atender a essa demanda.

Todavia, o atendimento das delegacias é feito adequadamente e a apuração é feita por uma seção exclusiva de apuração de crimes contra a mulher, que também cuida de outras questões relacionadas a minorias e a quem necessite de um atendimento diferenciado, mais sensível.

Qual a razão para que as demais registrem bem menos?

A doutora disse que os dados não estão precisos, mas a Deam registra proporcionalmente muito mais porque é uma grife, é uma marca da polícia, o que faz com que a confiança nessa unidade seja maior. Por isso, no Plano Piloto, praticamente todos os registros, pelo menos a grande maioria deles, são feitos pela Deam.

Os policiais recebem capacitação para lidar com violência doméstica?

Não, ainda não. Essa também é outra cobrança que a Secretária faz. No currículo da Academia de Polícia não consta uma cadeira – e a gente está construindo as cadeiras na Academia de Polícia – relacionada à violência doméstica. Então, os policiais recebem um treinamento amplo, um treinamento relacionado ao atendimento ao público, mas, para ser bastante sincero, não recebem um treinamento específico para tratar das questões relacionadas à violência doméstica, pelo menos até agora – vou providenciar isso. A gente tem que dizer as coisas como elas são. Nós estamos montando as cadeiras na Academia, mas ainda não há uma específica para tratar da violência doméstica. Eu vou ser cobrado a respeito disso pela Secretária muito brevemente.

Para terminar...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Peço a V. Sª, Dr. Jorge, que conclua porque ainda vamos passar a palavra à Drª Ana Cristina, além do que nós já lhe demos o dobro do tempo, quarenta minutos.

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Então, só para fechar, gostaria de falar sobre o IML. No particular, isso depende dos parlamentares, pois o nosso orçamento anual, para investimento na Polícia Civil, é pequeno: R\$54 milhões. Em relação ao IML, a gente está tentando buscar, aqui no Congresso, recursos, por meio de uma emenda parlamentar, que possibilitem a construção de um centro de referência para o resto do País. Nós já temos um projeto bastante encaminhado, que

vai custar perto de R\$30 milhões para construir um IML de Primeiro Mundo. A ideia é de que ficasse pronto até a Copa, mas isso não vai ser possível. Então, com os nossos recursos, a gente vai demorar alguns anos para ter um IML melhor do que aquele que vocês viram ontem. Mas, se a gente receber esses recursos, em um ano e meio, dois anos, a gente vai ter um IML de Primeiro Mundo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vou passar a palavra para a Drª Ana Cristina e depois V. Exª retoma os seus questionamentos para todos, Senadora?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não, eu queria retomar a pergunta, porque, talvez, a Drª Cristina possa dizer, com relação ao Orçamento, que não foi dito ainda. A pergunta que fiz anteriormente foi sobre qual o orçamento destinado para a Secretaria de Segurança no enfrentamento à violência contra a mulher e, no montante total, para essa área.

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Só para complementar, então...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Jorge.

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Na Polícia Civil, não existe orçamento específico para tratar dessas situações, mesmo porque é um Orçamento bastante minguado. E já adianto para o Secretário também que parece que, na Secretaria de Segurança, também não. Não existe orçamento dotado especificamente para tratar dessas questões.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Drª Ana Cristina.

A SRª ANA CRISTINA SANTIAGO – Bem, com relação a essa questão do orçamento, é importante a gente ressaltar aqui que não existe. Não só a Deam, mas nenhuma unidade específica da Polícia tem dotação orçamentária própria.

Então, nós fizemos um levantamento aqui. Ontem, fui ao nosso DAG, nosso Departamento de Administração Geral, e a gente fez um levantamento dentro dos dados que eles têm lá. Por exemplo, custo total que eles têm do mês de junho de 2012 – o que se gastou entre água, energia, combustível e telefone fixo: R\$12.858,00.

E, com relação aos servidores, a gente também fez um cálculo grosseiro. Aqui, dentro do efetivo que eu tenho, seriam mais ou menos uns R\$500 mil mensais, levando-se em conta os salários da Polícia Civil.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas, delegada, só para clarear melhor a pergunta: a nossa preocupação não é com a manutenção da máquina. A nossa preocupação é com a política de atendimento, mesmo. Se vocês têm como dimensionar aqui qual o orçamento

destinado para o enfrentamento à violência contra a mulher, porque uma coisa é você manter a estrutura: água, luz, tal e tal; outra coisa é o pagamento de pessoal, é o investimento mesmo nas pessoas, capacitação das pessoas. Pelo que o Dr. Jorge disse, não tem capacitação dos profissionais ainda na Academia.

A SRª ANA CRISTINA SANTIAGO – Na verdade, a gente se utiliza da Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública, aquela rede EAD, em que existe um curso específico para atendimento às vítimas de violência doméstica, investigação em crimes sexuais. Existem essas matérias de que a gente lança mão, e, recentemente, a gente iniciou um trabalho com a Secretaria da Mulher, de sensibilização de todos os servidores do plantão.

Então, neste primeiro momento, a gente pegou todas essas quatro Aisp que o Secretário mencionou aqui. Estivemos reunidos com todos os delegados de plantão e delegados-chefes, e a nossa intenção, mais do que cuidar do que trata a lei em si, juridicamente, porque são conhecedores, foi explicar a razão de ser da lei e a importância do papel deles como agentes públicos na repressão desse tipo de violência. Foi bem interessante. Nós fizemos quatro manhãs, divididas em Aisp. Houve propostas, reflexões, e estamos aguardando só o término da greve, para que possamos fazer o mesmo trabalho com os agentes do plantão. Nós estivemos com o nosso diretor, que autorizou, e nós fizemos inicialmente isso com todos os delegados de plantão e delegados-chefes.

Então, existe essa preocupação, porque, regimentalmente, a Deam não está só incumbida da investigação desses crimes contra a mulher. Ela, em nível de Polícia Civil, é uma unidade também responsável por fazer essa coordenação, essa espécie de apoio técnico com as demais delegacias. Então, existe uma preocupação de sempre estarmos em contato com as delegacias, fornecendo material, dando subsídios para trabalho, tirando as dúvidas e esclarecendo as que eles tenham.

Nós, também, através da Deam, mandamos uma proposta nesse Edital nº 1, da SPM, em que relacionamos várias coisas, inclusive a aquisição daquela bolsa crise, que a senhora teve oportunidade de ver, para estender a todas as demais delegacias. Elaboramos uma bolsa para as presas que pernoitam na delegacia. Estamos pedindo material gráfico, alguns equipamentos, porque somos muito demandadas para dar palestras e, muitas vezes, nós é que levamos *data show*, todo aquele equipamento, e também uma peça que foi montada por uma escrivã de polícia que tem formação em artes cênicas e que hoje está lá com o Secretário. Ela elaborou uma peça que já foi vista até

pela própria Maria da Penha, que aprovou, para tratar do tema. Então, nós estamos pedindo 24 apresentações dessa peça. Então, nós temos essa preocupação. Agora, lógico, não existe no orçamento específico da Polícia Civil isso, mas a gente se inscreve e elabora sempre projetos, tanto na Senasp como na SPM, para que a gente busque recursos e faça esse atendimento também.

Eu só queria esclarecer, com relação a essas ocorrências, eu não sei realmente qual o dado, mas me vem à cabeça aqui exatamente o número de 2011. Nós tivemos, no DF, 11.515 ocorrências registradas. Na Deam, foram 3.883. Então, assim, não é verdade que a Deam é que faz o maior número de registros. Proporcionalmente, sim, mas é um número bem grande. Existem delegacias no DF onde 60% dos inquéritos instaurados foram relativos à Lei Maria da Penha. Lá na Ceilândia, por exemplo. Então, essa questão da importância e do cumprimento dos dispositivos da Lei, ela está bem cristalizada já na Polícia. Realmente, quando chega uma notícia, um registro, um inquérito policial é instaurado imediatamente. Então, não é verdade esse dado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Nós vamos passar para as demais Parlamentares, em bloco, fazerem os seus questionamentos acerca da ação da Secretaria de Segurança, e os senhores e as senhoras responderão também conjuntamente.

Com a palavra a Deputada Marina. Em seguida, a Deputada Érika.

Deputada Marina.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Primeiro, saudando a Deputada Érika Kokay, porque, quando nós fomos fazer o requerimento sobre Goiás e Distrito Federal, nós ainda buscávamos o melhor formato, e com a Deputada Érika Kokay nós pudemos ocasionar à CPML a importância deste evento aqui e também das diligências realizadas no dia de ontem e a reunião com o Movimento de Mulheres.

Só uma observação. A Senadora Ana Rita traz aqui à Drª Ana Cristina dados que foram mencionados aqui no interior das perguntas, nas observações; eles foram dados pela própria Polícia Civil, são dados oficiais.

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Houve uma inversão, aparentemente.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Uma inversão? Bom, então, se puderem explicar posteriormente, porque aqui estão os dados. A Senadora Ana Rita vai trazer mais de perto.

Gostaria de perguntar ao Dr. Jorge ou ao Secretário de Segurança ou à própria Drª Ana Cristina se há a intenção de, no sistema de informação, cujo

nome, parece-me, é Polaris – não é isso, Dr. Jorge? É isso, não é?

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Polaris.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Então, se no sistema há a intenção de adicionar, além das questões relacionadas a gênero, de adicionar informação sobre raça e orientação sexual. Quer dizer, abrangendo, para possibilitar uma compreensão melhor do quadro mais especificado para as pesquisas, para as estatísticas e também para a orientação de políticas públicas sobre a orientação sexual, que abrange mulheres lésbicas. E sobre raça, especialmente as mulheres negras.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Érika Kokay, com a palavra.

A SRª ÉRIKA KOKAY (PT – DF) – Bom, eu queria saudar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a relevância do tema, porque é impossível construir uma sociedade de cultura de paz enquanto houver esse nível de violência, muitas que não deixam marca na pele, mas seguramente deixam marca na alma. A violência contra a mulher é urgente que nós possamos enfrentá-la, para que possamos construir uma relação e um reconhecimento humano de que todos são iguais, porque somos seres humanos e a humanidade é uma só.

Mas eu gostaria de tirar algumas dúvidas. A primeira delas é que soube que há a previsão de construção de uma Deam em Planaltina. E me pergunto por que Planaltina e não Ceilândia, na medida em que em Ceilândia existe um número grande de... É Ceilândia. Porque foi dito que seria Planaltina.

O SR. JORGE XAVIER – Na verdade, o que querem para Planaltina é a 3ª DCA. A Deam seria na Ceilândia. E o prédio até já está lá pronto.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Jorge, daqui a pouco, a gente retomará a palavra para o senhor. Só para registro das notas taquigráficas. Deputada Érika, pode continuar nas suas perguntas.

A SRª ÉRIKA KOKAY (PT – DF) – Sim, então, não é Planaltina, é Ceilândia.

Ele corrige: é Ceilândia, que atinge uma bacia grande, a região de Samambaia, Taguatinga, enfim, e tem um alto índice de violência contra as mulheres. Inclusive, foi o primeiro lugar onde surgiu uma rede social para, dentre outras coisas, tentar enfrentar as diversas formas de violência.

O segundo aspecto diz respeito à necessidade de que haja um recorte das políticas de enfrentamento à mulher no Orçamento, que se possa identificar o que diz respeito a políticas... Aliás, em todas as políticas públicas, eu penso. Acho que deveríamos aplicar aqui, no Distrito Federal, o orçamento mulher, para que nós

tivéssemos exatamente a dimensão, a preocupação e o peso orçamentário que tem a discussão do enfrentamento da violência contra a mulher.

O outro aspecto que gostaria de abordar é sobre a previsão na peça orçamentária que será encaminhada à Câmara da Legislativa. Primeiro, da construção da nova Deam – deve haver com certeza. Segundo, de ampliação do próprio IML, que foi o que nós constatamos como necessidade nas diligências feitas. Há necessidade de ampliar o IML para que nós possamos ter um atendimento que nos forneça robustez nos inquéritos e nos laudos, e a polícia técnica é absolutamente fundamental nesse sentido. Ou seja, o IML para os vivos. Ou para que nós possamos ter robustez nos laudos.

Então, qual a previsão orçamentária para as políticas específicas de enfrentamento na área de segurança. Se há alguma previsão para o IML; se está previsto na peça orçamentária a construção da nova Deam. E o último aspecto diz respeito a uma preocupação que nós temos, que é não apenas com o número de denúncias. A população denunciar é muito importante, porque, primeiro, ela reconhece uma responsabilidade que tem com o enfrentamento e, segundo, que não naturaliza. Quando se denuncia, está dizendo-se que não é natural.

Mas nós temos outras preocupações, que dizem respeito, primeiro, ao acompanhamento do processo. Nós temos o inquérito que é constituído, mas há necessidade, no Distrito Federal, de nós acompanharmos. Digo que cabe muito ao Ministério Público essa função, mas nós devemos ter um acompanhamento para ver o nível de responsabilização, para saber se as denúncias estão caindo no leito perverso da impunidade ou se elas estão realmente servindo para responsabilizar, o que contribui, sem dúvida nenhuma, para desnaturalizar.

O segundo aspecto é o atendimento para que aquelas mulheres possam ressignificar as suas próprias vidas. E o que nós vimos – e eu acho que cabe mais até a segunda Mesa – é que são encaminhadas, via de regra, para o Centro de Referência, mas qual é a estrutura de atendimento que se tem para que nós possamos possibilitar a ressignificação dessas vidas e, ao mesmo tempo, a interrupção da trajetória de violência?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos passar às palavras finais, lembrando ao Dr. Sandro, à Drª Ana Cristina e ao Dr. Jorge que para as questões não respondidas, até por razões materiais, de acesso ao volume de informações, nós damos um prazo de dez dias para que nos possam ser enviadas as respostas.

Em segundo lugar, eu queria sugerir que pudessem ser construído... Pela informação que nós tivemos, o problema de capacitação dos profissionais é algo que ainda está em aberto. Tanto na Academia de Polícia Civil quanto na Academia de Polícia Militar, pela informação que eu tive, há informações sobre a Lei Maria da Penha e não sobre a política pública de enfrentamento à violência contra a mulher. Então, que os senhores pudessem construir essa alternativa em discussão com as direções das duas academias e em parceria também com a Secretaria da Mulher.

Passo, então, a palavra, para suas conclusões finais, para o Dr. Sandro, por até cinco minutos.

O SR. SANDRO TORRES AVELAR – Quero agradecer à Deputada Jô Moraes, Presidente da CPMI, em nome dela, agradecer também às demais Parlamentares que compõem a Comissão e dizer que, de tudo que foi conversado aqui, discutido aqui, fica realmente muito evidente essa necessidade de incrementarmos até os nossos planos de ensino dentro das nossas academias, tratando desse assunto de maneira voltada à política. É algo em que, realmente, nós não havíamos pensado. Conforme eu falei aqui, a Lei Maria da Penha é objeto de estudo, mas uma política mais ampla voltada ao combate à violência contra a mulher é algo que, realmente, vai ficar aqui marcado. Vai ficar consignada essa sugestão.

No que diz respeito às políticas mais abrangentes da Segurança Pública do Distrito Federal, quero agradecer por ter tido esta oportunidade de explicar o que nós estamos fazendo. É um trabalho que, realmente, reúne todas as nossas corporações e as demais áreas de governo, conforme foi colocado aqui.

No mais, quero dizer que estamos sempre à disposição para prestar quaisquer tipos de esclarecimento que sejam pertinentes. Essas perguntas que porventura não tenham sido respondidas vamos respondê-las dentro desse prazo que foi fixado.

Então, quero encerrar, agradecendo e me colocando à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos ao Dr. Sandro.

Passamos a palavra à Drª Ana Cristina.

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Eu queria agradecer também a oportunidade de ter contado com a presença de vocês lá, visitando nossas instalações. Realmente, foi um grande prazer para todos nós, servidores. Nós somos muito orgulhosos do trabalho que desenvolvemos lá e estamos bem conscientes da responsabilidade não só de manter aquele trabalho, como também de aperfeiçoá-lo. Quero dizer que iniciativas como a das senhoras são, mais do que

importantes, essenciais para a gente conseguir mudar a realidade do nosso País.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Muito obrigada, Drª Ana Cristina.

Com a palavra, o Dr. Jorge, nosso Diretor-Geral.

O SR. JORGE LUIZ XAVIER – Vou falar muito rapidamente a respeito dessas questões colocadas.

No registro da ocorrência, se se disser sobre opção sexual, etc., há um problema cultural a ser enfrentado: a ocorrência policial deve ser exata, deve dizer respeito aos fatos, não a declarações, porque isso, eventualmente, tem implicações no processo depois. Podemos até discutir e chegar à conclusão de que nós é que estamos muito atrasados, por não haver um campo, por exemplo, para lançar a declaração de opção de gênero. Mas, na verdade, a gente não pensou muito nisso, porque o inquérito policial tem uma marca cartorial muito forte, pois já começa com o registro de ocorrência. Então, a gente pensa sempre na exatidão do dado, tanto que a ocorrência é toda preenchida pelo que o agente pergunta objetivamente para quem está na frente dele. Ele só pergunta o que está naquele quadrinho, não é?

A gente pode discutir isso mais em frente, mas penso que, legalmente, deve ser necessária alguma modificação legislativa, para que isso seja um padrão, mesmo porque, quando houver aquele sistema nacional de análise de informação, vamos precisar contar com uma forma padronizada de registros no Brasil inteiro.

Então, corrigindo, quero dizer que o pleito de construção da 2ª Deam não é para Planaltina. Em Planaltina, é a 3ª DCA. Eu estava conversando sobre isso mais cedo. Na Ceilândia, o prédio já existe. O que falta é pessoal. O prédio existe. O pleito da Secretaria da Mulher era o de que, inclusive, houvesse a descentralização do IML, para que a vítima não precisasse vir ao Plano Piloto, e, eventualmente, até do IC – Instituto de Criminalística. Do ponto de vista físico, é possível construir. A gente não conta é com pessoal para ocupar esses postos.

Sobre o orçamento de que a Deputada Érica falou, a gente depende da Bancada do DF para conseguir esse recurso. A gente precisa de recursos – o nosso orçamento não comporta – para iniciar a construção do IML. Já há uma proposta da Senasp de ajudar a equipar, desde que a gente entregue o prédio construído.

A respeito da necessidade de se aprimorar o treinamento, eu proponho que a gente faça ou construa a matriz curricular em parceria com a Secretaria da Mulher, para inserir isso na Academia de Polícia como uma cadeira, de acordo com as discussões que a gente venha a ter com a Secretaria da Mulher. De

fato, a gente já faz treinamentos esparsos, mas muito mais relacionados ao conteúdo da Lei Maria da Penha do que à política pública propriamente dita.

No mais, quero agradecer a oportunidade e dizer que, na Polícia Civil do Distrito Federal, a gente tem plena consciência de que a gente tem de servir como referência para o restante do País, por conta das condições objetivas que a gente tem. A gente tem plena consciência da responsabilidade que a gente tem. E temos muita vontade de avançar em relação a qualquer tema que o Governo Federal tenha por interesse disseminar no restante do País. Temos essa consciência e estamos prontos, desde que recebamos ajuda, a fazer o que for necessário para que as políticas públicas que serão disseminadas comecem por aqui. Aqui será uma nova Curitiba, por assim dizer.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Eu queria agradecer ao Dr. Sandro, à Drª Ana Cristina e ao Dr. Jorge e registrar que a presença dos senhores e da senhora é um reconhecimento do valor que os senhores e a senhora dão para essa temática. Registro também que é muito significativo que tenha vindo não apenas uma representação, mas também o Diretor-Geral da Polícia Civil, o Secretário de Segurança e a nossa principal delegada à frente desse processo, porque esse gesto demonstra o compromisso, mesmo que ainda existam construções limitadas dentro desse processo. Muito obrigada a todos.

Pedimos para que os senhores possam voltar, para que possamos chamar, neste momento, a nossa Secretária da Mulher do Distrito Federal, Profª Olgamir Amancia Ferreira, para ocupar esse espaço. *(Pausa.)*

Aproveitamos para também chamar à mesa a apresentação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Drª Marília Coelho Cunha, Subsecretária de Saúde do Distrito Federal, que na oportunidade representa o Dr. Rafael de Aguiar Barbosa.

Antes de as senhoras ocuparem o tempo para sua exposição, a Senadora Ana Rita, nossa Relatora, fará os questionamentos em conjunto para que as senhoras possam depois, além de fazerem a exposição, responderem às questões que a nossa Senadora coloca.

Queria apenas pedir desculpas ao Secretário de Segurança, pois vivemos essa divisão, tendo que sair para votar, porque estava em debate uma MP das dívidas dos Municípios, uma disputa muito grande em torno da votação do projeto dos *royalties*, e sempre tem de haver quórum para podermos avançar na agenda.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Quero aqui cumprimentar também a Secretária da Mulher do Distrito Federal, Srª Olgamir, e é com a senhora que vou co-

meçar fazendo as perguntas; depois, faremos para a Secretaria de Saúde.

Primeiro, apenas lembro duas questões que fizemos no começo para que fossem respondidas por todos os Secretários. Gostaríamos que a Secretária falasse um pouco, na sua avaliação, sobre a integração entre os serviços de atendimento à mulher, referente aos Poderes constituídos; não somente a integração entre as Secretarias, entre os órgãos referentes ao Poder Executivo, mas como acontece essa integração com os demais Poderes instituídos aqui no Distrito Federal, com relação também à rede de serviços. E sobre qual o orçamento destinado à Secretaria da Mulher na implementação das políticas. Estas são as duas perguntas que gostaríamos que a senhora respondesse.

E, especificamente, gostaríamos também que falasse um pouco sobre a execução do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, do qual o Distrito Federal também é signatário.

Quais as políticas de divulgação dos serviços que a Secretaria desenvolve? É importante também saber como está esse processo de divulgação do serviço para todas as mulheres.

A criação dos CREASs e CRASs tem diminuído a atuação do Centro de Referência. Qual a relação entre o Centro de Referência da Mulher com o Centro de Referência de Assistência Social e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social? Como se dá essa relação entre o Centro de Referência da Mulher com os demais centros que são relacionados à assistência social? E os núcleos de atendimento à mulher e aos agressores estão vinculados à Secretaria? A Secretaria tem alguma avaliação sobre esses serviços particularmente em relação à reincidência das agressões? Se eles estão vinculados, que avaliação a Secretaria faz da existência desses núcleos e dos serviços prestados por esses núcleos?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra a Secretária Olgamir, que disporá de até 20 minutos para sua exposição.

A SRª OLGAMIR AMÂNCIA FERREIRA – Boa tarde, Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão.

Quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, cumprimentar a Deputada Marina e dizer que para nós da Secretaria de Estado da Mulher e o Governo do Distrito Federal, este momento é extremamente importante para que a gente possa dar publicidade àquilo que é uma definição e uma política pública estabelecida pelo Governador Agnelo Queiroz. Precisamos resgatar primeiro que nós estamos falando de um Governo que tem um ano e dez meses de existência. Eu queria que a gente não perdesse isso de vista porque é importante.

Antes de falar da questão das redes de atendimento, eu queria destacar que a criação da Secretaria de Estado da Mulher resulta, como já foi destacado aqui, de dois movimentos: do movimento organizado das mulheres do Distrito Federal, que, desde a campanha, aportou essa demanda, e da sensibilidade do Governador, porque o movimento já vinha fazendo essa reivindicação historicamente. Então, nós precisamos eleger um Governador com essa compreensão para que a gente, de fato, visse concretizado isso que é um anseio.

E a Secretaria é criada como uma secretaria de Estado com a expectativa de que ela implemente políticas a partir de articulação com outros órgãos e faça também a garantia do direito das mulheres naquilo que diz respeito ao atendimento da violência, mas também às questões relativas à autonomia e à emancipação das mulheres.

É por isso que, quando a Secretaria nasce, ela nasce como uma subsecretaria específica de enfrentamento à violência – está aqui a nossa Subsecretária, Silvania –, mas ela tem também uma outra subsecretaria que cuida das políticas gerais.

Na concepção que nós desenvolvemos, o enfrentamento à violência precisa se dar, certamente, pelos equipamentos vinculados à Subsecretaria específica, mas não só. A complexidade da violência exige um conjunto de outras ações desenvolvidas pela Secretaria em articulação com outros órgãos, com outras entidades da sociedade, para que, de fato, a gente possa responder a essa questão.

Com relação às redes de atendimento, desde o primeiro momento, exatamente por reconhecer essa complexidade, nós buscamos estabelecer uma relação o mais ampla possível com os entes públicos em geral, até porque o nosso grande desafio é extrapolar a ideia de uma política de governo para que ela se concretize como uma política de Estado. E nesse sentido nós fizemos articulações contundentes – e aí a gente, depois, vai destacar – com todos os órgãos do Governo do Distrito Federal. Com uns mais, com outros menos, mas com todos os órgãos a gente tem mantido uma interlocução permanente. Inclusive, os órgãos que são afetos a essa questão estão todos com assento no Conselho dos Direitos da Mulher, que foi ampliado nessa gestão e que incorpora, inclusive, a presença do movimento feminista, que, historicamente, não estava presente no Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal.

Mas nós fizemos também, construímos também uma parceria com o Ministério Público, por exemplo, e o primeiro movimento que o Ministério Público fez quando nós assumimos a Secretaria de Estado da Mulher

foi demandar a questão da casa-abrigo, que era uma casa extremamente pobre, com muitas dificuldades. Nós tomamos posse num dia e no outro tínhamos uma recomendação do Ministério Público. A partir daí, nós estabelecemos um diálogo muito permanente, à época, com a Dr^a Daniele, que está de licença agora, e com a própria Presidente do Tribunal e estabelecemos vários encontros, até porque nós temos uma parceria histórica com o Ministério Público por meio dos Nafavds. Nós temos dez núcleos de atendimento às famílias e aos agressores, que estão, a maioria deles, aportados na estrutura do Ministério Público, mas com a presença da Secretaria, a partir dos seus funcionários, porque nós temos uma equipe multidisciplinar nesses núcleos para fazer esse acompanhamento.

Então, essa parceria já vem se efetivando há bastante tempo e é, eu diria, uma parceria que a Dr^a Eunice Carvalhido... Inclusive, no último encontro que nós fizemos para atualizarmos o termo de cooperação, ela colocou a necessidade de a gente ampliar para as 14 circunscrições, as 14 áreas em que o Ministério Público atua; nós estamos em dez. O limite é um pouco esse que já foi apresentado pela Secretaria de Segurança. Tem uma definição, tem um desejo, mas nós temos um limite de pessoal, porque nós temos que destacar também que, neste Governo, nós passamos a ter, dentro dos núcleos de atendimento, uma condição inquestionável de qualidade no atendimento psicológico, porque nós temos, por contratação do Governador Agnelo, dois psicólogos em cada núcleo, o que oportuniza o atendimento ao agressor por um profissional e o atendimento à vítima por outro. Então, isso é uma questão que eu gostaria de destacar no que diz respeito ao Ministério Público.

Com o Tribunal de Justiça nós não temos uma articulação formalizada como temos com o Ministério Público, com termos assinados, a não ser o pacto, de que o Tribunal de Justiça participou, mas nós temos uma interlocução desde a gestão anterior. E foi, inclusive, em função das articulações que nós conseguimos fazer, com o Tribunal de Justiça, com que o número de varas especializadas no atendimento à violência doméstica fosse ampliado. Foi a partir daí que o Presidente do Tribunal, ao levarmos a ele as demandas, as nossas preocupações, e alguns espaços seriam inaugurados, ele se comprometeu com a Secretaria a fazer a instalação de varas específicas. Inclusive, em todas as inaugurações, ele fez questão de registrar que estava instalando aquelas varas por uma demanda feita pelo Governo a partir da Secretaria de Estado da Mulher.

Mas, para além disso, nós temos uma interlocução direta na Câmara Técnica, de que eu vou falar daqui a pouco, quando falar do pacto.

A Defensoria Pública faz parte da nossa estrutura, mas também temos uma articulação – e a Defensora Dr^a Dulcielly está aqui... De forma que, nesta discussão, eu considero que é importante estar destacando, com o Dr. Jairo Lourenço, que é o Presidente da Defensoria, que nós demandamos a presença das defensoras e dos defensores públicos para atenderem a todas as mulheres. Ele nos colocou os limites e nós conseguimos construir uma alternativa, que não responde a toda a nossa demanda, mas que demonstra o reconhecimento da importância que foi exatamente estabelecer, dentro de cada um dos juizados, a prioridade no atendimento. Então, você tem defensores dentro desses espaços que têm a incumbência primeira de atender às vítimas, já que o agressor tem, necessariamente, por força da Constituição.

Mas nós fazemos, também, articulação com a própria Universidade de Brasília. O fato de eu participar daquela Universidade, certamente, ajuda, mas nós temos muito mais do que isso. A Universidade de Brasília tem uma expertise, tem uma reflexão e tem sido uma parceira permanente no diálogo e na construção de ações que a gente vem desenvolvendo nas diferentes áreas.

Então, eu diria que esse é um pouco o movimento mais geral.

Nós criamos, então, uma rede de atendimento às mulheres que envolve Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretaria da Mulher, Polícia Civil... A Secretaria da Mulher fica como a articuladora desse processo. Então, entra a Polícia Civil... Nós, inclusive, tivemos o cuidado, como o Dr. Sandro colocou, de desmembrar. Então, nós temos a representação da Polícia Civil, que é a Dr^a Ana Cristina, mas temos a representação do Corpo de Bombeiros... E aí eu quero registrar que o Corpo de Bombeiros Militar do DF, que passou a participar com uma representação específica dentro do Conselho dos Direitos da Mulher, em função disso, criou o 1º Conselho de Mulher Militar do Brasil. Está no Corpo de Bombeiros daqui do Distrito Federal, criado por força da participação da Major Cristiane, que é a nossa participante, um membro do nosso Conselho da Mulher. Mas temos também a representação da Polícia Militar. E eu quero destacar o que significa isso. Porque, quando nós assumimos e fomos dialogar com o Comandante, à época o Comandante Holsback, sobre a importância de termos a questão de gênero, o recorte de gênero assegurado nas políticas militares pelo processo de hierarquização e a contaminação muito forte da questão machista, sexista, eu me lembro de que o Comandante, depois que nós levantamos várias preocupações que as mulheres militares haviam destacado, disse assim: “Secretária, nós nun-

ca tínhamos pensado sobre isso”. Aí ele chamou uma coronel, a Coronel Vanusa, para fazer parte do nosso Conselho e pudesse ser a nossa interlocutora, o que oportunizou que a gente fizesse vários encontros com a Polícia Militar. Nós fizemos seminários com todos os agentes, todos os policiais militares contratados pelo Governo do Distrito Federal, encontros com mais de 350 policiais em cada um dos momentos. Mas não foi só isso. Nós fizemos várias atividades permanentemente com a presença da Coronel Vanusa, que era o nome indicado. E, para nossa alegria, neste momento, a Coronel Vanusa passa a ser a primeira mulher Subcomandante da Polícia Militar do Distrito Federal, assumiu essa condição, e, em consequência da presença da primeira Comandante militar, nós hoje temos a primeira mulher no Brasil que coordena o Bope, uma área extremamente marcada pela lógica machista. Isso tudo é resultado desse movimento que eu penso que é importante que a gente destaque, porque tudo isso concorre para que a gente possa enfrentar a violência.

Tem também a Secretaria de Trabalho, a Secretaria de Turismo, a Sedest – e aí vou falar do Creas e Cras –, a Secretaria da Criança, a Secretaria de Saúde, da qual a Marília vai apresentar algumas coisas. Essa é a grande rede.

Mas nós fazemos também a articulação do que nós chamamos de “redinhas”, que são as redes nas cidades, com representação praticamente desses mesmos sujeitos, mas lá dentro da localidade, que dão conta de responder por aquela realidade mais específica. Então, nós temos tentado, principalmente onde nós temos os Nafavds, nós temos conseguido dar uma cara mais presente nessa articulação da “redinha” nas cidades.

Então, eu diria que a gente vem caminhando de uma forma bastante interessante na construção e consolidação de um atendimento mais integral.

Do ponto de vista do... A segunda pergunta, que é do orçamento, é uma pergunta que eu gostaria que a gente analisasse não apenas olhando os números. Os números são importantes, revelam uma intencionalidade, mas, se você olhar apenas os números, eles não darão conta de responder sobre a preocupação desse Governo com relação à violência contra a mulher.

Quando nós assumimos, nós tínhamos um orçamento que herdamos da gestão anterior e que foi ampliado, de forma que hoje nós temos um orçamento que ainda é pequeno, que é da ordem de menos de R\$7 milhões, mas que é – estou falando do aporte local – 15 vezes mais do que tinha destinado à época que nós assumimos. Então, é importante a gente compreender esse movimento.

E o nosso orçamento... Nós temos, para além desse aporte específico, os vários convênios, estabele-

cidos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para atuação no nosso Plano Rede Mulher Rural, nós temos o aporte da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, que é também um recurso para ampliação dos nossos centros de referência e a Unidade Móvel de Atendimento à Mulher, porque nós não temos dúvida de que não daremos conta de ter centros de referência em todas as cidades, e então teremos uma unidade móvel, que já está em processo de licitação, como centro de referência itinerante, e temos também o convênio do Depen, que é um convênio que eu optaria por explicar no momento em que eu for explicar a questão dos Nafavds.

No conjunto, somando convênio com o aporte de recursos, nós vamos para a casa dos R\$12 milhões. Mas eu também não gostaria que a gente contasse com isso, porque, como a Secretaria de Estado da Mulher é uma Secretaria de articulação política também, qual é o desafio que temos assumido e conseguido concretizar? A gente tem dialogado com várias outras Secretarias e garantido que as políticas para as mulheres ocorram, mas não a partir do nosso cofre, porque, se você olhar o nosso cofre, ele dá para manter os nossos equipamentos, está certo?

Mas, por exemplo: nós fizemos uma parceria com a Secretaria de Saúde, a Carreta da Mulher, uma proposição da Secretaria da Mulher assumida pelo Secretário Rafael, que compreendeu a necessidade de levar um programa de atendimento às mulheres sobre o câncer de mama e o câncer de colo de útero, porque no Distrito Federal nós temos 1,8 mulher morrendo por semana vítima do câncer de colo de útero.

Nós tínhamos a compreensão... A Secretaria da Mulher trabalha muito com pesquisas. Para todos os eventos que nós realizamos ou de que participamos – não todos, mas na maioria deles – nós acabamos realizando uma pesquisa para perceber melhor como as mulheres estão demandando. Então, a Secretaria de Saúde cria essa unidade móvel para percorrer as cidades, mas aquelas cidades em que as mulheres têm dificuldade de acesso a esse tipo de equipamento.

Concretamente, qual é o recurso financeiro que a Secretaria da Mulher aportou? Nenhum. Agora, é um investimento de milhares e milhares de reais. A Secretaria contribuiu com o quê? Com os profissionais, porque nós atuamos também na captação das mulheres, fazemos a discussão e a formação.

Mas não é só isso. Por exemplo, nós vamos ter agora, aqui no Distrito Federal – provavelmente será a primeira unidade da Federação onde isso acontecerá –, a vacinação de todas as meninas na faixa de 11 a 13 anos contra o HPV. É uma vacina cara, e essa va-

ciação é resultado de uma ação da Secretaria de Estado da Mulher, mas o aporte de recursos é da Saúde.

Nós fazemos intervenção direta com a Secretaria de Trabalho e, a partir daí, nós garantimos a qualificação profissional de todas as mulheres que demonstram o desejo ou o interesse de se inserir em um dos cursos de qualificação desenvolvidos pela Secretaria de Trabalho. Nós inserimos essas mulheres e temos garantido outro elemento que considero fundamental: nos cursos que a Secretaria vem desenvolvendo, em sua grande maioria, nós temos inserido numa parte do currículo a discussão da Lei Maria da Penha e a emancipação, a autonomia e a desigualdade de gênero. Nós temos pautado isso em vários cursos e mais recentemente fizemos uma articulação com a Escola de Governo, uma escola que nós temos de formação de profissionais que a partir de agora vai incluir, para todos os cursos de capacitação de todos os servidores públicos do Distrito Federal, um bloco de conteúdos formulado a partir do debate com a Secretaria da Mulher para responder à demanda da formação dos profissionais em geral.

E aí também quero dar uma notícia muito boa: devido ao movimento realizado pela Secretaria da Mulher na interlocução com o Conselho de Educação do Distrito Federal, nós temos uma resolução, publicada recentemente, que obriga que, a partir do ano 2013, todas as escolas do Distrito Federal da educação básica, sejam elas públicas ou privadas, incluam em seu currículo a questão de gênero e dos direitos das mulheres.

Nós estamos falando de políticas que são desenvolvidas e que têm custo. Por exemplo: nós lançamos o 156 opção 6, que é um número local... Nós tínhamos um número de oito dígitos – 36222266 –, mas todas as vezes que eu ia para a televisão ou para a imprensa e tinha que dizer esse número a mulher não dava conta de gravar. Nós entendemos que precisávamos de um número localizado, de três dígitos. Conseguimos isso na parceria com a Codeplan. O nosso custo é o de termos uma profissional nossa, que faz o monitoramento, mas todas as seis meninas, que foram, inclusive, formadas por nós – nós fizemos um curso de discussão com as atendentes –, são pagas pela Codeplan.

Se eu for exemplificar, nós vamos ficar aqui um longo período destacando essas questões. Então, eu diria que nós temos um orçamento muito mais amplo do que esse que se configura aqui nessa realidade.

Bom, com relação às políticas de divulgação.

A Secretaria de Estado da Mulher, desde que ela assumiu, fez várias campanhas amplas, campanhas de mídia, televisão, *outdoor*, “busdoor” e tudo mais. Começou com a campanha “O estupro é crime he-

diondo. Denuncie!”, por meio da qual nós orientamos que as pessoas ligassem para a delegacia, o que fez aumentar o número de denúncias, de forma que a Secretaria... Nós não tínhamos, à época, a opção 156 opção 6, então nós colocamos o 180 da SPM – a SPM, inclusive, nos cobrou porque nós tínhamos acionado um serviço que aumentou a demanda deles lá, e eles não estavam preparados para aquilo. Nós tivemos que nos justificar em função disso.

Então, nós começamos com a campanha “Estupro é crime hediondo. Denuncie!” e temos feito outras campanhas permanentemente. São campanhas que ocorrem em momentos específicos. São campanhas como a do “Março Mulher”, que nós atendemos durante todo o mês de março – aí, de novo, é todo tipo de mídia; nós temos conseguido inserção na televisão, como conseguimos agora no “Outubro Rosa”. Há também a campanha dos “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, que começa daqui a pouco – a campanha junto à mídia já está pensada.

Semana passada já me sentei com o Secretário de Publicidade para discutir as campanhas de 2013 e, aí, é o recurso da publicidade institucional do Governo do Distrito Federal e não da Secretaria de Estado da Mulher. Mas nós fazemos também um trabalho de circulação nas cidades.

A Secretaria de Política para Mulheres, como eu disse, entende que precisa também empoderar, garantir a autonomia dessa mulher, para que ela consiga enfrentar essa violência num outro patamar. Nesse sentido, nós temos o Plano Rede Mulher, que tem percorrido o Distrito Federal de A a Z.

Esse plano se divide nos seguintes: Plano Rede Mulher Saúde; Rede Mulher Trabalhadora; Rede Mulher Rural e Rede Mulher Cidadã. A partir daí, nós temos ido fazer um trabalho de formação e de articulação com as lideranças nas localidades.

Só para vocês terem uma ideia: de abril até agora, nós já fizemos mais de 40 mutirões envolvendo lideranças nas localidades, e ali nós trabalhamos a Lei Maria da Penha, promovemos a divulgação de informações – nós temos 100 mil cartilhas; nós mandamos publicar, não temos mais. Foram 100 mil cartilhas com a Lei Maria da Penha explicada em perguntas e respostas. As perguntas mais frequentes nos encontros que nós realizamos foram pautadas e nós buscamos respondê-las numa linguagem que desse conta de esclarecer as mulheres – as cartilhas já estão no fim; refiro-me às cartilhas que nós pedimos para o “Março Mulher”.

Então, são muitos os movimentos, com cartazes, com *folders*, para dar publicidade. Eu penso que isso tem surtido efeito, porque o número de ocorrências tem

umentado, e tem aumentado por força do conhecimento, do acesso à informação, da clareza.

Aliás, é muito recorrente, após os mutirões do Rede Mulher, mulheres dizerem coisas assim: “Eu não sabia que eu era vítima de violência, que isso era crime. Eu sou, há 27 anos, vítima da violência sexual”. Então, são coisas que estamos fazendo que permitem que a mulher compreenda, e isso tem impactado, inclusive, a Secretaria de Segurança – e aí nós vamos demandando com a Secretaria de Segurança; o Dr. Jorge já colocou essa permanência.

Com relação aos núcleos de atendimento... Depois eu falo dos CRASs, porque os núcleos de atendimento são muito importantes, é uma experiência...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretária...

A SRª OLGAMIR AMÂNCIA FERREIRA – Só para concluir...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Já foram dados mais três minutos. Mais dois minutos, porque ainda há as questões que vão ser respondidas pelas duas...

A SRª OLGAMIR AMÂNCIA FERREIRA – Ok.

Os núcleos de atendimento às famílias e aos agressores, que são esses que fazemos na vinculação com o Ministério Público. Nós estamos exatamente no momento da implantação de um convênio com o Departamento Penitenciário Nacional, e a nossa proposta somente foi aprovada porque queríamos fazer exatamente isto que se está perguntado aqui: o monitoramento, dar um atendimento mais demorado, com mais tempo, que nos autorizasse a dizer concretamente que esse trabalho de responsabilização e de reeducação do agressor é um trabalho que é importante fazer. Então, nós temos aí um convênio de aproximadamente R\$2,4 milhões. Estamos na fase inicial de execução desse convênio exatamente com essa expectativa.

Nós já temos vários elementos que nos dizem que o agressor... E quem coordena isso – eu gostaria de fazer este registro – é o Luiz Henrique, profissional de carreira, mestre na área da agressão, ele estuda o agressor, está fazendo doutorado nessa área. Nós temos, inclusive, feito um trabalho e já temos muitas evidências, mas, como sou da área da pesquisa, nós queremos pesquisa que possa nos autorizar a dizer: “É fato. Está aqui, os números revelam”. Nós não temos esse dado porque estamos ainda numa fase de observação.

É isso?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Os CREASs, os CRASs e o pacto...

A SRª OLGAMIR AMÂNCIA FERREIRA – Ah, o pacto. A câmara técnica se reuniu regularmente, ti-

vemos a presença de todos os órgãos – o Ministério Público e o Tribunal de Justiça mandaram os seus representantes autorizados para debater conosco.

O nosso plano integral básico já está pronto, inclusive já o entreguei ao Governador Agnelo Queiroz. Aliás, eu não diria que ele está pronto, mas que está semipronto, porque agora nós já temos uma audiência prevista com a Subsecretária de Enfrentamento à Violência, que atua em âmbito nacional – nós temos que apresentar a ela para que verifique se há alguma demanda ainda a ser feita. Então, em tese, ele está pronto. Eu não sei se você tem cópia dele aí, mas o nosso plano... E foi feito com a participação efetiva de todos os órgãos que a norma estabelece que devam participar dessa comissão. Inclusive, a nossa câmara técnica é mais ampla do que aquilo que estabelece a Secretaria Nacional de Políticas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª OLGAMIR AMÂNCIA FERREIRA – É o da câmara técnica, que é o pacto nacional.

É importante também destacar que, assim que nós concluirmos com a Secretaria Nacional de Políticas a questão do pacto – nós já assinamos a repactuação –, serão aportados R\$2,5 milhões para o enfrentamento à violência nessa articulação do Pacto de Enfrentamento da Violência.

Com relação aos CRASs e CREASs: como nós temos equipes multidisciplinares tanto na Casa Abrigo quanto nos núcleos de atendimento e nos centros de referência... Nessas equipes nós temos técnicos de assistência social, e esses técnicos são os responsáveis pela articulação direta. Não somos nós que vamos responder pelos direitos e pelos benefícios de que aquelas mulheres precisam e aos quais fazem jus. Nós fazemos essa articulação a partir dos profissionais que estão em cada um dos equipamentos da Secretaria da Mulher com a responsabilidade de encaminhar todas as demandas, seja para o Creas, seja para o Cras, seja para a Saúde. Nós, inclusive, garantimos aqui no Distrito Federal uma articulação com a Secretaria de Saúde, porque quando nós assumimos as mulheres que estavam na Casa Abrigo e iam para o hospital tinham que contar sua história toda de novo. Nós fizemos um protocolo e, hoje, todas as mulheres e crianças abrigadas são atendidas imediatamente na rede de saúde, num hospital próximo a sua casa e sem a revitimização – ela não precisa contar a sua história de novo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos passar a palavra agora tanto para a Senadora como para a Deputada Marina. Se quiserem alguma informações... Em seguida vamos voltar, em bloco, às respostas.

Deputada Marina.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Srª Deputada, eu tenho uma pergunta e mais duas perguntas do movimento de mulheres aqui da Rede.

A primeira pergunta, Professora Olgamir: quais as políticas públicas específicas para as mulheres negras e rurais? Há pouco a senhora mencionou algo sobre as rurais, mas gostaria de saber o que nós temos a destacar particularmente em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher.

A seguinte é do movimento de mulheres, portanto, das entidades da sociedade civil.

O Distrito Federal tem um Conselho Distrital de Defesa dos Direitos da Mulher. Esse Conselho tem acesso aos dados e resultados das políticas implementadas pela Secretaria? Existem mecanismos que permitam ao Conselho o acompanhamento permanente dessas políticas desde sua elaboração, estabelecimento de prioridades, acompanhamento da execução etc.?

Em relação ao orçamento de políticas para as mulheres: os projetos são previamente discutidos no Conselho? E a execução orçamentária das políticas, é acompanhada pelo Conselho? A sociedade tem acesso a esses dados? Como esses dados são disponibilizados?

Eu vou entregar o papel para facilitar o acompanhamento.

A outra pergunta é: existe um plano distrital de políticas para as mulheres? Se sim, como se dá o acompanhamento deste pela sociedade no Distrito Federal?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Senadora Ana Rita já apresentou...

Eu queria agregar uma questão, Secretária. Sem dúvida nenhuma o tempo é pouco para o relato. Por isso, a gente pede que o relatório venha por escrito, porque dá a dimensão. Sem dúvida nenhuma, a Secretaria, pelo seu depoimento, tem uma ação muito ousada, chegando a atingir áreas que são difíceis de serem atingidas, como, por exemplo, a área militar, onde se incorporou uma visão também de política pública de gênero para essa área. Acho que a experiência da Secretaria do Distrito Federal deve ser divulgada para poder se ter como referência para outros Estados.

Qual é a minha questão muito concreta? A Secretaria informou que se inicia um entendimento com os demais órgãos da rede. Isso significa o Executivo, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria. Qual é a minha pergunta? Existe uma rotina de encontro para articular essa ação? Complementando a minha pergunta, existe uma pactuação formal que permita que, surgida uma urgência na Delegacia de Mulheres, necessitando que seja definida uma medida protetiva ou uma prisão em flagrante do agressor...

Não, porque, se for flagrante, não precisa ação judicial... mas uma prisão em que a liberdade dele é uma ameaça, há uma figura do Ministério Público que aciona uma juíza de plantão que libera a decisão judicial para que a delegada possa, imediatamente, acionar esse processo? Porque isso é o grande desafio que temos em toda nossa experiência. Cada um toma a sua medida, mas como se monitora a medida protetiva? Tem um retorno às delegacias? A maioria das delegacias não tem informação do resultado. Então, qual é essa articulação? Qual é o ritmo, a rotina, o tempo em que se encontram e a pactuação que permite a agilização desses órgãos envolvidos na política de enfrentamento à violência contra a mulher.

A SRª OLGAMIR AMÂNCIA FERREIRA – Com relação à política para mulheres negras e mulheres rurais, é importante destacar que o Governo do Distrito Federal tem uma secretaria específica da igualdade racial. Até há bem pouco tempo era a Secretária Josefina. Fizemos muita articulação conjunta, em vários momentos, mas tem uma pasta que responde objetivamente por essa questão, ainda que a gente dialogasse permanentemente, vários eventos, produção de matéria, ok? Para não avançarmos.

Da mulher rural, é um pouco na linha do que já apresentei. Temos um programa, que é o Rede Mulher Rural, que é uma articulação prioritária com a Secretaria de Agricultura, a Emater e a Ceasa. O que acontece? Recentemente, o Governador inclusive relatou, fizemos uma articulação de forma que as mulheres da área rural que plantam flores, produzem artesanato, um espaço que tinha no Rio Preto fosse destinado... Na verdade, não é uma associação de mulheres. É uma associação com cinquenta e poucas pessoas, só que, dessas, somente três ou quatro são homens.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretária, a pergunta seria no seguinte sentido: o que esse trabalho repercute ou outros tipos de trabalho repercutem no enfrentamento da violência à mulher?

A SRª OLGAMIR AMÂNCIA FERREIRA – Ele repercute à medida que, quando vamos para essas comunidades e dialogamos com essas comunidades... É recorrente inclusive que, naquelas áreas mais próximas, aumente o número de ocorrências, por exemplo.

Só para você ter uma ideia, na Agrotab, que é uma feira agrícola, uma das maiores do Brasil, garantimos que dentro desse espaço tivéssemos oficinas da Secretaria da Mulher, e, por ali, passaram mulheres trabalhadores, assim como discutimos com a Secretaria da Agricultura a questão do apoio técnico às mulheres da produção familiar. O Governo do Distrito Federal tem uma posição de compra e aquisição de todos esses produtos para nossa rede escolar. Já estamos agora

com cinco áreas definidas, que serão áreas de atuação na zona rural, uma delas merece toda atenção, que é a Oziel, um acampamento que é extremamente pauperizado. Ao chegarmos até ali, cada vez que a gente leva informação, as mulheres agem mais diante da questão da violência.

Com relação ao Conselho e aos dados, também gostaria de registrar que o Conselho dos Direitos da Mulher, quando assumimos, tinha quinze cadeiras: sete do Governo, sete da sociedade civil e a Presidenta do Conselho. O mandato do Conselho estava em vigência. Inclusive consultamos a assessoria jurídica do Governador se poderíamos interromper ou não e chegamos à conclusão que o melhor, para evitar uma demanda judicial, dentro do Conselho, fazermos a proposta de ampliar, porque o Regimento assim permitia. Então, fomos para dentro do Conselho e conseguimos ampliar. Hoje somos cinquenta e duas Conselheiras. A sociedade civil tem maioria. Por que tem maioria? Porque inclusive tem cinco mulheres de notório saber, inclusive a Vice-Ministra é nossa Conselheira, que fazem parte, o que desequilibra em favor da sociedade civil.

Com relação ao acesso às informações, certamente, aqui e acolá, você pode ter dificuldades, mas o Conselho se reúne mensalmente, em toda última sexta-feira do mês. À medida que são demandadas informações, a gente vem procurando responder. Inclusive, em uma reunião do Conselho, foi colocada... Eles queriam a questão do orçamento e tudo o mais. Pedi à Subsecretária Danielle, que é responsável por essa área, e ela participou inclusive das reuniões do Conselho para dirimir quaisquer dúvidas.

A pergunta: o Conselho participa da formulação da política? Não sei se isso é recorrente, mas fizemos o planejamento estratégico do Conselho dos Direitos da Mulher. Fizemos dois dias de discussão com representantes do Conselho, foram convocadas todas, o dia inteiro, e construímos um planejamento do Conselho. Esse planejamento é o grande orientador das ações que a Secretaria implementa. É um dos, não é o único, mas é um dos grandes orientadores. Então, eu diria, se houve um planejamento estratégico, se ocorrem reuniões mensais e todas as demandas que são apresentadas são encaminhadas, há sim, eu diria, uma escuta permanente à sociedade. Talvez não esteja o quanto seria possível ou necessário, mas eu diria que há uma permanente interlocução.

Com relação ao plano distrital, ele é um plano que está em construção. Ele tem três pilares de sustentação: a conferência – realizamos a conferência distrital e essa conferência produziu um documento que é resultado de todo movimento e é base da construção desse plano –, o próprio planejamento estratégico da

Secretaria de Estado da Mulher, que também tem o seu planejamento estratégico, e o outro é o planejamento estratégico do Conselho dos Direitos da Mulher. Além disso, temos uma comissão executiva dentro do Conselho – inclusive alguns membros estão aqui – que vem acompanhando permanentemente esse debate, mas é um processo que está em discussão.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos à Secretária Olgamir. Se alguma das questões ainda ficou pendente, temos um prazo legal para a senhora responder, cumprimentando-a pelo trabalho, sem dúvida... Estamos extrapolando um pouco o tempo e o Ministério Público ainda vai fazer, a nossa Secretaria de Saúde e a Defensoria Pública. Por isso, estamos abreviando aqui.

Queríamos apenas lamentar que não esteja presente, nem tenha mandado justificativa, nem representação, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Foi entregue no dia 25 de outubro e, ontem mesmo, a Secretaria entrou em comunicação, mas não houve resposta.

Nós vamos passar imediatamente para a representante da Secretaria de Saúde, Drª Marília Coelho Cunha, Subsecretária de Saúde, mas antes vamos deixar que a Senadora coloque as questões que devem ser respondidas no corpo da exposição, porque nós ampliamos demasiadamente. É sempre assim. A Secretaria de Segurança Pública, pelas razões próprias, sempre ocupa um pouco mais de tempo, e a Secretaria da Mulher aqui...

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Marília, queremos agradecer sua presença, representando aqui a Secretaria de Saúde, o Secretário de Saúde.

A minha primeira pergunta é com relação à notificação compulsória, porque é da responsabilidade da Secretaria de Saúde emitir a notificação compulsória.

Eu gostaria de saber se a notificação compulsória da violência doméstica e sexual abrange todo o Distrito Federal. Se vocês conseguem fazer isso em todo o território do Distrito Federal.

Em 2011 foram registradas pela Polícia Civil 3.668 ocorrências de lesão corporal – isso de acordo com os dados que nos foram fornecidos – e 627 notificações compulsórias. Os números da saúde estão muito abaixo, se comparados aos da Polícia Civil.

Gostaríamos que a senhora fizesse um comentário sobre isso.

Os profissionais de saúde recebem capacitação para identificar casos de violência doméstica?

Quais os hospitais que realizam o abortamento legal?

Quantos procedimentos foram realizados nos últimos anos?

Ainda, há observação da norma técnica do Ministério da Saúde para o abortamento humanizado?

Como as mulheres tomam conhecimento desses serviços? Como acessar serviços?

Na questão do abortamento humanizado, estou incluindo essa pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra a Drª Marília Coelho Cunha.

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – Eu agradeço e cumprimento a Deputada Jô Moraes, Presidente da CPMI, assim como a Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI, e a minha conterrânea amiga Marina Santanna, Deputada Federal por Goiás, aqui pertinho da gente.

Primeiramente eu gostaria de dizer que, como já foi muito bem colocado pela Secretária Olgamir, o Governo do Distrito Federal tem um enfrentamento da violência contra a mulher como uma de suas prioridades de políticas públicas, tanto que criou a Secretaria da Mulher nesse sentido, e a Secretaria de Saúde, responsável pela garantia de atenção à saúde integral da mulher, é responsável pelo atendimento de todas as mulheres que sofrem qualquer tipo de abuso ou violência sexual.

No planejamento das ações da Secretaria, a responsável por formular todas as políticas nessa área é a Subsecretaria de Vigilância em Saúde, que tem o Núcleo de Estudos e Programas para Acidentes e Violências (Nepav), que é a unidade técnica responsável por todo esse trabalho.

A Secretaria de Saúde tem baseado suas ações nos eixos e diretrizes do SUS. Várias já foram colocadas, e muito bem, pela Secretária Olgamir. Não vou ficar repetindo-as. Lembro a reconstituição de mamas e a Carreta da Mulher, que tem feito um grande trabalho.

Vou tentar ser sucinta e pegar os pontos que a senhora colocou.

Na questão da promoção, desde 2011 que a Secretária lançou...

Em março de 2012, a Secretaria lançou o Programa Não aceite a Violência – proteja nossas mulheres. Notifique.

Nós começamos na Secretaria de Saúde um grande projeto de mobilização dos nossos servidores da atenção básica dos hospitais no sentido de garantir o maior índice de notificação, porque a notificação é compulsória, e mais orientação para esses servidores, para que eles orientem e saibam acompanhar ou encaminhar essas mulheres vítimas da violência.

Nossa notificação é compulsória e é importante dizer que ela é feita somente nas unidades do SUS. Em 2011...

Nós temos na Secretaria de Saúde, para vocês terem uma idéia, o Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência, que o Nepav coordena, que são os PAVs.

Nós temos 14 equipes que acompanham essas notificações, que acompanham esses trabalhos. Compostas de psicólogas e assistentes social, atenderam, em 2011, 2.166 mulheres, bem acima da notificação.

Como já dissemos, nem todas as mulheres que vão à polícia procuram o serviço público de saúde.

Há, ainda, a questão da subnotificação. Nós estamos hoje trabalhando muito com uma parceria enorme com a Secretaria da Mulher, na qual a Secretaria entra com a sensibilização, e nós, com a instrumentalização, com a orientação, com a capacitação dos nossos servidores, para que façam adequadamente essa notificação.

A senhora pode observar que no relatório que nós enviamos que o número de notificações subiu, em 2009, de 1.253 para 1.606 em 2011, e em 2012, até 30 de setembro, já estamos com 1.792 notificações de violência contra as mulheres.

Então tudo é questão de a gente...

Esse trabalho que tem sido feito na Secretaria de Saúde é de mobilização, capacitação e obrigação.

No que se refere aos números da saúde...

Os profissionais de saúde recebem capacitação? Sim.

As notificações são feitas, Senadora, em todo o Distrito Federal, abrangem todo o Distrito Federal.

Os profissionais de saúde recebem capacitação?

Só em 2011, de setembro de 2011 até agora, foram capacitados 1.300 servidores da Secretaria de Saúde, para que nós possamos melhorar, aprimorar e reduzir essa subnotificação de violência contra as mulheres.

No que se refere aos hospitais, hoje temos o HMIB, que é o antigo HRAS, um hospital na Asa Sul, que é o responsável pelos procedimentos abortivos. A partir de junho de 2012, todo projeto de humanização do atendimento desses procedimentos tem sido montado, está sendo escrito e estão sendo capacitados servidores para garantir esse atendimento humanizado porque não podemos...

Realmente, é um atendimento muito especializado, pois trata da situação de uma pessoa extremamente fragilizada. Para a Drª Rosely, diretora do HMIB, tem sido uma das prioridades, dentro do hospital, esse projeto da humanização do atendimento dessas mulheres vítimas da violência.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Quantos hospitais realizam o abortamento humanizado?

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – Hoje há um hospital.

Brasília é uma cidade que tem feito todos esses atendimentos. Esse hospital é referência no atendimento da mulher e da criança.

Quanto ao modo como as mulheres tomam conhecimento dos serviços e os acessam, gostaria de dizer que nós temos usado panfletos, *folders*, assim como os serviços de saúde para que as mulheres tomem conhecimento desses trabalhos, do atendimento a que elas têm direito e onde há esse trabalho.

É importante também deixar claro que nosso Manual de Atendimento às Vítimas de Violência já está pronto, distribuído em toda a rede pública, e o Nepav está com um projeto de fazer *folders*, panfletos, etc. e tal, para serem distribuídos em pontos-chaves, exatamente com a Secretaria da Mulher, para divulgar os trabalhos e serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde à mulher.

Eu tentei ser o mais breve possível.

Espero ter atendido às expectativas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Drª Marília.

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – Peço desculpas porque estou meio rouca hoje. Procurei ser o mais sucinta possível.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Já foi anexado – é bom lembrar – o relatório, que será disponibilizado no *site*.

Eu queria passar a palavra à Senadora e à Deputada Marina, para fazerem as questões e, em seguida, passá-la ao próximo...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só para entender, doutora: o Hospital Materno Infantil atende apenas o abortamento legal.

Os casos de violência sexual são atendidos só nesse hospital, ou são atendidos também nos demais hospitais?

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – Não. O caso de violência...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A notificação compulsória é feita por toda a rede, pelo que entendi, de todo o Distrito Federal, mas, no caso de violência sexual, quem é que atende? Quais são as unidades que atendem?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Ela poderia juntar todas as perguntas para responder. Mais alguma pergunta, Senadora? (*Pausa.*) Deputada Marina.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Algumas das perguntas aqui formuladas, Drª Marília, já foram respondidas na sua exposição.

Então, vou, na verdade, repercutir aqui a pergunta do Movimento de Mulheres e agradecer-lhe a presença, para que todos saibam de uma importante liderança política do Estado de Goiás, principalmente na época do movimento estudantil.

É muito gratificante ver uma pessoa com essa formação respondendo pela área da saúde aqui em apoio aos trabalhos que são realizados na Rede de Mulheres, na Secretaria da Mulher.

Os exames de mamografia e demais serviços oferecidos pela Carreta da Saúde também estão disponíveis nos hospitais da rede pública do Distrito Federal?

Se estão, em quantos e quais?

Há dados sobre os horários de atendimentos realizados nos hospitais sobre os mesmos exames? Trata-se dos mesmos exames realizados pela Carreta.

A Secretaria de Saúde possui algum tipo de ouvidoria?

Se sim, costuma receber denúncias sobre o serviço relacionado com aborto legal e o atendimento a casos de abortamento?

A Secretaria tem uma política específica de atendimento à saúde das mulheres em situação de prisão?

As palestras realizadas pela rede pública de saúde sobre planejamento familiar abordam a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher e seus impactos na saúde das mulheres?

O serviço de aborto legal é também divulgado nessas palestras?

Deixe-me passar, Presidenta, as perguntas do Movimento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Drª Marília para as considerações.

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – Sim, todas as mulheres vítimas de violência podem ser atendidas, sim, em qualquer unidade de emergência. No caso de violência sexual, elas podem ser atendidas em qualquer serviço de emergência em Brasília.

A Secretaria de Saúde tem um projeto da UPA.

Nas UPAs que estão sendo estruturadas e inauguradas, os médicos estão tendo capacitação no que diz respeito à violência, ao atendimento a pessoas vítimas de violência, às mulheres, etc. e tal. Já está sendo feito esse tipo de atendimento, para que as UPAs estejam preparadas para o atendimento à vítima e saibam orientá-las, ou seja, a mulher vítima de violência é encaminhada para a rede do SUS.

Em Brasília, há o Hospital Materno Infantil, que é especializado no atendimento à mulher, aos casos de aborto, à mulher grávida. Enfim, os partos de risco são realizados no Hospital Materno Infantil. Os partos normais, etc. e tal, são feitos no restante da rede. Por isso, quando a mulher é vítima de violência e há pro-

cedimentos mais específicos, ela é encaminhada ao HMIB. Não significa que o resto da rede não faça esse tipo de atendimento.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só uma questão, rapidamente. Drª Marília.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Senadora Ana Rita, para efeito das notas taquigráficas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – As mulheres que sofrem violência sexual e são atendidas nas unidades de saúde recebem o *kit* previsto pelo Ministério da Saúde com a pílula do dia seguinte e todos os...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Marília.

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – O programa de saúde da mulher tem esse projeto, essa demanda. Eu não posso responder se todas recebem. Está previsto nas diretrizes, nas normas da Secretaria que ela deve receber. Eu não posso dizer para a senhora se todas recebem, mas a norma, a orientação da Secretaria é de que todas recebam, se quiserem. Ela recebe, se quiser.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Como?

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – Ela recebe, se quiser, o *kit*, não é obrigatório. Ela recebe o atendimento psicológico e a orientação. É feito um acompanhamento pela assistente social, e, querendo, ela recebe o *kit*.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – As demais perguntas.

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – A Secretaria de Saúde tem uma política específica para o atendimento da saúde das mulheres em situação de prisão? Sim.

Nós temos um convênio com a área prisional, e a Secretaria de Saúde faz o acompanhamento. Há um plantão médico no serviço prisional feminino, porém há um acordo, um convênio entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Segurança Pública para que essas mulheres sejam encaminhadas para o serviço público de saúde da Secretaria de Saúde.

As palestras realizadas pela rede pública sobre planejamento familiar abordam a questão da violência? Sim.

O serviço de aborto legal é divulgado nessas palestras? Sim.

Em todas as palestras, em todas as orientações, o programa de saúde da mulher leva isso em conta e faz todo esse trabalho de divulgação nas unidades de saúde da Secretaria de Saúde. Não só no programa de saúde da mulher, mas também em qualquer projeto existente hoje na rede a orientação é de que esse tipo de assunto, de procedimento seja realizado.

Os exames de mamografia... Veja bem, eu gostaria de falar um pouco sobre a Carreta.

A Carreta foi pensada para atender às mulheres que não têm acesso aos serviços públicos de saúde. Ela está lá nas cidades-satélites, na região mais pobre do Distrito Federal, nas regiões em que há hoje pouco equipamento ou nos locais em que a população é pequena e não vale a pena ter um equipamento físico. Então, esse é papel da Carreta. A Carreta não vem para retirar ou substituir os nossos instrumentos, as nossas unidades de saúde, tanto que, como a Drª Olgamir deixou muito claro, as mulheres fazem os exames na Carreta, mas recebem o exame na unidade de saúde. Elas são encaminhadas a uma unidade de saúde para que façam a sua inscrição, recebam o cartão SUS e passem a ser atendidas naquela unidade de saúde.

A Carreta já atendeu mais de um milhão de mulheres, já realizou mais de um milhão de procedimentos, de março até hoje. Então, a Carreta de atenção à mulher tem sido um grande projeto da Secretaria de Saúde e tem sido muito bem aceita.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Há quanto tempo?

A SRª MARÍLIA COELHO CUNHA – De março para cá, com procedimentos e exames. Esse é um número altamente importante. A Carreta está perto da casa da mulher, que vai ao local, é atendida e encaminhada aos serviços de saúde. Isso tem aumentado inclusive os serviços de saúde para aquela mulher... Eu tive o prazer de acompanhar um pouco a Carreta, no primeiro lugar em que ela ficou, e eu me lembro de uma senhora de 70 anos que nunca tinha feito um exame ginecológico. Então, foi uma forma de a Secretaria de Saúde chegar à população mais necessitada do Distrito Federal.

A Secretaria de Saúde possui, sim, uma Ouvidoria e costuma receber, sim, denúncia sobre o serviço e perguntas sobre o atendimento, sobre aborto legal, atendimento aos casos de abortamento. Ela recebe, sim. Não sei dizer. Por um acaso, eu almocei hoje com a nossa ouvidora e, por coincidência, ela me disse que recebe, sim.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Nós agradecemos. O material disponibilizado vai dar informações precisas. Agradecemos à Secretaria Olgamir e à Drª Marília, representante da Secretaria de Saúde.

Passo a palavra para a representação do Ministério Público.

Queria só esclarecer aos senhores e às senhoras que nós temos uma dinâmica, Promotor Thiago. A gente escuta o Executivo para que possa ser uma referência que os senhores, que têm uma ação mais

fiscalizatória, como V. Ex^a, podem seguir, e a Defensoria Pública se situa nesse instante.

A Ordem do Dia e o painel do Senado abriram. A Senadora foi até lá para registrar a sua presença e darmos continuidade. Mas queria já passar a palavra e chamar para a mesa, representando a Dr^a Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal; do Ministério Público os Promotores de Justiça, Dr. Thiago André Pierobom e a Dr^a Fabiana Costa Oliveira.

Nós estamos com uma sugestão. As questões que a Senadora Ana Rita vai dirigir ao Ministério Público serão colocadas pela Deputada Marina, para que os senhores e as senhoras possam ter noção já das preocupações que a Relatora tem.

Com a palavra a Deputada Marina.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Obrigada, Sr^a Presidenta.

Então, já passo aqui diretamente as perguntas ao Ministério Público. A primeira pergunta, creio que já esteja em mãos: há previsão orçamentária para a capacitação de promotores e promotoras de Justiça para atuarem nas varas de violência doméstica? Há núcleo de promotoria de violência doméstica?

Segunda pergunta: o Ministério Público está oferecendo a suspensão condicional do processo? Depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, qual a orientação do Ministério Público e da Copevid sobre isso?

Terceira: por que há um número baixo de denúncias em relação aos inquéritos enviados ao Ministério Público?

Quarta: o que, na opinião do Ministério Público, poderia ou deveria ser feito para melhorar as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher?

Quinta: o Ministério Público tem atuação extraprocessual, isto é, atua para a implementação das políticas integradas previstas na Lei Maria da Penha?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Deputada Marina, eu sugiro que V. Ex^a vá votar – há votação nominal – para que possa me substituir aqui na Presidência. Para não interromper a dinâmica dos trabalhos, vão estar registrados todos os pronunciamentos, bem como anexados os relatórios.

Eu passaria a palavra para o Dr. Thiago André Pierobom, Promotor de Justiça, aqui representando o Ministério Público. Mais uma vez, cumprimento-os por estarem aqui presentes e lamento a ausência do Tribunal de Justiça.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA

– Boa tarde, Deputada Jô Moraes, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, ainda que momentaneamente ausentes, e este seletor auditório.

Bom, as perguntas que estão colocadas aqui ao Ministério Público são todas muito pertinentes e é importante que esta CPMI da violência doméstica se intere sobre o que o Ministério Público tem feito para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Eu havia preparado um roteiro de exposição daquilo que o Ministério Público tem feito e acredito que, na exposição, eu provavelmente responderei a todas essas perguntas. Se eventualmente ficar algum ponto em aberto, nós poderemos voltar a ele e revisar.

A primeira questão colocada é sobre a previsão orçamentária, ou seja, se existe previsão orçamentária para a capacitação de promotores e promotoras para atuarem nas varas de violência doméstica, quantos núcleos de promotoria de violência doméstica existem.

Bom, primeiro, vou falar da estrutura, que é a segunda parte dessa pergunta. Quando a Lei Maria da Penha foi aprovada, até aquele momento, casos de violência doméstica eram de responsabilidade dos juizados especiais criminais. Aliás, a grande vantagem da Lei Maria da Penha foi exatamente retirar do sistema de juizado e colocar num sistema à parte que não tivesse aquele sistema de arquivamentos em massa. Na época da edição da Lei Maria da Penha, nós contávamos com 31 promotorias de Justiça em todo o Distrito Federal responsáveis pelo Juizado Especial Criminal, aí incluídos os crime de juizado e também de violência que estavam no sistema do juizado. Após a edição da Lei Maria da Penha, nós fomos progressivamente especializando e criando novas promotorias.

Aqui no Distrito Federal nós temos hoje 10 promotorias de Justiça especializadas exclusivamente em crimes praticados com violência doméstica familiar contra a mulher. Nós temos 5 promotorias em Brasília e 5 promotorias em Ceilândia. Essas são promotorias especializadas só em violência doméstica. Aqui em Brasília são 5 promotorias para 3 varas e em Ceilândia, haja visto que o número de processos é muito maior lá em Ceilândia, nós temos 5 promotorias para 2 varas de violência doméstica.

Nas demais circunscrições do Distrito Federal, as promotorias não são especializadas exclusivamente em violência doméstica; elas são promotorias de atribuições mistas. Então, elas acumulam atribuições ou de violência doméstica com vara criminal ou de violência doméstica com Juizado Especial Criminal ou de todas as três juntas, conforme for o caso.

Se formos comparar aquela realidade de 2006 com a de hoje, houve um salto de 31 promotorias de juizado em violência doméstica para 48 promotorias, ou seja, 17 promotorias a mais. Sendo que dentro destas hoje 48 promotorias, 10 que são de juizados, nós podemos excluí-las; portanto, 38 promotorias hoje são

responsáveis pelos casos de violência doméstica. Dessas 38 promotorias, como já falei, 10 são especializadas só em violência doméstica e 28 são de atribuição mista, violência doméstica mais outro tipo de crime.

Além dessas promotorias, temos também um núcleo de gênero com um promotor com dedicação exclusiva para atuar num núcleo de gênero. Na verdade, ele atua no núcleo de gênero e em outros núcleos de defesa de direitos humanos, como defesa das minorias, discriminações etc. Mas a grande demanda desse núcleo é a demanda do núcleo de gênero pró-mulher.

Qual é a estrutura orçamentária para a capacitação? Como foi colocado pela Polícia Civil, não existe uma dotação orçamentária destacada, específica para violência doméstica. O que existe é um conjunto de ações para capacitação no âmbito da violência doméstica que são realizadas dentro de um programa maior de capacitação que é uma constante dentro do Ministério Público. Nesse ponto, eu acho que a gente tenho uma notícia muito positiva para a CPMI: é que no Ministério Público nós temos, sim, um programa de capacitação específico para as questões ligadas à violência doméstica familiar contra a mulher.

Segundo informações que pude levantar, mesmo antes do advento da Lei Maria da Penha nós já tínhamos ações nesse sentido. Portanto, no ano de 2001 nós fizemos um seminário para discutir temas ligados à violência doméstica contra a mulher; no ano de 2005, o curso de formação para promotores adjuntos – promotores que acabaram de ingressar na instituição – contou com uma fase de participação obrigatória num segundo seminário que promovemos sobre violência doméstica e especificamente dentro do programa de capacitação dos promotores de Justiça recém-empossados, em 2005, em 2009 e agora, novamente, em 2012, todos os cursos de formação de promotores de Justiça que recém ingressaram no Ministério Público contaram com um módulo específico de formação em violência doméstica familiar contra a mulher.

Na verdade, não é apenas uma formação em entender aspectos jurídicos da Lei Maria da Penha, mas o que é mais importante: todos esses módulos contaram com uma formação de gênero, ou seja, uma capacitação específica para compreender as peculiaridades que envolvem um crime de violência doméstica contra a mulher, enfim, toda a pressão social, cultural, machista, patriarcal que existe sobre a mulher, de aceitar a violência, sobre o homem de encarar a violência como algo natural, de fomentar que a mulher não denuncie, não leve em frente a responsabilização e que isso, ao longo do tempo, normalize a violência doméstica. Portanto, é uma capacitação para que os promotores consigam, digamos assim, “vestir a camisa”,

que é o que é mais importante. Não é apenas entender a parte operacional, mas realmente se comprometer com uma causa.

Especificamente no tocante a esse último curso de formação, que ainda está em andamento, existe um módulo específico de violência doméstica constituído de cinco encontros, num total de 20 horas/aula, com a participação de diversas sociólogas, algumas da Universidade de Brasília, de outras instituições da sociedade civil que estão envolvidas, para dar essa dimensão da formação efetivamente de mérito daquilo que a Lei Maria da Penha pode trazer.

Além dessa parte da capacitação interna, nós temos também uma grande ação no sentido de difusão da Lei Maria da Penha no âmbito externo do Ministério Público. Nesse sentido, nós temos uma série de cartilhas que são confeccionadas e difundidas pelo Núcleo de Gênero. Nós temos uma série de projetos de capacitação. Temos o Programa Promotoras Legais Populares do Distrito Federal, que é feito em parceria do Ministério Público com a Universidade de Brasília, que visa à capacitação e ao empoderamento para o exercício da cidadania de mulheres. Temos as Tardes de Reflexão sobre Violência Doméstica, que são realizadas em parceria do Ministério Público com o NAFVD, exposto agora há pouco pela Secretária da Mulher, no sentido também de fazer essa capacitação e o empoderamento da comunidade. Em março deste ano, lançamos uma campanha contra a violência doméstica, o Ministério Público em parceria com a Rede Record. Foi uma campanha feita com base em cartazes em locais públicos e também circulação em mídia televisa e que teve, na minha ótica, uma repercussão muito positiva, porque fez a difusão da ideia de que tem que denunciar, não se pode contentar com a violência, tem que levar a responsabilização adiante.

E, só para fechar essa parte da ação do Núcleo de Gênero, tivemos também uma ação importante que foi uma ação civil pública ajuizada pelo Núcleo de Gênero, em parceria com o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial, contra a Polícia Civil do Distrito Federal, porque, no concurso para perita da Polícia Civil do Distrito Federal, havia a exigência de fazer teste físico com barra e com um nível de exercício físico absolutamente incompatível com a capacidade de uma mulher fazer, em uma situação normal, e que não é essencial para o exercício do cargo de perito. Entramos com a ação civil pública, logramos êxito na ação, e foi mais uma ação de afirmação dos direitos das mulheres.

No que tange à questão das outras ações que o Ministério Público tem realizado para efetivar a Lei Maria da Penha, além dessas ações de conscientiza-

ção, nós temos também um papel muito importante de articulação do Ministério Público com a rede social. O Ministério Público entende que a responsabilização criminal é um ponto importante, essencial, que não pode ser negligenciado, mas nós não podemos apostar exclusivamente nessa ficha, ou seja, há outros instrumentos importantes para prevenir a violência doméstica.

Nesse sentido, o Ministério Público tem tido um papel muito importante de articular e de fomentar a criação de redes sociais. Dou um exemplo específico: em Ceilândia, onde sou promotor de Justiça e atuo desde o advento da Lei Maria da Penha, nós temos uma articulação muito forte da rede social local no sentido de se organizar não apenas uma rede social genérica de apoio a qualquer vítima de crime, mas uma rede social específica para a violência doméstica, que é integrada por todas as possíveis instituições da sociedade civil que tenham uma interlocução com o tema da violência doméstica.

Eu tenho aqui uma lista de todas essas instituições com as quais o Ministério Público tem celebrado parcerias: o NAFVD (Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica), no GDF, que é um parceiro importante; mas nós temos uma série de outros parceiros da sociedade civil. Por exemplo, costumamos celebrar parcerias com universidades, públicas ou particulares, para instalarem um núcleo de atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência doméstica dentro das dependências do Ministério Público, dentro dos fóruns por articulação do Ministério Público para oferecer a essas mulheres condições de realmente se empoderarem dos seus direitos e fazerem frente à violência doméstica.

Além das mulheres, como muito bem colocado pela Secretária das Mulheres do Distrito Federal, nós temos também uma intervenção junto aos agressores. Já temos algumas pesquisas que, como foi colocado pela Drª Olgamir, indicam que a submissão do agressor a programas de acompanhamento psicossocial é um importante fator de prevenção da reiteração de novos atos de violência doméstica, seja daquele agressor com a mesma vítima, se eventualmente eles se reconciliarem – e aí o Estado realmente não tem como obrigar as mulheres a não se reconciliarem com os seus agressores; o máximo que a gente pode fazer é fornecer a elas instrumentos para se conscientizarem e se empoderarem como seres humanos –, seja eventualmente se aquele agressor romper com essa vítima e vier a estabelecer um novo relacionamento com uma segunda vítima e reproduzir aquele ciclo de violência com a segunda vítima. Então, o Ministério Público entende que é um fator importante de responsabilização do agressor ele também se submeter, obrigatoriamente,

te, como um dos ingredientes da responsabilização a procedimentos de acompanhamento psicossocial.

Nesse sentido, temos feito parcerias com o ICB, com a UnB, com a Faculdade Alvorada, com a Universidade Católica de Brasília, todas elas montando núcleos de atendimento psicossocial.

Também montamos com essas instituições parcerias para o atendimento jurídico às mulheres, e esse, infelizmente, é um dos problemas que temos aqui no Distrito Federal.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Dr. Thiago.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA
– Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Peço desculpas. Vou ter que ir votar. Assume a Presidência a Deputada Marina. E já informo que os itens 4 e 5 estão excelentes, acho que é uma experiência muito importante da Promotoria e espero que o relatório sirva de exemplo para outras áreas, mas cobre os 1, 2 e 3.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA
– Eu acho que o 1 talvez eu tenha respondido porque, na verdade, eu falei que nós temos um programa de capacitação – fiz o histórico de 2001 até hoje; dei a notícia de que o último programa tem 20 horas/aula de capacitação exclusiva em formação de gênero e dei o histórico de todos os núcleos e as promotorias existentes. Salvo engano, faltam o 2 e o 3 para eu terminar de responder.

Eu estava falando da rede social, portanto, a articulação com todos esses parceiros. Ah, sim, o problema da assistência jurídica. Qual o nosso grande problema hoje? É que a Defensoria Pública, constitucionalmente encarregada da defesa dos necessitados, no Distrito Federal, ela só tem condições de oferecer assistência jurídica às mulheres vítimas de violência doméstica na circunscrição judiciária de Brasília, do Plano Piloto. Portanto, em todos os outros fóruns de Brasília não existe um núcleo especializado de Defensoria Pública para prestar assistência jurídica às mulheres. Portanto, nessas circunscrições, o que acontece? Ou o Ministério Público faz outros tipos de articulação com faculdades, para implementarem núcleos de atendimento jurídico a prestarem essa assistência jurídica à mulher, ou, eventualmente, o mesmo defensor um dia está defendendo o agressor e no outro dia está defendendo a vítima, o que, obviamente, não é produtivo, porque a defesa da mulher envolve toda uma conscientização e entendimento de toda a filosofia que está por trás da Lei Maria da Penha.

São tratativas que temos feito com a Defensoria Pública. Talvez um possível ponto que a CPMI possa

pensar seria de recomendar à Defensoria Pública do Distrito Federal a estruturar núcleos de atendimento jurídico específicos à mulher também nas outras circunscrições que não apenas em Brasília.

Falei da rede social.

Qual o papel do Ministério Público no enfrentamento à violência doméstica? Nós temos uma parte daquilo que nós fazemos que seria, digamos, uma parte quase executiva do Ministério Público, que é promover a responsabilização criminal e todas as medidas em juízo que sejam necessárias à proteção à mulher, e temos uma atividade, digamos, de fiscalização de políticas públicas, que é de cobrar de todos os órgãos públicos que eles cumpram o seu papel legal e constitucional.

Vou seguir essas duas atribuições para tentar explicar o que o Ministério Público do Distrito Federal tem feito nesse ponto aqui em Brasília.

A parte de responsabilização criminal. Temos basicamente duas frentes de ação, que são dadas pela própria Lei Maria da Penha, que são o acompanhamento das investigações criminais feitas pela Polícia Civil, portanto a Polícia Civil, hoje, é a porta de entrada do sistema de justiça criminal. A mulher, a princípio, vai se dirigir à delegacia para comunicar que foi vítima de um ato de violência doméstica.

Então, qual é o nosso grande problema hoje com a Polícia Civil nessa primeira etapa? É que, como foi colocado pelo Secretário de Segurança Pública, a Polícia Civil do Distrito Federal está absolutamente sucateada. Quer dizer, faz 20 anos que ela tem a mesma estrutura de pessoal, a população dobrou, as delegacias se multiplicam e criam-se novas delegacias, desfalcando as outras delegacias. “Ah, nós temos tantas delegacias!” Mas são delegacias que não têm condições operacionais de dar conta do volume de criminalidade que é levado a elas.

O Secretário lembrou: nós temos uma Deam aqui em Brasília, que é de uma formação excepcional – fica um elogio público aqui às profissionais da Deam; são muito capacitadas, muito engajadas na causa da defesa da mulher –, mas o problema é que, se a mulher não tem condições de se deslocar à Deam para receber um atendimento de qualidade, ela vai se dirigir a uma delegacia circunscricional. E, na delegacia circunscricional, o que percebemos, o Ministério Público, é que não existe capacitação para enfrentamento das questões de gênero por parte da Polícia Civil do Distrito Federal, o que foi reconhecido aqui nesta CPML.

Infelizmente... Eles falam que têm uma seção de atendimento à mulher –, a seção de atendimento à mulher funciona no período vespertino e quem conhece o mínimo de violência doméstica sabe que não é durante a tarde que normalmente a mulher é vítima

de violência doméstica. É de madrugada e é no final de semana.

Então, a mulher vai se dirigir a uma delegacia de madrugada ou no final de semana e não vai encontrar um profissional capacitado para enfrentar as questões de gênero nas delegacias do Distrito Federal. Ela vai encontrar um agente de polícia, cheio de vícios, que nunca teve uma palestra sobre formação de gênero e que, em algumas situações – pelo menos, são os relatos que nós recebemos lá no Fórum –, a mulher vai chegar no Fórum e vai falar: “Olha, eu fui à delegacia tentar registrar a ocorrência e o agente falou que eu era a culpada de estar sendo vítima da violência, porque o meu marido já me bateu outras vezes; eu não largo ele, então eu sou culpada, porque não largo ele”. Obviamente, ela é revitimizada dentro de uma delegacia de polícia. Por isso, é muito importante que a Polícia Civil faça realmente uma capacitação para se tornar apta a dar uma resposta minimamente satisfatória.

Muito bem. Nós, do Ministério Público, normalmente recebemos a notícia do crime quando recebemos a comunicação da medida protetiva de urgência e temos o cuidado muito especial de assegurar que aquela mulher tenha realmente uma proteção mínima para fazer frente àquela notícia de violência doméstica. Pela lei, o delegado, em 48 horas, tem que mandar ao juiz; o juiz, em 48 horas, tem que dar uma decisão, deferindo ou indeferindo a medida protetiva de urgência.

A nossa preocupação é proporcionar às mulheres que foram vítimas de violência doméstica algum tipo de proteção imediata. A medida protetiva de urgência é uma primeira proteção, normalmente muito importante. Mas, além da medida protetiva de urgência, nós temos a preocupação de estruturar um sistema de apoio à mulher vítima de violência doméstica com todos os encaminhamentos multidisciplinares que poderão ser realizados: acompanhamento de psicólogo, acompanhamento com advogado, acompanhamento na rede de saúde, enfim, ter uma rede de apoio à mulher, para que ela seja inserida nessa rede.

Qual é a nossa forma de operacionalizar esse encaminhamento? Como nós trabalhamos dentro do sistema de Justiça, nós não somos órgão do Poder Executivo, trabalhamos na lógica do sistema de Justiça. Portanto, normalmente, esses encaminhamentos são feitos através de uma audiência – normalmente, uma audiência de justificação –, realizada dentro dessas medidas protetivas.

O que é uma audiência de justificação? Pela Constituição, o contraditório e a ampla defesa são assegurados a todos as pessoas, tanto à mulher quanto ao agressor, eventualmente. Então, se o juiz defere uma medida protetiva, o juiz tem a obrigação de ouvir

o que aquele agressor tem a falar sobre aquela situação, e, ainda que ele indefira a medida protetiva, ele tem a obrigação de chamar a mulher para acompanhar a evolução daquele caso de violência doméstica.

Portanto, nessas audiências de justificação, temos a oportunidade de fazer o encaminhamento para essa rede social, cuja criação o Ministério Público fomentou, e aí não temos uma uniformização de atuação. Quer dizer, há promotores que, ao receberem a medida protetiva, já encaminham imediatamente um ofício à mulher, informando-a de que pode se dirigir à rede de apoio. Em outras situações, esse encaminhamento é feito na audiência. Tive o cuidado de tentar fazer um levantamento de qual é a periodicidade de realização dessas audiências, ou seja, qual é o prazo, do dia em que chega a medida protetiva, em quantos dias se consegue fazer esse encaminhamento. As circunscrições têm prazos diferenciados, mas, em média, tem sido de 30 dias, do dia em que o juiz recebe para o dia que ele marca. Casos urgentes são antecipados para de uma a duas semanas; casos ordinários têm sido nessa média de um mês. Em algumas varas, é um pouco mais; em muitas varas, é menos, mas essa seria a média. O que, em termos de prazo de resposta do Judiciário, é razoavelmente aceitável, mesmo porque eu tenho que ter um prazo para expedir um mandado, o oficial de justiça vai ser distribuído, tem que localizar a pessoa. Então é mais ou menos o prazo de se designar essa audiência. A vítima vai estar dentro do sistema de Justiça, tendo a possibilidade de ser encaminhada para alguma forma de acompanhamento. Esse seria o prazo da intervenção.

Além disso, o que o Ministério Público tem feito de importante na concretização da Lei Maria da Penha? Nós temos uma Assessoria de Recursos Constitucionais que tem a atribuição de recorrer para os tribunais superiores. E a nossa Assessoria de Recursos Constitucionais foi, eu diria, uma das grandes responsáveis pela consolidação de alguns entendimentos da Lei Maria da Penha, como o entendimento de que o crime de lesão corporal é de ação penal pública incondicionada.

Então eu tenho aqui uma relação de cinco recursos extraordinários que foram interpostos pela nossa Assessoria de Recursos Constitucionais em que nós conseguimos mudar o entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que até aquele momento entendia que lesão corporal dependia da autorização da vítima.

Nós conseguimos, no STJ, mudar esse entendimento. Aliás, a existência dos vários entendimentos de que crime de lesão corporal é sujeito a representação foi um dos motivos para posteriormente se ajuizar

aquela Adin perante o Supremo para definitivamente pacificar que não há mais discussão sobre esse tema.

Em relação à nossa atuação na persecução criminal, ou seja, de promover a responsabilização criminal dos agressores. Eu trago um quadro aqui da evolução do número de denúncias, de 2006 até a presente data, em casos das promotorias que têm atribuição para atuar com violência doméstica. O de 2012, só esclarecendo, está atualizado até o mês de maio. Foi quando recebemos a solicitação da CPMI, fizemos o levantamento e enviamos. Então, conseguimos perceber claramente que houve um aumento exponencial do número de denúncias. Eu fiz uma estimativa de 2011 para 2012. Se fizermos a proporção – são só cinco meses em 2012 –, há um aumento de quase 50% no número de denúncias do ano passado para este ano. Isso, provavelmente, é um reflexo do aumento do número de denúncias, mas também é um reflexo, provavelmente, daquela decisão do Supremo Tribunal Federal, que definitivamente pacificou que lesão corporal é de ação penal pública incondicionada, o que, naturalmente, gera aumento no número de denúncias.

Eu fiz aqui a anotação da informação que o Secretário de Segurança Pública deu. Ele informou aqui que, no ano de 2011, a Polícia Civil instaurou 3,065 mil inquéritos relacionados com a Lei Maria da Penha. Eu suspeito que esse número não corresponde exatamente à realidade. Quer dizer, provavelmente, o banco de dados não está sendo bem alimentado pela Polícia Civil, porque, só em 2011, nós oferecemos 2,484 mil denúncias. É muito improvável que sejam 3 mil inquéritos e 1,400 mil denúncias. Há um número relativamente normal de inquéritos em que não surge prova, ou de ameaça, em que a vítima eventualmente se retrate.

Eu fiz o levantamento aqui só dos inquéritos de violência doméstica que chegaram ao Ministério Público no ano de 2011, e a nossa informação é de que nós recebemos 5,123 mil inquéritos. Então, se nós recebemos 5,123 mil, e a Polícia Civil enviou 3 mil, é porque está havendo alguma divergência.

Mas esse é um problema que provavelmente é generalizado em todas as instituições que tratam de violência doméstica: de ter uma informação absolutamente fidedigna do que realmente aconteceu em termos de violência doméstica. Inclusive essa é uma questão em que o Ministério Público está constantemente tentando se aperfeiçoar para ter uma informação um pouco mais fidedigna. Eu acho que é isso.

O item 3: por que há um número baixo de denúncias em relação aos inquéritos enviados ao Ministério Público? Eu acho que talvez se tenha que verificar a informação dos inquéritos que foram enviados pela

Polícia Civil e das denúncias que foram oferecidas nesse ponto.

Agora, se teve alguma incongruência, talvez seja algum problema estatístico que se tenha que esclarecer em relação a essa questão.

E a segunda pergunta aqui: o Ministério Público está oferecendo suspensão constitucional do processo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal? Qual a orientação do Ministério Público e da Copevid sobre esse tema?

Bom, até fevereiro deste ano, havia uma controvérsia jurídica sobre o tema. Nós tínhamos decisões do STJ, inclusive, que determinavam a aplicação da suspensão constitucional do processo. A decisão do Supremo colocou uma pá de cal nessa questão. Então, até a decisão do Supremo, salvo engano em fevereiro deste ano, nós tínhamos juízes que aplicavam, tínhamos juízes que não aplicavam, tínhamos promotores que ofereciam, tínhamos promotores que não ofereciam.

A minha experiência pessoal: eu sou um promotor de justiça que fez, em alguns casos, aplicação de suspensão constitucional do processo até antes dessa decisão final do Supremo Tribunal Federal. Mas a minha preocupação pessoal, quando fiz esses casos de aplicação da suspensão constitucional do processo, é perspectivar a suspensão constitucional do processo não como um benefício para o agressor, mas como uma oportunidade de a Justiça ser mais rápida e célere no sentido de responsabilizar antecipadamente o agressor. E obviamente uma suspensão constitucional do processo para alcançar esse objetivo tem que ser séria. Ela tem que já possibilitar agora, no início, tudo aquilo que ele vai receber lá no final; ou seja, tem que ter prestação de serviços à comunidade, tem que ter acompanhamento obrigatório pelo sistema psicossocial, tem que ter a obrigação de respeitar as medidas protetivas, sob pena de revogação do benefício de continuidade.

Agora, isso, após a decisão do Supremo, não tem sido mais realizado. Inclusive, acho que é uma questão que a CPMI deveria refletir, sobre a conveniência ou não de se construir uma suspensão... Eu não diria nem uma suspensão constitucional do processo, porque tem uma carga de estigma muito forte, mas um acordo processual de responsabilização antecipada do agressor para ele ser imediatamente responsabilizado pelos atos que cometeu, isso ganhando em celeridade e ganhando em eficiência do sistema de Justiça.

A SRª PRESIDENTE (Marina Santanna. PT – GO) – Seria compondo a dinâmica processual.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marina Santanna. PT – GO) – Nós vamos passar a palavra, para a pergunta, da Senadora Ana Rita. Em seguida, vamos ouvir a Defensoria.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É só para uma questão, Dr. Thiago.

Olhando este quadro ali, embora o ano de 2012 não tenha terminado e os dados foram computados até...

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Maio deste ano.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – ...maio de 2012... Porque eu vejo uma diferença muito grande ali, e eu achei que fosse até outubro de 2012, mas é até maio. Chamou-me atenção, por exemplo, Paranoá, 137 atendimentos, ações penais. É isso? Em 2011...

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Exatamente.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – ...e em 2012, 20. Santa Maria, 157 e 12, mas é porque são os três primeiros meses do ano somente.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Exatamente.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, a explicação é essa. Porque eu achei que fosse até mais para o final do ano, até setembro, outubro...

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA – Na verdade, eu tenho que dividir por 5 e multiplicar por 12, para fazer uma perspectiva do que seria ao longo do ano.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, está respondido. Está bem, doutor. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marina Santanna. PT – GO) – Eu não sei se a Drª Fabiana Costa pretende fazer alguma observação, porque o nosso tempo está um pouco carregado, mas será um prazer ouvi-la.

A SRª FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO – (*Fora do microfone.*) Talvez eu prefira ouvir as perguntas, e se no decorrer das perguntas se ainda houver...

A SRª PRESIDENTE (Marina Santanna. PT – GO) – Pode ser doutora.

Então, a próxima Mesa é com a Defensoria Pública e não restam perguntas direcionadas ao Ministério Público. Então, nós convidamos a Drª Fabiana para que faça as suas observações.

A SRª FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO – O Thiago e eu tínhamos programado uma divisão de falas e, coincidentemente, a maioria das perguntas estavam já inseridas na fala do Thiago.

Inicialmente, é um grande prazer estar aqui na CPMI e quero dizer que eu tenho muito prazer de trabalhar com a Lei Maria da Penha. Considero a Maria da Penha um dos instrumentos de política criminal mais

avancados na legislação brasileira. E tenho especial prazer de trabalhar com a Maria da Penha no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios porque, de fato, mesmo antes da decisão do Supremo Tribunal Federal, mesmo antes da edição da Lei Maria da Penha, no nosso Ministério Público sempre houve um debate muito aprofundado a respeito das questões de gênero e envolvimento pessoal dos promotores. Então, aqui estou falando não somente em meu nome, mas em nome de um número significativo de promotores que trocam ideias e que estão de fato interessados em encontrar respostas para as questões que chegam à Justiça cotidianamente.

Nesse particular, eu gostaria de adiantar às senhoras que nós vamos apresentar duas pesquisas que foram realizadas aqui no Distrito Federal no que diz respeito a nossa atuação. Uma diz respeito a essa audiência que foi mencionada pela Thiago, em que 80% das vítimas disseram-se protegidas e confiantes depois da realização dessa audiência. O segundo aspecto que nós gostaríamos de destacar é o nosso interesse em saber qual é de fato o melhor mecanismo para que a nossa intervenção tenha resultado no que diz respeito à redução da reincidência e à proteção da mulher.

Com isso, Sr^{as} Senadoras e Deputadas, nós podemos dar o seguinte depoimento. O nosso grande desafio, durante esses anos de implementação da Lei Maria da Penha, foi romper com a cultura da conciliação. E continua sendo ainda um grande desafio romper com a cultura da conciliação e com a dificuldade de condenação. Esse de fato é um desafio que a Maria da Penha nos impõe.

O Ministério Público do Distrito Federal tem avançado muito nisso. Como disse o Thiago, nós não só tivemos uma inserção, uma atividade muito importante para que se definisse a lesão corporal como de ação penal pública incondicionada como também, no próprio Ministério Público, ainda antes da decisão do Supremo Tribunal Federal, por consenso dos promotores, foi deliberado um enunciado das nossas câmaras criminais definindo que a lesão corporal era pública incondicionada.

Ao mesmo tempo, nós também temos investido muito. E vou chamar a atenção para o Projeto MP Eficaz, que reúne mais de 10 promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica, em que nós buscamos uma forma de atuar para que de fato as nossas atuações tenham resultado: o que falar, de que forma atender à vítima, o prazo para as denúncias, o prazo para as instruções criminais, como fazer o atendimento ao público nas nossas promotorias. Nós já chegamos a algumas conclusões muito importantes que vamos encaminhar para as senhoras num caso específico, que

é o caso do Paranoá, em que nós temos uma forma de atuação que, de forma consensual, acreditamos que tenha surtido algum efeito. E acreditamos mais ainda que... E chamo a atenção para a ideia da CPML, de que se monte uma equipe de monitoração dos resultados daquilo que foi buscado aqui durante as discussões.

Para nós isso é muito importante, porque acreditamos de fato que a nossa atuação tende a se aperfeiçoar na medida em que conhecemos o resultado daquilo que vimos fazendo. E, nesse particular, vou aderir à manifestação do Thiago e dizer da nossa preocupação a respeito da suspensão condicional do processo.

A suspensão condicional do processo vinha sendo um instrumento muito importante de desburocratização e de eficiência, especialmente quando articulada com a atuação dos NAFVD, da Secretaria da Mulher. Nós tínhamos resultados muito importantes.

E o que é importante destacar aqui com relação a isso? A gente consegue a ampliação. Com esse tipo de instrumento, a gente consegue dar mais celeridade para as instruções criminais, para obter de fato condenações e, ao mesmo tempo, conseguir também outras formas de responsabilização.

Então, quero dizer que vou encaminhar essas sugestões à CPML e que é um prazer estar aqui com as senhoras.

A SR^a PRESIDENTE (Marina Santana. PT – GO) – Muito obrigada, Dr^a Fabiana.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Deputada Marina, estou sendo provocada pela assessoria, o que acho importante, porque é nossa responsabilidade elaborar o nosso relatório – e a Carmem é nossa assessora nesse sentido. Não ficou clara uma questão que vocês abordaram aqui. Nós queremos que vocês falem novamente sobre isso.

Pela fala da senhora, dá a impressão de que vocês ainda... O Ministério Público mantém a suspensão condicional. Isso é real? Se ainda se oferece a suspensão condicional, nós sabemos que isso é contrário a uma decisão do Supremo.

Gostaria que vocês colocassem com muita clareza como o Ministério Público está se posicionando diante dessa questão.

A SR^a FÁBIOLA COSTA OLIVEIRA BARRETO – O Ministério Público realizou, logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal, uma reunião muito ampla, com a participação de praticamente todos os promotores de justiça, câmaras criminais, assessoria de recursos constitucionais, em que a questão da suspensão condicional do processo foi colocada na pauta.

Qual foi a deliberação nessa reunião? Que a decisão do Supremo Tribunal Federal não é vinculante no que diz respeito à suspensão condicional do pro-

cesso, mas que o Ministério Público tem muita preocupação em relação a isso. Não há ainda uma decisão institucional fechada a respeito, mas que o Ministério Público deveria promover pesquisas a respeito desse ponto especificamente.

Então, hoje nós já temos ...

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA

– Só acrescentar esse ponto em que a Fabiana está colocando.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Para efeito de notas técnicas, com a palavra o Dr. Thiago André.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA

– Muito obrigado.

É uma questão de interpretação jurídica da decisão do Supremo Tribunal Federal, quer dizer, a gente tem que interpretar a lei e depois temos que interpretar o que o Supremo disse.

Nós pegamos as petições iniciais das duas ações, da Adin e da Ação Direta de Constitucionalidade e o objeto daquelas ações, quando elas foram agilizadas, uma foi de declarar que a ação penal pública do crime de lesão corporal é incondicionada e a outra foi para declarar que o Juizado Especial Criminal não tem competência para julgar os crimes de violência doméstica e que os institutos despenalizadores do Juizado Especial Criminal não se aplicavam para os crimes de violência doméstica. Esse é um dos objetos das duas ações. E na ação elencasse que não se aplica a transação penal, não se aplica conciliação civil, não se aplicar rito sumaríssimo, não se aplica o sistema do Juizado Especial Criminal.

Então, qual foi o problema que se teve nessa reunião assim que saiu a decisão do Supremo, foi na semana seguinte a decisão do Supremo. É que na petição inicial não se impugnava especificamente suspensão condicional do processo e depois qualquer pessoa pode entrar no *síte* do Supremo Tribunal Federal, pode baixar as petições iniciais das duas ações e verificar que o que elas estão impugnando é lesão corporal incondicionada, juizado especial não tem competência para processar esses crimes e que não se aplica conciliação civil, transação penal e procedimentos mais, ou seja, tem que retirar do sistema do Juizado Especial Criminal.

O que se entendeu naquele momento e como não tinha publicação e a petição inicial não era específica sobre esse tema ficava uma dúvida se o Supremo Tribunal Federal vedou transação penal e esses institutos, mas vedou também a suspensão condicional do processo ou se não houve essa vedação específica.

Então, na verdade essa decisão que a Fabiana está mencionando foi uma decisão do Ministério Pú-

blico de não dar nenhuma orientação obrigatória para nenhum promotor de justiça, mesmo porque, como se sabe todo o juiz e todo o promotor tem independência funcional. O que está se realizando hoje, digamos assim, é um espaço de liberdade. Há muitos promotores que não estão concedendo suspensão condicional do processo – eu mesmo não concedi mais depois dessa decisão do Supremo –, mas têm alguns promotores de justiça que ainda continuam dando a suspensão. E aí o que se recomendou naquela reunião que foi realizada na época, após a decisão do Supremo Tribunal Federal, foi que aqueles que eventualmente optassem por essa interpretação até o Supremo Tribunal Federal deixar claro que inclusive a suspensão condicional do processo estava abrangida apesar de não estar escrito na petição inicial que eles fossem sérios nas suspensões constitucionais do processo, ou seja, é absolutamente inadmissível isso, eu acho que é consenso do Ministério Público, que não é possível fazer uma suspensão sem condição nenhuma para banalizar a resposta.

Então, aqui eles estão dando na suspensão aquilo que ele iria obter em uma eventual condenação criminal, ou seja, estão dando prestação de serviço à comunidade, estão dando acompanhamento obrigatório com grupos psicossociais, estão dando obrigações de não se aproximar da vítima sob pena de ter quebrado todas essas condições procedimentais.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Thiago, tem alguma posição do Conselho Nacional de Procuradores Federais?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Senadora Ana Rita.

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA –

Há um enunciado da Copevid, que é um fórum de discussão dos temas relacionados à violência doméstica, que se inclina no sentido de que não cabe suspensão condicional do processo. Mas novamente esse é um enunciado de um congresso de promotores de justiça, não é um enunciado vinculativo para os promotores de justiça nem para os juízes. Por isso que o importante, o ideal é que, nessas questões que podem gerar algum tipo de polêmica de interpretação, a lei seja o mais minuciosa possível, não confiando-se só na boa intenção de quem vai interpretar a lei, mas que esteja claro na lei: pode fazer isso ou não pode fazer isso.

Infelizmente, o nosso sistema jurídico trabalha com essa questão da margem da interpretação. Agora o que eu posso dizer é que existe, sim, uma orientação dentro do Ministério Público no sentido de que aqueles que eventualmente apliquem suspensão condicional do processo que o façam com uma forma de efetiva responsabilização e não como uma forma de banali-

zação, em outras palavras, para aumentar a proteção e não para diminuí-la.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A Deputada Marina também quer levantar a questão. Depois, eu passo de volta a palavra.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Srª

Presidenta, na verdade, nós ouvimos uma exposição dos membros do Ministério Público e, após o diálogo estabelecido na CPMI, especialmente dentro do grupo de trabalho de que fazemos parte – o Dr. Thiago esteve presente na reunião que compunha o consórcio de entidades que elaborou a Lei Maria da Penha – nosso entendimento, até o momento, – o Dr. Thiago tem conhecimento, a Drª Fabiana deve ter também – é contrário a essa posição, mas não é o caso de debatermos aqui. Nós encaminharemos como expediente de trabalho para o grupo de trabalho de legislação do qual sou Presidenta e também poderemos encaminhar sugestões posteriores ao próprio Ministério Público para reavaliação da sua posição com todo o respeito.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Eu vou passar também para a Drª Fabiana. Cheguei agora e estou um pouco assustada com a interpretação do Ministério Público. Eu acho que não existe problema de interpretação: a decisão do STF, quando definiu pela incondicionalidade, está posta, clara, inclusive reafirmada pelo seu Presidente na nossa vista ao...

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA–

Mas nós concordamos com isso que a senhora está falando.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O que me assusta é que, em algum nível do Ministério Público, possa se deduzir que, porque a ação que foi requerida tinha outra dimensão, nós podemos ter essa flexibilidade. O que importa é a decisão final do Supremo. Eu acho que nós, mais do que nunca, podemos chamar – e vamos chamar, lamentavelmente não chamamos, não temos requerimento, mas se tiver quórum a gente até aprova – um representante do Conselho Nacional do Ministério Público para vir até aqui. Nós não podemos chegar ao final com essa questão.

Não entendi bem, Dr. Thiago, esta questão de...

Entrou aí a 9.099 na condicionalidade, na suspensão condicional? Os senhores não estão imaginando...

O SR. THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA –

Não, não. A gente explicou antes de a senhora chegar.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Vocês explicaram. Para mim, me deu uma interpretação... Lamentavelmente, eu acho que, antes de concluirmos, temos que chamar aqui um membro do Conselho Nacional do Ministério Público porque dessa forma não comporta flexibilidade; não comportam interpretações por conta da ação que entrou em vez de

se definir a partir da lógica da decisão que se tomou. Esse é o problema central. Então fiquei meio assustada, mas é bom porque a gente vai chamar um representante do Conselho Nacional do Ministério Público para colocar aqui os esclarecimentos, para que não haja tanta flexibilidade em decisão tão importante, que foi a grande vitória que tivemos.

Eu só queria perguntar se tem mais algum esclarecimento.

Nós agradecemos muito a exposição; a apresentação do trabalho que vocês fazem junto com a sociedade é excepcional, da amplitude, da estruturação dos núcleos do Ministério Público também, eu diria que é o Estado que tem maior rede, mas a minha alegria toda foi impactada com esse final.

Drª Fabiana, para concluir.

A SRª FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

– Só um esclarecimento, Senadora.

Essa polêmica instalada no Ministério Público diz respeito exclusivamente à suspensão condicional do processo pelo entendimento de que não é instituto de juizados especiais criminais. Então é essa polêmica que se instalou no Ministério Público. Eu devo dizer que, nessa reunião, o Ministério Público ficou extremamente preocupado com a questão – inclusive já está em andamento uma pesquisa, e quem está à frente dessa pesquisa é a Debora Diniz, do Instituto Anis, que tem por objetivo avaliar quais são os efeitos da suspensão condicional do processo, especialmente porque nós também temos, como promotores de justiça, uma preocupação muito grande com relação aos efeitos em termos de burocratização, de falta de celeridade, da não utilização desse instrumento –; mas, de todo modo, há uma grande preocupação do Ministério Público em já, desde já, ter um posicionamento institucional a respeito disso – nessa reunião já ficou deliberado que novamente voltaríamos a nos reunir tão logo os primeiros resultados dessa pesquisa surgissem, e também diante de publicação do acórdão do Supremo – e a nossa preocupação, além da questão jurídica em si, a nossa preocupação, é trazer para o debate público, sim, a questão da suspensão condicional do processo. Nós temos uma preocupação com celeridade, com desburocratização, com ampliação do atendimento e com a possibilidade de responsabilização dos agressores, mas, de forma nenhuma o Ministério Público se trata de forma irresponsável com relação à decisão do Supremo.

Nós tivemos um debate jurídico muito aprofundado a respeito disso para que as nossas câmaras criminais pudessem dar essa possibilidade de um estudo, de uma nova reflexão do próprio Ministério Público a respeito do lançamento de um enunciado.

Mas, independentemente do enunciado que as nossas câmaras eventualmente venham a ter – podemos, inclusive, diante das manifestações aqui na CPML, instar novamente as nossas câmaras criminais para uma eventual nova reunião a respeito do tema –, o que nós gostaríamos de fato, pela nossa experiência no Distrito Federal e pela nossa lida diária no cotidiano e no dia a dia à frente dos juizados especiais de violência doméstica contra a mulher, é dizer da nossa preocupação a respeito dessa questão. E gostaríamos, de fato, de contribuir para um debate público a respeito disso. Espero que a pesquisa que foi encomendada possa, de alguma forma, ajudar nesse debate.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Drª Fabiana, Dr. Thiago, ainda bem que vocês são apaixonadamente comprometidos com a incondicionalidade, sem dúvida nenhuma.

Nós vamos passar a palavra para a nossa Defensora Dulcielly Nóbrega de Almeida, nossa última expositora, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher, com toda a solidariedade que a gente tem à Defensoria Pública. E dizer que a contribuição, Dr. Thiago, Drª Fabiana, que os senhores estão dando à elaboração da legislação e para a sua construção, com certeza enriquecerá o nosso trabalho. Por isso é que nós agradecemos toda a paciência de vocês.

Estou aqui de posse de um requerimento que nós aprovamos, ainda bem, no dia 15 de março de 2012, para que seja convidada S. Exª, Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, para uma exposição acerca do objeto desta Comissão. O requerimento nós já temos; poderíamos organizar.

Com a palavra a Drª Dulcielly, dizendo que a luta da Defensoria Pública por se fazer valorizar na estrutura do Judiciário é uma luta à qual nós todos nos integramos.

A Senadora Ana Rita vai colocar as questões, vai situar os problemas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Acho que vou fazer logo só três perguntas essenciais e aí aproveitamos o tempo para que, na exposição, a Drª Dulcielly possa fazer menção a essas questões.

Nós gostaríamos de saber basicamente: quantos núcleos da Defensoria Pública da mulher existem aqui no Distrito Federal? Se existem núcleos também em todos os juizados? Se as mulheres têm defensores públicos ou defensoras públicas nas audiências de violência doméstica previstas na Lei Maria da Penha? E se há capacitação para os defensores e defensoras atuarem nos casos de violência doméstica, isto é, para compreender melhor essa questão fenômeno da violência, da violência de gênero.

Portanto, as seguintes perguntas: quantos núcleos? Os defensores acompanham as audiências? Há capacitação dos defensores?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passo a palavra para a Drª Dulcielly.

Antes, retifico que, como não estava no meu *script*, ainda escutaremos a representação do Movimento de Mulheres, que não estava registrado aqui.

Com a palavra, a Drª Dulcielly.

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA – Em primeiro lugar, cumprimento a Mesa, na pessoa da Presidente Deputada Jô Moraes. Cumprimento também aqui o Movimento de Mulheres, o que faço na pessoa da companheira Leila Rebouças, da CFEMEA, grande parceira da Defensoria.

Vou fazer uma pequena explanação ao trabalho da Defensoria e acredito que, dentro da minha explanação, estarei respondendo também às perguntas.

A Defensoria foi erigida pela Constituição como instituição essencial ao funcionamento da função jurisdicional do Estado, incumbindo a orientação e defesa, em todos os graus, dos necessitados.

No entanto, cumpre enfatizar que, no caso da violência doméstica, não atendemos só os necessitados. Se a mulher for rica, do Lago Sul, de qualquer lugar, independentemente da renda, atendemos, porque entendemos a condição de vulnerabilidade dessa mulher, embora a Constituição preveja que a Defensoria é para os necessitados. Mas, no caso da mulher, atendemos todas elas, sem exceção.

Apesar de tão nobre fim, a Defensoria conta nos seus quadros hoje com apenas 208 defensores públicos, que no ano passado realizaram 500 mil atendimentos no Distrito Federal.

Cabe ao Núcleo de Defesa da Mulher... Dentro da Defensoria, nós temos um núcleo, Senadora. Aqui está perguntado: quantos núcleos de Defensoria da mulher existem no DF? Existe um núcleo de defesa da mulher que responde pela Região Administrativa de Brasília, que corresponde a Brasília, Cruzeiro, Sudoeste, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Estrutural, Guará, SIA, Octogonal, Noroeste. Então, é uma região bastante ampla.

Nessa Região Administrativa de Brasília, nós fazemos orientação jurídica e acompanhamento nas audiências dos juizados de violência doméstica. Mas mais do que acompanhamento jurídico, o Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria é um núcleo de gênero que tem diversas outras políticas: nós articulamos com a rede; a Defensoria tem assento no Conselho dos Direitos da Mulher; a Defensoria participa da câmara técnica do governo para o fortalecimento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e a Defensoria articula com os núcleos da mulher de todo

o Brasil. Nós fazemos reuniões trimestrais de todos os núcleos da mulher do Brasil para termos protocolos de atendimento. Então, no enfrentamento à temática da violência, o núcleo especializado da Defensoria tem uma importante atuação dentro da instituição.

Nós temos projetos em diversas áreas. Atendemos às mulheres em situação prisional. Temos um projeto chamado Projeto Fênix, que é um projeto pela reinserção social das mulheres no presídio. Esse projeto foi fruto de uma parceria com o Senac. A Defensoria firmou um termo de cooperação técnica com o Senac.

Então, nós temos duas frentes com o Senac: primeira, no presídio. O Senac vai capacitar essas internas para o mercado de trabalho. Essas presas vão ser capacitadas gratuitamente pelo Senac, através de seus programas. E também, através do Programa Senac de Gratuidade, conseguimos inserir as mulheres vítimas de violência que procuram a Defensoria nos cursos do Senac gratuitamente. Ou seja, elas conseguem sair do ciclo da violência quando a dependência econômico-financeira é um motivo para ela não sair do ciclo da violência. Então, essa parceria tem sido muito importante para que elas consigam romper realmente o ciclo, consigam independência financeira, consigam uma capacitação profissional.

Dentro dos presídios, também fizemos uma cartilha da interna, com direitos e deveres das internas. Nesse evento que realizamos no presídio, recebemos doação de 200 livros para equipar a biblioteca do presídio, inclusive a CFEMEA foi uma doadora de livros. Fizemos a cartilha, foi um dia de atividades. O Senac foi lá, fizemos serviços de estética em geral para as internas e lançamos esse projeto, que é um projeto contínuo de capacitação das mulheres que estão no presídio.

Além do Projeto Fênix, a Defensoria tem um programa de excelência no atendimento à vítima, que é um programa de capacitação interna dos servidores da Defensoria. Então, isso também responde um pouco o item 3.

Embora a pergunta seja se há capacitação para os defensores, na verdade, ela é mais voltado para os servidores estagiários da Defensoria. Na primeira turma, nós formamos 50 servidores. Nós formamos servidores de todo o Distrito Federal, ou seja, cada núcleo da Defensoria Pública tem pelo menos dois servidores que são servidores de referência no atendimento à vítima. Então, a vítima chega à Defensoria Pública, onde ela vai ter um servidor que foi treinado para fazer um acolhimento humanizado. Eles tiveram uma aula sobre gênero. Foi um curso de uma semana. Tivemos curso sobre a rede de atendimento, todas as redes sociais, sobre a rede de abrigamento. Então, é um servidor que

está capacitado para não repetir aqueles preconceitos, para que saiba fazer um acolhimento e saiba fazer um encaminhamento adequado. Então se verifica que pode ser encaminhado para algum parceiro da rede, ele vai saber fazer um encaminhamento.

E o Núcleo de Defesa da Mulher é um núcleo de suporte técnico para todos os núcleos da Defensoria. Então, além do programa de capacitação interna, temos um programa chamado Projeto 100% Cidadão, que é um diálogo com a sociedade civil organizada que proporciona a formação de líderes comunitários. Esse curso já tem mais de 100 líderes comunitários inscritos e tem um recorte de gênero, porque, na verdade, é um curso mais amplo que conta com diversos líderes comunitários de associações de bairros, de associações de moradores. São mais de 100 pessoas inscritas, que vão ter aulas sobre associativismo, proteção ao direito das massas, ferramentas jurídicas para garantir o direito à cidadania, e há um recorte, um módulo, de violência doméstica dentro desse curso.

Temos um grupo de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. O Departamento Psicossocial da Defensoria, em parceria com o UniCEUB, tem um grupo que funciona de 15 em 15 dias, lá no Núcleo de Defesa da Mulher, por meio do qual chamamos as mulheres que vão ter ainda suas audiências para fortalecê-las, empoderá-las, explicar-lhes como será a audiência e dar-lhes orientação jurídica e psicológica. Então, esse grupo funciona de 15 em 15 dias, lá no Núcleo de Defesa da Mulher e não é restrito a Brasília. Todas as mulheres do Distrito Federal podem participar do grupo. Então, é um grupo de apoio que tem a parceria com a Faculdade de Psicologia do UniCEUB. E reforço o compromisso da Defensoria no combate à violência.

Temos um programa chamado Paternidade Responsável, por meio do qual a Defensoria custeia gratuitamente DNA para fomentar o reconhecimento de paternidade. A Defensoria tem esse projeto. Fizemos mutirões na rodoviária. Apenas no Distrito Federal, são 69.239 crianças matriculadas na rede pública e 20.059 alunos na rede privada, que não possuem o nome do pai na certidão de nascimento. E a Defensoria Pública paga o DNA, caso o pai aceite fazer o exame. Se ele não aceitar, tem que entrar com ação de investigação de paternidade.

Temos um programa também para as mulheres em situação de rua. A Defensoria tem uma van que se chama Defensoria na Comunidade. Ela vai aos locais de difícil acesso à população, fazemos um mapeamento dos moradores de rua e fazemos um atendimento especializado à população em situação de rua. Dessa forma, as mulheres em situação de rua são atendidas pela Defensoria, em suas diversas demandas, seja

de violência doméstica, seja da obtenção de documentos, enfim.

O Núcleo de Defesa da Mulher tem essa atuação extrajudicial.

E em relação às mulheres, quanto à quantidade, se há defensores nas audiências da violência doméstica. Temos defensoras, só mulheres. A minha equipe é toda de mulheres: minhas estagiárias, assessoras jurídicas, são todas mulheres. Temos defensoras que atendem nos juizados dessa região administrativa que eu falei, mas ainda não temos defensores em todas as cidades satélites. Em algumas cidades, existem núcleos de prática que atuam, como, por exemplo, em Ceilândia, UnB e IESB, salvo engano, e em outras cidades satélites são outras faculdades, mas ainda não conseguimos.

Como vamos atender a isso? Com o concurso público. O concurso foi autorizado e está em fase de contratação da entidade que irá realizar o certame. Esse concurso deve estar com o edital para sair em breve, não sei se este ano ou no começo do ano que vem. Esse concurso foi nortado por dois principais focos: primeiro, fortalecer a área do atendimento às mulheres e fortalecer a atuação das Defensorias em estabelecimentos prisionais. Claro, além de repor força de trabalho, mas o principal foco do concurso público da Defensoria foi fortalecer estas duas áreas: estabelecimento prisional e as mulheres vítimas de violência.

Em relação à capacitação já respondi.

Em relação a orçamento. Estamos incluindo no PPA uma ação específica para enfrentamento à violência. Mas hoje já temos R\$200 mil no orçamento para capacitação. Essa capacitação não é só para servidor, é também para outras pessoas, como, por exemplo, esse curso de líderes comunitários, os cursos para as próprias mulheres, através das parcerias. Então, temos R\$200 mil.

O Dr. Jairo autorizou também a falar aqui, hoje, que vamos comprar uma outra van que será destinada só para a mulher. Vai ser uma van da Defensoria usada para levar a mulher ao Deam, para pegar a mulher que acabou de ser agredida e levá-la ao Núcleo de Defesa da Mulher, para levar em casa algumas mulheres que não têm como se locomover porque moram na Estrutural e têm crianças pequenas. A van será utilizada também para fazer visitas domiciliares. O Núcleo tem uma equipe multidisciplinar, com uma psicóloga. Então, a nossa psicóloga também pode fazer visitas domiciliares. Essa van vai ser exclusiva para o atendimento das mulheres.

Então, é isso. Acho que não tem mais...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Senadora Ana Rita e Deputada Marina.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Dulcielly, só uma dúvida que eu gostaria de tirar. Entre as defensoras – porque todas são mulheres – têm algumas que também atuam com os agressores?

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA
– Quem atua pelo o agressor não atua pela vítima. A que atua...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas há?

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA – Há pelo agressor.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Há pelo agressor, mas quem atua com o agressor não atua com a vítima.

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA
– Não, nunca. Nem nas férias. Por exemplo, fizemos uma escala de trabalho para que um nunca tenha de substituir o outro, porque a pessoa pode já ter feito uma audiência anteriormente. Vamos supor, a defensora do agressor nunca me substitui, e eu nunca vou substituí-la nas férias para evitar esse tipo de colidência. Ela pode já ter dado ciência de um processo, pelo réu, e depois, se ela me substituir nas férias, ela iria defender a vítima. Lá no Núcleo de Defesa da Mulher isso não acontece.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Deputada Marina.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – É só uma rápida pergunta, que, de algum modo, foi respondida. Mas, objetivamente, o número de defensoras que atuam especificamente sobre a violência contra a mulher é correspondente à necessidade e à demanda do Distrito Federal?

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA – A ideia, para termos essa ampla cobertura e atendermos a todo o Distrito Federal, é só com concurso público. Para V. Exªs terem uma ideia, temos 208 defensores. O Ministério Público tem mais de 350 membros; o Judiciário tem mais de 350 juizes. Uma audiência que precisa de um juiz e de um promotor, precisa, muitas vezes, de dois defensores, e nós temos um quadro bem abaixo do Ministério Público e do Judiciário. Então, não é um número ideal, está longe disso. O concurso é exatamente para que possamos agregar força de trabalho nessa área. Essa é uma preocupação sensível da nossa Direção Geral, do Dr. Jairo Lourenço. Ele realmente está muito preocupado em atender a essa demanda. E o Poder Judiciário só cresce. Por exemplo, foi inaugurado o fórum do Riacho Fundo. E, em relação ao Riacho Fundo, eu queria esclarecer que lá o defensor atende vítima também, no Riacho Fundo I e no Riacho Fundo II. Então, além de Brasília, há o Riacho Fundo. Então, o TJ se expande: são cinco novas varas cíveis que foram criadas, o Fórum novo do Riacho Fundo e vários outros fóruns que estão em construção

ou em fase de implementação. E a Defensoria tem de acompanhar essas novas demandas. Faz mais de 4 anos que não há concurso para a Defensoria. Então, como o concurso está em andamento, está em fase de contratação da empresa que vai realizá-lo, entendemos que, com o ingresso dos novos defensores, vamos conseguir atender plenamente a essa demanda.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Alguma questão? Resta, para nós, uma questão elementar e óbvia.

Fiquei assustada porque tentei dividir aqui. Os defensores são 208. Durante um ano fizeram 500 mil...

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA

– Quinhentos mil atendimentos, no Distrito Federal.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dá, para cada um, por ano...

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA –

Eu nem sei...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Eu queria... Mas vamos verificar...

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA

– Também queria esclarecer uma coisa: a Defensoria tem um núcleo de plantão. Nós trabalhamos 24 horas. Então, uma mulher que seja vítima de violência no sábado, no domingo, de madrugada, se ela procurar o núcleo do plantão... Claro que ela vai primeiro à delegacia, e a delegacia já vai fazer o pedido de medida protetiva e vai para o núcleo do plantão do Judiciário. Mas se ela tiver qualquer outra demanda, o plantão também pode resolver.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) –

Acho que, sem dúvida nenhuma, o que fica registrado é um esforço grande de se organizar. A estrutura que há não é compatível com as necessidades das mulheres de várias cidades de terem de se deslocar, porque a Defensoria é, em certa medida, além da delegacia, a porta de entrada da mulher, com dois núcleos físicos. Se essa Kombi se transformar em uma Defensoria itinerante, é possível que cumpra um certo papel.

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA –

Temos a Defensoria Itinerante na comunidade também, que atende os moradores de rua. A Defensoria que atende a comunidade nesses lugares mais distantes.

Eu gostaria de esclarecer um ponto que eu não falei: na verdade, na Defensoria, os núcleos têm defensores que atendem as vítimas. Nós não temos, na audiência, em todas as cidades satélites. Mas, por exemplo, em Brazlândia, em todos os núcleos, há defensor prioritariamente, não exclusivamente. Se for para fazer um pedido de medida protetiva ou outro pedido diverso, há defensor, sim. Só não temos na audiência, por uma questão de números. Não temos como ter dois defensores para...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Jô, permita-me fazer só...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Realmente, estou surpresa com o número de atendimento, porque, fazendo as contas – o Pena fez os cálculos: duzentos e oito defensores, 500 mil atendimentos/ano. Se dividirmos pelo número de defensores, teremos uma média de 2.400 atendimentos por ano, para cada defensor. Se formos dividir isso por 12 meses, teremos, em média, 200 atendimentos/mês por defensor. Se dividirmos por 30 dias, dará uma média de 60 atendimentos/mês, se não fiz as contas...

São muitos atendimentos.

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA –

Eu tenho os números do meu núcleo.

No ano passado, o Núcleo de Defesa da Mulher fez 2.358 atendimentos só a vítimas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só atendimento a vítimas, não é?

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA –

Este ano, já estamos em quase 2 mil. Estamos com 1.843. É uma média de 2 mil mesmo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Trabalha muito a Defensoria!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Agradecemos à nossa Coordenadora, Drª Dulcielly, pela sua contribuição...

A SRª DULCIELLY NÓBREGA DE ALMEIDA

– Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

–... e pela briga que realiza por uma melhor estrutura.

Vamos agora passar para a última fala, que é a nossa Coordenadora do Fórum da Mulher, Leila Rebouças.

Em todas as audiências públicas, nós realizamos, antecedendo o processo da audiência pública, reuniões com os movimentos de mulheres que preparam o seu relatório e indicam a sua representação para depor aqui.

Leila Rebouças, Coordenadora do Fórum da Mulher.

A SRª LEILA REBOUÇAS – Eu quero agradecer, primeiro, o convite da CPMI. Há um movimento de mulheres, aqui, no Distrito Federal que sempre impulsionou as políticas aqui, porque, se elas não forem provocadas, infelizmente não acontecem mesmo.

Que bom que a CPMI existe neste momento, porque, a partir dessa ação da CPMI, nós já estamos colhendo frutos, inclusive, para avanços na política do Distrito Federal. Soubemos, hoje, que a Deam e a Defensoria Pública vão disponibilizar mais equipamentos, mais veículos. A Secretaria de Política para as Mulhe-

res vai, acredito, dedicar-se mais também a colocar, de forma mais transparente, os recursos que são executados para a política de enfrentamento à violência.

E eu queria colocar aqui que, primeiro, estou meio chocada com a colocação do Promotor Thiago, porque nós que somos do movimento de mulheres, que atendemos as mulheres no dia a dia e que fazemos valer a Lei Maria da Penha – de fato, porque somos nós quem convencemos essas mulheres de que essa lei existe, de que é para nós, de que pode ser acessada e de que pode ser aplicada –, quando ouvimos uma colocação dessa, ficamos mais preocupadas ainda, porque tivemos recentemente a colocação e o entendimento do STF, do Supremo, de que a Lei é legítima. Então, ficamos muito preocupadas porque entendemos que o Ministério Público deve aplicar a lei, não só o Ministério Público, mas os juízes, os agentes, os advogados e todos os que estão envolvidos diretamente na aplicação da lei.

Então, com bastante preocupação, eu acredito que nós também vamos querer fazer alguma ação para cobrar do Ministério Público que essa interpretação seja aplicada e que seja respeitada. Era isso que eu queria colocar com relação ao Ministério Público.

Bom, aqui no Distrito Federal o movimento de mulheres preparou um dossiê, cuja entrega vou fazer à Comissão. É uma entrega simbólica porque nós já fomos ouvidas. Muitas das perguntas que foram colocadas aqui hoje acredito que saíram desse nosso encontro, dessa audição que foi feita com os movimentos de mulheres. Nós fazemos um monitoramento a partir dos nossos locais, dos segmentos em que estamos colocados aí: temos fóruns de mulheres negras, de mulheres lésbicas, de mulheres que trabalham na área rural. Então, muitos dos questionamentos, muitas das perguntas que foram colocadas aqui hoje nos atenderam. E infelizmente muito do que foi colocado aqui hoje nós já sabíamos a resposta. Nós no Distrito Federal, infelizmente, não temos uma política integral para as mulheres. Um dos fatores principais para que as mulheres hoje tenham uma dificuldade de acesso é o transporte público do Distrito Federal, que impede que nós mulheres cheguemos a serviços onde estão, porque há uma centralidade nesses serviços. A própria Deam mesmo, que sabemos que é o único local que tem um atendimento qualificado, fica aqui no Plano Piloto; os centros de referência também. Então, há toda essa dificuldade de distâncias no Distrito Federal. Principalmente durante o final de semana temos a precariedade maior ainda do transporte público, e isso influencia muito na vontade da mulher, muitas vezes, que fica achando que não vai conseguir. Isso diminui

muito a vontade das mulheres de acessar esses serviços, infelizmente.

Sem falar nos serviços de saúde também, onde temos uma precarização total de acesso, principalmente para filhos, porque sabemos que são as mulheres as cuidadoras. Então, também temos essa precarização do serviço de saúde que nos impede de muitas coisas, inclusive de acessar autonomia através de trabalho. Embora a Secretária já tenha colocado aqui que há alguns planos, mas o plano mesmo do Distrito Federal para as mulheres tem um recurso que irrisório, é de R\$2 milhões e não dá para fazer muita coisa.

Nós vimos aqui, na fala do Secretário de Segurança Pública, que não há uma política de segurança pública para o enfrentamento à violência contra as mulheres. O que nós vimos hoje são locais ermos, escuros. Ele falou aqui que havia também postes de iluminação que vão detectando ali onde estão as falhas, mas infelizmente, quando saímos daqui... E eu estou falando isso com muita segurança porque eu recebo denúncias todos os dias, diariamente, principalmente em relação aos serviços, que não são adequados, muitas vezes; que o atendimento não é qualificado, principalmente nas seções de atendimentos às mulheres, que são as delegacias que ficam nas outras regiões administrativas, fora aqui do Plano Piloto.

Prova disso é que nós tivemos mais uma mulher morta na semana passada, e até agora não sabemos de quem foi a responsabilidade, já que ela estava sob medida protetiva. Tivemos um aumento de mulheres mortas, mesmo estando sob medida protetiva, infelizmente, não foi colocado aqui, mas houve um aumento. Vimos percebendo isso.

Há uma influência também religiosa, que é muito difícil, inclusive, de podermos colocar num papel. Nós tivemos, recentemente, uma menina que sofreu uma sessão de exorcismo aqui no Distrito Federal; recebemos denúncias também de mulheres que sofrem violência doméstica, que, muitas vezes, é minimizada por pastores ou padres que diminuem essa situação de violência.

Bom, nesse dossiê, consta, para além das precariedades dos serviços, tudo que nós conseguimos colher através de duas reuniões que foram realizadas, duas reuniões preparatórias. Nós realizamos uma aqui no Plano Piloto, uma outra na Ceilândia, uma em Sobradinho e uma outra aqui próximo, que é na cidade de Águas Lindas.

Preocupa-nos muito o não atendimento das mulheres que estão próximas a Brasília, até porque essas mulheres estão lá porque elas foram... Por conta da nossa política habitacional, cuja situação já sabemos, precária também, que vai cada vez mais colocando as

peessoas para mais distante aqui de Brasília, muitas dessas mulheres não conseguem acessar os serviços aqui no Distrito Federal; por conta da territorialidade dos serviços, principalmente da Justiça. E, então, essas mulheres, depois do que ouvimos do relato aqui da Deputada...

Aqui, na região do Entorno, só há duas DEAMs; não há casa abrigo. Em relação ao IML, as mulheres têm que se deslocar, para ter o atendimento de IML, para outras cidades, para outros Municípios. E essas mulheres geram recursos aqui em Brasília, porque elas trabalham aqui em Brasília, e não têm direito de acessar recursos aqui em Brasília, esses serviços de enfrentamento da violência. Muitas delas, quando encaminhamos, nos ligam, nos procuram para reclamar, e conseguimos, muitas vezes, que elas sejam orientadas lá na Deam, ou na Defensoria Pública. Há um outro serviço, que não foi citado aqui, que é o Pró-Vítima, por meio do qual conseguimos dar encaminhamento a essas solicitações. Muitas vezes, abre-se lá uma brecha para que essa mulher possa ter atendimento. Então, é muito preocupante essa situação, porque são mulheres que geram recursos aqui, trabalham conosco e para nós também, e não têm esse direito.

Eu vou fazer a entrega do dossiê. Quero agradecer mais uma vez. Esperamos que a CPMI possa nos trazer muitos frutos ainda.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Leila. Diferentemente das outras instituições, a sociedade civil, nós acolhemos as suas observações críticas para que possam crescer no relatório. Por isso que nós agradecemos o trabalho realizado, vamos fazer o registro do recebimento do documento e, em seguida, passarei para a Senadora e a Deputada.

Bem, todo o trabalho realizado. Leila, transmita a todo o movimento que essa contribuição para nós é fundamental, porque é o olho crítico da sociedade.

Nós passamos a palavra para a Senadora, para suas considerações e encaminhamentos finais. Perguntamos se a Deputada Marina também tem algum encaminhamento final.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Eu gostaria apenas de enfatizar a solidariedade do movimento de mulheres. Eu sou do Estado de Goiás e eu não poderia deixar de enfatizar isto: na reunião com as mulheres do DF, essa pauta a respeito das mulheres do Entorno, na interrelação que existe das populações com a divisão histórico-geográfica com o Estado de Goiás.

Então, enfatizar desse modo: como é importante a solidariedade quando se trata da situação de violência. Isso nos oportuniza também chamar a atenção para a possibilidade de políticas públicas integradas, como

fizemos ontem na visita ao Governador Agnelo. Ele, compreendendo isso, disse que fica à disposição para receber as sugestões que possamos encaminhar a ele.

Muito obrigada.

Como requerente desta audiência pública e também das diligências que fizemos no dia de ontem, considero bastante produtivo todo esse trabalho. Da minha parte, agradeço profundamente a todas as pessoas aqui presentes, especialmente às autoridades, ao movimento, aos que acorreram ao nosso convite. A vontade é que continuemos até o final desse processo, posteriormente também, trabalhando bastante para que a violência diminua aqui e no restante do Brasil também.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Quero, neste final, agradecer a todas as pessoas que aqui compareceram, aos representantes do Poder Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública. A presença de vocês aqui foi altamente importante no sentido de colhemos informações, mas também de saber que há algumas questões que precisamos aprofundar. O Ministério Público traz aqui um problema sobre o qual precisamos conversar mais, vamos abordar essa questão no nosso relatório, vamos nos manifestar sobre isso também.

Quero dizer que a presença de vocês foi muito importante. Queremos agradecer muito o atendimento ao nosso convite.

Lamentamos a ausência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Infelizmente, não compareceram e não justificaram. Isso é que é ruim, não houve uma justificativa formal para que nós soubéssemos a razão da não presença do Presidente do Tribunal ou de alguém por ele indicado, que pudesse falar em nome do Tribunal de Justiça.

Vamos continuar insistindo nas informações, vamos encaminhar solicitações das questões que aqui gostaríamos que fossem respondidas, para que possam responder. Sabemos que as respostas às outras informações que nós solicitamos, os pedidos de informações vieram, mas não vieram a contento. Então, nós vamos reiterar os pedidos de informações que não vieram a contento da CPMI, vamos fazer novos pedidos de informações, mas também vamos definir que outras providências tomaremos com relação ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Quero mais uma vez agradecer e dizer que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito vai aproveitar tudo isso que foi dito aqui no nosso relatório.

Quero nos colocar também à disposição caso os movimentos de mulheres tenham alguma questão sobre a qual queiram se manifestar. Outras pessoas

que também queiram se manifestar, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está à disposição.

Por enquanto é isso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Senadora.

Duas questões.

Em primeiro lugar, para esclarecer quem nós vamos convidar para debater essa questão. Não é o Dr. Gurgel, é S. Exª o Sr. Cláudio Soares Lopes, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, para que, na direção normativa que lhe compete, possa abordar esse problema.

Em segundo lugar, evidentemente, nós temos a sensibilidade de tentar saber das razões da ausência do Tribunal de Justiça e, claro, esperamos que, em respeito à instituição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos informe, caso contrário, o desconhecimento nos levará a um registro no Conselho Nacional de Justiça, que é um órgão que vai além disso.

Nós desejamos uma boa tarde a todos e a todas, agradecendo toda a paciência dos que ficaram até agora e, com certeza, contaremos com vocês para que esta CPMI continue sendo, mesmo após a aprovação do relatório da Senadora Ana Rita, um importante instrumento na memória da luta em defesa da paz nos lares.

Boa noite a todos e a todas. (*Palmas.*)

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, é encerrada às 18 horas e 28 minutos)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 29ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 29ª Reunião realizada em 07 de novembro de 2012, às 10 horas e 25 minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senadora **Ana Rita (PT/ES)**. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ângela Portela (PT/RR)**, **Ana Amélia (PP/RS)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**, **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e **Armando Monteiro (PTB/PE)**; e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**,

Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)**, **Carmem Zanotto (PPS/SC)**, **Célia Rocha (PTB/AL)** e **Ademir Camilo (PSD/MG)**. Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: **Tércia Amoldo Silveira**, Diretora-Geral do Departamento Geral de Polícia da Baixada; **Célia da Silva Rosa**, Delegada Tirular da DEAM-RJ; **Mônica Almeida**, Subsecretária de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro; **Maria Célia Vasconcelos**, Subsecretária Executiva da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; **Ângela Fontes**, Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; **Renata de Vasconcelos Araújo Bresson**, Promotora de Justiça; **Emanuelle Gangoni**, Defensora Pública; e **Sula Omari**, Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher.

A SRª PRESIDENTE (Inês Pandeló. PT – RJ)

– Iniciamos a audiência pública, convocada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, sobre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional destinada a tratar da violência contra a mulher, no Estado do Rio de Janeiro.

Quero das boas-vindas a todos e a todas, em especial a essas duas mulheres batalhadoras que já estão à Mesa, ao meu lado.

Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI, muito obrigada pela presença, por ter se dedicado, desde anteontem, a estar no nosso Estado e a fazer diligências e reuniões com o Movimento Social. Agora, nesta audiência pública, a Assembleia está muito contente com a presença da CPMI.

De outro lado, está a Deputada Federal Jô Moraes, que é Presidente da CPMI que investiga a violência contra a mulher no nosso País.

Quero dizer que, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, é uma honra iniciar esta audiência pública. Quero dizer que acompanhei, desde anteontem, as diligências e as discussões com o Movimento Social.

O tema “Violência contra a Mulher” foi prioridade ao longo desses 6 anos que presido a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Nós, membros da Comissão, sempre quisemos fazer com que as audiências públicas pudessem diagnosticar onde estão os nós. Por que a Lei Maria da Penha não consegue ser implementada na prática? Onde estão os obstáculos? E mais: como desfazer esses nós? Como superar esses obstáculos?

Nessas diligências, desde anteontem, na conversa com o Movimento Social, muita luz foi dada. Nós, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a partir

desse relatório, dessa oportunidade da CPMI, queremos continuar o trabalho, porque muitos nós apareceram ao longo dessas diligências e dessas conversas e serão explicitados aqui também.

Então, quero enaltecer realmente o trabalho da CPMI, quero parabenizá-la e dizer a todas as mulheres que aqui estão que está sendo muito importante sua presença, sua participação em todo esse processo.

Então, estamos iniciando aqui, agora, esta audiência pública.

Quero chamar para fazer parte da Mesa também a Deputada Enfermeira Rejane, que é membro da Comissão dos Direitos da Mulher.

Quero passar a Presidência desta audiência à Presidente ou Presidenta da CPMI, a Deputada Federal Jô Moraes. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Bom dia a todos e a todas!

A estrutura hierárquica do poder estabelecido historicamente nos coloca em situações diferenciadas, mas estamos todos e todas, aqui, nivelados pela preocupação que a Deputada Inês acabou de registrar.

Eu queria iniciar este processo, cumprimentando especialmente o Estado do Rio de Janeiro. Por quê? Porque o Estado do Rio de Janeiro é o Estado que tem, proporcionalmente, a maior representação feminina na Assembleia Legislativa. O Estado do Rio de Janeiro, diferentemente da maioria dos Estados, elegeu quase 20% desta Casa, da Assembleia Legislativa, como mulheres.

É por isso que, destacando essa vitória das mulheres do Rio de Janeiro; agradecendo ao Presidente desta Casa, Deputado Paulo Melo, que cedeu este espaço; cumprimentando a Deputada Inês pelo enorme trabalho que realizou e realiza na Comissão especializada, eu queria saudar as Deputadas Andreia Busatto, Aspásia Camargo, Cidinha Campos, Claise Maria Zito, Clarissa Garotinho, Enfermeira Rejane, Graça Matos, Graça Pereira, Inês Pandeló, Janira Rocha e Lucinha.

Essa conquista não é apenas das mulheres do Rio de Janeiro, é uma conquista das mulheres do Brasil e de cada uma de vocês que enfrentou os maiores desafios para alcançar o estágio de representação do povo do Rio de Janeiro nesta Casa.

Parabéns para vocês! Parabéns pela conquista da Comissão!

Eu queria, em segundo lugar, a pedido da Deputada Jandira Feghali, justificar a sua ausência aqui. A Deputada Jandira Feghali não pôde comparecer a esta audiência porque o Estado do Rio de Janeiro enfrentou, ontem, na Câmara Federal, uma das mais duras e difíceis lutas em defesa dos seus interesses, que foi a votação do projeto dos *royalties*. Sem dúvida alguma,

toda a Bancada do Rio de Janeiro, lá presente, e também a Bancada do Espírito Santo tentaram apresentar ao conjunto do Brasil as suas preocupações e o que significava a política de *royalties* estabelecida naquilo que cada Estado teria de devolver na preservação da sua estrutura. Lamentavelmente, os desafios estão postos agora em relação ao pronunciamento da Presidente Dilma e em relação ao Supremo Tribunal Federal, que, provavelmente, deverá ser acionado para esse pronunciamento. Exatamente por essa razão, a Deputada Jandira não pôde estar presente neste processo.

Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade do Rio de Janeiro, com os convidados a que nos vamos referir.

Eu queria, ao cumprimentar pelo esforço de realização desta audiência pública aqui os movimentos sociais e os órgãos públicos que dele participaram, dizer que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem o desafiador projeto de mostrar que a violência doméstica é, hoje, o núcleo central que realimenta a violência generalizada existente no nosso País.

Estamos vendo os problemas que o Estado de São Paulo vivencia hoje. Nós assistimos aqui – e o Rio de Janeiro deu uma resposta – a uma nova política de segurança para enfrentar, na raiz, as dificuldades em torno da realimentação da violência.

Mas, na sociedade, há um problema: a violência doméstica, a violência contra a mulher é praticamente invisível. Alcançamos uma grande vitória quando foi aprovada a Lei Maria da Penha. Mas o que é que nós temos sentido? Este é o 12º Estado que visitamos em todo o País. Sentimos que há uma subestimação da resposta que o Estado brasileiro tem de dar ao enfrentamento à violência contra a mulher. É uma subestimação que se materializa no desencontro das informações. Esta é a grande dificuldade que temos: não há padronização de informações. Essa subestimação se materializa no número reduzido da estrutura de todos os órgãos, quer seja no Executivo, no Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público. Há situações como a do meu Estado, em que há uma Vara com 22 mil processos e com seis funcionários para responder a isso. E essa subestimação também se materializa na

precária disponibilização de recursos orçamentários para as políticas públicas de enfrentamento à violência.

É por isso que esse desafio que a CPMI assumiu como responsabilidade, que se materializará nas recomendações da nossa Relatora, que está percorrendo o Brasil inteiro com os olhos voltados para essas necessidades, sem dúvida, representará um passo adiante.

Por isso, vamos dar início a esses trabalhos. Serão escutadas diferentes autoridades. Concederemos a palavra, pela ordem, em primeiro lugar, ao Executivo e, depois, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria e à sociedade civil, para que saíamos daqui não buscando responsáveis. A CPMI não quer ser um espaço de acusações. A CPMI quer ser um espaço de diagnóstico, de determinação das falhas que o Estado brasileiro tem, e quer, na sua realização, alcançar e conquistar parceiros para a implementação dessa política pública.

É por isso que vamos passar, de imediato, a palavra à nossa Relatora, a Senadora Ana Rita, para que ela possa situar os desafios. A partir daí, nós vamos escutar cada representação de órgãos.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita, Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. (*Palmas.*)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada, Deputada Jô Moraes, Presidenta da CPMI.

Inicialmente, quero cumprimentar todas as pessoas e agradecer a presença de cada um e de cada uma que estão aqui, em especial das pessoas que aqui estão falando em nome dos Poderes constituídos do Estado do Rio de Janeiro, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Quero também fazer um agradecimento especial aos movimentos de mulheres que estão aqui presentes e que têm um papel fundamental também no sentido de cobrar dos Poderes Públicos as providências necessárias ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Quero, inicialmente, reforçar o caráter desta audiência pública. Esta é uma audiência pública que não é uma audiência pública comum, da qual todos nós estamos acostumados a participar. Esta é uma audiência pública de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem o objetivo de aqui inquirir as autoridades públicas. Então, não vamos aqui fazer o debate sobre o tema. Vamos fazer inquirição às autoridades, para que estas possam responder para a CPMI as questões que nós queremos que sejam esclarecidas e que sejam respondidas, de acordo com os objetivos da CPMI.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada e instaurada no mês de fevereiro deste ano. No dia 12 de fevereiro ela foi instalada. Ela tem como

objetivo fazer uma investigação sobre a situação da violência em que se encontram as mulheres no País, mas também de apurar as denúncias de omissão, por parte dos Poderes Públicos, com relação à aplicação dos instrumentos legais instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Esse é o nosso objetivo, pelo qual a Comissão foi criada.

Diante disso, eu, como Relatora desta Comissão, apresentei, já no início dos trabalhos, um plano de trabalho a ser cumprido pela Comissão. Esse plano de trabalho prevê a realização de audiências públicas no Congresso Nacional e audiências públicas nos Estados: no Congresso Nacional, para ouvir as autoridades federais e entidades dos movimentos sociais com representação nacional; nos Estados, as audiências públicas têm como objetivo ouvir as autoridades locais, de âmbito estadual, de todos os Poderes constituídos. Também o plano de trabalho prevê a realização de diligências aos equipamentos instituídos para proteger as mulheres em situação de violência. Também solicitamos diversos pedidos de informação para todas as autoridades do nosso País, tanto federais quanto estaduais, dos 26 Estados e do Distrito Federal. Essas informações já chegaram para a CPMI, e já estamos concluindo o trabalho de realização de audiências públicas nos Estados.

O Estado do Rio de Janeiro é o 14º Estado que a CPMI visita. Aqui nós tivemos a oportunidade de fazer diligências a diversos equipamentos na segunda e na terça-feira desta semana, e já realizamos, em Brasília, 18 audiências públicas ouvindo diversas autoridades.

Estamos concluindo os trabalhos no final do mês de novembro. Até o final do mês de novembro, vamos ainda a Mato Grosso do Sul e a Manaus. E vamos também realizar audiências em Brasília para ouvir o Ministro da Justiça, a Ministra do Planejamento e também algumas autoridades estaduais que estão sendo convocadas em função de que não cumpriram o seu papel de apresentar denúncias com relação a alguns fatos, em particular da violência doméstica. E vamos também ouvir, em Brasília, o Conselho Nacional de Justiça, em função também de algumas questões que nós percebemos durante essas visitas aos Estados. Dessa forma, achamos por bem chamar o Conselho Nacional de Justiça para se manifestar perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Para fazer visitas aos Estados, nós utilizamos alguns critérios. Os critérios utilizados foram dois. Primeiro, nós priorizamos os Estados, os dez Estados que apresentaram os maiores índices de violência contra a mulher, de acordo com os dados do Mapa da Violência do Instituto Sangari, que é um instituto que subsidia o Ministério da Justiça com as informações da violência

contra a mulher. E também colocamos como prioridade os Estados que têm uma população muito expressiva, como é o caso, por exemplo, do Estado de São Paulo, que também já foi ouvido pela CPMI.

O Estado do Rio de Janeiro, embora não esteja entre os dez Estados mais violentos, que apresentam os maiores índices de homicídio contra as mulheres, é um Estado que merece uma atenção especial porque também morrem muitas mulheres aqui, e é preciso ter uma atenção especial para essa realidade. Então, achamos por bem visitar o Estado do Rio de Janeiro, considerando que aqui há uma realidade muito especial e muito específica.

Nós tivemos a oportunidade, já na segunda-feira, de ter uma reunião com o Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro. O Vice-Governador recebeu muito atenciosamente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, colocou o Governo à disposição desta Comissão, empenhou-se – pelo menos se manifestou dessa forma –, queria se empenhar para que os secretários estivessem presentes nesta audiência pública. Os secretários foram previamente convidados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através de requerimento aprovado nas reuniões da Comissão Mista, da CPMI. E foi uma reunião, uma conversa com o Vice-Governador, que também fez um relato das políticas que o Governo do Estado tem implementado aqui no Estado do Rio de Janeiro no enfrentamento à situação de violência de modo geral aqui no Estado.

Também na segunda-feira, nós visitamos a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), aqui do Centro; visitamos também o Centro Integrado de Atendimento à Mulher Márcia Lyra; o 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que fica também no Centro do Rio de Janeiro; o Ministério Público; a Defensoria Pública; o Nudem; visitamos ainda a Casa Abrigo Lar da Mulher, que fica na Baixada Fluminense; e o 3º Juizado da Violência Doméstica, que fica em Jacarepaguá. E realizamos, na noite de ontem, uma reunião com o Movimento de Mulheres, onde estavam representados diversos movimentos, diversas entidades, inclusive mulheres que são vítimas de violência, que já foram vítimas e que já fizeram as suas denúncias, que fizeram um relato de como foi o atendimento.

É importante fazer um destaque aqui de que o Movimento de Mulheres faz várias críticas ao atendimento prestado pelos órgãos públicos aqui do Estado do Rio de Janeiro, faz também muitas observações e levanta muitas preocupações com relação à forma como as mulheres são tratadas aqui no Estado, em particular no enfrentamento à violência nas comunidades, nas UPPs, por exemplo. A forma como as mulheres são

abordadas pelos policiais eu acho que é uma realidade que precisa ser observada e precisa ser revista, o constrangimento por que algumas mulheres passam, mães de meninos e meninas que estão envolvidos no tráfico de drogas. Essas mães estão sofrendo e estão se sentindo constrangidas pela forma e pelo jeito como elas são abordadas.

E aqui fazemos um apelo ao Governo do Estado para que observe melhor essa realidade, para que, no enfrentamento à violência no Estado do Rio de Janeiro, nós não geremos novas violências, em particular contra as mulheres. Então, é preciso ter uma atenção especial a essa abordagem, à forma como as mulheres são tratadas nas comunidades.

Com relação às visitas que fizemos aos equipamentos, nós tivemos a oportunidade de conversar atentamente com todas as pessoas, com todos os gestores e com as autoridades locais, ouvindo com muito cuidado as informações que cada um podia nos prestar. Fizemos diversos questionamentos. E podemos afirmar aqui, podemos aqui trazer algumas preocupações, já de antemão, que considero extremamente importantes.

Uma primeira preocupação que a CPMI faz questão de registrar aqui é a de que a violência doméstica é uma violência diferenciada das demais violências, porque, conforme disse a nossa Deputada Jô Moraes, é uma violência que não é visível, de certa forma; ela fica na invisibilidade dos lares, das casas onde as pessoas moram; não é uma coisa tão aparente para todas as pessoas. O que fica aparente são as marcas no rosto e no corpo das mulheres. Isso, sim, fica aparente, mas o ato da violência, a agressão em si, não é tão visível porque acontece dentro da casa das pessoas. Para enfrentar esse tipo de violência é muito importante que se tenha um organismo de políticas públicas para as mulheres. Então, nós consideramos que não é suficiente apenas uma superintendência da mulher aqui no Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

É preciso, de fato, que se tenha uma Secretaria da Mulher. Porque, para enfrentar a violência contra a mulher é preciso pensar em políticas públicas integradas e articuladas. E quem faz isso é um organismo próprio das mulheres. Então, uma secretaria específica para as mulheres num Estado como o Rio de Janeiro, com as suas dimensões, com a importância que tem para a Nação brasileira, pela sua história, pelo trabalho que realiza, aqui, inclusive no enfrentamento à violência, seria necessária. É preciso ter um olhar preferencial para a situação das mulheres que vivem em situação de violência. Então, nós entendemos e achamos necessária a criação de um organismo com poder de autonomia financeira e autonomia política, para ter condições de fazer todo um trabalho de articulação,

de envolvimento de todo o Governo no enfrentamento à violência contra a mulher.

Então, fazemos aqui este registro e manifestamos aqui a nossa preocupação com relação a isso.

Outro registro que nós queremos fazer aqui neste momento é de que, diante das diligências que nós realizamos, constatamos, com certeza, que há um esforço sobre-humano de vários profissionais no sentido de implementar o atendimento às mulheres em situação de violência, mas esse esforço, por parte não só do Poder Executivo, dos órgãos ligados ao Poder Executivo, mas também do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, apesar de tudo, não tem se traduzido em agilidade e melhoria dos serviços públicos. É preciso que haja uma comunicação eficiente entre os titulares e as titulares de cada órgão para resolver, de fato, os entraves e melhorar, dessa forma, o atendimento às mulheres em situação de violência.

A Deputada Inês Pandeló dizia, no início da audiência pública, que existem alguns nós que precisam ser desatados. Que nós são esses? Então, esse debate é preciso ser feito. Nós vimos e entendemos que está havendo um esforço aqui, que há reuniões da Rede, só que das reuniões da Rede quem participa são profissionais, são técnicos, e nem sempre os principais gestores de cada órgão estão ali para fazer o debate, para identificar, de fato, quais são os entraves, quais são os principais nós e assim tomar decisões para a solução desses problemas. Então, é uma questão que nós avaliamos que não é difícil de ser resolvida, é uma questão apenas de articulação. É preciso tomar essa decisão, para que essa articulação política entre os órgãos de atendimento dos diversos poderes aqui do Estado possa acontecer. Esta comunicação é super necessária, porque não é o atendimento individualizado de cada órgão que vai resolver de fato o problema. Então, é preciso, sim, que haja uma articulação firme, corajosa, incisiva de todos os poderes públicos, identificando os problemas e mudando posturas, procedimentos, para que as coisas possam melhorar.

Ainda quero fazer um destaque com relação aos servidores. Nós vimos, por exemplo, no primeiro juizado e vimos também na delegacia, na Deam, um número insuficiente de profissionais. Na Deam, por exemplo, há um esforço, com certeza, da delegada e dos servidores, mas na sua grande maioria são servidores em final de carreira, que já estão cansados, com certeza, e que precisam de gente nova, com disposição, com coragem, para fazer um bom trabalho. Então é preciso contratação de mais profissionais, é preciso equipar melhor a delegacia com profissionais, é preciso equipar o primeiro juizado. Estou dando destaque a esses dois, mas não quero dizer que os demais não preci-

sem, para que realmente haja um número suficiente de profissionais, equipes multidisciplinares, para poder fazer o atendimento. E mais do que isso, capacitar os nossos servidores. Nós ouvimos reclamações na defensoria, no primeiro juizado, no terceiro juizado, que fica em Jacarepaguá, de que os processos que são montados a partir das denúncias feitas pelas mulheres na delegacia não estão suficientemente instruídos. Isso dificulta o trabalho dos demais órgãos, dificulta o trabalho do juizado, dificulta o trabalho do Ministério Público, dificulta o trabalho da Defensoria Pública. Então, é preciso, além de ter profissionais, não só na Deam, mas em todas as delegacias, mas que sejam preparados e capacitados para que esses processos possam ser suficientemente instruídos, com todas as informações necessárias, informações corretas, com base na própria legislação, para que ele possa ter o prosseguimento adequado.

Ainda, por último, quero aqui fazer outra observação. É preciso que haja uma institucionalização das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Não dá para terceirizar serviços. É preciso que o Estado assuma o seu papel de protetor daquele que vai defender e que vai assegurar os direitos das mulheres de ter uma vida sem violência.

Então o Estado brasileiro, o Estado aqui do Rio de Janeiro precisam assumir o seu papel. Não dá para terceirizar serviços, não dá para ter contratações terceirizadas para que de fato o serviço seja prestado. É importante institucionalizar as políticas para que essas políticas possam ter garantia de permanência, e não haja interrupção caso o prazo de algum convênio seja esgotado ou que haja mudança de governo e possa ocorrer também interrupção do atendimento. É preciso ter uma política de fato de Estado de atendimento às mulheres em situação de violência.

Eram essas, Sr^a Presidente, as colocações que eu gostaria de fazer neste momento. Gostaria muito de agradecer a todas as pessoas que durante esses dias estiveram à nossa disposição, prestando todas as informações. Isso é muito importante porque esta CPMI tem o compromisso de elaborar um relatório que vai apresentar um diagnóstico nacional sobre a situação de violência em que vivem as mulheres. E, também, vai apresentar propostas, medidas para superação desses problemas.

Solicito agora à nossa Presidenta que já convide as autoridades para que possamos iniciar o processo de questionamento das pessoas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Passamos agora às autoridades, registrando que

até o momento não se apresentou a representação do Secretário de Saúde.

Lamentamos profundamente a informação recebida pela Secretaria da CPMI do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que comunicou que não estaria presente e que não mandaria representação a esta CPMI. Eu espero e aguardo que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro compreenda as suas responsabilidades constitucionais perante uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e nos responda com a devida responsabilidade que o cargo lhe cabe e com o respeito que cabe a uma comissão do Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Nós recebemos o comunicado do Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, que, por dificuldade de agenda neste exato momento, encaminhou a Dr^a Tércia Amoedo Silveira, Diretora do Departamento Geral de Polícia da Baixada, e a Dr^a Celia Silva Rosa, Delegada Titular da Deam – Rio, para representarem a Secretaria de Segurança. Eu gostaria que as duas se dirigissem aqui.

Como o tempo disponibilizado para cada instituição é de 20 minutos, as duas dividirão o tempo de apresentação.

Quero lembrar que temos um teto, até a 1 hora, porque haverá sessão normal, e teremos certo rigor no cumprimento do tempo estabelecido.

Eu queria lembrar também às entidades da sociedade civil que ainda não chegaram até nós os nomes das três representantes que farão exposição e que dividirão o tempo.

As duas poderão vir até a mesa. As senhoras terão que anotar as perguntas e as questões que a Relatora vai colocar. A disposição na mesa torna mais confortável a possibilidade de anotações e de respostas.

Nós acabamos de receber a informação de que estará representando a Secretaria de Saúde a Dr^a Mônica Almeida.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para colocar as questões referentes à Secretaria de Segurança.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Primeiramente, quero lamentar que não haja a presença do Secretário de Segurança, porque as perguntas que nós teríamos para fazer... Nós já conversamos com a Delegada na diligência. Então, é ser repetitiva aqui. As questões que eu gostaria de perguntar seriam diretamente para o Secretário. Então, nem vou fazer as perguntas que eu gostaria de fazer para o Secretário.

Vou fazer primeiramente três perguntas. Depois, vemos as demais. De qualquer maneira, eu entendo que isso não vai resolver nosso problema aqui, hoje.

Bom, vou fazer três perguntas inicialmente: quantas delegacias e Núcleos da Mulher estão em funcio-

namento no Estado? Esses profissionais recebem capacitação permanente? Recebemos denúncias de que as mulheres são maltratadas nas delegacias. As mulheres recebem cópia das ocorrências registradas? Recebemos denúncia de que a Delegacia da Mulher do Centro não estaria fornecendo cópia dos boletins. Isso procede?

Então, a Dr^a Celia e a Dr^a Tércia? Está bom.

A SR^a TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Bom dia a todos; bom dia, Senadora. Meu nome é Tércia Amoedo. Estou representando a Secretaria, a Chefe de Polícia, a Dr^a Martha Rocha, que não pôde comparecer.

Com relação à primeira pergunta da Senadora – Quantas delegacias e Núcleos da Mulher estão em funcionamento no Estado? –, são 11 delegacias e 3 Núcleos no interior. Dessas 11 delegacias, nós temos uma em Niterói, uma em São Gonçalo, uma no centro do Rio, uma em Jacarepaguá, uma em Volta Redonda, Friburgo, Campo Grande e 4 na Baixada Fluminense: São João, Belford Roxo, Nova Iguaçu e Caxias.

Em Campos, há um Núcleo, e em breve será inaugurada a Delegacia da Mulher lá em Campos; em Petrópolis, nós temos um Núcleo, na própria Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

São essas as delegacias especializadas e os dois Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher.

Com relação à capacitação permanente, os profissionais, os policiais são capacitados mensalmente. Todos os meses, eles fazem um curso virtual. Esse curso, inclusive, além da capacitação em si, é um *plus* para que ele receba uma gratificação. Quem não for capacitado, no final do mês, não recebe a Delegacia Legal, que é uma gratificação especializada para a Delegacia Legal.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – A Deam também recebe essa gratificação?

A SR^a TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Sim.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Todas as delegacias?

A SR^a TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Todas. Mesmo as delegacias que são tradicionais, muito embora não recebam essa gratificação da Delegacia Legal, também fazem a capacitação.

Com relação às denúncias de que são maltratadas nas delegacias. Todas as denúncias que chegam – o gabinete da Dr^a Martha Rocha, é um palco de recebimento de denúncias – a própria Dr^a Martha Rocha determina que imediatamente seja verificado se são procedentes ou não. Não falo só pelas DEAMs, porque meu departamento é a Baixada, mas eu também atendo as mulheres. Todas as denúncias são verificadas. Agora, o número de denúncias que chega à polícia é muito pouco, se considerarmos o quantita-

tivo de ocorrências mensais, que vai em torno de 53, 55 mil ocorrências, por mês, em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Muitas vezes as pessoas são maltratadas. Pode ter acontecido isso, realmente, só que elas só reclamam e não vão buscar realmente o seu direito de serem bem tratadas, como qualquer cidadão tem que ser em qualquer órgão público.

Então, todas as denúncias que chegam são verificadas, mas, em razão do quantitativo de ocorrências, é muito pequeno o que chega. A demanda que chega de denúncia é muito pequena.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, o atendimento adequado é uma obrigação do Estado.

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Com certeza.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, não é um mérito. É uma obrigação.

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Não tenho dúvida.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Nós ouvimos que, às vezes, as pessoas chegam para ser atendidas, mas a forma como são recepcionadas por alguns servidores é muito pejorativa, é como se aquela mulher que está ali para fazer a denúncia não estivesse falando a verdade, que vem para reclamar, como se fosse mais uma reclamação.

Então, esse tipo de informação nós recebemos inclusive da reunião com as mulheres.

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Não, não, eu não tenho dúvida disso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para efeito de notas taquigráficas, é necessário que registremos quem está falando. Para responder, com a palavra a Drª Tércia.

Nós vamos estabelecer uma dinâmica aqui. A Senadora Relatora não vai colocar toda a exposição, escutar toda a exposição, já que não foi possível ouvir o Secretário. Haverá um diálogo, neste momento, entre a Senadora Ana Rita e a Drª Tércia. Em seguida, entre a Senadora Ana Rita e a Drª Celia. Nós registramos.

Com a palavra a Drª Celia neste momento.

A SRª CELIA SILVA ROSA – Bom dia. Eu sou Delegada Titular da Deam Centro e vou responder com relação à pergunta número 3.

Após a Rio+20, foi feita uma recomendação de que se economizasse material, inclusive papel. Então, recomendei aos policiais que só forneçam a cópia do registro de ocorrência se houver uma necessidade expressa para aquele registro.

Quando a mulher é encaminhada ao Nudem, ela tem que levar a cópia. Quando existe uma necessidade de ela utilizar a cópia para qualquer outro tipo de

ação, ação regressiva, uma ação de danos morais, eu permito que seja fornecida. Não estou fornecendo indiscriminadamente as cópias; é preciso que a mulher diga o motivo de ela necessitar da cópia. Se ela quiser tirar cópia por meios próprios, eu não proíbo. Eu proíbo que sejam emitidas pela delegacia, porque recebemos uma recomendação de economia de material.

Eu queria responder também a respeito do mau tratamento de que algumas mulheres reclamam. Só que às vezes elas saem da delegacia reclamando de um mau atendimento e não procuram a delegada titular ou o delegado titular ou a Corregedoria de Polícia, que é o órgão específico para receber reclamação de mau atendimento e de falha no trabalho dos policiais.

Às vezes, elas saem da delegacia e procuram a imprensa ou vão a outros órgãos. Elas têm que tentar resolver, procurando a delegada, porque ninguém recomenda que as mulheres sejam maltratadas; pelo contrário, nós recomendamos que as mulheres sejam bem tratadas – mulher ou qualquer outra pessoa que chegue a uma delegacia.

Então, se o policial ou qualquer outra pessoa que trabalhe num órgão público, de qualquer forma, cometer um erro no trabalho dele, o responsável pelo órgão tem que tomar conhecimento do que está acontecendo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Celia, responda-me uma questão. Com relação aos boletins de ocorrência, as mulheres dizem que não os recebem. Não é isso?

A SRª CELIA SILVA ROSA – Eu acabei de dizer por que agora nós estamos limitando essas cópias: nós recebemos uma recomendação da nossa chefe de polícia de economia de material. Se houver um motivo para que ela leve aquele boletim, aquela cópia, a delegacia vai fornecer. Indiscriminadamente, nós não estamos fornecendo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas não é um direito da mulher ter cópia do boletim de ocorrência?

A SRª CELIA SILVA ROSA – Mas ela pode, por meios próprios, tirar uma cópia. Eu não proíbo isso. A delegacia só não fornece com material nosso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas como ela vai tirar por meios próprios? Ela pode sair da delegacia com o processo em mão para tirar cópia?

A SRª CELIA SILVA ROSA – Não. O registro de ocorrência ela pode receber, desde que ela deixe um documento para tirar uma cópia. Quando ela diz da necessidade da utilização daquela cópia, nós fornecemos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E com relação aos homens, o procedimento é o mesmo?

A SRª CELIA SILVA ROSA – Também.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A mesma coisa?

A SRª CELIA SILVA ROSA – Também. Também.

A recomendação é de que todas as delegacias devem economizar material.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Porque nós ouvimos também que os homens recebem boletim de ocorrência e, depois, com base nesse boletim, eles solicitam cópia do boletim de ocorrência da queixa feita pela mulher. De posse desse boletim de ocorrência, eles fazem ameaças à mulher. Isso procede?

A SRª CELIA SILVA ROSA – Todo autor tem o direito de saber do que ele está sendo acusado. Quando fornecemos cópia do registro de ocorrência porque foi solicitada ou porque ele tirou a cópia, se for feita na delegacia, sai sem o endereço da mulher. Mas ele tem o direito de saber do que está sendo acusado. Ele é chamado à delegacia e tem de falar sobre o que é acusado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu queria saber, se vocês puderem responder, sobre as delegacias de um modo geral. Nós tivemos informações, por exemplo, de que a Delegacia de São Gonçalo funciona de forma muito precária. Se vocês puderem responder quais são as reais condições dessa Delegacia de São Gonçalo...

A SRª CELIA SILVA ROSA – De mulheres?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Delegacia de São Gonçalo, de mulheres, que atende mulheres.

A Delegacia de Duque de Caxias, por exemplo, está localizada em cima de uma loja e não tem condições de atendimento adequado. Lá não há nem banheiro para as usuárias, que, ao buscarem atendimento, se quiserem ir ao banheiro, têm que ir a um outro comércio que fica do outro lado da rua.

A Delegacia de Volta Redonda, por exemplo, funciona no terceiro andar e não tem acessibilidade.

A minha pergunta a vocês: essas informações procedem? Se procedem, há medidas para superar esses problemas? Como estão pensando? Há alguma iniciativa para superação desses problemas?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pela ordem, Drª Tércia e, em seguida, Drª Celia.

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Senadora, com relação à Delegacia de São Gonçalo, está em obra; ambas as delegacias, tanto a 72ª DP, que é a distrital do Município, uma das distritais do Município de São Gonçalo, quanto a própria Delegacia da Mulher, estão em obra pelo Delegacia Legal. Há previsão de que, até julho do ano que vem, todas as delegacias tradicionais sejam inseridas no Programa Delegacia Legal, inclusive a Deam de São Gonçalo e a 72ª DP.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Porque, sobre essa de São Gonçalo, temos a informação de que está em obra há mais de 6 anos.

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Não sei se há esse tempo todo, mas está há bastante tempo.

Só que essas obras do Delegacia Legal não estão associadas à Secretaria de Segurança; são diretamente ligadas à Casa Civil. Então, não temos esse acompanhamento. Só sabemos que há obras que estão demorando muito. Agora, se já há tanto tempo assim, eu não sei se há 6 anos, mas já há algum tempo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, as obras dessas delegacias estão sob a responsabilidade da Casa Civil?

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Sim. Do Governo do Estado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não é a Secretaria de Segurança que tem...

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Não é a Secretaria de Segurança. Não, não, não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, vocês não teriam condições de responder essas questões?

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Posso dizer que está em obra a Delegacia de São Gonçalo. Deixe-me ver aqui. Volta Redonda, sobre essa falta de acessibilidade, eu não sei. Que tipo de acesso? Que tipo de acesso?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A acessibilidade é a seguinte: funciona no terceiro andar. Se uma mulher cadeirante chegar lá, ela terá acesso ao espaço, à delegacia?

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Olha só: ela é uma Delegacia Legal. Toda Delegacia Legal é projetada para ter esse tipo de acesso. Agora...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A informação que temos é de que ela não tem acessibilidade. Eu só quero saber se é real essa informação.

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Não, não, Senadora, não é Legal ainda. Essa Delegacia de Volta Redonda...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – É Legal? *(Pausa.)*

Não tem...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – As denúncias nos informam que há um quadro desolador das delegacias da mulher. Eu gostaria de ouvir aqui como o Estado pretende resolver esse quadro de precariedade das delegacias. Se há previsão orçamentária para o próximo ano, qual é o planejamento para solucionar esses problemas; enfim, eu não sei se vocês têm condições de responder.

Há outra questão também: se há previsão de construção de Delegacia da Mulher em Campos.

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Há previsão, sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Há previsão?

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Há previsão.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Para quando?

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Já está sendo construída e, até julho do ano que vem... Ontem mesmo, tivemos uma reunião com a chefe de polícia, e ela repassou essa informação para a gente, de que o projeto do Governo, até julho do ano que vem, é de que todas as delegacias – todas – sejam inseridas no Programa Delegacia Legal.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Quantas delegacias estão previstas para construir até o ano que vem? Quantas delegacias de atendimento à mulher?

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Olha, de que eu tenha conhecimento, apenas a de Campos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Específica de atendimento a mulher somente a de Campos?

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Sim. Porque lá não existe; ela vai ser criada. As outras já existem, mas são tradicionais: a de Nova Iguaçu, a de...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E essas de São Gonçalo, Duque de Caxias e Volta Redonda?

A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA – Sim, não são Legais; serão Legais, serão incluídas.

A de Duque de Caxias é Legal, mas eu acredito que ela seja incluída no mesmo prédio da Delegacia de Duque de Caxias, que vai entrar em obra. A construção do Delegacia Legal vai ter início, o mais tardar, em janeiro. É provável, não tenho certeza de que a Delegacia de Caxias passa a fazer parte do novo prédio também.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Há algumas questões aqui que estão relacionadas à política das UPPs. Nós recebemos informações, denúncias das mulheres, de que elas estariam sofrendo, como eu disse, com intervenção abusiva de alguns policiais nas comunidades. As mulheres estão sofrendo certo constrangimento porque são abordadas dentro de casa de forma abusiva. Então, eu gostaria de ouvir de vocês qual a política da Secretaria de Segurança para prevenir esses abusos por parte de alguns policiais, nessa abordagem a mulheres. São mães de jovens, de adolescentes que, por várias razões, estão envolvidos com o tráfico. E essas mães são abordadas de forma abusiva, de forma a trazer constrangimento para essas mulheres. A Secretaria de Segurança tem uma política com relação a isso, no sentido de evitar que alguns policiais tenham esse tipo de comportamento?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Drª Celia, para responder os questionamentos da Senadora Ana Rita.

A SRª CELIA SILVA ROSA – Na verdade, eu não tenho como responder isso, porque Polícia Militar

é um outro comando. Existe um comandante geral, e nós não temos como ter ingerência sobre isso.

Toda denúncia que chega à delegacia, seja contra policial ou não, nós procedemos.

Eu queria também falar a respeito da Deam Centro. Lá também não há elevador. Vocês visitaram e viram que não há elevador lá, mas, quando há alguma mulher com dificuldade de subir escada, eu determino que o policial a atenda no andar de baixo. Agora, quanto à Secretaria de Segurança, não temos como informar.

Se a mulher chegar à delegacia e fizer um registro... Mas eu não tenho nenhum registro de mulher maltratada em UPP; nenhuma procurou a Delegacia da Mulher do Centro. E há várias UPPs na nossa circunscrição.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Srª Presidente, eu quero aqui aproveitar para agradecer a presença das duas delegadas e dizer que nós vamos convocar o Secretário de Segurança para que possa responder todas as questões. (*Palmas.*) Porque são várias as questões aqui, inclusive questões de orçamento da Secretaria de Segurança, questões relacionadas a alguns processos de inquérito policial. Então, nós vamos convocar o Secretário, para que ele possa nos prestar essas informações.

Eu quero aqui agradecer a presença das duas Delegadas, a Drª Tércia e a Drª Celia, que prontamente vieram, mas, infelizmente, as questões não são da alçada, da competência delas, então, não podem ser respondidas.

Era isso, Srª Presidente.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Esta Presidência agradece a disposição da Drª Tércia e da Drª Celia de aqui comparecerem, cujas presenças não foram informadas com antecedência, essas representações, e, por isso, nós compreendemos como uma deferência delas às pessoas aqui presentes. E será aprovado o requerimento de convocação do Secretário de Segurança.

Nós passaremos, agora, a palavra à representante da Secretaria de Saúde, Drª Mônica Morrissy Martins Almeida, Subsecretária de Atenção à Saúde, que nós convidamos para estar aqui presente.

Enquanto ela se dirige à mesa, nós gostaríamos de registrar e agradecer a presença da Drª Adriana Mota, Coordenadora Executiva da Superintendência de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro; do Dr. Fábio Brasil, Defensor Público, Chefe de Gabinete da Defensoria Pública; da Drª Emanuelle Gangoni, Defensora Pública; da Marilúcia Alves, Secretária Executiva do PMDB; da Kátia Lôbo, Presidente Estadual do PMDB Mulher; da Ana Maria Rocha, Presidente Estadual do PCdoB; da

Sônia Latge, Presidente Municipal do PCdoB; da Ângela Maria dos Santos Alves, Secretária Geral do PMDB Mulher; da Josely Cerqueira, Secretária dos Direitos da Mulher de Teresópolis; da Siomara Santos, Superintendente da Superintendência da Mulher de São João do Meriti; do Presidente do Conselho da Mulher; Teresa Pezza, Delegada de Polícia de Nova Iguaçu; Rosângela Demétrio de Moraes, Delegada titular da Delegacia de Belford Roxo; Susana Cabral, Secretária Executiva do Cedim – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Ângela Fontes, da Superintendência dos Direitos da Mulher e Presidenta do Cedim; Beatriz Goldenberg, Assessora da Presidente; Vereadora Tânia Bastos, da Comissão da Defesa da Mulher da Câmara Municipal; Aurian Fernandes, Delegada da Delegacia da Mulher de Caxias; Drª Débora Rodrigues, Delegada da Delegacia da Mulher de São Gonçalo; Leda Maria Nogueira, da OAB Mulher do Rio de Janeiro.

Nós agradecemos a presença de todos e a colaboração com a CPMI.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para dirigir os seus questionamentos à representante da Secretaria de Estado da Saúde.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Antes de fazer os questionamentos à Subsecretária, Drª Mônica, eu quero também aqui, Presidenta, confirmar a nossa posição de convocar o Presidente do Tribunal de Justiça aqui do Estado, porque é inadmissível que esta CPMI venha ao Estado, fique aqui durante 3 dias, ouvindo servidores, autoridades que estão atuando nos equipamentos, e o Tribunal de Justiça não comparece, não se justifica e não envia representantes. Eu acho que é um desrespeito a esta Comissão... (*Palmas.*)

Esta Comissão tem rodado o País inteiro, tem sido ouvida pelos Tribunais de Justiça de todos os outros Estados que visita. Inclusive, em alguns Estados, o próprio Presidente do Tribunal se faz presente, permanecendo durante todo o tempo da audiência pública. Já, aqui, nem sequer temos uma justificativa, nem sequer se enviou alguém para representar o Presidente do Tribunal de Justiça. Então, dessa forma, nós vamos também convocar o Presidente do Tribunal de Justiça. (*Palmas.*)

Eu vou iniciar dirigindo à Drª Mônica duas perguntas que são gerais. Não as dirigi às nossas delegadas aqui porque, possivelmente, não teriam condições de responder. Contudo, em função do papel que elas exercem, do espaço que elas ocupam, deveria ser o Secretário a respondê-las, mas eu vou perguntar aqui à Subsecretária, que, acredito, poderá nos ajudar respondendo a essas questões. Depois, eu entro nas questões mais específicas.

Primeiro, Drª Mônica, o que as autoridades aqui presentes, tanto do Poder Executivo como – infelizmente do Poder Judiciário nós não temos –, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de forma individual ou coletivamente, estão fazendo para diminuir a letalidade contra as mulheres e as demais violências contra as mulheres?

Repito: do ponto de vista da Secretaria Estadual de Saúde, o que vocês avaliam que pode ser feito, individual ou coletivamente, para reduzir a letalidade contra as mulheres?

A outra questão é relacionada ao orçamento.

Qual o orçamento para as ações específicas, no caso da saúde, para o enfrentamento à violência contra as mulheres no ano de 2012 – orçamento atual? O que está previsto para 2013 em termos de políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres?

Essas são duas perguntas de âmbito mais geral. Eu vou fazer as demais, e a senhora, que já está com elas em mão, poderá, na sua fala, ir respondendo.

Há uma pergunta sobre a notificação compulsória.

Qual a abrangência da notificação compulsória da violência doméstica e sexual conta mulheres aqui no Estado do Rio de Janeiro? Ela está informatizada?

(*Exibição de vídeo.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Se quiser iniciar pela sua exposição mais abrangente para dar as informações, disporá de até 20 minutos para a exposição e respostas às questões da Senadora.

A SRª MÔNICA MORRISSY MARTINS ALMEIDA – Bom dia a todos aqui presentes neste plenário. Sou hoje Subsecretária de Atenção à Saúde. Sou médica, meu nome é Mônica Almeida e represento a Secretaria Estadual de Saúde. O Sr. Secretário me solicitou especificamente que estivesse aqui, hoje, para atender ao chamado da CPMI e fazer os relatos que a Saúde tem a fazer.

A Secretaria Estadual de Saúde tem hoje uma característica muito peculiar no Estado do Rio de Janeiro, um pouco diferente dos outros Estados da Federação porque é uma Secretaria muito prestadora de serviços. Ela possui um grande parque de hospitais de urgência e emergência e unidades de pronto atendimento, que lhe dão um perfil de prestador de serviços e também de gestor de sistema de saúde.

No âmbito da Secretaria Estadual de Saúde, especificamente na Subsecretaria que comando neste momento, a Subsecretaria de Atenção à Saúde, temos uma Superintendência de Atenção Básica e, nessa Superintendência, áreas técnicas de saúde da mulher criança e adolescente e uma área técnica específica de enfrentamento à violência. Essas duas áreas vêm

se dedicando, ao longo dos últimos anos, a trabalhos em parceria com outras instituições. Por exemplo, o Sudim, é um parceiro regular e de trabalhos conjuntos, que pertence à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Temos parceria também com demais estruturas universitárias e do próprio Executivo e temos trabalhado parcerias internas e externas à Secretaria Estadual de Saúde.

Respondendo a essa primeira questão, ou seja, o que a Secretaria Estadual tem feito para reduzir a letalidade contra as mulheres e demais violências, eu gostaria de destacar alguns pontos que são bem pertinentes à questão da saúde no seu aspecto mais próprio e singular.

Temos, no âmbito do Estado do Rio, uma iniciativa de serviços especializados na atenção às mulheres vítimas de violência, que é um serviço chamado SOS Mulher. É um serviço considerado altamente especializado. Hoje temos apenas um serviço em funcionamento, mas existe uma programação de implantação de mais dois serviços ao longo de 2012/2013. São serviços multiprofissionais. O serviço que hoje está em funcionamento está no Hospital da Mulher, no Município de São João de Meriti, que é o Hospital Estadual Heloneida Studart, um hospital voltado para a saúde da mulher. Lá dentro, funciona um núcleo de SOS.

Mas o fato é que as ações prioritárias para enfrentamento, hoje, da violência passam não só pela questão dos serviços propriamente ditos, mas uma tradição de implantação da violência no Estado. As áreas técnicas específicas do enfrentamento à violência vêm se dedicando, nos últimos anos do seu trabalho – e são áreas técnicas bastante consolidadas no Estado – ao treinamento e capacitação de profissionais de saúde em todos os municípios do Estado para implantação da ficha de notificação de violência VIVA. Então, esse é um ponto específico da saúde.

Há investimento no funcionamento, na implantação, no Estado do Rio de Janeiro, da Rede Cegonha. É uma rede de proteção e apoio às mulheres grávidas, com acompanhamento aos seus bebês até 24 meses. É um projeto do Ministério da Saúde, como a Senadora deve conhecer. E o Estado do Rio vem trabalhando firmemente na implantação da Rede Cegonha, especialmente nas Regiões Metropolitanas I e II, que estão ao lado de Niterói e de demais Municípios, Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.

Acreditamos que essa iniciativa tenha impacto bastante importante na medida em que trabalha diretamente com a qualificação da atenção à mulher no seu momento de gestação, parto e puerpério, porque muita violência também ocorre no momento do parto. Então, a Rede Cegonha é uma iniciativa da Secretaria

Estadual de Saúde, de múltiplas parcerias, mais especificamente do Programa de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, que vem hoje tocando esse trabalho com todos os Municípios envolvidos. Nossa perspectiva é de, até 2014, termos implantado em todas as regiões do Estado, que são nove, a Rede Cegonha, que tem caráter regional.

Bom, a temática da violência é multidisciplinar, intersetorial, e a saúde faz parte disso, num conjunto de política com os demais membros do Poder Executivo, membros do Ministério Público, e temos sido regularmente chamados a nos pronunciar com relação a essa questão. Então, a Rede Cegonha nos parece uma estratégia bastante importante, porque não só é saúde da mulher gestante, mas também políticas de saúde reprodutiva, autonomia da mulher e educação em saúde lhe dão e lhe conferem maior autonomia.

Hoje, estamos organizando internamente trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher, estreitando parcerias entre essas áreas técnicas, e, quando a Senadora coloca a disparidade entre o número de registros de casos de violência e as notificações – aqui atribuímos essa diferença considerando que todos os Municípios foram treinados –, isso nos causa a impressão de que existem ainda dificuldades culturais e técnicas para capilarização dessa informação.

Nós podemos identificar representantes de todos os Municípios de Estado como tendo sido treinados para a notificação, mas outras questões se apresentam como temor ao enfrentamento ao agressor, como a falta, muitas vezes, de respaldo de segurança tem sido uma das questões alegadas para a não notificação. Nós entendemos que, além de implantação da notificação, o trabalho de fortalecê-la e ampliá-la é um trabalho regular e persistente e permanente.

Então, a informação precisa ser estimulada e precisa ser ampliada. Temos consciência disso.

Essa estratégia de que estávamos falando, de estreitar a parceria internamente na Secretaria Estadual de Saúde, inclui também a área da humanização na estrutura estadual. Temos uma Coordenação de Humanização na Secretaria Estadual de Saúde, e os fatos e as situações que têm vindo ao conhecimento da gestão, especificamente vindas das portas de urgência e emergência, nos levaram a chamar esses profissionais para, trabalhando juntos, focalizarmos a atenção no treinamento dos profissionais das portas de entrada de urgência e emergência.

Considerando que o número de serviços especializados ainda é insuficiente para a cobertura, minimamente, da Região Metropolitana, que é a nossa região mais densamente populosa no Estado do Rio de Janeiro, foi entendido por essas equipes que o treinamento,

a capacitação e o fortalecimento dos profissionais de atendimento em urgência e emergência seriam uma estratégia nesse momento de possibilidade de ampliação do escopo dos serviços.

Então, enquanto se organizam serviços especializados... Porque essa experiência do SOS Mulher, Senadora, foi muito exitosa; foi uma experiência que demonstrou que serviços multidisciplinares dentro de hospitais de urgência e emergência são positivos e favoráveis, mas precisamos expandi-los, e isso requer investimentos, dos quais falaremos mais adiante.

Então, neste momento, para a rede de urgências do Estado, minimamente, hoje, estamos trabalhando com as unidades próprias do Estado, que são de urgência e emergência – 7 unidades – e 40 UPAs.

Pretendemos, então, que todas essas portas de entrada tenham ciência do instrumento de notificação e saibam trabalhar e abordar as mulheres que ali procuram auxílio e ajuda, assim como esses serviços devem ser criados porque essas mulheres – e o SOS demonstrou isso – precisam ser acompanhadas ao longo do tempo. Muitas vezes, elas precisam utilizar medicamentos antirretrovirais, medicamentos para as DSTs, têm problemas e graves traumas psicológicos e precisam ser acompanhadas nos serviços. É fato que a gente precisa mesmo investir em serviços que possam responder a essas demandas. Então, estruturando as portas de entrada pretendemos sensibilizar o sistema para perceber, acolher, perder o temor, vamos dizer assim, e tornar essa captação e esse atendimento uma estratégia profissionalizada.

Não se trata somente de empatia com a questão da mulher, que todos os profissionais têm, mas superar a questão do “o que eu tenho a ver com isso?”. Profissionais de saúde têm tudo a ver com isso, e nós sabemos que, tanto com relação às mulheres quanto com relação às crianças, as dificuldades são muito semelhantes para que os profissionais de saúde façam, então, a notificação do caso. Isso os envolve na questão, e eles precisam estar preparados para saber que isso é um papel que lhes cabe também profissionalmente.

Também no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde, entendemos que não é possível a criação de serviços isolados. Nós, que somos da saúde pública, falamos em rede; nosso trabalho é em rede, nosso apontamento, nossa direção é para trabalharmos em rede. Sabemos que unidades isoladas não produzem cuidados de qualidade continuada. Portanto, entendemos que as parcerias com as delegacias de mulheres, com as estruturas da assistência social, com o Sudim (Superintendência dos Direitos da Mulher) e com os próprios Municípios em suas estruturas específicas – porque muitos serviços existem também no âmbito

municipal, independente do Estado – devam ser uma direção e um norte para o trabalho da Secretaria, para o Executivo como um todo. Mas a Secretaria de Saúde se insere aí, disponível para a parceria e para trabalhar em conjunto com todos os demais órgãos.

Bom, quanto ao orçamento para as ações específicas, eu não vim preparada exatamente com esses números. Mas o que temos hoje? O planejamento e a programação da implantação de serviços, recursos para capacitação de profissionais de saúde, para definirmos estratégias, trabalharmos as estratégias nas unidades das quais falamos.

Então, se me permitem, posso enviar-lhes posteriormente números mais precisos, sob o risco de falar alguma coisa aqui não correta.

Se os profissionais recebem capacitação, já dissemos. Acharmos também que ela é nosso caminho neste momento prioritário: capacitar profissionais o máximo possível, de equipes multiprofissionais. Se fizermos isso hoje na rede de urgência do Estado, já estaremos alcançando um quantitativo significativo de...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Mônica, só para informá-la de que esses dados com relação a orçamento, a CPMI dá o prazo de uma semana para que vocês possam enviar para a Comissão. Então, dentro de uma semana, nós queremos receber isso em Brasília.

A SRª MÔNICA MORRISSY MARTINS ALMEIDA – Sim, senhora. Quantos serviços de abortamento legal existem no Estado e como é o acesso das mulheres a esse serviço?

Bom, o Estado não possui nenhuma maternidade neste momento, ou serviço de ginecologia obstetrícia que faça abortamento legal. Está previsto numa maternidade que inauguramos recentemente em Mesquita. Mas, como ela está em processo de implantação, ainda não está concluída essa atividade.

A informação que nós da saúde do Estado temos é de que nos Municípios do Rio de Janeiro, a maternidade que hoje assume o trabalho e a tarefa e executa também com dificuldades internas é a Maternidade Municipal Fernando Magalhães, que acolhe e se responsabiliza. Quando não são os próprios médicos por objeções éticas que se recusam a fazê-lo, algum profissional da chefia de equipe se ocupa e assume a responsabilidade pelo procedimento.

Nós sabemos que esse é um enfrentamento também bastante difícil, não só da questão da orientação para as mulheres com relação à questão do abortamento, mas serviços que assumam a execução e a realização desse procedimento.

Eu queria destacar o papel da Fernando Magalhães, que é uma maternidade muito antiga no Município do Rio de Janeiro. Ela é referência no Estado...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas, Drª Mônica, nós recebemos uma informação da Maternidade Fernando Magalhães e gostaríamos de saber se procede essa informação. Porque, se procede, nós avaliamos como muito séria.

Há uma psicóloga que exige que a mulher escreva uma carta ao feto. Uma mulher que está por passar por um procedimento de aborto, por alguma razão, a psicóloga que faz o atendimento exige que ela escreva uma carta ao feto. A senhora tem conhecimento desse caso?

A SRª MÔNICA MORRISSY MARTINS ALMEIDA – Não, Senadora, eu não tenho conhecimento desse fato, até porque o hospital maternidade é municipal e é gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde. O que eu tenho conhecimento é de que os procedimentos são executados no Fernando Magalhães, de que existem objeções éticas, mas acredito que seja necessário escutar o Município do Rio de Janeiro, que certamente terá informações qualificadas, porque a unidade pertence à rede municipal.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, a CPMI vai fazer um pedido de informações a essa maternidade, para saber se esse fato é real. Porque, na nossa leitura, ao ouvir o fato, nós entendemos que é um procedimento da psicóloga, talvez uma metodologia que ela utiliza, que, na nossa avaliação, não é correta. É um sofrimento para aquela mãe já ter a perda da criança, e ainda ter que fazer uma carta para o feto é um sofrimento ainda maior. Então, acho que isso não procede e, na nossa avaliação, isso não deveria existir. Mas nós queremos saber se isso é real, e, se for real, que a maternidade realmente tome alguma providência com relação a isso.

Então, nós vamos formalizar essa informação para a Maternidade Fernando Magalhães.

A SRª MÔNICA MORRISSY MARTINS ALMEIDA – Sim.

Bom, por último aqui, o *kit* de prevenção da Sida, se está distribuído em todos os Municípios do Estado, sim. Esta é uma responsabilidade estadual: a distribuição dos medicamentos antirretrovirais e para a pílula do dia seguinte e os procedimentos que são necessários quando as mulheres sofrem violência sexual e são atendidas no âmbito das emergências. Então, os medicamentos são distribuídos pela Secretaria Estadual de Saúde para todos os Municípios.

Não posso afirmar, Senadora, no entanto, que ele esteja disponível nas emergências para serem fornecidos. Acho que esse também é um trabalho que será atingido pelo treinamento dos profissionais na urgência e emergência à medida que o insumo não me parece ser o problema principal. O problema principal

é, de fato, os profissionais de saúde se sentirem seguros, treinados e sensibilizados para atendimento às mulheres que ali procuram.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Bom, eu me dou por satisfeita.

Quero agradecer a Drª Mônica Almeida. Da minha parte, está tudo bem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Mônica, nós agradecemos sua presença.

Nós gostaríamos de ter conosco as informações registradas para que a CPMI... Drª Mônica, nós gostaríamos de ter registradas as notas taquigráficas e de que nos fosse enviado o relatório dessas informações; e as informações ainda não registradas, a Senadora já se referiu, nós temos um prazo de até uma semana para tê-los.

Agradecemos e passamos agora a escutar a nossa última representante do Poder Executivo, que é a Maria Célia Vasconcelos, Subsecretária Executiva da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Enquanto a Subsecretária se dirige aqui, nós registramos a Rosângela Oliveira, Subsecretária da Secretaria de Direitos Humanos de Belford Roxo; Terezinha Lameira, da Coordenadoria Especial de Promoção da Política para Igualdade de Gênero da Prefeitura do Rio de Janeiro; Nanci Rodrigues, da União Brasileira de Mulheres, carioca; a Vereadora Odisséia Carvalhos, do Partido dos Trabalhadores; Daniela Pedras, Diretora Presidente do Rio Solidário e Coordenadora Especial de Projetos Sociais da Secretaria de Estado da Casa Civil; Maria Angélica, Presidente do Grupo Tia Angélica; Maria Celina, equipe de festa do Grupo Tia Angélica; Glícia Nick de Oliveira, do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital, juíza titular, a quem cumprimentamos por representar aqui o Poder Judiciário, já que o Tribunal de Justiça não nos indicou – cumprimentamos a presença da doutora; Viviane Mello, psicóloga do Ciam – Baixada; Cátia Cruz, Presidente do PMDB Mulher do Rio de Janeiro; Marília Corrêa Silva, assistente social do Tribunal de Justiça, também a cumprimentamos.

Na próxima, nós continuaremos registrando as pessoas aqui presentes.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, para que ela possa... Parece-me, agora, que há duas representações. Eu gostaria que fosse dito o nome, para que possamos registrar. Além da Drª Maria Célia...

A SRª ANGELA FONTES – Sou Angela Fontes, Superintendente dos Direitos da Mulher, na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos a palavra à Senadora Ana Rita, para

os questionamentos, e as duas dividirão o tempo de até 20 minutos para suas exposições.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Célia, primeiramente, nós gostaríamos de saber qual o orçamento para a realização das políticas específicas de atendimento às mulheres; orçamentos destinados à Secretaria e também numa ação integrada, articulada com outras secretarias. Que orçamento as políticas para as mulheres dispõem para sua execução? Como está a execução do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher aqui no Estado do Rio de Janeiro?

Sabemos que o Rio de Janeiro é signatário desse Pacto, assinou a pactuação com o Governo Federal, por meio da SPM. Como está a execução do Pacto aqui no Estado?

Qual a política para os Centros de Referência Especializados para as Mulheres e os Cras e os Creas? Como se dá essa articulação? Qual é a política que está sendo desenvolvida para os Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher e também os Cras e os Creas da Assistência Social? Quantos Centros de Referência há no Estado e qual a sua abrangência?

Em diligência ao Centro Integrado de Atendimento à Mulher, constatamos que há uma precariedade na prestação do serviço por falta de material básico para seu funcionamento, como copos descartáveis. Qual o recurso destinado ao serviço? Há previsão de reestruturação?

E, ainda, se a senhora pode falar um pouco sobre o atendimento, o público atendido; como está o atendimento também nesse centro integrado.

Também, com relação à Casa Abrigo, nós estivemos lá ontem, pela manhã, e vimos que há uma estrutura excelente, embora haja rachaduras na parede. Há um convênio com uma entidade não governamental. O que dificulta a sua institucionalização como política? O contrato com os profissionais termina agora no dia 30 de novembro, e não há previsão de continuidade. Também há contrato com fornecedor de alimentos que termina agora também, no dia 23 de novembro.

Então, diante desses fatos todos, de contratos firmados já prestes a serem concluídos, qual é a avaliação, o que pensa a Secretaria sobre essa situação de fragilidade no atendimento da Casa Abrigo? Embora reconhecendo que tem uma equipe dedicada, uma equipe esforçada, mas também que é preciso ter uma institucionalização dessa política. O funcionamento hoje é fruto muito mais de um convênio com uma entidade não governamental, que tem convênios também de prestação de serviços que estão prestes a vencer. Então, qual é a avaliação que a senhora faz dessa situação da casa abrigo?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Subsecretária Maria Célia.

A SRª MARIA CÉLIA VASCONCELOS PUCU – Bom dia para todos.

É uma grande honra estar aqui neste plenário com as companheiras e principalmente com duas Senadoras que nos orgulham muito e com duas Deputadas que também nos orgulham muito. É fruto de toda uma luta termos representantes mulheres no Parlamento. Isso, para nós, é um prazer.

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos é relativamente uma estrutura nova. Eu queria um pouco trazer essa questão para que a senhora pudesse entender como estamos hoje. Essa Secretaria já teve diversas denominações, já foi Secretaria de Ação Social. Enfim, agora ela passou a ter uma organização mais robusta, em que os nossos serviços, a maior parte da nossa proposta de trabalho hoje é a questão da regionalização e da descentralização. Nós temos um Município, o Rio de Janeiro, que é forte, que tem uma rede forte, mas nós precisamos dar também cobertura a todas as regiões do Estado, principalmente porque estão acontecendo, em todo o Estado, grandes movimentos do ponto de vista econômico e grande mobilização populacional.

Eu destacaria a Angela, que é Superintendente de Direitos da Mulher, e lembraria da equipe toda, inclusive há uma coisa que eu preciso falar aqui publicamente, pois talvez as Senadores não têm conhecimento, as Deputadas eu sei que têm: essa equipe teve um papel preponderante no momento das grandes inundações da região serrana. Nós fizemos um trabalho de combate à violência contra a mulher e à criança, e esse grupo esteve em todos os Municípios, fiscalizando os abrigos, acompanhando, dando apoio às famílias e, mais do que isso, orientando para que as famílias não se desmantelassem mais. Então, é um tributo a essa equipe.

Logo a seguir, quando conseguimos nos organizar, porque isso tomou a metade do ano, esse grupo fez uma linha inicialmente voltada à questão da violência. Foi todo um trabalho executado no sentido de reforçar essa linha. Então, nós buscamos incentivar e apoiar todos os Municípios. Eu percebo aqui a presença de várias coordenadorias municipais. Tem sido um esforço muito grande criar esse vínculo, porque a visão da violência na cidade e nos Municípios é muito diferenciada. Nós sentimos que era muito importante que conseguíssemos atingir o Estado como um todo.

Eu destacaria, talvez como grandes avanços que conseguimos ter este ano, o aprofundamento da discussão da violência um acordo com a Uerj para pesquisa e para uma linha de aperfeiçoamento. A Uerj fez para

nós uma seleção – eu tenho aqui uma cópia e depois mandarei uma cópia de como é feito o contrato –, um contrato pelo prazo determinado de cinco anos. E esse grupo que estava na Casa Abrigo Lar da Mulher, no Ciam, enfim, esse grupo passou a ter uma condição de trabalho regular com essa seleção pública, inclusive tenho aqui comprovantes de descontos do Imposto de Renda, do Fundo de Garantia, de todos os direitos: férias, licenças, inclusive, licença-maternidade. Isso nos deu muito mais operacionalidade.

Nós estamos em uma área muito complexa, que é a Baixada, mas podemos considerar que tivemos avanços nos Municípios – acho que a Angela pode complementar a minha fala com essa informação. Nós realizamos inúmeras capacitações, e a Casa Abrigo – estou tentando fazer um histórico, Senadora, de como a Secretaria está andando como um todo... Entregamos todos os carros, conseguimos licitar, capacitar os Municípios do interior com carros, coisa que havia muitos anos estava pendente. Construimos, finalmente, a Casa Abrigo em São Gonçalo, com um recurso que estava sendo devolvido à Secretaria de Mulheres. Nós recuperamos e reaplicamos o recurso, investimos o recurso estadual, e a casa está pronta. Foi feito um convênio de gestão com o Município de São Gonçalo e nós estamos aguardando a abertura formal da casa. Eles estão licitando alguns equipamentos, alguns materiais, porque, pela análise das nossas equipes, esses dois abrigos atenderiam ao Estado como um todo. Essa é a avaliação da nossa equipe da Sudim.

Realizamos também uma discussão sobre como localizar as equipes de questões... Esse é um ponto que ainda estamos discutindo. Como a Secretaria ainda é muito jovem, ainda não tem pessoal próprio. Nós fizemos uma seleção pública que está sendo finalizada e vamos fazer um concurso público no próximo ano.

Então, nós temos sob a responsabilidade da Secretaria na área de direitos humanos as ações específicas por gênero, por etnia. Portanto, estão conosco mulheres, crianças, jovens, juventude, LGBT. Enfim, a Secretaria criou, então, uma câmara técnica como mecanismo que consideramos o mais resolutivo não só para discutir questões específicas, mas para capilarizar ações intersetoriais, porque sentimos uma dificuldade muito grande da compreensão da intersetorialidade. Isso fragiliza muito, porque, às vezes, na defesa de uma linha de trabalho, você fecha muito, não troca, e o coletivo não se fortalece. Então, esta ação foi muito importante: a criação de uma comissão intersetorial. Em certo período, havia uma pessoa da Secretaria Executiva fazendo uma secretaria geral e hoje a Câmara Intersetorial faz uma espécie de autogestão. Nesse momento, se não me falha a memória, a Angela é

responsável pela Câmara Técnica, é a Coordenadora *ad hoc* da Câmara Técnica.

Isso foi muito importante, porque permitiu a aproximação de equipes que, mesmo trabalhando juntas, não tinham ainda um trabalho integrado. Então, nós fizemos um trabalho muito grande com a nossa equipe de Territórios, que trabalha nas UPPs, com uma equipe muito forte que trabalha com juventude e... Qual foi a outra, Angela? A minha memória está um pouco curta.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Queria lembrar que resta, para a complementação do tempo, para a Srª Angela Fontes até 8 minutos.

A SRª MARIA CÉLIA VASCONCELOS PUCU – Então, eu vou parar porque a Angela tem muito mais conteúdo específico do que eu. E ela está me lembrando a questão dos idosos.

Então, de certa maneira, nós estamos em processo de construção, na Secretaria, de um trabalho integrado e mais entrosado. Acho que a Angela pode tecer mais detalhes, e a gente tem o que for possível de resposta.

Eu queria só pedir um reparozinho: certamente, por algum equívoco de encaminhamento, nós não recebemos a convocação formal. Mas estou aqui representando o Secretário Claret, e estamos totalmente disponíveis para qualquer contato.

Obrigada.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Inclusive, Srª Presidenta, quero aqui fazer um registro: acho que houve realmente um problema. Não sabemos por que, mas realmente a Secretaria não recebeu a comunicação. No entanto, queremos agradecer a presença tanto da Maria Célia como da Angela, por estarem falando em nome da Secretaria, embora o convite não tenha chegado, por alguma razão administrativa da CPMI.

A SRª MARIA CÉLIA VASCONCELOS PUCU – Mas é um dever nosso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu imagino que tenha sido encaminhado, mas algum problema aconteceu nesse percurso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Srª Angela, que disporá de até 8 minutos para concluir essa fase da exposição.

A SRª ANGELA FONTES – Muito obrigada. É uma honra estar aqui nesta mesa, recebendo a CPMI da Violência contra a Mulher.

Eu vou ser bastante específica nestes 8 minutos. É claro que todo crescimento que a política para as mulheres teve no Estado do Rio de Janeiro é resultado do conjunto dos movimentos sociais e dessa relação bastante próxima que tem com a Sudim, a Superintendência.

Especificamente respondendo às questões que estão aqui, o orçamento para a realização dessas políticas é bastante colocado com relação ao orçamento do Estado, em torno de R\$1 milhão, mais o que vem da Secretaria, os convênios firmados com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em torno de R\$5 milhões – R\$8 milhões, desde o seu início, em 2008. Atualmente, para 2013, nós temos cerca de R\$5 milhões em convênios para serem executados e mais R\$1 milhão do orçamento próprio do Estado.

Com relação às políticas para a execução do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, sem dúvida o crescimento que houve no número de serviços – hoje em dia, aqui no Estado nós temos 33 serviços especializados – ocorreu pela interiorização do Pacto. Foi o que fez com que isso ocorresse. Então, esse foi o espraiamento dado pelas ações do pacto.

Vale registrar que o Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro Estado a assinar o Pacto. E nós estamos nesse momento de repactuação. Então, temos um momento de transição, em que o pacto, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, tem uma nova conformação, em que todos os integrantes dessa rede, tais como Saúde, Segurança e tudo o mais vão ter que dizer quanto de recurso está sendo investido na política para as mulheres. É este o momento em que nós estamos, para que o Governo venha assinar o Pacto.

Nós estamos com a gestora estadual do Pacto, Adriana Mota, que é quem está bastante à frente dessas nossas articulações com a Secretaria.

Os centros de referência são 33, são regionais. Temos muita vulnerabilidade nas regiões Norte e noroeste, porque não temos centros, serviços. E no Município de Campos foram fechados dois serviços. A questão são os serviços que estão fechados.

A questão da nossa política entre Cras, Creas, quer dizer, políticas de assistência social e a política para as mulheres é algo sobre o que temos de ter bastante clareza e discussão no sentido de que há necessidade da formalização de uma política para as mulheres, num cofinanciamento entre Governo Federal, Governo estadual e Governo municipal, de modo que os prefeitos tenham possibilidade de manter os Centros Integrados de Atendimento à Mulher da mesma forma que possuem recursos, nesse cofinanciamento tipo Sistema SUS, para financiar o Cras e o Creas.

E, fechando as duas últimas perguntas...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Angela, antes um pouquinho.

A SRª ANGELA FONTES – Sim, Senadora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Você falou que alguns serviços estão sendo fechados.

A SRª ANGELA FONTES – Estão.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – São serviços estaduais ou municipais?

A SRª ANGELA FONTES – Municipais. São serviços municipais. Inclusive, nós tivemos... São cinco serviços os que foram fechados, dois em Campos, um em Barra Mansa, um – eu tenho a cola aqui – em Quissamã e um em Três Rios. Foram esses os serviços fechados. Enfim, foram fechados por questões dos Municípios, que não têm como mantê-los, segundo as prefeituras. Agora, certamente, é uma priorização da política. Todos nós sabemos que os recursos são curtos, e a gente prioriza, então, algumas determinadas situações.

Com relação à falta de material físico nos CIAMs, enfim, como copo, eu vou verificar o que aconteceu, porque, de fato, na Superintendência nós temos até estoque em excesso. Entende? A empresa que faz essa manutenção está sendo paga em dia. Não há ninguém reclamando. Então, eu tenho estoque lá na Sudim e posso encaminhar para o Ciam Márcia Lyra agora de tarde, está bom? Enfim, vou verificar isso de fato.

Com relação à Casa Abrigo, o que nós sabemos é que há uma prestação de alimentos, não um contrato, mas uma parceria do Rio Solidário – que é a instituição que faz a gestão da Casa Abrigo – com o Supermercado Prezunic. Essa rede de supermercados foi vendida, e os novos donos cortaram esse tipo de atendimento. Por isso, essa coisa de até dia 23. Mas, certamente, será dada uma solução para que não aconteça alguma coisa. E as pessoas que estão na Casa Abrigo têm uma manutenção dos seus contratos, sem dúvida.

Para encerrar – encerrando mesmo – os contratos...

(Interrupção do som.)

A SRª ANGELA FONTES – Nós temos a garantia para esses serviços de 5 anos, que é contrato temporário que a CLT permite. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Srª Angela.

Nós passamos a palavra à Senadora, para os seus questionamentos mais globais, e retornaremos em no máximo 5 minutos, pelo tempo de que nós dispomos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu me dou por satisfeita. Se houver necessidade de mais detalhes, nós solicitaremos posteriormente.

Em princípio, sobre a questão do orçamento, a Angela nos respondeu. Acho que nos atende. Mas se vocês tiverem uma planilha dessas informações, podem passar para nós, porque acho importante formalizar com mais exatidão o percentual destinado para as políticas de atendimento às mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos...

A SRª ANGELA FONTES – Desculpe-me, Senadora. Só um esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Pois não, Srª Angela.

A SRª ANGELA FONTES – A planilha é com relação ao que nós temos, ou envolvendo Saúde, Segurança...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O que vocês têm.

A SRª ANGELA FONTES – O que nós temos. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Essa solicitação que a Senadora faz se dirige também aos demais órgãos, que disporão também do tempo de até uma semana para receber a informação.

Eu queria dizer que nós recebemos, além dos documentos dos órgãos, o relatório da audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela Deputada Inês Pandeló, que vai ser anexada aos Anais da CPMI, que é um diagnóstico: *Rede de serviços de atendimento à mulher vítima de violência – avanços e retrocessos*. Isso integra a pesquisa.

Recebemos também um relatório de atividades da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher, da cidade de Teresópolis, da agora ex-Secretária Joselice Cerqueira, que também se incorporará aos registros. E há duas propostas de projeto de lei da Deputada Enfermeira Rejane, relativos ao mutirão da liberdade e aos abrigos de acolhimento de mulheres.

Queremos informar às demais entidades que vamos receber o relatório das três representantes da sociedade civil. E as demais entidades que queiram enviar o relatório até o final do dia podem nos entregar. Ou, então, daremos um prazo, registrada a demanda, para que possam completar esse diagnóstico.

Nós concluímos a escuta do Executivo e passaremos agora aos demais órgãos, que serão o Ministério Público, a Defensoria e a sociedade civil, com as suas três representantes.

Nós solicitamos que a Drª Renata Bressan se dirija à Mesa, representando aqui o Dr. Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, enquanto a nossa Relatora se medica da garganta.

Nós vamos citar as pessoas aqui presentes, e a importância de citar é demonstrar, primeiro, o respeito que essas pessoas tiveram com a CPMI e a importância do tema. A Sueli Ferreira, da Casa Abrigo do Estado Lar da Mulher; a Livia Coutinho, da Coordenaria da Mulher de Volta Redonda; a Antonieta Rocha, da Casa da Mulher de Manguinhos; a Cristina Dorico, do Cedim; da Secretaria Estadual das Mulheres, do PT; a

Carla Frazão, da Associação em Defesa da Mulher; a Iara Tavares, do Ciam–Baixada; a Schuma Schumacher, da Articulação de Mulheres Brasileiras, minha querida parceira de muitas lutas nesse processo dos direitos da mulher; Cláudio Faria, Técnico do Tribunal de Justiça.

Queria cumprimentar a todos os profissionais do Tribunal de Justiça que aqui vieram, senão as autoridades maiores, aqui vieram partilhar das suas preocupações, e são vários. A Tania Melito, também do Juizado da Violência Doméstica; a Leila Costa, do Departamento dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias; a Alfonsina Faya, pesquisadora da Uerj; a Iara Amora, Coordenadora do Núcleo de Mulheres Negras, Casa da Mulher Trabalhadora; a Ângela Maria Simões, Casa Cora Coralina; a Dalva Regina Batista Ferro, do Centro Integrado de Atendimento à Mulher; a Virginia Berriel enfermeira da Secretaria da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores; Helga Mayerle, enfermeira da Secretaria Estadual de Saúde; Eleutéria Amora, da ONG Casa da Mulher Trabalhadora, Coordenadora-Geral; Alexandra Lima Gomes, enfermeira da Secretaria de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, Marlene dos Santos, voluntária da Coordenadoria da Mulher de Volta Redonda; Regiane, da Secretaria de Políticas para Mulheres de Itaitiaia; a Secretária; Margarida Prado, membro da Comissão de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados do Brasil; Conceição Santos, da Associação de Mulheres Beth Lobo, de Volta Redonda e do Sindicato dos Metalúrgicos; Tereza Cristina, Presidente da OAB Mulher e Conselheira do Cedim; Luiz Peixoto, advogado; Cristiana Nicolau Gomes, psicóloga da Ciam; Mônica Coutinho, da Subsecretaria de Políticas para Mulheres de Maringá; Andressa Lorrán, estagiária da Secretaria de Saúde; e Andréa de Farias, estagiária de psicologia da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Casa da Mulher do Manguinhos.

A todos e a todas, nossos agradecimentos pela atenção.

Passamos a palavra à nossa Relatora, a Senadora Ana Rita, para fazer os questionamentos dirigidos ao Ministério Público, por meio da representação da Drª Renata Bressan.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Primeiramente, queremos agradecer a presença da Drª Renata, e, conforme eu disse no início, nós fizemos visita ao Ministério Público aqui do centro do Rio de Janeiro, de Jacarepaguá.

Nós tivemos a oportunidade de perceber que há problemas sérios em virtude de que o Promotor que atua no Juizado da Violência Doméstica não tem uma atribuição plena. Nós avaliamos isso como uma questão séria, delicada. Ele oferece apenas denúncia

nos casos de flagrante, e os demais casos vão para a Central de Inquéritos. E, aí, em caso de flagrante, em se tratando de violência doméstica, violência praticada contra a mulher, é muito difícil você pegar situações em flagrante, porque a violência contra a mulher acontece dentro de casa, à noite, entre quatro paredes, na maioria das vezes. É a vítima e o agressor. Então, exigir que seja identificada a situação de flagrante é muito difícil.

Então, nós avaliamos isso como um problema sério. E isso é ruim, porque há demora inclusive na prestação jurisdicional, e muitos crimes podem prescrever. Nós vimos que há prescrição, sim, de vários crimes, tanto que essas informações nós obtivemos por parte dos juizados, como também tivemos informações na própria delegacia de processos que estão prescrevendo. Achamos que seria muito importante a revisão das atribuições dos promotores dos juizados de violência doméstica, para que eles tenham uma atuação plena, para que essas atribuições sejam plenas de fato.

Gostaríamos de ouvir a opinião também da Dr^a Renata com relação a isso.

Outra questão que também nos preocupou são as visões que tendem a responsabilizar as mulheres pela violência sofrida. Ouvindo principalmente no juizado... É uma questão de concepção mesmo por parte de quem presta os serviços. Há uma tendência, pelo menos percebemos isso. Há uma certa visão por parte de alguns profissionais de que as mulheres são responsáveis pela violência. Não é dito com essas palavras, mas a postura, a forma como conduz nos leva a perceber isso. Então, entendemos que é importante, sim, uma capacitação de todos os profissionais. E gostaria de saber se o Ministério Público está fazendo capacitação dos seus profissionais de forma regular.

Além disso, quantos núcleos especializados de Promotoria de Violência contra as Mulheres existem aqui no Estado? E qual é a orientação do Ministério Público sobre oferecimento da suspensão condicional do processo nos casos de violência doméstica? Qual é a orientação que é dada com relação a isso?

Por enquanto é isso, Dr^a Renata.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra, a Dr^a Renata Bressan, aqui representando o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

A SR^a RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Bem, eu inicio agradecendo a oportunidade de estar aqui para prestar os esclarecimentos. Gostaria de cumprimentar a todos na pessoa da Presidente da CPMI, Deputada Federal Jô Moraes, a quem estendo meus cumprimentos e a todos os presentes.

Inicialmente, gostaria de esclarecer que o Ministério Público vê a questão de violência doméstica como algo de extrema relevância, que precisa ser tratado

com muita seriedade, com muita atenção. Justamente em razão disso, na atual gestão de administração do Procurador-Geral, foi criada uma subcoordenação específica na Coordenação Criminal, e eu, no caso, como Promotora Criminal, estou atualmente afastada das minhas funções para exercer o cargo administrativo de Coordenadora Criminal do Ministério Público. E dentro da minha coordenação, há outro Promotor de Justiça, Subcoordenador, mas que trabalha juntamente comigo, que divide todas as dificuldades, aflições. Subcoordenação apenas no nome. Trabalhamos em absoluta parceria.

Essa subcoordenação que ele ocupa, de toda maneira, é genérica na área criminal. Foi criada recentemente uma subcoordenação específica para a violência doméstica. Isso apenas para demonstrar como o Ministério Público vê essa temática com olhos de preocupação e pretende dar um tratamento diferenciado. Em minha Coordenação, são sete áreas de atuação...

(Interrupção do som.)

Vinte anos. Há as centrais de inquéritos, que são órgãos de execução do Ministério Público, que trabalham diretamente com investigação penal. Nesses órgãos, os promotores de justiça acompanham, fiscalizam e auxiliam, direcionando as investigações penais, num trabalho de proximidade com a Polícia Civil.

Temos a crença de que a criação das centrais de inquéritos no Rio de Janeiro foi um avanço e, inclusive, propiciou o sucesso de muitas investigações e um trabalho de integração efetiva com a Polícia Civil, coisa que, infelizmente, não acontece em muitas outras unidades da Federação. Mas essa é a regra e, obviamente, toda regra comporta exceções, e essas exceções devem ser vistas para atender pontualmente os casos em que existe uma demanda específica.

Nós acreditamos que, na hipótese de violência doméstica, essa regra deve sofrer exceções, assim como já sofre, também, no âmbito dos juizados especiais criminais.

Então, só para dar um breve esclarecimento de como é a metodologia no Rio de Janeiro, quando um inquérito policial é instaurado, a atividade da polícia é fiscalizada diretamente pelo promotor de investigação penal, que, periodicamente, recebe os autos do inquérito, seja fisicamente ou de forma virtual, porque, no Rio de Janeiro, já acontece, em muitas delegacias, esse acesso virtual ao inquérito. Inclusive, isso diminui muito o trâmite dos autos e, portanto, minimiza os possíveis efeitos das delongas do tempo, como a prescrição e, portanto, o promotor fica mais próximo da investigação, de forma a dar um rumo àquela investigação, para que ela possa resultar numa denúncia, no

oferecimento de uma denúncia e num processo judicial mais bem sucedido.

Nos juizados especiais criminais, entretanto... Bom, no momento em que essa denúncia é oferecida e, portanto, iniciada a ação penal, aí sim o processo – já um processo e não mais um inquérito – passa a ser de atribuição do promotor criminal que trabalha junto à vara criminal. Então, nós temos, aí, dois promotores: um promotor que trabalha junto à investigação, acompanhando diretamente atividades da polícia, e um outro promotor que trabalha junto ao Judiciário.

Pois bem, na área, por exemplo, de juizados especiais criminais, como os termos circunstanciados são diretamente levados ao Judiciário antes mesmo que haja o oferecimento de uma denúncia, antes mesmo que haja a instauração de um processo criminal e justamente para permitir a conciliação entre as partes, a transação penal, enfim, todas as outras medidas despenalizadoras trazidas pela Lei 9.099, não há a figura do promotor de investigação. O promotor criminal atua diretamente no juizado especial criminal. Ele recebe tanto o termo circunstanciado, que é a fase pré-processual, como ele também atua na fase de processo criminal.

Nós entendemos que, na área de violência doméstica, seria conveniente um modelo similar ao dos juizados especiais criminais, mas essa mudança não pode ser feita de maneira tão rápida como se gostaria, porque existem promotores titulares, existem órgãos de execução já criados e existe uma garantia prevista na Constituição, garantia não só da função do Ministério Público, como também da função do Judiciário.

Essa garantia da inamovibilidade é, justamente, algo que se pleiteia muito, inclusive em alguns outros órgãos, como a polícia, para que se possa fazer um enfrentamento mais corajoso e menos temente a eventuais represálias. E esta garantia da inamovibilidade é justamente o que permite ao promotor atuar de acordo com as suas convicções, e as convicções dele, obviamente, têm de estar pautadas pela legalidade, e não ceder a pressões políticas para conduzir os trabalhos a um determinado desfecho que não seja outro que aquele previsto em lei, que não seja outro que a justiça.

Pois bem, permitir a mudança da atribuição de um promotor de justiça sem a sua concordância equivale à agressão do princípio da inamovibilidade, porque se um promotor está atuando bem num determinado caso, de forma enérgica, e se se subtrai a sua atribuição, permite-se, portanto, que ele seja retirado daquele caso, não porque ele foi tirado daquela cadeira, mas porque foi suprimida a sua atribuição.

O mesmo acontece na área da violência doméstica. Para que haja uma mudança de atribuição e para que o promotor de violência doméstica passe

a ter essa atribuição plena, desde a instauração do inquérito, desde o registro de ocorrência, até o final do processo criminal, com a sentença absolutória ou condenatória, é necessário que haja, das duas uma, ou a concordância desse promotor titular, ou que o órgão de execução esteja vago, para que toda essa reengenharia seja viabilizada.

Então, esse projeto está em fase de estudo. Como a mudança nessa atribuição importaria reflexos grandes no Estado do Rio de Janeiro, existe a ideia, inclusive, de se criar, inicialmente, um projeto piloto, para que se possa, inclusive, demonstrar de maneira mais firme e com dados estatísticos que essa seria uma boa opção, e para que essa boa opção possa ser replicada em outros órgãos.

De forma a minimizar, de imediato, os eventuais danos que essa atuação dupla no Ministério Público possa, eventualmente, causar, nós conseguimos a mudança de uma pequena parte da atribuição desses promotores de justiça. Anteriormente, a medida protetiva caberia ao promotor que trabalha na investigação penal, ao promotor que trabalha no inquérito policial, muito embora ela seja uma medida que seja direcionada ao Judiciário.

Então, o que acontecia, e nós presenciamos isso acontecer com alguma frequência? As partes que precisavam de uma medida protetiva, a mulher que precisava de uma medida protetiva procurava pela defensoria pública junto ao juizado, mas, no entanto, aquele promotor de justiça não era o que tinha a atribuição. O promotor junto ao juizado não era quem tinha a atribuição para se manifestar nessa medida protetiva. Aí, então, ficava o inquérito, voltando para a central de inquéritos para que o promotor com atribuição pudesse se manifestar.

Para evitar, pelo menos no que diz respeito às medidas protetivas, essa cisão de atribuição, houve uma mudança, há cerca de mais ou menos um ano, na atribuição dos promotores de justiça atuantes na área de violência doméstica. Então, essa atribuição importou o deslocamento da atribuição para o promotor junto à vara, em se pronunciar nas medidas protetivas, ainda que não haja um processo judicial, ainda que esteja apenas em fase de inquérito policial.

Então, foi uma maneira de minimizar de imediato, já que uma reengenharia não se faz da noite para o dia, os efeitos danosos dessa dupla atuação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A Drª Renata, a senhora vai passar para outra questão. Deixe-me fazer uma observação aqui, então.

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Pois não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Porque, na verdade, conforme a senhora disse inicialmente, a estrutura do Ministério Público, realmente, é uma estrutura antiga, que tem muito tempo, e a Lei Maria da Penha é uma legislação nova. Ela tem apenas 6 anos e tem um novo paradigma no enfrentamento da violência, em especial contra as mulheres.

Então, faríamos uma solicitação para que, neste estudo que está sendo feito, de redefinição ou de revisão das atribuições dos promotores que atuam nos juizados de violência doméstica, o tratamento a ser dado com relação à violência doméstica não seja apenas como um projeto piloto – faço essa observação –, mas que, nesse processo de rediscussão, de revisão, realmente, se crie uma nova orientação do Ministério Público, considerando que tem uma lei nova, que tem um novo paradigma e que é preciso, realmente, fazer uma revisão, mas que seja uma revisão que leve a ter uma ação que não seja dada como uma experiência piloto, mas uma ação que seja efetiva dentro desse novo formato que está sendo pensado, que está sendo discutido para o Ministério Público.

Não sei se eu me fiz entender,...

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Não, perfeitamente.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – ... mas que não dê um tratamento apenas de um projeto piloto, como se fosse uma experiência, mas que, realmente, nesse contexto de reformulação, dê o tratamento adequado a essa nova concepção da violência doméstica que é tratada na Lei Maria da Penha.

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Eu entendo perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdO-B – MG) – Drª Renata, antes de a senhora continuar, eu aproveito a oportunidade para solicitar que a senhora explique qual foi o instrumento legal usado há um ano para dar essa excepcionalidade de função ao promotor do Judiciário, ainda quando o processo está no período de investigação, se foi através de uma normatização do Procurador-Geral. Nós gostaríamos de ter acesso e que a senhora nos enviasse essa normatização, porque essa excepcionalidade tem uma fragilidade muito grande na dinâmica. Evidentemente, imagina-se que nem sempre a agilidade da solicitação das medidas protetivas, da forma como se encontra, chega a bom termo com essa dupla função.

Então, eu solicitaria que a senhora pudesse nos enviar a normatização estabelecida pelo procurador-geral para a excepcionalidade nos casos de violência doméstica, particularmente das medidas protetivas.

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Perfeito. Farei o envio, com certeza.

Eu só gostaria de dar uma pequena explicação quanto à questão da criação de um projeto piloto.

As instituições são presas... Muitas vezes, a atuação das instituições acaba sendo ligeiramente presa por algumas questões burocráticas. É uma realidade da qual não temos como fugir e no Ministério Público não é diferente.

Então, apenas para lhe dar uma breve ideia de como essa reengenharia não seria algo tão fácil e imediato, daí por que nós sugerimos, para tentarmos emplacar essa possível reengenharia, talvez um projeto piloto, era como se fosse uma sugestão subsidiária. A primeira é uma mais ampla; a subsidiária é aquela que a gente tenta emplacar quando percebe que aquela mais ampla não vai ser possível.

A criação de órgãos de execução e cargos para que os promotores de justiça possam atuar depende de lei a ser aprovada pela Assembleia Legislativa, que depende de orçamento, enfim. Então, tem uma série de implicações administrativas extremamente complexas e eu, obviamente, não seria, inclusive, a pessoa mais competente a dar essa explicação ampla, que nos impede, às vezes, de colocar em prática aqueles projetos que nós temos como ideais. Não significa dizer que abandonamos os nossos ideais e deixamos de perseguir um resultado mais satisfatório.

Nós temos a convicção, lá na coordenação criminal, justamente até por estarmos mais perto da matéria, justamente por termos inclusive, hoje, uma subcoordenadora titular de um juizado de violência doméstica, que é o da capital, que é o que tem o maior número de feitos e que, portanto, vivenciou, durante muitos anos, todas as dificuldades que as partes que ali procuram o Judiciário e o Ministério Público relatam... Então, nós temos uma exata noção de qual é a demanda e da necessidade de se perseguir um resultado mais satisfatório, mas, por outro lado, nós não temos como virar as costas e deixar de considerar que a burocracia existe e existe uma série de meandros no caminho para a execução daqueles projetos que nós temos como ideais, daí por que nem sempre é possível emplacar 100% daquilo que nós gostaríamos. Aí, sugerem algumas outras ideias subsidiárias para, pelo menos, não se deixar cair por terra tudo aquilo que se pretende melhorar.

A mudança para deslocar para o promotor de justiça junto à vara criminal a atribuição para se manifestar nas medidas protetivas foi feita com base em anuência de todos os promotores de investigação criminal. Portanto, eles concordaram em abrir mão de parte de sua atribuição. Quando abrem mão de sua atribuição, não há uma violação desse princípio constitucional, e isso

feito através de uma resolução, que é o ato normativo interno que se utiliza para essas finalidades.

Com relação à visão que se tem de alguns membros quanto à responsabilização das mulheres pela violência sofrida, eu acredito que o tema “violência doméstica” não seja um tema caro a todas as pessoas. E nós não podemos deixar de considerar que, numa mesma instituição – no caso do Ministério Público, uma instituição com cerca de 900 membros –, há aqueles que defendem bandeiras diferentes de outros. Para alguns, o tema da violência doméstica é extremamente relevante, para outros, é de menor importância frente a outras questões.

O que nós da Coordenação temos feito é tentar justamente conscientizar os colegas de que, acima de tudo, é uma questão importante. Existe uma legislação, e o Ministério Público, como fiscal da lei, deve cumprir a lei e velar pelo cumprimento dessa lei em todas as instâncias. Então, o nosso papel é a fiscalização externa e interna.

Não podemos, no entanto, exigir que todos aqueles que ocupam um cargo na área de violência doméstica tenham exatamente o mesmo perfil e a mesma consciência. São pessoas que, às vezes, têm ideias diferentes das nossas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas têm capacitação, Drª Renata?

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Capacitação permanente.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Específica, sobre a Lei Maria da Penha?

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Sim. Este ano – eu posso mandar para as senhoras, depois, inclusive –, o tema Maria da Penha na Coordenação Criminal foi o tema que teve maior número de eventos. A divulgação é permanente não só daquilo que é feito dentro do Ministério Público, como daquilo que é feito em outros órgãos, inclusive pela Escola da Magistratura. Enfim, sempre que há um fórum em que o debate “violência doméstica” é trazido à tona, nós o levamos ao conhecimento dos colegas, através do envio de convites e *e-mails* funcionais, enfim, através de todo tipo de comunicação interna.

Além disso, os promotores novos que ingressam na carreira passam por uma capacitação e têm durante alguns dias a capacitação específica em violência doméstica. Essa capacitação é dada inclusive pela Drª Lúcia Iloízio, Subcoordenadora, que eu mencionei anteriormente, titular de um Juizado de Violência Doméstica, portanto, uma pessoa que conhece bem a realidade, muito aguerrida, apaixonada pelo tema, além de possuir os conhecimentos jurídicos neces-

sários para que se persiga realmente uma atuação funcional melhor.

Essa capacitação também é estendida aos servidores do Ministério Público, principalmente aqueles que vão trabalhar nos juizados que lidam com essa questão. Não adianta só o promotor de justiça ter sensibilidade para tratar o caso, mas também é necessário que os funcionários que estão no seu gabinete possam bem atender as partes que ali chegam, muitas vezes, inicialmente, atendidas por esses servidores.

Temos tido, com muita frequência, boa interlocução com os demais segmentos, no Estado do Rio de Janeiro, que tratam dessa temática. No Judiciário, temos permanentes reuniões com a Drª Adriana, que é Juíza de Violência Doméstica aqui da capital, sempre também à frente de lutas nessa temática aqui pelo Judiciário fluminense. A Desembargadora Gaulia também é uma pessoa bastante envolvida, sempre nos recebe e nos convida a participar de discussões. Periodicamente, eu pessoalmente tenho reuniões com a chefe de polícia, e a questão violência doméstica tem sido frequentemente abordada nessas reuniões. Na nossa Coordenação, foi elaborado, recentemente – eu até comentava há pouco com a Deputada –, um roteiro sugerindo o que deve ser verificado não só nas Delegacias de Atendimento à Mulher, pelos promotores de investigação penal, quando vão fazer fiscalização *in loco*, um roteiro que eles devem seguir para verificar não só em que condições as partes são atendidas ali, mas também as políticas públicas que eventualmente estão sendo implementadas naqueles locais.

Esse roteiro também serve – existem ali subitens, obviamente – às Casas Abrigo. A própria Drª Lúcia, Subcoordenadora lá na minha Coordenação, tem ido, em companhia aos colegas promotores de justiça, fazer essas visitas. E muitas vezes, também, levando uma assistente social do Ministério Público que é grande conhecedora da matéria, para nos dar um apoio técnico e para nos esclarecer eventuais omissões.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Renata, aproveitando, então: o Ministério Público busca sempre dialogar com o Juizado, com a Drª Adriana, com a Juíza da 3ª Vara. Mas e o Movimento de Mulheres? Vocês costumam também envolver o Movimento de Mulheres? Procuram ouvir o Movimento de Mulheres? O Ministério Público procura fazer isso, para também ter a visão da vítima, de quem necessita os serviços?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Renata Bressan, nós temos um prazo e temos 2 instituições ainda a escutar, a Defensoria e a sociedade civil. O nosso prazo é limitado pela sessão ordinária, e nós sabemos que o Regimento exige que

o respeitemos. Então, a senhora deve ir caminhando para a sua conclusão.

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Pois não.

Temos também participado desses foros de discussão dos movimentos sociais. A própria Drª Lúcia, que é a pessoa mais bem informada sobre o assunto, é quem tem estado presente a esses eventos. Inclusive ela hoje viria aqui participar desta audiência pública, não pôde vir porque está no Rio Grande do Sul, representando o Ministério Público no encontro de um grupo nacional de direitos humanos, que tem diversas subdivisões, dentre elas a de violência doméstica. Então, ela está lá justamente em um encontro com outros Ministérios Públicos do Brasil, discutindo essa questão.

Nós temos também feito, semanalmente, divulgação de boletins, através da nossa Coordenação, a todos os promotores. Essa divulgação de boletins contempla jurisprudência bastante atualizada. E através dessa divulgação, nós tentamos sempre firmar uma postura de qual é a convicção do papel do Ministério Público no que diz respeito à prevenção e à repressão de todos os crimes relacionados à violência doméstica.

Então, muito embora os promotores de justiça tenham independência funcional, o que significa dizer que o Procurador-Geral ou a minha Coordenação, que é a específica da área, não tenha poder, ingerência sobre eles, para lhes dizer que posição deverão adotar frente a determinado processo, nós temos firmado o posicionamento de que, no que diz respeito a todas aquelas medidas despenalizadoras da Lei nº 9.099, essas medidas não devem ser aplicadas nas hipóteses de violência à mulher, violência doméstica, notadamente por uma interpretação do art. 41 da lei, de absoluta vedação legal. Essa sempre foi a nossa postura.

Nós temos feito inclusive a divulgação da jurisprudência; porém, o promotor de justiça, que atua diretamente nos processos em razão da independência funcional, que é uma garantia constitucional que não podemos violar, pode eventualmente se manifestar de maneira contrária a essa orientação institucional. Se disso decorrer eventual agressão, eventual falta funcional, ele certamente vai responder nos limites da sua responsabilidade.

Nos Núcleos Especializados de Promotoria de Violência Doméstica – já me encaminhando rapidamente ao final, para poder terminar –, nós temos promotores de justiça titulares junto a todos os Juizados de Violência Doméstica criados no âmbito do Judiciário. Paralelamente a isso, também a minha Coordenação fez o encaminhamento de um projeto ao gabinete do Procurador-Geral, sugerindo a criação de uma promotoria de tutela coletiva, através da qual o promotor de

justiça passasse a ser responsável por fomentar, em todos os setores do Estado, todas as políticas públicas relacionadas à violência doméstica.

Na verdade, nós entendemos que isso deveria, realmente, ficar a cargo de um promotor de justiça titular de uma promotoria. Achamos que seria conveniente a criação de uma promotoria com esse perfil.

Enquanto não existe ainda uma promotoria de tutela coletiva para fomento dessas políticas, a Coordenação Criminal tem feito esse papel, justamente através dessa Subcoordenação.

Acredito que tenha sido isso. Só rapidamente, para finalizar, um minutinho...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – (*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – A suspensão condicional do processo, a orientação é a de que ela não seja feita.

Mas temos conhecimento de que há alguns promotores de justiça que entendem diferentemente e que dão aos artigos de lei uma interpretação diferente daquela que damos. Mas essa não é, digamos assim, a opinião da Coordenação. Não é dessa forma que nós sugerimos a atuação. Inclusive, na capacitação dos novos promotores, temos firmado o posicionamento de que temos a convicção de que isso é *contra legem*.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas, se algum promotor insiste em fazer a suspensão condicional do processo, o Ministério Público tem, embora reconhecendo... Conforme a senhora disse, ele tem uma certa autonomia, mas, se não cumpre essa determinação, não tem nenhuma penalização?

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Na verdade, talvez para quem não seja do ramo jurídico, isso seja de difícil compreensão. A lei não é matemática. Sempre que se lê um certo texto, existe a possibilidade de dar diferente interpretação, assim como a um objeto de arte. Enfim, tudo aquilo que não é exato permite uma certa... uma interpretação eventualmente controversa.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, mas, veja bem, nesse caso, não se justifica uma interpretação diferenciada, porque há uma decisão do STF sobre isso muito clara. Então, a suspensão condicional do processo não deve existir em função já de uma decisão do STF. Se há promotores que insistem em fazer a suspensão, tendo em vista que já há uma decisão do STF, o Ministério Público não pode agir?

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Veja bem, ele pode... A decisão do STF é uma decisão *incidenter tantum*, e há uma decisão também do STJ, que é contrária à do STF, com base às vezes...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas o STF não tem superioridade sobre isso?

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Essa é a minha convicção. Eu comungo da mesma opinião da senhora, mas infelizmente há aqueles que têm uma interpretação diferente e que justificam a sua manifestação em interpretação da lei.

Agora, esse é um caso para a Corregedoria, não é um caso para o Procurador-Geral. Eu tenho conhecimento de que há procuradores de justiça que, quando atuam no processo de segunda instância, tomando conhecimento de um eventual posicionamento que entendem falho do promotor de justiça em primeiro grau, extraem cópia e remetem aquilo para a Corregedoria.

Agora, sempre que essa interpretação, sempre que a atuação do membro do Ministério Público é feita com base, assim como do Judiciário, numa interpretação legal, há o entendimento de que não há exatamente uma falta funcional, já que calcado numa interpretação da lei. Ele não estaria negando acesso, não estaria negando a vigência da lei, nem a aplicação da lei: simplesmente está dando uma interpretação diferente da que outras pessoas dão.

O STF, se tiver se manifestado numa ação direta, especificamente sobre o tema, aí jogaria por terra toda e qualquer discussão. Mas quando essa discussão é feita no âmbito de um caso concreto e não no plano abstrato, ainda existe margem para essa dúvida interpretativa.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita, mais alguma questão?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não sei. Acho que ela não terminou ainda de responder às questões, Deputada Jô.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É que nós...

A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN – Eu acredito que as perguntas tenham sido respondidas. Se, por um acaso, alguma outra ficou fora ... Eu tenho a impressão de que as respostas eu dei.

Só gostaria só de mais um minutinho para dizer que, além da interlocução permanente, da criação da Subcoordenação, nós também passamos a ter desmembramento de promotorias que tinham a matéria de violência doméstica, entre outras matérias criminais, para poder dar atenção maior à violência doméstica – só para demonstrar nossa preocupação com a temática.

Além disso, há também outros dois projetos em andamento dentro do Ministério Público, que certamente vão também, de alguma maneira, tocar a área de violência doméstica. Um que não é específico para a violência doméstica, mas que a atinge, de alguma maneira, que é a implementação, no Rio de Janeiro,

do depoimento especial que, na verdade, tem por finalidade colher depoimento de vítimas de violência sexual, criança e adolescente, de uma maneira menos agressiva, que não se revitimiza, propiciando uma maior responsabilização do agressor nas hipóteses específicas de crimes sexuais. Mulheres não são as únicas vítimas de crimes sexuais, mas são sua maioria.

A criação e implementação desse projeto no Rio de Janeiro vai permitir um incremento à responsabilização e o tratamento de maior cidadania a essas vítimas. Esse projeto, na verdade, já teve início, a sua implementação se deu por intermédio da criação, pelo Tribunal de Justiça, de salas de depoimento especial. O Ministério Público, em parceria com a Secretaria de Saúde, estadual e Municipal e com a Secretaria de Segurança, está se articulando para também reformular a abordagem a essas vítimas por meio de um fluxo de atendimento mais adequado, antes da fase judicial.

Além disso, eu sou Presidente do Programa de Proteção a Testemunhas. E o Programa de Proteção a Testemunhas, não só aqui, mas em todo o Brasil, de acordo com a Lei 9.807, não se presta especificamente às hipóteses de violência doméstica, mas a casos de criminalidade organizada e criminalidade de outras naturezas.

Vim percebendo essa...

(Interrupção do som.)

A SRª SULA CAIXEIRO OMARI –... muito antiga e muito anterior à Lei nº 11.340. Buscamos sempre observar as demandas das mulheres, ampliar o atendimento, melhorar e capacitar os profissionais que atuam na área. E isso é feito com muito cuidado, com um critério constante pela Defensoria Pública.

Com relação à primeira pergunta, é importante pontuar que a Defensoria Pública é uma instituição que exerce uma função social muito grande. É a principal porta de entrada das mulheres em situação de violência doméstica. É uma instituição que, dentre as instituições que integram o sistema de justiça, que atende as mulheres, que recebe as mulheres para conhecer suas demandas e, a partir do relato, ouvindo a realidade e os anseios delas, tomar as medidas, tanto judicialmente quanto extrajudicialmente, e encaminhá-las para as redes de serviços que existem em favor delas. Isso porque entendemos que a atuação preventiva é de fundamental importância.

Para isso, o que a Defensoria costuma fazer? Estamos sempre realizando e participando de ações sociais, de conscientização da sociedade, temos parcerias com escolas municipais, estaduais e da iniciativa privada, escolas particulares, onde ministramos palestras com muita frequência. Nessas palestras,

temos oportunidade de tratar da violência doméstica, expor sobre o círculo da violência e fazer uma conscientização da sociedade. Pensamos que o trabalho é tão ou mais importante do que a punição do agressor, a esfera judicial etc.

Bem, acho que isso responde a primeira pergunta: a Defensoria exerce mesmo essa função social, é a porta de entrada, é quem tem acesso direto às mulheres, já que somos nós que ouvimos as mulheres, somos nós que recebemos as mulheres e temos que lidar com todas as suas dificuldades, e não só da vida pessoal. E temos que relatar os fatos, quebrar o sigilo, romper com o silêncio e procurar a Justiça, mas de uma forma ampla, procurando apoio para conseguir quebrar o círculo de violência. Conhecemos bem as demandas das mulheres porque estamos diretamente em contato com elas.

Com relação ao orçamento, também é um fato notório, de conhecimento geral que, entre as instituições que integram o sistema de justiça, a Defensoria Pública é a que tem o menor orçamento. Com a parte de pessoal, o nosso orçamento, comparado com as outras instituições, é bem reduzido. Inclusive, estamos com... Foram feitas propostas de emendas, e no momento está tramitando... Aliás, há propostas de emendas para aumentar o orçamento da instituição para o ano de 2013. Mas ainda não obtivemos êxito, ainda não obtivemos uma resposta positiva, ainda não foi possível esse aumento. Não tenho maiores detalhes, porque não sou eu que acompanho, mas não foi votado. Inclusive, foi feita uma proposta para que houvesse, pela primeira vez, uma disposição do orçamento voltada para a violência.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas a proposta encaminhada pelo Executivo, a senhora sabe dizer quanto já está sendo previsto, independente do que está sendo proposto para aumentar?

A SRª SULA CAIXEIRO OMARI – Não. Posso verificar, mas não sei informar. Se não me engano, 450... Só de pessoal. O orçamento... Que fique bem claro que a Defensoria Pública não recebe dinheiro para fins de estrutura, só para fins de pessoal. O orçamento que vem do Executivo é só para fins de pessoal. O que temos para fins de estrutura, e isso é um ponto muito relevante, é um fundo da Defensoria. E o fundo da Defensoria conta com R\$36 milhões ao ano. Existe até um projeto de lei tramitando no Congresso, já passou pela Câmara, agora está no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, cuja ideia é aumentar significativamente, através desse projeto de lei, aumentar o fundo da Defensoria, e aí, sim, termos melhores condições de estruturar a Defensoria em

especial e inclusive no âmbito do enfrentamento da violência doméstica.

Mas o fato é que o orçamento que recebemos do Executivo é totalmente voltado para pagamento de pessoal, não inclui estruturação do órgão. E isso é uma coisa que gera uma dificuldade maior para a instituição. Nós temos que lidar com isso e, dentro das nossas dificuldades orçamentárias, nós buscamos, todo tempo, ampliar, estender, melhorar o nosso atendimento e o nosso trabalho com relação à violência doméstica.

Uma forma que nós encontramos para minimizar essas dificuldades foi o estabelecimento de convênios. Nós sempre procuramos – e muitas vezes temos êxito – firmar convênios com o Ministério da Justiça e, mais recentemente, apresentei uma proposta de convênio para a Secretaria de Políticas para as Mulheres – estou aguardando resposta – com o intuito de ampliar a atividade da Defensoria, especificamente do Nudem, para mais cinco comarcas, o que significaria um diferencial extraordinário no Estado do Rio de Janeiro. Então, é a maneira que temos de trabalhar com a parte orçamentária, com a parte que é difícil – o cobertor é curto! Sempre procuramos, de alguma maneira, ampliar e melhorar a atividade da Defensoria buscando um melhor atendimento para as mulheres em situação de violência.

Com relação à atuação no Estado, ao atendimento das mulheres em situação de violência doméstica, é importante dizer que a Defensoria do Rio é a única Defensoria do Brasil que está atuando nas 92 comarcas do Estado. É a única instituição que já está em atuação nas 92 comarcas e, em todas essas comarcas, há defensores para atuarem na defesa das mulheres em situação de violência.

Nos juizados de violência doméstica, há sempre defensores que atuam pela mulher e defensores que atuam pelo agressor – é um direito constitucional do autor do fato ser defendido. E nos órgãos do interior, onde há vara única ou juizado de violência doméstica especial criminal, há sempre prioridade para o atendimento da mulher. Inclusive, na resolução da Defensoria Pública que trata do tema da violência doméstica, há regra expressa no sentido de que a prioridade é o atendimento da mulher, inclusive para fins de encaminhamentos e outras...

(Interrupção do som.)

Mais do que isso. Elas precisam ajuizar os pedidos de medidas protetivas e as outras demandas, eventualmente necessárias, para interromper, de forma definitiva, o ciclo. Não é só a medida protetiva. Muitas vezes, elas precisam resolver pendências relativas aos filhos, guarda, alimentos, um divórcio, uma partilha de bens. Nós buscamos sempre verificar qual é o

foco do conflito. Nós precisamos saber qual a origem, o que deu ensejo ao conflito. E, em razão disso, nós pedimos que sejam sempre encaminhadas ao Nudem, porque, no Nudem, elas vão ter condições de, com calma, receber todas as orientações necessárias, para interromper o ciclo de violência e receber todas as informações necessárias para que procurem, inclusive, auxílio nas demais instituições que fazem parte da rede. Então, essa comunicação com a Deam é fundamental por causa disso.

Como é que funciona o processo de requerimento de medidas protetivas?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Faltam 8 minutos para completar... Faltam 8 minutos da disponibilização do tempo.

A SRª SULA CAIXEIRO OMARI – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Estou alertando, para também se a Drª Emanuelle for se pronunciar.

A SRª SULA CAIXEIRO OMARI – Certo. Ela vai nos ajudar agora.

Requerimento de medidas protetivas.

A partir do momento em que a mulher procura a defensoria pública, nós, imediatamente, tomamos conhecimento de qual é a situação dela, quais são as necessidades dela e verificamos: é o caso de requerer medidas, ela precisa de medidas? Então, nós fornecemos qual é a relação de documentos que ela precisa trazer e nós ajuizamos, com a maior celeridade possível, a medida protetiva e distribuímos para o juizado competente, porque nem sempre o juizado competente é o primeiro. O Nudem fica aqui no centro da cidade, assim como o 1º Juizado, mas existem vários casos em que o registro – é uma questão de competência, da organização judiciária – foi feito numa área, inclusive o fato delituoso foi cometido numa área cujo juizado competente é o de Jacarepaguá – o terceiro –, então eu vou fazer a medida e vou distribuir em Jacarepaguá. A mesma coisa acontece nos juizados de Campo Grande ou Niterói, São Gonçalo, Caxias, Nova Iguaçu.

Então, a atribuição é ampla. A partir do momento em que a mulher nos procura, nós rapidamente fornecemos a relação de documentos. Ela, já no primeiro contato, narra toda a situação dela, para que nós possamos inclusive orientar para ver se é caso de medida ou não, e, tão logo ela volte com os documentos, a medida protetiva é ajuizada no juizado competente.

Feito isso, a mulher é orientada, ela é esclarecida de todo o procedimento que, dali para frente, ela vai encarar, e ela é encaminhada para o juizado competente, para que ela acompanhe a medida, junto com o defensor que atua naquele juizado competente.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Sula, eu queria só fazer um questionamento: no caso das DEAMs, que são delegacias especializadas, se elas forem mais bem instrumentalizadas, mais profissionais, profissionais capacitados, não daria para se resolver tudo ali na delegacia, em termos de colher todas as informações, sem que, necessariamente, a mulher tenha que fazer um registro e depois ter que contar toda a história de novo lá no Nudem. Eu estou me referindo apenas às delegacias especializadas, não estou nem falando das demais delegacias, que também são porta de entrada, mas, no caso da Deam – que eu acho que ela deve ser fortalecida –, ter mais gente, pessoal qualificado, não seria o suficiente? E, se há um defensor que atua na delegacia...

A SRª SULA CAIXEIRO OMARI – Fica no juizado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Fica no juizado, mas, de qualquer modo, se o processo for mais bem instruído na Deam, não precisaria de essa mulher ter que ir lá no Nudem, ter que recontar toda a história, para poder ter o seu processo mais bem instruído.

É claro que a Defensoria Pública continua cumprindo o seu papel de proteger essa mulher, de orientar essa mulher, mas eu vejo que, se todos os casos forem encaminhado para o Nudem, nós estamos fragilizando a Deam, estamos dando um papel menor à Deam do que ela deve ter, na minha opinião.

Então, eu acho que precisa fortalecer a Deam, equipar suficientemente a Deam, capacitar os seus profissionais, para que a maior parte das questões possam ser encaminhadas através da Deam. Não precisa, necessariamente, passar pela Deam e ter que ir para o Nudem. Na minha opinião, acho que para o Nudem iriam talvez as mulheres que não têm acesso à Deam, pela questão da distância, que buscam as delegacias mais próximas, e que nem todas ainda contam com os serviços especializados, porque atendem toda a questão, o atendimento mais geral.

Qual é a sua avaliação? Não seria esse o melhor caminho?

A SRª SULA CAIXEIRO OMARI – Senadora, eu concordo que, se as representações, por medidas protetivas, fossem mais bem instruídas, talvez as mulheres conseguissem medidas protetivas no juizado diretamente, independente de passar no Nudem. Mas eu reafirmo a necessidade de elas serem encaminhadas para o Nudem pelo seguinte: em 85% dos casos, as mulheres têm outras demandas além das medidas protetivas. Muitas, na verdade, nem querem medida. Muitas não querem medidas protetivas, mas querem ajuizar as outras demandas que são necessárias para interromper o ciclo de violência. Muitas vezes, problemas com os companheiros, ex-companheiros, ex-maridos

são em razão dos alimentos que são devidos aos filhos, ou da guarda com relação à qual não há um acordo. E essas são questões que são resolvidas nas varas de família, não são resolvidas nos juizados de violência doméstica. E isso é uma questão que vai muito além do trabalho que é desenvolvido na delegacia. Então, as delegadas teriam que ouvir a história, destrinchar todo esse problema familiar, que vai muito além da esfera criminal, muito além do delito propriamente dito aqui – enseja a aplicação da Lei 11.340 –, e eu penso, com todo o respeito, que isso não seria viável.

Então, eu continuo afirmando que, independente – porque eu concordo com a senhora no sentido de que as medidas protetivas deveriam ser deferidas com base na representação feita pela autoridade policial, e esse trâmite é: delegacia-juizado. Definitivamente, não precisaria passar pelo Nudem para isso, mas passa, hoje passa, mas não precisaria. Agora, de qualquer forma, o encaminhamento das mulheres para o Nudem, para a Defensoria, porque, caso ela não queira, de repente, a mulher mora em Belford Roxo, ela não precisa vir ao Nudem. Há o Núcleo de Bairro que pode atender, ela pode ligar para o 129, se orientar: “onde é a Defensoria mais perto da minha casa? Olha a Defensoria mais perto da sua casa é tal. Qual a documentação que eu preciso?” Isso tudo pelo telefone, 24 horas. Então, se a mulher não quiser vir para o Nudem, por causa do deslocamento, custos, dificuldades gerais que sejam, ela pode ir a qualquer órgão da Defensoria. Mas é fundamental esse encaminhamento para que ela realmente narre a situação e resolva os conflitos que giram em torno da violência, porque violência é um desmembramento de alguma coisa, e isso tem que ser solucionado.

Mas, com relação à medida protetiva propriamente dita, eu concordo com a senhora no sentido de que – como nós tivemos a oportunidade de falar antes –, se não exigissem um grau muitíssimo elevado de conhecimento, de cognição nas medidas protetivas para o seu deferimento, isso seria viável. Hoje, nós enfrentamos uma dificuldade extraordinária para conseguir o deferimento de medida protetiva. Há alguns paradigmas que são muito difíceis de se romper. Existe uma ideia generalizada de que crimes contra a honra, por si sós, injúria, calúnia e difamação, não ensejam medidas protetivas. Não compreendo isso, não concordo com isso, mas todas as decisões são nesse sentido. Então, é uma dificuldade que nós enfrentamos, é um paradigma que tem que ser quebrado, mas a vinda para o Nudem é fundamental para esse fim: para que elas consigam realmente ter o acesso total à Justiça.

E, para encerrar, eu passo aqui à Dr^a Emanuelle, para ela falar a última pergunta, que é com relação se

são sempre encaminhadas para o Nudem. São sempre encaminhadas para o Nudem, mas existe uma atribuição concorrente. Então, eu vou chamar a Dr^a Emanuelle para...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr^a Emanuelle, nós vamos dar até 5 minutos para sua resposta, porque ainda vai haver os comentários da Senadora, e nós temos que escutar a sociedade civil logo em seguida.

A SR^a EMANUELLE DE OLIVEIRA CHIANCA GANGONI – É lógico. Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora, Deputada.

Em relação à última pergunta, a atribuição dos Juizados da Violência, do defensor público, junto aos juizados e junto ao Nudem, é uma atribuição concorrente. Então, a vítima que sai da delegacia e procura diretamente o defensor do juizado – no meu caso, o 1º Juizado – é atendida: a medida protetiva é formulada, o requerimento é formulado e a medida protetiva é despachada diretamente junto ao gabinete, no caso do 1º Juizado. Então, eu nem desço com o procedimento para o cartório. Eu já despacho diretamente com as juízas que hoje atuam junto ao Juizado. Então, o trâmite é muito rápido, é muito célere. Entendemos a importância, a urgência de aquela vítima ter uma resposta rápida à sua solicitação.

Então, as medidas protetivas... A única diferenciação, que normalmente acabamos encaminhando ao Nudem, é quando a vítima precisa de uma documentação da qual ela não dispõe na hora, como por exemplo, um documento referente a um imóvel ou uma certidão de nascimento dos filhos. Então, ela vai ter que retornar ao órgão para trazer essa documentação, até para que as medidas protetivas sejam deferidas com a documentação necessária. Mas, via de regra, a vítima que procura diretamente o Juizado é atendida e o requerimento é postulado por lá mesmo.

Nós realizamos muitas audiências no Juizado. São cerca de 60 audiências por dia. São três juízas normalmente designadas. Então, eu já consegui, junto à minha chefia institucional, um outro defensor para me auxiliar no Juizado. Tem audiência de manhã, na parte da tarde, mas tento sempre prestar essa assistência, um atendimento acolhedor à vítima de violência.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Uma pergunta, Dr^a Sula ou Dr^a Emanuelle: os defensores que acompanham os agressores substituem, em alguma circunstância, os defensores que acompanham a vítima?

A SR^a EMANUELLE DE OLIVEIRA CHIANCA GANGONI – Nunca, de forma alguma. De forma alguma, até porque haveria um conflito. Isso não é possível. Há um impedimento. O defensor que atende o autor

do fato é um defensor diferente do defensor da vítima. Em nenhuma circunstância...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Eu me refiro não a um caso específico, mas à dinâmica da Defensoria. Eventualmente, em outros casos...

A SRª EMANUELLE DE OLIVEIRA CHIANCA GANGONI – É separado. É sempre separado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Me deixa aproveitar, Deputada Jô, para ouvir também a opinião da Defensoria Pública com relação à suspensão condicional do processo. Qual é a avaliação que vocês fazem sobre isso?

A SRª EMANUELLE DE OLIVEIRA CHIANCA GANGONI – A minha posição é completamente contrária. Eu assumi a titularidade do 1º Juizado agora no mês de março e venho enfrentando essa dificuldade. Eu já fiz uma petição com algumas laudas e apresentei.

Mas o que acontece? São duas questões, não é só a suspensão. É a questão da retratação da vítima nos crimes de lesão corporal. Então, o posicionamento do Juizado é de que, se o fato ocorreu antes da decisão do Supremo Tribunal Federal, que foi uma decisão em controle concentrado, foi em uma ADC e em uma ADI, então não foi uma decisão *incidenter tantum*. Gostaria de deixar isso claro. É um controle concentrado. É uma decisão que já foi publicada. O que não foi publicado foi o inteiro teor da decisão. Então, no meu posicionamento ela já é uma decisão que tem que ser cumprida e qualquer descumprimento é uma afronta à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eu já me manifestei nesse sentido, mas a vítima queria se retratar, no caso concreto. Era um crime de lesão corporal. E, infelizmente, apesar de a defesa técnica ter se manifestado contrariamente, eu entendo que a minha atuação é *sui generis*. Ela decorre da lei. Então, eu estou ali para prestar assistência à vítima. Eu acho que a manifestação dela é viciada: ela vai ter ou vínculo de afetividade ou dependência financeira; e ela não consegue manifestar se quer ou não a continuidade do processo, conforme a decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas a minha manifestação não foi acolhida e o feito foi extinto.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só para finalizar, Deputada Jô, além do Presidente do Tribunal de Justiça aqui do Estado do Rio de Janeiro, nós vamos convocar também o Procurador-Geral de Justiça e o Defensor Público-Geral, para que a gente possa debater essa questão. Acho que é muito sério isso e a gente precisa garantir que aquilo que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal realmente possa ser cumprido pelas

autoridades. Então, vamos ouvir também o Defensor Público-Geral e o Procurador-Geral de Justiça.

A SRª SULA CAIXEIRO OMARI – Senadora, só fazer um acréscimo, em um minuto.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Drª Sula.

A SRª SULA CAIXEIRO OMARI – É só um acréscimo, em um minuto, porque a Dra. Emanuelle narrou a situação no 1º Juizado. Mas é importante deixar claro que a orientação institucional é no sentido do não cabimento da suspensão condicional do processo.

Logo que saiu a decisão, este ano, nós realizamos algumas reuniões com os colegas que atuam nos Juizados de Violência Doméstica, e eu participo de algumas reuniões, em nível nacional, com os colegas defensores de outros Estados da Federação, porque nós temos uma comissão do Codjerj que trata só sobre violência doméstica. E, nessas oportunidades, o entendimento que ficou como parâmetro institucional é no sentido do não cabimento da suspensão condicional do processo. E, até pelo que a Drª Emanuelle falou, trata-se de uma decisão do STF que foi... Não se trata de uma decisão incidental. É uma decisão em Ação Direta de Constitucionalidade.

E eu vou até além: uma Declaração de Constitucionalidade não tem modulação da aplicação no tempo. Ela só declarou que já era. Então, na verdade, nem se teria que pensar que nos crimes anteriores à decisão cabe e nos posteriores não cabe. Do meu ponto de vista, nós, defensores, em reunião, pensamos que em se tratando de uma Declaração de Constitucionalidade não há que se modular os efeitos. E não foi modulado na oportunidade, pelo STF, de forma que o entendimento é: é constitucional? É. Então, não cabe a suspensão condicional do processo em hipótese alguma, em tempo algum, em crime nenhum. Essa é a orientação.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Nós agradecemos a Drª Sula, a Drª Emanuelle. Queremos dizer que, no pronunciamento da Drª Emanuelle, ficou mais claro que não há condicionalidade no caso específico do pedido de medidas protetivas. A vítima pode ir diretamente ao Juizado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– A situação de passar pela Defensoria é uma situação eventual, complementar, e não condicionada a que as medidas protetivas possam ter que necessariamente passar pela Defensoria, como inicialmente eu, particularmente, tinha entendido; o que dificultaria enormemente o trâmite e a aplicação de medidas protetivas.

Como ação complementar ou porta de entrada no desenvolvimento do processo, nós entendemos o papel da Defensoria; jamais como uma segunda porta

que se teria que entrar para ir para a medida protetiva. Eu acho que isso ficou claro.

Nós queremos repetir aqui que nós consideramos R\$36 milhões de fundo para a Defensoria – para toda ação da Defensoria – uma cifra absolutamente insignificante. A Defensoria é a justiça dos pobres e por isso é a justiça das mulheres. Tem que ser reforçada. E hoje é tratada de uma forma inferior, exatamente porque a justiça daqueles que precisam não tem importância.

Acho que o Projeto que está tramitando no Senado, com toda certeza, precisa ser aprovado, porque a Defensoria deve ser respeitada, como os pobres deste País devem ser respeitados e ter acesso a tudo que é mais digno na vida deles.

Agradeço e cumprimento por ter defensores nas 92 comarcas do Estado do Rio de Janeiro. Parabéns para vocês.

Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só um esclarecimento, Deputada Jô, antes de passar para adiante. Nós fizemos aqui uma afirmação de que o contrato da Casa Abrigo terminaria agora, no dia 30 de novembro. Recebemos a informação que não termina dia 30 de novembro. Então, quero só fazer esse registro, para poder retificar a informação dada anteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós recebemos aqui e encaminhamos também aos anais os projetos de lei da Deputada Inês Pandeló: o que institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência contra a Mulher – um dos problemas que a gente já detectou, que é deficiente em todos os Estados. Recebemos o projeto que cria o Programa de Apoio à Mulher Vítima de Violência no Estado, que institui a Política de Atendimento Integrado às Mulheres Vítimas de Violência; e o que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher no Estado do Rio de Janeiro, que serão anexados aos nossos anais.

Nós vamos agora para a parte em que escutaremos a sociedade civil. Se nós nos dirigirmos às instituições, inquirindo, questionando, nós – em relação à sociedade civil – vamos escutar e registrar sua avaliação relativa às instituições da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Por isso, nós chamamos para a mesa Míriam Starosky – falei errado da outra vez –, da Marcha Mundial das Mulheres; Iara Amora, da Casa da Mulher Trabalhadora; e Rogéria Peixinho, da Articulação de Mulheres Brasileiras. Como elas se dividiram, podem vir à mesa para que deem maior visibilidade à presença de vocês. Daremos um jeito de colocar mais uma cadeira aqui.

Como, no entendimento, todas as instituições têm até 20 minutos, as representantes do Movimento de

Mulheres disporão cada uma de até 7 minutos. Não sei se estão preferindo usar esse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós então vamos fazer essa excepcionalidade. Vocês vão para lá e nós vamos usar... Pela ordem, Míriam Starosky; em seguida, Iara Amora e Rogéria Peixinho, que preferem falar do púlpito, já que fica facilitada a disposição de cada uma. Lembro que, na divisão do tempo, vamos dar até 7 minutos para cada uma, para que possamos concluir nosso trabalho. Já estamos para além dos 20 minutos e, então, teremos de ser rigorosos.

A primeira será Míriam Starosky, da Marcha Mundial das Mulheres.

A SRª MÍRIAM STAROSKY – Obrigada.

Boa tarde a todas e aos homens também presentes. A gente quer muito agradecer esta CPMI no Estado. Lutamos para que fosse aqui e isso é muito importante para nós. A gente está aqui... Somos três representantes de uma movimentação que a gente conseguiu, nas últimas semanas, convidando, convocando vários grupos de movimentos de mulheres feministas. A gente conseguiu fazer uma determinada articulação e, por esta articulação, um relatório do movimento com contribuições que, sabemos, não dão conta de tudo o que temos para contribuir, pelo pouco tempo. Mas quem conseguiu acessar e saber levou sua contribuição. Creio que é importante a gente entregar aqui, agora, uma cópia melhor para a Senadora e uma cópia para a Deputada.

Esta Comissão exatamente tentou dar uma organicidade a esse espaço, porque queríamos trazer, coletivamente, vários problemas que costumamos presenciar. Ontem, na reunião do Movimento, a Senadora teve a oportunidade de saber de vários depoimentos, além de nossa contribuição mais coletiva. Foram depoimentos emocionantes, que conseguiram trazer um pouco da realidade, na vida de cada uma, do que tem sido as políticas ou a falta de políticas no Estado do Rio de Janeiro.

Agora, pretendemos fazer simplesmente um resumo que diz por que é importante a gente estar aqui e por que é importante a CPMI ter vindo para cá. Primeiro, porque há violência contra a mulher no Rio de Janeiro e assustadoramente. A própria Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro produz documentos em que se vê a violência aumentar ano após ano. Se a gente for ver, são violências que mostram claramente o caráter machista dessa violência e o lugar em que a mulher é colocada na sociedade.

Se formos pegar os casos de estupro, é estarrecedor! Tivemos, em 2011, treze estupros ao dia;

mas, em 2012, a gente já tem a média de 15 estupros. Aachamos esse espaço importante porque as mulheres querem denunciar e ter esse espaço; elas não querem ficar caladas.

Nós também fazemos nossa manifestação aqui sobre a ausência. A gente também gostaria de denunciar a ausência de todos os titulares das secretarias e reclamar disso. Isso diz um pouco qual a centralidade... Na verdade, a não centralidade de uma política específica do caso da violência contra as mulheres.

Sempre percebemos que a política é feita por delegação. Sempre vieram sub-representantes, sempre vieram pessoas da ponta e nunca essa política é assumida realmente pela titularidade. A gente teve aqui representantes do Judiciário e do Estado, mas também vemos isso se repetindo em todos os Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Isso ficou claro nas contribuições das pessoas do interior contra as pessoas da região metropolitana.

Aachamos também importante este espaço aqui pela política que é colocada, pela propaganda colocada, como se tivéssemos aqui uma política de sucesso, como se o Rio de Janeiro estivesse sempre em melhor situação e principalmente sempre focando só na implementação da Lei Maria da Penha.

Admitimos que há aparatos, alguns têm um razoável número de aparatos, mas eles são insuficientes para darem conta de nossas demandas, das demandas que aparecem mais na capital e na região metropolitana. No interior do Estado há praticamente uma ausência dessas políticas.

Queríamos não só... A gente vai relatar um pouco dessas denúncias aqui, mas queríamos não só trazer isso como uma relação de pensar exclusivamente em uma aplicação de lei, mas queremos pensar como também a violência contra as mulheres é realizada diariamente por intermédio de uma violência institucional, organizada pelo próprio Estado. Vemos isso pelas políticas de UPPs; a gente percebe casos de violências. Percebemos isso nas questões do aborto, dos choques de ordem. A gente vai falar um pouco sobre isso.

A Justiça também, todos os aparatos de justiça, como falta uma política mais estruturada... Como esse programa em diversas interpretações cai para gente como uma não política, como um problema, ficamos à mercê da desestruturação de núcleos e de serviços conforme os gestores. A gente até queria colocar aqui uma sugestão para a CPMI para, a par dos inquéritos, perguntar o real número de processos que caem em prescrição. A gente gostaria de sugerir isso como um levantamento da CPMI. É um dado que não temos e nos é muitas vezes relatado.

Só para terminar minha fala, gostaria de trazer uma coisa que a gente sentiu muito e tentou colocar muito ontem. Acho que a Senadora, que teve oportunidade de estar lá, pode presenciar: as mulheres têm um fracasso na vida quando são violentadas. A gente está a todo tempo em uma situação de fracasso. Mas ficamos em uma situação de segundo fracasso quando vamos procurar serviços, quando procuramos acesso à Justiça e sofremos outra violência.

A mulher, muitas vezes, nem procura o superior, porque a situação de fracasso que ela... Se não for bem sucedida, se fracassar mais uma vez, essa mulher sofre uma represália não só da sociedade, mas por seus agressores as procurando novamente, não respeitando as medidas protetivas, como sofrem represálias do próprio Estado quando desqualifica suas denúncias, na desqualificação de sua posição de cidadã com todo direito. Essa é outra coisa que a gente queria colocar.

Para finalizar, isso tudo tem a ver com não só estar aqui nesta CPMI, com todos os órgãos públicos e todas as autoridades públicas, mas a gente entende o quanto é importante que a violência contra a mulher seja vista mais amplamente pela sociedade. Gostaríamos também que incluíssem políticas preventivas como educação, educação não sexista, que não permita que a violência seja a ponta da naturalização da relação com as mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada pela precisão.

Com a palavra Iara Amora, da Casa da Mulher Trabalhadora.

A SRª IARA AMORA – Boa tarde a todas. Meu nome é Iara Amora. Sou da Casa da Mulher Trabalhadora do Núcleo de Mulheres Jovens. Anteriormente, foi dada informação errada de meu cargo. Então, bom dia a todas; bom dia, Senadora; bom dia, Deputadas que estão presentes nesta mesa.

Darei prosseguimento um pouco aos relatos e dossiês que a gente conseguiu mapear quanto à questão da violência.

Primeiro, eu queria deixar minha primeira impressão.

Quem esteve, ontem, na reunião com as mulheres vítimas de violência, com as mulheres da sociedade civil – a Senadora estava lá, assim como outras tantas companheiras que estão aqui –, consegue nitidamente perceber a diferença entre o que a gente escutou ontem e o que escuta hoje.

Hoje, escutamos muitas falas protocolares sobre coisas que estão sendo encaminhadas, coisas que foram vistas, que são percebidas, e o que se dá a entender é que esses serviços atendem as mulheres mas não as escutam, porque as mulheres nos disse-

ram que são humilhadas nos serviços, que elas são maltratadas nos serviços. (*Palmas.*)

Então, como esses serviços todos, com protocolos lindos, todos em pleno funcionamento, não conseguem perceber que a mulher lá na ponta não está sendo atendida? Inclusive, a fala delas é que sofrem uma segunda violência quando chegam aos serviços; elas se sentem violentadas novamente. É importante pontuar isso.

Do levantamento que fizemos, é importante dizer que há insuficiência de políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro para atender as mulheres vítimas de violência, tanto em quantidade como em qualidade.

Do dossiê que nós levantamos, no quantitativo: dos 92 Municípios do Rio de Janeiro, apenas 24 têm algum equipamento de atendimento às mulheres vítimas de violência. Por aí a gente já pode perceber... E nos que têm equipamento – inclusive, algumas coisas já foram trazidas pela Senadora hoje, mas gostaria de enfatizar... Os centros de referência, por exemplo, enfrentam a questão da alta rotatividade das equipes porque não há concurso público. Então, também não há como garantir a qualificação permanente das pessoas que estão ali porque estão em constante rotatividade.

Hoje foi dito – pelas delegadas se não me engano – que há uma formação virtual. E aí a gente se pergunta: uma formação virtual vai dar conta de tratar as questões de gênero, a questão do machismo tão arraigado em nossa sociedade? Isso vai ser suficiente para essas profissionais e esses profissionais que vão estar lá na ponta atendendo essas mulheres?

Nessa questão da rotatividade ainda há a questão da estrutura: delegacias, casas-abrigo, centros de referência com rachaduras, sem que as mulheres tenham acesso a um copo d'água, sem que tenham acesso a um banheiro. E os relatos são que as mulheres passam horas – 5, 6 horas – na delegacia esperando atendimento – e não têm acesso a um copo d'água!

Muito me indignou – e eu queria ressaltar aqui – a posição trazida pelas representantes da segurança pública, que foram as delegadas, de mais uma vez culpar as vítimas. Elas disseram que as mulheres que são maltratadas não denunciavam, não chegam a elas, não chegam aos órgãos. Acho que há aí toda uma inversão quanto aos objetivos desses órgãos...

(Interrupção na gravação.)

A SRª IARA AMORA – ...atendimento à mulher vítima de violência, que chegou lá depois de uma situação, talvez de uma vida inteira de violência...

(Interrupção na gravação.)

A SRª IARA AMORA – ...de pessoas que ela considera autoridades, que ela achava que poderiam dar solução para o seu caso e é maltratada.

Aí, a gente dizer que essa mulher fragilizada, nesse momento mais uma vez culpabilizada, tem de enfrentar isso e continuar, ir atrás dos outros órgãos, acho que isso é a gente revitimizar, é tratar como a sociedade já trata: é colocar a culpa na vítima. Os nossos órgãos têm que ter os seus próprios mecanismos de observação da postura de seus funcionários, de como tratam as mulheres; os órgãos têm que dar conta disso, a gente não tem que colocar isso na conta das mulheres vítimas de violência mais uma vez. (*Palmas.*)

Sem contar a questão, que também não posso deixar de levantar, da economia de papel. Quer dizer que as delegacias não podem tirar uma xérox de um papel para a mulher ter a informação do que ela está prestando? É uma economia... Isso mostra que a gente não tem investimento público mínimo nesses setores.

Querida enfatizar também a questão do Tribunal de Justiça, que não veio. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desrespeita a Lei Maria da Penha, porque não aplica o aspecto duplice dos juizados: encaminhar as questões de família e criminal na mesma vara. Nós ouvimos ontem relatos absurdos, de homens que são processados por abuso sexual numa vara de família e ganham a guarda da...

(Interrupção na gravação e execução parcial de música.)

A SRª IARA AMORA – ...se não provarem aquilo.

Então, a mulher chega lá, depois de juntar toda sua coragem para sair de sua casa, e volta para sua casa mais uma vez culpabilizada, violentada e, muitas vezes, mais vulnerável.

Querida dizer que o processo no Judiciário e na Polícia em geral é muito longo e que um dia na vida de uma mulher que vai denunciar pode resultar na cessação de sua vida. A gente às vezes fica se prendendo a protocolos, dizendo que está fazendo os encaminhamentos, que está dirigindo, mas não está dando atenção para quem de fato deveria ter atenção, que é a mulher vítima de violência, a mulher que pode perder a sua vida e, às vezes, fica mais vulnerável ainda quando recorre ao Estado.

É isso.

Obrigada a todas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada também, Iara, pela presteza.

Com a palavra Rogéria Peixinho, da Articulação de Mulheres Brasileiras.

A SRª ROGÉRIA PEIXINHO – Boa tarde a todas. Boa tarde, Senadora. Boa tarde, Deputadas.

Hoje, durante a manhã inteira, ficamos sentadas ouvindo os poucos que chegaram aqui. Inclusive, quero ressaltar, Senadora e Deputada, que é muito bom ter vocês aqui como cúmplices do que vivemos no Estado do Rio de Janeiro. A falta dos representantes do Estado aqui é a demonstração do que vivemos, do descaso com que as mulheres neste Estado são tratadas, isso está representado pela ausência desse Poder aqui. Mesmo com uma CPI, com a importância que tem uma CPI, aqui nesta Casa Legislativa eles não comparecem para nos dar as devidas explicações, para dizer por que estamos nesse estado, por que estamos com mulheres morrendo a cada dia sem ter equipamentos de fato capacitados e qualificados para atendê-las. (*Palmas.*)

Minha mãe sempre repetia um ditado: “Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento”. É um pouco do que vemos no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é pintado como o Estado onde tudo está bom, onde, no caso da violência contra a mulher, há grandes equipamentos, muitos equipamentos. Os equipamentos, vimos aqui durante essas duas semanas e durante o tempo em que estamos na militância e que recebemos as mulheres e acompanhamos as mulheres nesses equipamentos...

Ontem a Senadora teve oportunidade de receber o nosso relatório e receber as mulheres que acessam esses equipamentos. Pudemos perceber que os equipamentos são sucateados, que os equipamentos não atendem as mulheres, nem as delegacias, nem os NIAMs, nem os CIAMs. Não tinha copo para a Senadora beber água no Ciam do Centro. A senhora vivenciou isso. Então, nós queremos aqui reafirmar tudo o que foi colocado aqui pelas companheiras que me antecederam e dizer que é isto o que acontece no Rio de Janeiro: descaso e desrespeito.

Outro aspecto que levanto nesta CPI é algo peculiar ao Rio de Janeiro, que vai receber grandes eventos, megaeventos: como nós não temos políticas públicas para as mulheres, as mulheres do nosso Estado estão mais vulneráveis durante esses eventos e megaeventos que estão acontecendo. Há uma política instalada em nosso Estado de Unidades Pacificadoras, de Polícias Pacificadoras, em várias comunidades, as famosas UPPs.

Pois bem, recebemos denúncias de mulheres que vivem nessas comunidades e que estão sendo vítimas da violência institucional. As mães dos meninos que eram do tráfico estão sendo ameaçadas, as casas dessas mulheres estão sendo invadidas por policiais, e elas passam noites inteiras sob a tortura desses policiais das UPPs, porque eles querem saber onde estão esses meninos.

Uma mãe não vai dizer onde está o seu filho. E não é esse o papel da UPP. Não foi para isto que foi instalada a UPP nas comunidades: para amedrontar as mulheres, para amedrontar as pessoas que vivem ali. Além disso, a UPP também está se arvorando como responsável em mediar casos de violência contra as mulheres, infringindo mais uma vez a Lei Maria da Penha.

Nos casos de violência contra mulher onde há uma UPP instalada, o casal tem que passar pela UPP para que esses policiais façam a mediação. Isso é uma grave violação à Lei. Queremos deixar aqui também registrada esta denúncia e solicitar não só à CPMI, mas também a esta Casa Legislativa que averigue e dê a devida proteção a essas mães, a essas mulheres que vivem nessas comunidades e que estão passando por essa tortura e essa violência.

Muito obrigada pela oportunidade de colocarmos aqui... É uma pena porque a defensora foi embora e a Dr^a Renata, Promotora de Justiça, também foi embora, pois gostaríamos de falar olhando nos olhos de quem chegou aqui e pintou esse mundo da fantasia, porque não é a realidade no nosso Estado. As mulheres do nosso Estado não estão sendo atendidas de forma digna e como devem ser atendidas numa situação terrível como é a situação de violência doméstica.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos à Míriam Starosky, à Iara Amaro e à Rogéria Peixinho pelas contribuições e, mais, pela disciplina no cumprimento do tempo. Temos certeza de que o relatório que nos foi entregue será um importante instrumento de diagnóstico efetivo da visão que a sociedade civil tem em relação às políticas públicas de enfrentamento à violência.

Com a palavra a Senadora Ana Rita para o seu pronunciamento final.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Quero aqui agradecer o Movimento de Mulheres que, ontem, conseguiu mobilizar várias entidades, inclusive mulheres vítimas de violência, que puderam levar o seu depoimento e fazer o registro da suas angústias pelo sofrimento que passam.

Acolhemos com muito carinho esse documento que foi entregue. Ele será analisado pela CPMI e, diante das informações nele contidas, se houver necessidade, vamos inclusive solicitar informações ao Estado, às autoridades públicas desse Estado, para que os casos aqui relatados possam ter também os esclarecimentos necessários.

Portanto, será um instrumento importante para a CPMI, inclusive para elaboração do nosso relatório.

Também quero dizer que várias questões levantadas na reunião de ontem se referiam à Secretaria

de Segurança. Infelizmente, não tivemos oportunidade de ouvir aqui o Secretário de Segurança, mas vamos ouvi-lo na audiência que faremos em Brasília. Além da Secretaria de Segurança, vamos convocar o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público para discutir as questões específicas que aqui foram colocadas.

Por último, em relação a um caso que aqui foi relatado ontem, vamos solicitar informações à Secretaria de Segurança. É sobre o inquérito policial referente à morte de Maria Aparecida Roseli Miranda, que, pelos relatos feitos ontem, inclusive documentos que foram entregues, esse caso aconteceu... a morte dessa mulher aconteceu no interior da metalúrgica Votorantim.

Segundo fomos informados, inclusive pelo próprio Sindicato dos Metalúrgicos, através de documento, esse inquérito não foi concluído. Portanto, precisamos saber o que aconteceu e por que não foi concluído. Essa é uma situação para a qual vamos solicitar informações à Secretaria de Segurança, a pedido também das mulheres que estavam presentes ontem e do próprio Sindicato dos Metalúrgicos.

No mais, Sr^a Presidenta, quero agradecer a todas as pessoas que vieram aqui, a todas as autoridades, aos representantes da Secretaria de Saúde, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Superintendência da Mulher, da Secretaria de Assistência Social, da Delegacia da Mulher que estiveram aqui prestando as informações que muito nos ajudaram. É claro que há algumas questões que precisamos aprofundar um pouco mais, as quais vamos aprofundar na convocação que faremos em Brasília.

Quero agradecer e dizer que a CPMI também continua à disposição. Estou vendo algumas mulheres que, ontem, puderam relatar os seus casos, as suas dores, os seus sofrimentos e que estão aqui hoje nesta audiência pública. Quero dizer a vocês, mulheres, nossas companheiras, mulheres aguerridas, lutadoras, que a CPMI tem o compromisso de continuar esse trabalho.

Os trabalhos se encerram no final do ano oficialmente, mas a nossa proposta é criar uma comissão especial para monitorar as providências que deverão ser seguidas a partir do relatório que iremos apresentar.

Nosso compromisso continua, como Parlamentares, juntamente com aos Parlamentares estaduais, não só do Rio de Janeiro, mas de outros Estados, para que as providências que deverão ser adotadas sejam, de fato, implementadas em todos os Estados da nossa Federação.

Era isso, Sr^a Presidenta.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Acabamos de realizar a 12^a Audiência Pública nos Estados Brasileiros.

Queremos dizer aos senhores e às senhoras aqui presentes que, em primeiro lugar, agentes públicos de diferentes órgãos aqui se fizeram presentes, sejam eles de secretarias municipais ou de coordenações de várias cidades do Estado do Rio de Janeiro. Isso é uma conquista importante. É, muitas vezes, do voluntariado de vocês, como está ocorrendo hoje em Teresópolis, que sobrevive, em certo nível, a política pública de Estado.

Não podemos nos conformar, pois na cidade de Teresópolis foram demitidas todas as pessoas. E por não haver concurso público, os órgãos de políticas públicas das mulheres são desmontados. Se não é uma militância de determinadas pessoas, desmontaríamos a cada momento as políticas públicas.

Por isso, agradecemos a vocês. E agradecemos as presenças dos movimentos de mulheres que aqui deu-nos efetiva contribuição para o relatório.

Também queria agradecer aqui à Defensoria Pública, que se fez representar na estatura devida, como nos outros Estados, e ao Ministério Público, que também se fez representar na estatura devida.

Além disso, quero dizer a vocês que, ontem, a Senadora Ana Rita foi recebida pelo Vice-Governador, oportunidade importante para que tivéssemos acesso a um representante do Poder Executivo, a fim de colocarmos as nossas preocupações.

No entanto, lamentamos profundamente que este seja o único Estado que visitamos em que o primeiro escalão – as secretarias estaduais – não se fez presente. Em vários Estados em que estivemos, faltava um, faltava outro, mas em nenhum foi como aqui. Isso nos leva a grande preocupação pelo fato de o primeiro escalão, o responsável pela política pública, deixar de se fazer presente. Lamento profundamente, porque em outros Estados fomos recebidos por governadores, por presidentes de tribunais; apenas dois tribunais de Justiça não se fizeram presentes nas audiências públicas: o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, aliás, não foi o de Estado de Goiás, mas o do Distrito Federal. Também estivemos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal que, além de nos receber, se colocou à disposição para que, quando da feitura do relatório final, o Supremo Tribunal Federal o receba simbolicamente para dar uma resposta pública e política, tendo em vista a importância do resultado do trabalho da CPMI.

Por isso, quero lamentar mais uma vez e dizer que o desafio que as mulheres do Rio de Janeiro têm ao dar visibilidade a essa dor, que transpassa o sofrimento

de cada mulher aqui violentada, sem dúvida alguma, responderá com essa combatividade à subserviência que, muitas vezes, o Estado brasileiro, particularmente o do Rio de Janeiro, faz diante da política pública do Brasil. (*Palmas.*)

Para concluir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Deputada, eu quero aqui, de público, fazer um grande agradecimento às presenças da Deputada Inês Pandeló, da Deputada Rejane, mas, de maneira especial, ao gabinete da Deputada Inês Pandeló.

A Deputada Inês Pandeló nos acompanhou nas diligências e nos acompanhou nos espaços onde foi possível a presença dela, mas o seu gabinete nos deu todo o suporte, toda a logística, para que pudéssemos circular ontem e anteontem, visitando todos esses equipamentos, ao passo que nos outros Estados a gente sempre aluga um carro para nos levar. Mas, aqui, o gabinete se colocou inteiramente à nossa disposição, não só disponibilizando um carro, mas também a sua assessoria, dando-nos toda a condição para que pudéssemos fazer bem o nosso trabalho. Então, nosso agradecimento à Geórgia, que é Assessora do gabinete da Deputada Inês Pandeló; o nosso agradecimento ao Marcos, que também é do gabinete da Deputada Inês Pandeló, que muito nos ajudou. E, em especial, agradecer muito à Deputada que inclusive nos ajudou no processo de mobilização, contribuindo para que esta CPMI funcionasse aqui no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigada, Deputada Inês e parabéns pelo seu trabalho, pelo seu compromisso com as políticas para as mulheres aqui do nosso Estado!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Por último, eu queria agradecer ao Presidente Deputado Paulo Melo e a todos os funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa que se colocaram à disposição.

E para encerrarmos nossos trabalhos, além de cumprimentar, mais uma vez, as mulheres do Rio de Janeiro, que têm treze representantes nesta Casa e que devem lutar para sensibilizar todas as treze representantes mulheres que, pela sua condição de gênero, poderiam somar forças conosco, eu passo a palavra, em primeiro lugar, para uma brevíssima saudação de 2 minutos, à nossa Deputada Enfermeira Rejane; depois, protocolarmente, à nossa Deputada Inês Pandeló que, pelo trabalho realizado na Comissão Especial, pela audiência pública, pela contribuição que realizou através dos projetos, demonstra a cumulação que as mulheres cariocas têm na sua representação.

Deputada Enfermeira Rejane e, em seguida, a Deputada Inês Pandeló, a quem passo à Presidência para que ela, formalmente, possa encerrar os trabalhos.

A SRª ENFERMEIRA REJANE (PCdoB – RJ)

– Queria, rapidamente saudar a todas as mulheres e homens presentes. Queria parabenizar não só a Deputada Inês Pandeló responsável como Presidente da Comissão de Mulheres aqui desta Casa, mas saudar o trabalho das nossas Deputadas e autoridades nacionais, porque sabemos a dificuldade que é criarmos qualquer tipo de estrutura ou comissão nestas Casas Legislativas.

Dizer que esse trabalho é fundamental. Meu mandato ele está focado na área da saúde, mas ele também está focado na questão do empoderamento das mulheres e do respeito a esse trabalho de discussão sobre as nossas questões. Então, queria parabenizar muito a minha camarada, do meu Partido, Presidente desta CPI Mista e que está fazendo este grande trabalho, juntamente com a Senadora, este grande trabalho de levantar esses nós que são importantes para que a gente possa rompê-los e dar continuidade ao empoderamento das nossas mulheres.

Para concluir, Deputada, eu queria só fazer um registro da importância de continuarmos, aqui no Estado, exigindo do Governador a criação da Secretaria de Mulheres no nosso Estado, que, no meu entendimento contribuiria – e muito – para que minimizássemos as dificuldades que temos aqui na política das mulheres.

E deixar também registrada a denúncia em relação à Prefeitura de Teresópolis que, hoje, terminou, acabou com um trabalho de anos da Secretaria de Mulheres, trabalho que era desenvolvido com muita seriedade naquela cidade, e que hoje está obrigando aquelas trabalhadoras a trabalharem gratuitamente para que o serviço se mantenha aberto para as mulheres de Teresópolis. Então, eu acho que isso é um crime contra as mulheres, e quero deixar esta denúncia aqui para ficar registrado nos Anais desta Casa, o nosso desagravo à Prefeitura de Teresópolis pelo desrespeito com as mulheres daquela cidade.

Muito obrigada, e vamos em frente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Inês Pandeló. PT – RJ) –

Bom, retomando aqui a Presidência da audiência pública chamada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Alerj, quero, em primeiro lugar, agradecer a presença da Deputada Enfermeira Rejane, que ficou o tempo todo presente, demonstrando o seu interesse; lamentar a ausência das demais Deputadas, membros da Comissão, esperando que elas possam se integrar mais a essa luta, a esse trabalho relacionado aos direitos das mulheres, especialmente ao combate da violência contra a mulher; parabenizar e agradecer muito a presença da Deputada Federal Jô Moraes, Presidenta da CPMI, porque a sua presença aqui no nosso Estado ajuda a desvendar muitas coisas, e pela

coragem de ter assumido esse trabalho lá na Câmara Federal; igualmente à nossa companheira, Senadora Ana Rita, que, como falei, desde anteontem está aqui no Rio, dispondo-se, literalmente, a combater a violência doméstica contra a mulher. Eu fico sempre muito emocionada ao ver mulheres que se dedicam a isso. E é graças a esse trabalho que a gente tem avançado, muitas vezes menos do que gostaríamos, mas estamos avançando. Mulheres que são de Estados diferentes, que poderiam estar pensando: “Não, vou ficar aqui no meu Estado. Afinal de contas, haverá eleição daqui a 2 anos”, e, no entanto, se dispõem a percorrer o Brasil para verem *in loco* as dificuldades, os empecilhos da implementação da Lei Maria da Penha.

Então, parabéns! E obrigada pelo trabalho de vocês.

Agradeço também a presença de tantos representantes de instituições e do Movimento Social, que também contribuiu muito para a realização de todas as oitivas, de todos os argumentos colocados aqui hoje nesta audiência pública e que irão para o relatório.

Também lamentar e fazer coro pela ausência de alguns. Não contar com a presença do secretário de segurança ou, no mínimo, de um subsecretário que possa dar as respostas necessárias aqui, é lamentável! Inclusive colocou, a meu ver, a delegada, as representantes em situação difícil, porque, por mais que queiram, não têm o conhecimento e a autoridade devida para responder a essas perguntas – presidente do TJ. Então, a gente lamenta isso também.

Quero dizer que nós estamos lutando pela Secretaria das Mulheres há tempos. Ano passado, o Governador acenou com uma subsecretaria, o que já seria um avanço. Mas quero registrar também que até esse momento nem a subsecretaria foi colocada em funcionamento, embora tenha sido uma reivindicação da bancada do PT, a meu pedido, e o PCdoB também tem colocado como reivindicação, mas especificamente a bancada do PT, em uma reunião com o Governador, colocou essa reivindicação e nas negociações junto à Presidência da Casa, as colocamos.

Então, não esmorecemos e não deixaremos de lutar por isso, embora tenhamos de dizer, com todas as letras, que não foi cumprida sequer a promessa de subsecretaria. Não há como omitir isso. Acho que os movimentos de mulheres têm de avançar nessa luta.

Foi falado aqui sobre a violência institucional, no entanto, eu não tive a oportunidade de me referir a isso, mas quero fazê-lo na presença da Secretária de Saúde. Refiro-me ao fato de duas mulheres terem ido a óbito, ambas do Estado do Rio, uma de São João de Meriti, por ter injetado café com leite na veia, e outra, do Município onde resido – aliás, foi palco por três

vezes –, Barra Mansa, por ter injetado sopa na veia. Então, por coincidência, duas mulheres. Essa também é uma condição de treinamento, sei lá, de fiscalização na área de saúde, mas é também uma violência porque são duas mulheres. Estamos buscando informações e acompanhamento a esse respeito.

A Comissão dos Direitos da Mulher vai, através desse relatório, da diligência e da audiência pública, também com relação às diligências, se pautar para tentar, com as diversas pontas, desatar os nós que aparecerem.

A meu ver, está pontuada claramente a falta de maior articulação entre as diversas instituições que trabalham com a defesa dos direitos da mulher e com a violência contra a mulher, como uma burocratização exagerada nas medidas protetivas – que a gente tem de ver como solucionar isso –, a falta de estrutura, a falta de concurso público para funcionários e a falta de uma capacitação permanente, além da exigência de capacitação para esses servidores.

Então, são esses os pontos que detectei, de relance.

Vamos nos debruçar em cima desse relatório e ver o que mais a Comissão dos Direitos da Mulher poderá fazer, logicamente esperando que seja aprovada a comissão especial que vai acompanhar os desdobramentos disso tudo.

Então, mais uma vez, muito obrigada.

Parabéns a todas nós que estamos nessa luta!

Vamos em frente!

A luta continua!

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, é encerrada às 14 horas e 03 minutos)

Comissão Temporária, criada pelo RQS nº 514 de 2011, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevante, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 32ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 32ª Reunião realizada em 31 de outubro de 2012, às 10 horas e trinta e três minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB/BA), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aníbal Diniz (PT-AC), Wellington Dias (PT-PI) e Benedito de Lira (PP-AL) **e dos Deputados:** Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Armando Vergílio (PSD-GO), Dr. Rosinha (PT-PR), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Jô Moraes (PCdoB-MG) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Jorge Viana (PT-AC), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Marco Antonio Costa (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Sílvio Costa (PTB-PE) e José Carlos Araújo (PSD-BA). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correia (PMDB-RO) e o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP). Na oportunidade foi aprovado o Requerimento nº 1126, de autoria do Deputado Odair Cunha, de adiamento da votação dos Requerimentos constantes da Pauta desta Reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quatro costados de grande importância no País, Senador Randolfe, Senador Alvaro, Deputado Macris, Deputado Vaz, vamos começar. *(Pausa.)*

Agora, vamos. Muito bom dia a todos. São 10h33.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Até por falta nítida e documental de quórum

para deliberação, antes de passar a palavra a V. Ex^{as}, o que normalmente faço no início das reuniões, peço ao Relator para anotar os Srs. Parlamentares que estão solicitando a palavra pela ordem. Já o fez o Senador Randolfe e agora o faz o Deputado Bueno. Deputado Onyx, o Relator está anotando. Randolfe, Bueno, Onyx, Pedro, Alvaro...

Eu gostaria de informar aos senhores que, na reunião de ontem – têm sido quase que rotineiros, nos últimos dias, os nossos encontros, Glauber, com as Lideranças partidárias –, tentamos um acordo para definir o tempo de prorrogação...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a atenção de todos.

Para definir o tempo de prorrogação desta Comissão, haja vista que, na última reunião, tivemos como unânime o comprometimento dos seus Líderes para que esta Comissão tivesse o seu prazo de prorrogação estendido e para que, na reunião de ontem, esse prazo fosse definido. Assim fizemos ao longo de mais de 1 hora – 1 hora e 20 de reunião.

Quero passar para o Colegiado desta Comissão e para a imprensa, por um dever junto aos partidos, o pensamento público de cada legenda, através dos seus Líderes.

O Senador Randolfe foi o primeiro a se manifestar, pelo PSOL do Senado, e solicitou, em nome do seu partido, assim como fez na condição de primeiro subscritor do requerimento de prorrogação desta CPI, até 180 dias, com o relatório final sendo lido no prazo pertinente – isso quer dizer: ao final dos seus 180 dias.

O Senador Collor de Mello, representando o PTB do Senado, também solicitou a prorrogação por 180 dias, com a mesma posição do Senador Randolfe Rodrigues.

O Deputado Onyx fez coro com os oradores anteriores, Senador Collor e Senador Randolfe, em nome do Democratas, mas trouxe uma posição mediana e propôs 120 dias direto para a prorrogação e 90 dias com os lapsos de recesso. Informava, naquela ocasião, que já havia colhido a subscrição de 35 Senadores e 114 Parlamentares da Câmara.

O Senador Pedro Taques, pelo PDT do Senado Federal, informava a necessidade de prorrogação em até 180 dias. Entendia o Senador que, se a prorrogação de 180 dias acontecesse, com o recesso, nós estaríamos trabalhando, efetivamente, 120 dias.

O Deputado Luiz Pitiman, pelo PMDB da Câmara, informava que a posição política do seu partido era não passar esta Comissão desta Legislatura, com o prazo certo de concluir no dia 22 de dezembro.

O Deputado Vanderlei Macris, do PSDB da Câmara, também manifestou o apoio à prorrogação por 180 dias, assim como o Deputado Rubens Bueno, do PPS da Câmara dos Deputados, 180 dias de prorrogação.

O Deputado Glauber Braga, do PSB, disse que a posição do seu partido era o fortalecimento da postura do Relator. Fez uma indagação ao Sr. Relator, se ele tinha condições de se manifestar a respeito da conclusão do relatório. O Relator assim se manifestou: que num prazo de até 45 dias, o seu relatório, já a partir do dia 20 de novembro, estaria concluso. A posição do PSB, na Câmara dos Deputados, manifestada pelo Deputado Glauber Braga, foi de prorrogação por esse período.

O Deputado Odair Cunha, já na condição de representante do PT na Câmara, manifestou o desejo de entregar o relatório no dia 20, até porque houve uma suspensão da finalização do seu texto, em virtude do acordo firmado por membros, por líderes desta CPMI na reunião anterior. O fechamento do seu relatório está no dia 20 para leitura, discussão e votação do relatório. Assim entende a bancada do PT, pelo seu adiamento pelos próximos 48 dias.

A Deputada Jô Moraes, falando pelo PCdoB e em nome do PCdoB do Senado Federal, solicitou a prorrogação pelo tempo de 45 dias, com explicações que constam em ata.

O Deputado Ronaldo, do PR, também manifestou por igual período.

Assim o fez também o Deputado Filipe, do PSC, pela Liderança do PSC, para que a prorrogação desta CPMI se fizesse até o final da presente Legislatura.

O Deputado Miro Teixeira se posicionou também por igual tempo, dizendo que a CPMI tinha tempo e prazo determinado, e, se as quebras de sigilo não acontecessem, ele cobrava, inclusive, a antecipação desse prazo.

O Senador Alvaro Dias se manifestou, pelo Senado Federal, em nome do PSDB, pelos 180 dias.

O Senador Sérgio Souza fez sua fala representando o PMDB do Senado e encaminhou pela prorrogação até o final desta Legislatura, acompanhando o PMDB da Câmara.

A Senadora Lídice da Mata, pelo PSB do Senado Federal, assim como fez o Deputado Glauber pelo PSB da Câmara, tem, igualmente, a mesma proposta de prorrogação até o final da Legislatura.

Vejam os senhores que, como nós não tivemos a unanimidade dos posicionamentos, mantivemos a reunião administrativa para hoje, e, a partir de ontem, tanto aqueles que defendem a prorrogação da CPMI para os próximos 180 dias estão colhendo assinaturas no Congresso Nacional, de representantes da Câmara e do Senado, quanto àqueles que defendem a

prorrogação por 48 dias. A coleta de assinaturas está continuando e, efetivamente, dentro das regras do Regimento Comum, haverá de definir o nosso prazo final.

Com a palavra...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, uma questão de ordem, pelo art. 131 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou fazer as “pela ordem” todas, e o senhor está também já...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou, eu vou... Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu quero... Na verdade, eu quero dividir o “pela ordem”, que vai ser, na prática, quase uma questão de ordem baseada no art. 131, porque eu queria dividir em duas partes.

Primeiro, eu pediria dessa Presidência e da Relatoria um esclarecimento. Nós estamos reunidos em reunião administrativa desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

E aí eu pergunto a V. Ex^a: se é só administrativa, a pauta será esta que está destacada e foi entregue? São somente esses os requerimentos previstos na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Respondo a V. Ex^a. A pauta são todos os requerimentos apresentados, como nós sempre fazemos. Até hoje – estamos na 32^a Reunião desta CPMI e não me recordo ainda quantas reuniões administrativas nós fizemos – nunca defini com antecipação a pauta e V. Ex^a sabe bem disso. Então, a pauta é aberta, está dentro dos prazos das regras formuladas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. É porque temos aqui o conjunto de requerimentos – são mais de quinhentos para apreciação – e um calhamaço à parte. Isso aqui é parte integrante da pauta? Não é essa a pauta destacada? (*Pausa.*) Perfeito.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, completando a minha questão de ordem, nos termos ainda do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 111, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que tem preferência para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, requeiro de V. Ex^a e do Relator desta CPMI a preferência para a votação dos seguintes requerimentos: Requerimentos nºs 379, 381, 383, 384, 393, 396, 643, 645, 647, 754, 755, 756, 757, 759, 760, 834, 835, 843, 861, 862 e 864, constantes aqui da Ordem do Dia.

Conforme já suscitei, conforme prevê o art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 311, inciso I, do Regimento Interno do Senado federal, solicito preferência para esses requerimentos, em decorrência de esses requerimentos de diferentes membros desta CPI tratarem da quebra de sigilo das empresas que receberam recursos da Empreiteira Delta.

No meu entender, mais importante ou tão importante quanto o prazo por que vamos prorrogar esta CPI é a aprovação desses requerimentos. Parece-me inevitável. Aprovados esses requerimentos, teremos que ter um prazo maior para receber o sigilo dessas empresas que, notadamente, pelas investigações dos membros desta CPMI, são apontadas como empresas que receberam recursos da Empreiteira Delta e atuam como empresas laranjas.

Nesses termos, então, Sr. Presidente, peço deferimento, conforme previsto no Regimento Comum e no Regimento Interno Federal, peço a preferência para a apreciação desses requerimentos.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, eu peço a V. Ex^a que faça a solicitação de preferência nos termos do Regimento Interno, para que nós possamos aqui autuá-la.

Com a palavra o Deputado Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem porque também analisei agora, porque recebi há pouco, a proposta do nosso Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não é proposta minha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah! Não é sua? Mas por que está aqui então?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É só complemento, é só anexo. Já estava fechada esta edição e ela veio como complemento, Deputado Bueno. Não é proposta do Relator.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Bom esclarecimento, em tempo. Mas, de qualquer maneira, Sr. Presidente, eu também vou na linha de que nós já vimos o que está acontecendo. Aliás, hoje é um dia especial para a CPMI. Ela deixou de funcionar desde o dia 29 de agosto. De lá para cá, apenas o depoimento do Deputado Leréia. Aliás, o objetivo inicial da CPMI era de atingir um partido de oposição. E pelos requerimentos apresentados e pelo anexo agora aqui juntado, percebe-se claramente que esse objetivo, anunciado publicamente pelo PT antes de a CPI se instalar, era exatamente atingir partidos da oposição. E, nos requerimentos apontados hoje, nós estamos vendo que o objetivo está sendo seguido, perseguido, disciplinada-

mente, para atingir os partidos de oposição e não para apurar nada, a não ser que seja alguém da oposição.

Nós fizemos o requerimento de convocação de todos os governadores, seja do Tocantins, seja de Goiás, seja do Sr. Sérgio Cabral, que não foi aprovado. Nós reapresentamos o requerimento para que possa dar o mínimo daqueles que estão sob suspeição.

Quando foi negada a presença do Sr. Sérgio Cabral aqui, para mim ele passou a ser o principal suspeito das operações da Delta com os governos, especialmente com a Cedae, no Rio de Janeiro. A Delta não é diferente. Blindada por tudo e por todos, nós não conseguimos avançar em relação às empresas. Apenas as empresas do Sr. Adir Assad, empresas laranjas, perfazem R\$160 milhões, mas nós não quebramos o sigilo. Estamos há 60 dias sem tomar uma decisão, uma atitude na CPMI.

Então, Sr. Presidente, também estou apresentando aqui, na mesma linha do Senador Randolfe – o Deputado Onyx também vai apresentar –, um pedido de preferência para a votação.

Apresento o Requerimento 108/212, que convoca o Sr. José Augusto Quintella Freire, a fim de esclarecer denúncias de tráfico de influência contra a construtora Delta e o Sr. José Dirceu.

O 117 solicita a convocação do Sr. Romênio Marcelino Machado, a fim de esclarecer as denúncias de tráfico de influência contra a construtora Delta e o Sr. José Dirceu.

O 693 requer providências quanto à convocação de José Francisco das Neves, a fim de esclarecer as mesmas denúncias contra a construtora Delta e o seu envolvimento com o esquema criminoso do Sr. Carlos Cachoeira. Aliás, ele foi indicado no relatório da Polícia Federal como sócio oculto da Delta, mas a CPMI não toma nenhuma providência, blindando essa figura. Hoje, nós estamos vendo isso aqui prosseguir com tudo adremente preparado para acontecer.

E também, Sr. Presidente, as medidas para ter acesso à cópia dos documentos relativos aos contratos da empresa Delta e aos consórcios com a Cedae do Rio de Janeiro. Há tempos estamos batendo nessa tecla, mas isso não foi aprovado.

O 737 fala dos contratos da Vitapan, firmados com órgãos públicos da União, do Governo Federal e dois Estados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço ao senhor que conclua.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Faltam dois, apenas dois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Eu espero.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E também o 496, que requer a convocação do Sr. Governador Sérgio Cabral, que, para mim, é o principal suspeito junto com a Delta, que foi blindada, e cujo comparecimento foi negado. O que ele tem a esconder? Não pode vir à Comissão Parlamentar de Inquérito, como veio aqui o Governador Marconi Perillo, para dar uma declaração, dizer o que pensa, responder às perguntas? Então, ele é o principal suspeito desta CPMI.

E o Sr. Carlos Pacheco, também para esclarecer as denúncias de envolvimento da Delta com o Sr. Carlos Cachoeira e também com o Senador Demóstenes.

Sr. Presidente, nós temos aqui mais um requerimento, o 1.096, que requer também a convocação do Sr. Bruno Estefânio de Freitas, a fim de esclarecer as denúncias de envolvimento com as atividades da Delta e o Sr. Carlos Cachoeira.

Lembro, Sr. Presidente, finalmente, que hoje é o dia do *halloween* – os americanos tomaram conta do mundo –, para nós o dia das bruxas. Quem sabe o Brasil aqui dê agora um carimbo definitivo para que esta CPMI seja a CPMI das bruxas!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, 3 minutos.

V. Ex^a tem a palavra, pois estava inscrito. (*Pausa.*) Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, esta CPMI está num momento crucial. Será entregue o relatório ou não será entregue o relatório? Nós vamos prorrogá-la por 48 dias ou vamos encerrá-la neste instante?

O que nós precisamos fazer, Sr. Presidente e Sr. Relator, é quebrar o sigilo bancário daquelas 12 pessoas jurídicas mais as 17 que foram identificadas pelo Coaf. O mais, com todo o respeito, Sr. Presidente, é perfumaria. O mais é perfumaria! Nós precisamos chegar a uma conclusão. Quebraremos ou não o sigilo bancário dessas pessoas jurídicas? Um exemplo é o chamado clube de Santana do Parnaíba, aquelas pessoas jurídicas que receberam milhões de reais do esquema da Delta.

E aqui nós estamos vendo requerimentos que serão colocados em votação hoje, por exemplo, para que sejam solicitadas informações a Procuradores da República sobre carros que utilizavam, placas de veículos, identificação de veículos, nome de servidores que acompanhavam... A situação é de vaca não reconhecer bezerro, como se diz lá no meu Estado. É nós estarmos distorcendo a realidade. Ao invés de investigarmos criminosos, estamos investigando quem investigou os criminosos.

Esta CPI está descendo ladeira abaixo, Sr. Presidente, com o respeito que tenho a V. Ex^a e aos Par-

lamentares que dela fazem parte. Ou nós afastamos o sigilo bancário dessas pessoas jurídicas, ou esta CPI não terá razão nenhuma para ser prorrogada por até 48 dias, porque S. Ex^a o Relator, que, ao que consta, é um homem competente, já tem condições de apresentar o relatório até esta data. Qual a necessidade de prorrogar para que ele possa trazer outros elementos ao relatório? Qual a razão disso? Nós temos que, nesta data, afastar o sigilo bancário dessas pessoas jurídicas. O mais importante desta CPI são esses requerimentos.

Por isso, vou votar favoravelmente à preferência que aqui foi esposada pelo Senador Randolfe e pelo Deputado Bueno. O lixo está sendo jogado para baixo do tapete e o lixo está podre. Está podre, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Macris, com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta CPI está com dois caminhos muito claros: a prorrogação por 48 dias, que representa o final da CPI, representa enterrar a CPI, representa lavarmos as mãos em relação a esta CPI, que é o que a sociedade brasileira não quer, e o outro caminho é prorrogar por 180 dias, que permitirá, depois de todos os que falaram aqui, que eu endosso, a possibilidade real de darmos um passo adiante no trabalho de investigação a que esta CPI se propôs.

O art. 131... Dentro dessa lógica, formulo a seguinte questão de ordem a V. Ex^a, Sr. Presidente. A prorrogação da CPI, se houver dois requerimentos que cumpram os requisitos constitucionais, os dois requerimentos apresentados no mesmo dia, qual requerimento prevalece: o de 48 dias ou o de 180 dias? O Regimento Comum, no art. 151, diz que, em casos omissos, aplica-se o Regimento do Senado ou da Câmara. O Regimento do Senado, Sr. Presidente, é omissos nessa questão. Agora, o da Câmara, no art. 159, § 4º, inciso IV, diz o seguinte:

IV – quando os requerimentos apresentados, na forma do inciso anterior, forem idênticos em seus fins, serão postos em votação conjuntamente, e a adoção de um prejudicará os demais, o mais amplo tendo preferência sobre o mais restrito.

Eu quero saber de V. Ex^a, Sr. Presidente, se o requerimento mais amplo, de 180 dias, que é o desejo do PSDB e dos partidos de oposição aqui, prevalecerá, na sua votação, em relação ao de 48 dias. Esta é a questão de ordem que levanto a V. Ex^a, que acho de fundamental importância para que a gente tenha a perspectiva do que vai acontecer nesta CPMI: se nós vamos enterrar a CPMI ou vamos dar seguimento ao seu trabalho de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Macris, a questão de ordem de V. Ex^a é pertinente e eu a recolho e determino à Secretaria-Geral da Mesa do Congresso Nacional que, depois de V. Ex^a oficial a questão de ordem – V. Ex^a a fez verbalmente e eu peço que a sua competente assessoria a faça por escrito –, que a Secretaria-Geral da Mesa do Congresso Nacional possa encaminhar a esta CPI as respostas necessárias, já que há, como V. Ex^a colocou, diversos vazios ou contradições regimentais.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra para repor aqui uma questão. Eu ouvi a fala do Deputado Bueno. Considerei a fala do Deputado Bueno de uma enorme levianidade, colocando o Governador do Estado do Rio de Janeiro como principal suspeito...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu não disse que ligar alguém é leviano. Por que você está levando leviano...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor, Deputado.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu estou dizendo que a minha impressão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Você escute! Eu o escutei, você escute!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por favor, não me chame de leviano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu chamo do que eu quiser...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Da mesma forma.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu chamo do que eu quiser...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não venha aqui blindar...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – V. Ex^a escute! V. Ex^a escute!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Leviano é você! Leviano é você!

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – V. Ex^a escute!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Deputado Leonardo Picciani. Devolverei o tempo a V. Ex^a.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, o Governador do Estado do Rio de

Janeiro não foi convocado nesta Comissão, porque, nas milhares de gravações e interceptações telefônicas, nas milhares de horas de gravação, o nome dele não é citado sequer uma vez. O Sr. Carlos Cachoeira não teve nenhuma atuação no Estado do Rio de Janeiro. O Delegado Matheus Rodrigues, ao ser perguntado aqui se a quadrilha do Sr. Cachoeira atuava no Estado do Rio de Janeiro, disse que não, que o que a Polícia Federal identificou é que a quadrilha atuava em Goiás, no Tocantins, no Distrito Federal e não no Estado do Rio de Janeiro.

Ora, Sr. Presidente, será que tentar envolver o Governador do segundo maior Estado do País, o Governador do maior Estado governado pelo PMDB, não se presta a tentar defender outras pessoas envolvidas?

A relação do Governador com o empresário dono da Delta era uma relação no plano pessoal, e o Governador jamais a escondeu e sempre a tornou pública. Isso não se mistura com a impessoalidade do Governo, da gestão pública.

Sr. Presidente, quero me insurgir contra aquilo que considere, sim, uma levianidade do Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Art. 14, Presidente. Tenho o direito de...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Que considere uma levianidade do Deputado.

E, para encerrar, Presidente, para que avancemos nesse assunto, eu peço a V. Ex^a, com base no art. 151 do Regimento Comum, combinado com o art. 163, inciso VIII, do Regimento da Câmara dos Deputados, que V. Ex^a prejudique o requerimento reapresentado acerca da convocação do Governador Sérgio Cabral, uma vez se tratar de requerimento de igual teor a requerimento já rejeitado. Esta Casa não pode permitir, por dever regimental, que se reapresentem requerimentos com as mesmas razões de outros já anteriormente representados. Está expresso no Regimento da Câmara dos Deputados. Seguindo o que reza o Regimento Comum, uma vez o Regimento Comum não tendo dispositivo específico, nem o do Senado Federal, deve-se combinar com o da Câmara dos Deputados. Peço o deferimento de V. Ex^a nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Picciani, faça por escrito a solicitação de V. Ex^a para análise da Secretaria.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem eu só posso fazer de forma oral, nos termos do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço à assessoria para analisar.

Deputado, eu vou dar o tempo do art. 14. Permita-me, Deputado Onyx, para o Deputado Rubens Bueno

se manifestar. Com a palavra, para uso da prerrogativa do art. 14, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, desde o início da CPMI, eu vinha dizendo, falando com otimismo, que a CPMI estava no rumo certo: aprovando requerimentos, fazendo ações importantes para firmar o Parlamento e a ação parlamentar dentro daquilo que representa o Poder na República. Nós podemos investigar sem pedir autorização de quebra de sigilo a um juiz; podemos quebrar diretamente, basta o Plenário votar. Há 2 meses – no dia 29 de agosto e, então, já faz mais de 2 meses –, não temos nenhuma ação de quebra de sigilo, nada está acontecendo, ou seja, vem-se empurrando com a barriga, como chamamos popularmente, postergando as ações da CPMI. Agora, chega-se ao final e vai-se dar uma prorrogação *pro forma* para dizer à sociedade que nós exatamente estamos fazendo aquilo que foi proposto desde o começo, anunciado pelo Governo e pelo partido do Governo.

Agora, vem alguém... Nós fizemos requerimento convocando aqui todos os governadores envolvidos, citados ou não. É o caso do Governador de Tocantins, que não foi aprovado e que foi citado; é o caso do Governador de Goiás; é o caso do Governador do Distrito Federal. Nós fizemos requerimento um a um e não seria diferente com o Sr. Sérgio Cabral, porque a Delta, uma grande empreiteira envolvida com negócios com dinheiro público, não explica o que acontece com dinheiro envolvendo empresas laranjas, empresas-fantasmas.

É isso que queremos saber, já que esteve aqui sentado o ex-Diretor do DNIT dizendo que o tesoureiro da campanha do PT, o Sr. Filippi, foi ao seu gabinete pedir dinheiro para a campanha da então candidata Dilma Rousseff, em 2010, e que o atendeu – o atendeu – não só dando a relação das empresas, mas indo atrás, cobrando e recebendo cópia dos boletos de pagamento e de financiamento de campanha, usando órgão público, cargo público, poder de influência, tráfico de influência, tudo aquilo que como política decente você vai aceitar.

Que o Sr. Sérgio Cabral venha aqui e diga que não tem nada a ver com isso. Qual é o problema? Nenhum. Nenhum problema. Como veio aqui o Marconi Perillo, sentou e respondeu tudo e a todos, durante horas e horas. O Agnelo, o Governador do DF, veio aqui, sentou, respondeu tudo e a todos, durante todo o tempo. Por que, então, blindar o Governador do Rio de Janeiro? Porque é o segundo Governador do PMDB? Qual é a diferença que tem, nas relações éticas, ser mais ou menos governador, segundo ou terceiro de um partido ou de qualquer outro partido?

Ora, Sr. Presidente, não há leviandade nenhuma. O que há aqui é uma blindagem. Há um esquema

montado para que a CPI seja efetivamente enterrada hoje, no dia do *halloween*, no dia das bruxas.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Qual é a acusação contra o Governador? Ser amigo de alguém?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele que venha aqui e diga que não tem nada.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Se é amigo de alguém? Qual é a relação?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele está aqui relacionado nos contratos que você não querem quebrar da Delta.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Qual é a relação?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quebrem os contratos! Quebrem o sigilo!

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Cadê a participação do Cachoeira?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Votem na quebra do sigilo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não venham blindar aqui, não! Vamos fazer esse Poder Legislativo investigar e cumprir o seu papel, e nós não estamos cumprindo. Estamos aqui dando uma demonstração para a sociedade brasileira de que estamos aqui para desmoralizar o Parlamento.

É essa a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposta que está consolidada dos Partidos da Base e do próprio Partido dos Trabalhadores é 48 dias. Curiosamente, essas coisas falam para a sociedade. Quarenta e oito dias, Sr. Presidente, sabe quando terminam? Na antevéspera do Natal. O Governo, o PT e a sua Base não aprenderam nada com o mensalão – nada! –, tanto o é que vão dar um presente de Natal pelo maior esquema de corrupção que o Brasil já conheceu.

É isto: todos os que assinarem o requerimento prorrogando a CPI por 48 estarão dando um presente de Natal para o maior esquema de corrupção que o Brasil começou a conhecer e que só vai ser revelado, talvez, daqui a algum tempo. Está sendo abafado. E quero falar com fatos, Sr. Presidente.

No dia 5 de julho, foi aprovado o requerimento para ouvirmos aqui os dirigentes da Sigma. Quem era a Sigma? A empresa que tinha experiência na área petrolífera e que foi adquirida pela Delta para poder acessar um contrato, na Petrobras, que já se sabe superfaturado, por análise do Tribunal de Contas da

União, onde há denúncia de que mais de R\$5 milhões de propina foram entregues para servidores da Petrobras. Isso é fato!

Aliás, Sr. Relator, respeito-o, mas esses requerimentos V. Ex^a escondeu. V. Ex^a não convocou propositalmente. Sabe por quê? Porque o Sr. José Quintella e o Sr. Romênio disseram que eram contra a contratação da Delta do Sr. José Dirceu como consultor, porque foi através da contratação do Sr. José Dirceu que a Delta acessou a Petrobras, porque não tinha *expertise* na área, porque eles se voltaram contra a maracutaia que era feita dentro da Sigma para pagar a comissão do Sr. José Dirceu. É por isso que, lamentável e tristemente, V. Ex^a, por quem, volto a repetir, tenho respeito, talvez tenha sido obrigado, pela companheirada a dar uma manchada em sua biografia. V. Ex^a não merecia isso, por tudo que conheço de V. Ex^a.

Por outro lado, o que estamos vendo aqui, desde ontem? A decisão é de matar a CPI, por quê? Se for o contrário, e eu não tenho problema nenhum de reconhecer, basta aprovar, Sr. Presidente – fiz um requerimento formal, está aí, o nº 1 –, o requerimento de preferência de votação. O que está nesse requerimento de preferência de votação? O requerimento pede a quebra do sigilo bancário da Installe, da Mamute da Power to Ten, da SP Terraplanagem, da Soterra Terraplanagem, da Adécio & Rafael Construções, da JSM Engenharia, da WS Terraplanagem, da BW Terraplanagem, da JR Construções, da MB Terraplanagem, da JM Terraplanagem e da M-CON Construções.

Por quê? Porque essas são as empresas a que os nossos técnicos, com base no sigilo quebrado, no afastamento do sigilo, chegaram aqui de operações da própria Delta. A Delta usou R\$420 milhões de dinheiro público, Sr. Presidente. E esse dinheiro passou por essas empresas, para ser lavado. E a questão que quero colocar a V. Ex^a – eu concluo e peço vênica e paciência para alguém que, durante toda essa investigação, teve profunda relação de respeito com V. Ex^a, mas se dedicou de maneira verdadeira a investigar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza. Concorde com V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...contribuindo do com o trabalho da Mesa, sem fazer aqui disputa política.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou fazendo aqui agora essas colocações, porque me dei conta da farsa que foi montada. Interromper o funcionamento da CPI em agosto, com o argumento de eleições, por favor, foi algo absolutamente inaceitável. E estou aqui, Sr. Presidente, pedindo para que V. Ex^a

coloque, como manda o Regimento, o requerimento de preferência em votação. Ele sendo aprovado, logo em seguida o requerimento das quebras que acabei de ler.

A derrota do requerimento de preferência vai deixar claro para o Brasil todo que, na verdade, a farsa se instalou hoje. Ou seja, não se quer investigar as relações dos corruptores. No Brasil, já se puseram na cadeia alguns corruptos, mas ninguém ainda teve coragem de enfrentar os corruptores. Eu tinha a esperança, como milhares de brasileiros que acompanham os nossos trabalhos, de que esta CPI tivesse essa coragem.

Eu lamento anunciar que, em breves minutos, teremos o requerimento rejeitado e, com essa razão, será sepultada a CPMI do Cachoeira no dia de hoje; apenas uma farsa terá continuidade, para proteger o maior esquema de corrupção que já se fez em Estados e – quero afirmar aqui e concluo – no Governo Federal, porque a minha dúvida é zero de que a Delta não virou a maior empreiteira do DNIT de graça. Ela pagou por isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu não sabia que ia ser tão rápido para chegar a mim. V. Ex^a é muito ágil.

Olhando essa pauta, eu a enxergo como uma ameaça. Nós estamos discutindo se prorrogamos ou não a CPMI e somos apresentados a uma pauta desse tamanho. Penso que a Ação Penal 470 não tem um número tão grande de requerimentos de oitivas de testemunhas. Não tem, não tem. Se considerar oito por cada réu, se considerar que o Ministério Público tem igual número de testemunhas e se considerar que inicialmente eram 40 réus e agora foram reduzidos, não há possibilidade, e essa ação está lá no Supremo Tribunal Federal, se não me engano, desde 2005 ou de 2006, não me recordo exatamente; 2006, muito bem.

Então, isso aqui nos remete ao plano da irrerealidade. Não estamos trabalhando no plano real com essa pauta, com essa descrição de um caminho a percorrer. Tenho uma pequena intervenção e só por isso é que falei, não ia falar, não. Acho que ontem nós já tivemos uma boa reunião de Lideranças. V. Ex^a sintetizou absolutamente de modo correto o que se passou na reunião de Lideranças.

Mas houve aqui um debate entre dois parlamentares a respeito da convocação do Senador Sérgio Cabral – e só vou fazer menção a isso porque o fiz ontem na nossa reunião. Eu votei a favor da convocação do Governador Sérgio Cabral. Eu me incompatibilizei com todas as forças políticas governamentais dominantes do meu Estado e não me importa isso – a vida foi assim. Aliás, eu falava a alguns companheiros do PDT do

tempo em que nós éramos felizes, quando nós éramos oposição. Nós éramos muito felizes! Mas não tenho embaraço quanto a isso, porque estou acostumado a viver na oposição. Porém, a convocação de Sérgio Cabral, quando aqui votada, foi derrotada, inclusive com votos da oposição. É bom que fique claro: eu fui derrotado com votos da oposição – não vou fazer menção a partidos. E disse o Deputado Picciano, ontem na reunião, que naquele dia até a oposição votou certo. Não estou reproduzindo aqui; estou relatando, digamos assim.

Percebo o meu amigo Onyx ou o meu amigo Rubens Bueno, um dos dois, dizendo que, hoje, a CPI pode ser enterrada. Isso parte de uma premissa: a CPI estar morta. Vamos voltar a Nietzsche, como ensinou Paulo Teixeira, dizendo que é um cidadão que vive na cidade de São Paulo: o Nietzsche disse: “Deus está morto!”. Depois, ele mesmo explica que quem espalhou isso foi o diabo, não é? (*Risos.*) E o Paulo Teixeira concorda.

A CPI se esgotou, e eu não dou nem mais um dia ao Relator. E sabem por quê? Nós teríamos, como disse o Senador Randolfe, que ter votado aqui – ou vermos se ainda há a possibilidade de votar – a quebra de sigilo daquelas empresas ali, porque, se isso não acontecer e falarmos em prorrogação, estaremos mentindo à população, estaremos construindo a farsa, a repetição da história como farsa, novamente como me ensinou Paulo Teixeira.

Mas eu devo lhes dizer que estou com absoluta serenidade, como a maioria de V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Congressistas, porque aqui, em todos os momentos oportunos, quando as coisas tinham que ser decididas, eu procurei decidir. Não entendo que, a esta altura dos acontecimentos, nós estejamos diante dessa pauta, na hora que se discute se se vai prorrogar ou não a CPI. Isso aqui não é outra CPI; isso aqui são outras CPIs.

Houve um momento, Sr. Presidente, em que alguns parlamentares desta Comissão decidiram procurar o Ministério Público e levaram os dados desta Comissão para chamar a atenção do Ministério Público. Depois disso combinado, sabendo já que a Comissão estava interrompendo os seus trabalhos, o Senador Randolfe esteve em Goiás, por delegação desse grupo, e até o trabalho do Senador Randolfe acabou sendo, de certa maneira, desconsiderado por algumas pessoas desse grupo – não por mim, porque esse trabalho vai frutificar. O Ministério Público está lá na frente, e V. Ex^a é parte dessa história.

Sr. Presidente, eu faço aqui ao Sr. Relator uma indagação, que não é nova. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito conclui os seus trabalhos remetendo os autos ao Ministério Público, Comissão Parlamentar de Inquérito não prende, não sentencia, não pune qualquer pessoa no ambiente penal. Penso até que,

no ambiente administrativo interno, pode-se sair daqui para Conselho de Ética, para aqui ou para ali; porém, no ambiente penal, não. Diante disso, numa reunião, eu perguntei ao Sr. Relator – e foi por isso até que o Senador Randolfe se deslocou a Goiânia – se ele concordava em inovar na Comissão Parlamentar de Inquérito. A Comissão remete ao Ministério Público as provas relativas aos fatos que considero indícios de crime. E eu perguntei o seguinte: “Dá para nós remetermos tudo?”. E o Sr. Presidente até disse: “Dá, sim; vamos remeter tudo, com o parecer favorável do Sr. Relator.”

Relator, como eu disse ontem, sem prorrogação, eu não lhe dou nem um dia de... Sem a oitiva, sem a quebra de sigilo – não é nem oitiva –, sem a transferência do sigilo, não lhe dou nem um dia para fazer o parecer. Porém, como V. Ex^a humanamente precisa de algumas horas, eu lhe dou as horas necessárias para isso. E apenas para isso. Porém, eu vou insistir...

Presidente, eu vou insistir em que V. Ex^a cumpra o que foi deliberado nesta Comissão: mandar, desde logo, ao Ministério Público todos os sigilos transferidos a esta Comissão. E hoje deliberaríamos aqui, então, todo o resto que está proposto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Findas as participações dos Srs. Parlamentares, com a palavra o Sr. Relator...

Só um minuto. Só um minuto...

Senador Alvaro Dias e a Deputada Íris de Araújo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, há pouco dias, em São Paulo, um cidadão me disse: “Antes, o povo brasileiro sabia escalar a Seleção Brasileira. E só. Ou o time de futebol do seu coração. Hoje o povo brasileiro sabe escalar o Supremo Tribunal Federal.” Ministros se tornaram ídolos, e nós não aprendemos aqui. Nós estamos desperdiçando mais uma oportunidade de valorizar esta Instituição.

Não há como fazer encenação. A CPI está terminando hoje. Com essa proposta de 48 dias, que certamente prevalecerá com o número de assinaturas para sua consagração, nós estamos decretando o encerramento desta CPI. E vem à tona, vem à lembrança que, no início, propalou-se que a CPI tinha dois objetivos. O primeiro, desviar as atenções da opinião pública do julgamento do mensalão. O segundo, ferir de morte um partido de oposição no Estado de Goiás. Se esses objetivos foram atingidos, não cabe aqui qualquer referência. O que cabe é dizer que, mais uma vez, nós estamos afirmando ao Brasil: “Nós não nos emendamos. Nós não nos corrigimos. Nós não aproveitamos as oportunidades para recuperar a credibilidade”. Ao contrário, nós preferimos percorrer esse calvário de

desgaste que afunda o Poder Legislativo no conceito popular do Brasil.

É isso que está acontecendo. Não há encenação possível capaz de aplacar a consciência daqueles que estão determinando o fim desta CPI, jogando debaixo do tapete, como disse o Senador Pedro Taques, o lixo da corrupção. É um monumental escândalo de corrupção, que tem a Delta como matriz, sacando dinheiro dos cofres públicos e repassando-o para cerca de duas dezenas ou mais de empresas laranjas, que, por sua vez, repassaram àqueles que integravam o esquema desse escândalo Cachoeira.

Portanto, Sr. Presidente, nós temos que encaminhar, a oposição tem que preparar uma representação e protocolar, já na próxima semana, na Procuradoria-Geral da República, encaminhando o material de prova colhido até aqui, com as empresas que foram investigadas em razão da quebra do sigilo bancário, e indicando as empresas que ainda não foram investigadas para a instauração dos procedimentos judiciais, a fim de que seja possível a responsabilização civil e criminal dos envolvidos nesse monumental escândalo de corrupção.

Sr. Presidente, esse é um escândalo de corrupção de proporções agigantadas – e nós não temos ainda a sua dimensão –, envolvendo empresas laranjas e agentes públicos impunes. Essa é a realidade, Sr. Presidente. E qualquer encenação aqui terá um único objetivo: o desrespeito a esta Instituição e ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, quando o Senador Alvaro Dias usa a palavra desrespeito...

Gostaria de me reportar aqui, neste momento, a um fato que acontece em Goiás e que considero um desrespeito a esta CPMI.

Quando o Governador do Estado convida o superintendente da Polícia Federal que comandou a operação – aliás, a Operação Monte Carlo ainda estava sob a égide do comando dele como superintendente – para assumir a Secretaria de Segurança Pública e ele aceita, isso, para mim, é um desrespeito ao trabalho da CPMI, um desrespeito ao trabalho da Polícia Federal no Estado de Goiás. Sei que há um descontentamento de maneira geral em relação a isso.

Gostaria de colocar aqui também e pedir aos nobres pares que nós tenhamos serenidade no momento de colocarmos o nosso posicionamento, independente de se levantar questões ora agressivas em relação ao que está sendo dito, porque, talvez, tenha tocado no

calcanhar de um e de outro em relação à situação que defende ou não defende.

Nós temos que defender a CPMI, o trabalho que está sendo feito. Por isso, eu notifiquei o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a respeito desse fato. Como o investigador passa à condição de subordinado do investigado? Não vou dizer nada aqui, vou-me calar, mas quero registrar esse fato que considero gravíssimo.

E quero dizer outra coisa, Senador Randolfe Rodrigues. No final dos trabalhos da CPMI, eu assinei requerimento de V. Ex^a a respeito da prorrogação por 180 dias desta CPMI. Ontem, inadvertidamente, assinei outro pensando ser a continuidade do trabalho que V. Ex^a estava fazendo junto à Câmara. Quero deixar registrado que a assinatura que vale é a primeira que coloquei aqui publicamente, pela prorrogação desta CPMI.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho ainda... Estou com três requerimentos aqui: um requerimento do Relator, um requerimento do Deputado Onyx e um requerimento do Senador Randolfe.

Eu pediria ao Deputado Protógenes e ao Deputado Rosinha que estão inscritos para falarem após a votação desses requerimentos. V. Ex^a concorda, Deputado Protógenes?

Tenho um requerimento do Relator sobre a mesa que peço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... e um requerimento de preferência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O requerimento de minha autoria e de autoria do Deputado Onyx tratam, na prática, do mesmo objeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu junto os dois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Podem ser votados juntos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Primeiro vou votar o requerimento do Relator e depois o requerimento de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita-me ainda, Sr. Presidente, e aí, claro, com a aquiescência de V. Ex^a: como o requerimento de minha autoria e o requerimento de autoria do Deputado Onyx foram protocolizados primeiro, pergunto se não poderia ser apreciado primeiro este...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A preferência é do Relator, até porque o assunto é mais abrangente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas quero insistir em relação ao seguinte: mais importante do que qualquer coisa neste momento não é a prorrogação por meia hora, por 30, 45, 120 ou 180 dias, mas, sim, responder uma pergunta que foi feita pelos meus colegas. Vamos quebrar ou não o sigilo das empresas que receberam recursos da empreiteira Delta? A pergunta a ser respondida é essa. Por isso faço essa arguição em função dos nossos requerimentos.

E quero apenas antecipar, dialogando com o que aqui foi dito pelo Deputado Miro Teixeira. Independentemente de se encaminhar ou não à Procuradoria da República, há um mês, sob delegação de alguns membros desta CPMI – Deputado Miro, Deputado Onyx, Deputado Bueno e do Senador Pedro Taques –, estivemos em Goiânia e solicitamos... Mas eu tenho a informação que a Procuradoria da República solicitou a quebra de sigilo dessas empresas.

Então, só quero antecipar esse movimento que já existe e que a CPMI tem que dar sequência. Então, o que é mais importante não é o prazo, mas a resposta sobre se vamos quebrar ou não o sigilo dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Tenho aqui o requerimento do Deputado Odair Cunha solicitando o adiamento de discussão e votação de todos os requerimentos constantes da pauta de hoje.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só tem um problema, Presidente. Com todo o respeito a V. Ex^a, o requerimento do Deputado Odair Cunha entra muito depois do requerimento que nós apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A preferência... Eu já tomei as providências para responder a V. Ex^a. A preferência é do assunto mais abrangente, regimentalmente. Art. 159, §4º.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, senhoras e senhores...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um pouquinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É do assunto mais abrangente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um pouquinho, Sr. Presidente. Os requerimentos, quando apresentados à Mesa, devem ser apreciados na ordem da apresentação. É por essa razão que na Câmara e no Senado se coloca o horário do recebimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu só vou ler o artigo em homenagem e respeito à colaboração, Deputado Onyx, que o senhor tem tido com a Mesa, até usando o mesmo artigo que o Deputado Macris usou para fundamentar a questão de ordem que V. Ex^a colocou.

O art. 159, § 4º, inciso IV, diz:

IV - quando os requerimentos apresentados, na forma do inciso anterior, forem idênticos em seus fins, serão postos em votação conjuntamente [são três, quatro, cinco, agora] e a adoção de um prejudicará os demais [no caso, eu já fiz a fusão, com o Senador Randolfe, do requerimento de V. Ex^a], o mais amplo tendo preferência sobre o mais restrito.

O requerimento do Deputado Odair...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, então, questão de bom senso...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Posso usar o Regimento Comum, que, portanto, se sobrepõe ao que V. Ex^a leu, com todo o respeito.

Art. 40. Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação, no máximo por 48 horas, a requerimento do Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional.

Ou seja, no Comum, não admite. Há um requerimento de preferência para fazer a votação e há, no Comum, a explicitação de que não pode haver...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É de votação, Deputado. Aqui é discussão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O requerimento não admitirá...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A decisão está tomada. Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é só o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, pelo carinho que eu tenho a V. Ex^a...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, qual é o problema...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... a decisão é desta Presidência. Vamos votar o requerimento do Deputado Odair Cunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, ele pede adiamento de discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é porque é uma questão que precede.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está equivocado o requerimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu quero pedir para o senhor ler o requerimento, que o senhor vai ver que não se encaixa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... uma discussão em cima do que vem, se domingo não tem mais CPI?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, pelo menos faça o requerimento correto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O adiamento é de discussão. “Nos termos do art. 259, o adiamento de discussão e votação dos requerimentos constantes...”

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu entendo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, o 40 não suporta, do Comum...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cumprimos os demais pares, eu entendo perfeitamente e respeito a opinião de todos os Deputados e Senadores que me antecederam aqui no que diz respeito ao conteúdo da nossa investigação, que será analisado ao final, quando nós apresentarmos o nosso relatório, e eu tenho certeza de que nenhuma das nossas biografias será manchada ou maculada com aquilo que nós haveremos de constar no nosso relatório.

Há, evidentemente, um acordo de Líderes, gostem, queiram ou não, alguns dos Parlamentares que estão aqui ou da Casa. A questão é que há o entendimento de que a prorrogação deverá ser feita para leitura e discussão do nosso relatório, o que eu julgo importante. A morte da CPI seria se nós não tivéssemos condições regimentais de encaminhar toda a documentação que esta CPMI tem aos órgãos permanentes de investigação. O Senador Randolfe fez aqui, inclusive, uma alusão importante, que foi exatamente que o nosso processo de investigação que vai abrir outras frentes de investigação nos órgãos permanentes. É assim que funciona.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente...

SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu vou incluir isso no meu relatório. Estou dizendo isto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ..., quero uma questão de ordem logo após o Relator terminar.

SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou dizendo isto, Presidente, para tranquilizar todos os membros desta CPMI no sentido de que nós necessitamos – este é o acordo dos Líderes – de uma prorrogação que, pelo menos, viabilize uma discussão transparente, uma discussão clara do nosso relatório. Este é o acordo. Fazer de conta que isso não existe, isso sim seria uma fantasia.

Exatamente por isso, Presidente, considerando, então, que há dois movimentos, um que tem apoio desses Líderes, de uma prorrogação de 48 dias, com esse objetivo, e considerando que há um outro movimento, que pede uma prorrogação de 180 dias, o mais prudente e o bom senso faz com que nós, neste momento, suscitemos o adiamento da discussão e votação, porque, claro que se o prazo for um, o nosso parecer será de acordo com este prazo; se for outro, será de acordo com o prazo que a CPMI tiver.

Exatamente por isso que, neste momento, eu estou encaminhando aqui, então, pela...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... pelo adiamento de votação e discussão de todos os requerimentos sobre a mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, Presidente, Presidente, a questão de ordem que eu formulo a V. Ex^a é o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me passar a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra V. Ex^a, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, querido amigo. Obrigado, Sr. Presidente.

Este aqui é o requerimento do Senado, ou, perdão, o Regimento Interno do Senado. Este é o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Para que o Congresso Nacional e as suas Comissões Mistas pudessem atuar, num dado momento histórico, foi organizado o que se chama de Regimento Comum, que é a compatibilização, a equalização das normas e das regras de aspectos gerais para o funcionamento de todo e qualquer ato do Congresso Nacional.

Pois muito bem, este documento se sobrepõe a qualquer artigo, quer do Senado Federal, quer da Câmara. E ele é claríssimo quando diz, no seu art. 40 que não será admitido requerimentos de adiamento de discussão. Não há espaço para interpretar diferente. O Sr. Relator se equivocou e o Sr. Relator tenta misturar a conversa. A conversa não é se vai ser por 48 dias, que é o presente de Natal ao Sr. Fernando Cavendish, à Delta – provavelmente o relatório vai ser lido lá na Champs-Élysées e depois vai ser comemorado com champanha francesa, e talvez o final de ano seja embaixo da Torre Eiffel, cheio dos amigos do Sr. Fernando Cavendish, que estão aqui protegendo talvez um dos maiores esquemas de corrupção no Brasil depois do mensalão – aliás, maior do que o mensalão.

Então, Sr. Presidente, eu faço um apelo, porque eu acho que tem que haver limite, penso que tem que haver limite entre o tratoração... E o que está sendo feito aqui agora é um tratoração regimental. Não há nenhu-

ma razão, não alude razão, não há nenhum sentido em usar o Regimento do Senado para atropelar o Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tem que afastar e simplesmente votar: nós vamos ou não quebrar o sigilo das 13 laranjas da Delta?. Essa é a pergunta. Quem for a favor, vota pela aprovação da preferência; quem for contra, bota lá sua digital, dá o seu nome que é para o Brasil saber quem é que protege corrupto.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em respeito...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O resto é conversa fiada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em respeito a V. Ex^a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em respeito a V. Ex^a, por favor, em respeito a V. Ex^a e até em admiração a tudo que nutro de amizade pelo caráter de V. Ex^a, pela compreensão do trabalho e a maturidade que V. Ex^a desenvolveu ao longo de oito CPIs, vibrantes, que caracteriza V. Ex^a neste Congresso Nacional, eu vou usar o artigo que V. Ex^a me questionou no Regimento Comum para indeferir a sua questão de ordem. Usando o mesmo art. 40, exatamente nos termos do requerimento do nosso autor, que diz, pede o adiamento da discussão e votação.

No art. 40, se V. Ex^a for ler, diz: “Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação”. O requerimento do Deputado Odair falou em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, o senhor poderia ler o requerimento?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Recolha o requerimento e bote em votação. Aí V. Ex^a acerta. *(Tumulto no recinto.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Recolho o requerimento como votação. O.k.? Vamos à frente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, Presidente, tem que alterar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está alterado. Foi alterado pela Mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tem que colocar “adiamento de votação”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi alterado pela Mesa. Ele pediu votação aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Ex^a poderia ler o inteiro teor do requerimento do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – “Requeiro nos termos do art. 279, do Regimento Interno do Senado, o adiamento da discussão e votação [está escrito aqui] dos requerimentos constantes na pauta.”

E esta Presidência recolhe o requerimento do Deputado Odair, apenas como votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor pode agora ler o art. 279?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está encerrada a discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O 279 só fala em discussão, não fala em votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já encerrei essa discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, o 279 do Senado fala de discussão, não fala de votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tem o prazo de 48 horas, que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou agora iniciar... Esta Presidência recolheu como votação...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço... V. Ex^a fala como Líder a qualquer hora. V. Ex^a sabe disso.

Com a palavra como Líder o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente Vital do Rêgo, V. Ex^a conduziu a CPMI acima das disputas políticas. V. Ex^a teve uma condução correta, administrativa, técnica e regimentalmente nesta CPMI. Divergi em muitos momentos de V. Ex^a por entender que tomávamos um caminho equivocado. Mas sempre respeitei porque sou um democrata e respeito a decisão de maioria, apesar de me insurgir contra ela.

No caso que estamos debatendo, Sr. Presidente, é inadmissível que um requerimento que começa dizendo que pede adiamento de discussão seja reconhecido. Mas muito bem. V. Ex^a poderia solicitar ao Relator que, pelo menos neste caso, agisse de maneira correta como requer o Regimento. Risca a discussão

e coloca adiamento de votação, mas é obrigado a seguir o Regimento Comum, que diz que é de 48 horas. Porque vai ficar claríssimo para todo mundo que está assistindo que esta reunião que este requerimento é para impedir a quebra dos laranjas do Sr. Fernando Cavendish, para que ele depois, oportunamente, recompense com champanha francesa aqueles que o protegem nesta CPML.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, quero insistir na questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou tomar... Eu já decidi a questão de ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu vou tomar a palavra de V. Ex^a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu quero pedir de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu já decidi esta questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– ... e da assessoria uma leitura detalhada do art. 279 e do art. 315 do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Randolfe, me perdoe V. Ex^a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perdoe-me V. Ex^a, mas está errada a interpretação da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– ... mas é matéria vencida. É matéria vencida por esta Presidência e a questão de ordem pode ser recorrida pelos Srs. Deputados subscritores.

Eu vou passar a palavra a dois parlamentares para, em um processo de deliberação sobre este requerimento, votarem contra ou a favor. E eu queria indicar V. Ex^a, já que está no fôlego do combate, para falar contra o requerimento do Deputado Odair.

Quem fala a favor? (*Pausa.*)

O Senador Randolfe Rodrigues vai falar contra. Quem fala a favor pelo Senado que se pronuncie. (*Pausa.*)

Quem fala a favor pela Câmara? Quem fala contra pela contra o requerimento de Odair? (*Pausa.*) Deputado Onyx.

Deputado Onyx e Senador Randolfe contra.

Com a palavra os Srs. Parlamentares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Não tem ninguém a favor?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Até agora não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Ninguém quer se manifestar a favor? Estou esperando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– A manifestação de V. Ex^a vale por todas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se explicarem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se explicarem do que se trata, a gente pode se posicionar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, para atender... Eu vou me pronunciar obviamente contrário ao requerimento, mas a pedido do Deputado Miro Teixeira...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu me inscrevo para falar ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deputado Miro, solicito que V. Ex^a se pronuncie a respeito do requerimento...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... a favor do requerimento do Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está Onyx inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço gentilmente a V. Ex^a que explique ao Plenário da CPML, pois, em decorrência do tumulto, parece-me que o Plenário não está esclarecido sobre o que iremos votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos votar o pedido de adiamento de votação dos requerimentos, que é o requerimento do Deputado Odair. Depois, se a manifestação do Plenário permitir, como consequência direta, os requerimentos de V. Ex^a, que são requerimentos de preferência. Como o requerimento de votação é mais abrangente, o referido requerimento está pautado.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou retomar o tempo de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Presidente, nós estamos num momento crucial desta CPI.

O meu encaminhamento é contrário não ao mérito do que está propondo S. Ex^a, o Relator. O meu encaminhamento é contrário porque não se trata aqui de adiarmos esta CPI, como diz o Deputado Miro, por meia hora sequer. Trata-se, e esse o momento a que esta CPI chegou, trata-se de se esta CPI vai seguir na investigação de onde ...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu peço a atenção e a colaboração de todos para ouvirmos o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Trata-se, neste momento, Sr. Presidente, Sr. Relator, não de um requerimento de adiamento de meia hora, uma hora, um dia, 40, 180 dias; trata-se, neste momento, do destino desta CPI.

Trata-se de se nós vamos avançar nesta CPI no sentido do que as investigações indicaram. E as investigações até agora indicaram claramente o seguinte: Sr. Carlos Cachoeira é parte dessa organização criminosa, é parte, o todo, a cabeça dessa organização criminosa é uma empreiteira chamada Delta, é o Sr. Fernando Cavendish, que, como membro dessa organização, muito bem dito aqui e explicado pelos delegados, pelos honoráveis delegados da Polícia Federal e membros do Ministério Público Federal, que prestaram depoimento nesta Comissão, o Sr. Fernando Cavendish, tal qual os demais membros dessa organização criminosa, quando aqui vieram, permaneceram em silêncio, num código de silêncio dessa organização.

As investigações desta CPI apontaram um caminho claro, direto, que o coração, o cérebro dessa organização criminosa é a empreiteira Delta. Desvendar o funcionamento dessa organização criminosa está nos requerimentos de minha autoria, do Deputado Onyx, do Deputado Alvaro, do Senador Alvaro, que quebra o sigilo das empresas que receberam recursos da empreiteira Delta.

Então o destino desta CPI pode ser sintetizado neste momento no seguinte: ou quebramos hoje, agora, neste momento o sigilo dessas empresas que receberam dinheiro da empreiteira Delta ou então seremos responsáveis aqui por uma das maiores vergonhas da história do Congresso Nacional brasileiro.

É disso que se trata. Estamos diante da maior organização criminosa, do maior esquema de corrupção já visto neste País, esse esquema capitaneado pela empreiteira Delta.

Então é por isso que o debate central que devemos travar e resolver aqui é se vamos quebrar ou não. E aí eu me surpreendo por saber o que impede nós quebrarmos no dia de hoje o sigilo das empresas que receberam dinheiro da Delta e que estão no coração do funcionamento desse esquema criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra o Deputado Onyx, depois o Deputado Picciani, como membros, a favor e contra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr.

Presidente, falou alguém contra, podia falar alguém a favor, depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Faço do jeito de V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Picciani, por orientação do Deputado Onyx.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) –

Presidente, ao início da minha fala, gostaria de, apenas para, se V. Ex^a me permitir, ajudar na solução da questão de ordem levantada, eu queria requerer a V. Ex^a, nos termos do art. 40 do Regimento Comum combinado com o art. 315 e com o 279, inc. III, ambos do Regimento Interno do Senador, que V. Ex^a deferisse o adiamento da votação dos requerimentos constantes da pauta de hoje nesses termos, recebesse o requerimento do Relator nesses termos.

Sr. Presidente, eu me inscrevi para defender o requerimento do Relator, primeiro, porque o Relator, no primeiro dia de trabalho, no primeiro dia da CPI, apresentou um plano de trabalho e o Deputado Odair Cunha, Relator desta CPI, não se desviou daquilo que ele apresentou no seu plano de trabalho em nenhum dia sequer. Manteve com muita sobriedade, com muita seriedade aquilo que foi proposto e aprovado pela Comissão no primeiro dia. Isso nos dá a segurança de que o relatório que ele irá nos apresentar dará conta de trazer a esta CPI, trazer ao País um grande trabalho, que, tenho certeza, levará a muitas novas repercussões no plano penal, no plano cível, enfim, naquilo que esta CPI se prestou a julgar.

E agora, mais uma vez, o Relator dá mostrar dessa sobriedade. O que propõe o Relator? O que nós estamos discutindo hoje aqui? A prorrogação da CPI. Já se decidiu pela prorrogação. Tem-se agora um embate democrático, regimental, acerca do prazo pelo qual a CPI será prorrogada. Será por 48 dias ou será por 180 dias?

É evidente que, em cada uma dessas hipóteses, o trabalho terá que ser feito de uma forma. Num prazo maior, se poderá avançar sobre novas linhas, diversificar os temas. Num prazo menor, é preciso fechar com correção, fechar com competência aquilo que já investigamos e os muitos dados que já recebemos. E a cada dia recebemos mais.

Então, a proposta do Relator é que a gente não bote a carroça na frente dos bois; que a gente, primeiro, defina o prazo e, depois, discuta que requerimentos votar.

Por isso, me parece ter razão o requerimento do Ex^{mo} Sr. Relator propondo o adiamento da votação dessas matérias até que se defina o prazo. Sabida-

mente, há coletas de assinaturas sendo feitas. É uma medida de precaução.

Eu parabeno o Relator e peço vênia e o voto favorável dos nossos pares para a proposta do Relator, que tem a sobriedade de organizar os trabalhos desta CPI.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu tenho agora duas inscrições, uma de um Senador, para defender, e outra do Deputado Onyx, para se posicionar contrário ao requerimento do Deputado Odair.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, veja como foi bom ouvirmos o Deputado Picciani, que é do grupo que blinda a Delta.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Art. 14, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A visão do Deputado Picciani sobre a CPMI, na época digital, ele que é um jovem, um homem *up to date*, é de que a CPI é uma carroça.

A CPI, no imaginário daqueles que querem proteger o processo de corrupção comandado pela Delta, é uma carroça que não pode ser colocada na frente dos bois. Mas ele não precisa se preocupar, porque, ao longo dos últimos meses, tiraram as rodas da carroça, para ela não andar, para ela afundar. Esse é o fato.

É um absurdo ver uma visão tão distante daquilo que a sociedade brasileira espera. Nós, da CPMI, recebemos aqui uma parte do sigilo da Delta. Com isso, identificamos seis empresas em que nós já sabemos que o dinheiro foi para laranja, que o dinheiro foi para corrupção, que foi para o desvio, que foi para o descaminho, que tem corrupção ativa, corrupção passiva, advocacia administrativa, todos os tipos penais que estão lá no Supremo Tribunal Federal, que deveriam servir de lição, mas parece que não servem para nada.

E o que ocorre aqui? Busca-se, num requerimento, que é outra vergonha... Desculpe. O requerimento usa, primeiro, o artigo errado. Segundo, usa um argumento inicial, que deveria ser o mais forte, o da discussão, está errado. Não encontra respaldo no Regimento Comum. E depois ele é alterado por caneta, rasurado.

Então, a gente, daqui para frente... O que passa para o Brasil? Daqui para frente, pode rasurar cheque, nota promissória, projeto de lei, contrato de compra de imóvel. Ou seja, quando falamos que o exemplo tem que vir de maneira clara para a sociedade, nós estamos na contramão de tudo isso. Por isso... Eu não tenho nada contra o Deputado Picciani, ele tem a sua posição política, que eu respeito, mas a visão da carroça dá bem ideia do que as pessoas estão querendo acobertar. Como diria alguém que fez a vida no

Rio de Janeiro: interesses poderosos! E que falta faz Leonel Brizola nesse momento... Se estivesse vivo, seguramente estaria exigindo que essa investigação avançasse da maneira como nós queremos.

O que eu quero concluir, Sr. Presidente, é o seguinte. O que se trata é muito simples: os que votarem a favor do adiamento, da manutenção da farsa, estão na verdade protegendo o esquema criminoso do Sr. Cavendish, da Delta, que se transformou na maior empreiteira que recebeu recursos do PAC. E eu volto a dizer: para isso contratou José Dirceu, para isso pagou conta; e não foi de graça, não acontece nada de graça no universo governamental e particularmente no universo petista.

Por isso, Sr. Presidente, eu defendo que nós aprovemos... rejeitemos esse requerimento e vamos aprovar a quebra dos treze. Curiosamente, Senador Randolfe, Senador Taques, Deputado Rubens Bueno, são 13! São 13 empresas! Talvez o número seja muito mais do que uma mera coincidência, talvez seja um número até cabalístico. E eu volto a lamentar que um homem da qualidade pessoal do Relator Odair Cunha seja conduzido a levar adiante essa farsa lamentável que o tempo e o Ministério Público no futuro vão revelar para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Só para garantir a V. Ex^a que o requerimento sobre a mesa já vem com os conselhos necessários.

O art. 14...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem importante.

Eu não posso aceitar o que foi dito aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– V. Ex^a se posicionará, Deputado Rosinha, por favor. Por favor, Deputado. Eu tenho um art. 14 do Deputado Picciani e depois eu vou ouvir o Deputado Rosinha.

Deputado Picciani com a palavra, no uso da prerrogativa do art. 14.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) –

Sr. Presidente, eu quero lamentar profundamente o desrespeito do Deputado Onyx comigo e com diversos Parlamentares desta Comissão. Quero lamentar, quero sinceramente lamentar.

Quer dizer que nesta Casa, Sr. Presidente, quando temos alguma divergência, quando nós não concordamos com a opinião dos outros nós...

Eu vou aguardar, Presidente. Se V. Ex^a permitir, eu prossigo. Mas, Sr. Presidente, ao lamentar esse despeito comigo e com muitos outros colegas desta Comissão, quero dizer que nós, eu e tenho certeza muitos outros Parlamentares desta Comissão não nos prestamos ao papel de defender, blindar, proteger quem quer que

seja, mas nós também não permitimos, por exemplo, a perseguição política de alguns atores políticos aqui.

Ora, Sr. Presidente, tentar perseguir um governador de estado que não tem envolvimento serve para proteger alguns que têm envolvimento. Acusar Parlamentares que estão aqui fazendo o seu trabalho sério serve para proteger e tentar impor a visão pessoal.

Eu quero, Sr. Presidente, refutar aqui as palavras do Deputado Onyx. Não há da minha parte nenhuma blindagem. O Deputado usa aqui o ditado popular que eu acredito que todos nesta Comissão conhecem e que eu utilizei na minha fala, para me criticar, tentar fazer um trocadilho com a minha idade, uma...

Sr. Presidente, nada disso nos assusta. Eu mantenho aqui a posição de que nós estamos cumprindo o nosso papel, de que o Relator tem tido sobriedade, de que não há nenhuma blindagem e nem proteção aqui. Essas acusações são vazias e se prestam a tentar justificar. Eu entendo que aqueles que estão derrotados queiram justificar a sua posição minoritária. Só não devem fazer isso desrespeitando as pessoas com acusações vazias, improcedentes e que não engrandecem o trabalho desta CPI.

O que engrandece o trabalho desta CPI é o debate sério sobre aquilo que ela já levantou, sobre aquilo que poderá ainda levantar e sobre aquilo que o Relator irá nos apresentar, que é o relatório final, sobre o qual iremos debater. E tenho certeza de que será de grande valia para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como último orador no requerimento do Deputado Odair, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Obrigado, Presidente Vital do Rêgo.

Eu queria cumprimentar os colegas, Deputadas, Deputados, Senadoras, Senadores, e faço uso da palavra para apoiar a posição do nobre Relator Odair Cunha.

As pessoas nos assistem em casa, nos acompanham pela TV Senado e certamente uma parcela muito grande do nosso País está com os olhos voltados para este trabalho feito aqui. Lamento a posição de alguns, em toda reunião que estou presente, no sentido de tentarem diminuir o papel desta CPMI, ao mesmo tempo caminhando quase para uma desmoralização deste instrumento que é um instrumento importante do Parlamento.

E falo aqui para a população: Cuidado, senhoras e senhores que nos assistem, as aparências enganam, as aparências enganam! Nem tudo que se fala aqui tem o objetivo daquilo que é falado. Às vezes os objetivos estão escondidos. Não estou fazendo uma acusação direta a ninguém, mas certamente os que defendem um prazo mais longo para esta CPMI fazem a defesa

na busca de mais tempo para aprofundarem os trabalhos. Isso é absolutamente legítimo, entendo ser verdadeiro e respeito a opinião daqueles que defendem um prazo mais longo ainda. Não comungo com elas, penso que um prazo mais curto pode ser mais objetivo e possa nos dar um melhor resultado. Assinei um requerimento prorrogando por 48 dias. Essa matéria será deliberada logo mais.

O nobre Relator traz uma proposta no requerimento, Sr. Presidente, em que ele pede algo muito objetivo. E claro que não há meias palavras nisso. Ele não pode decidir sobre as centenas de convocações que estão sobre a mesa, se ele não sabe o prazo de quanto tempo vamos ter mais de CPMI. Uma coisa é termos 48 dias; outra coisa é ter 160, 180 dias.

Esta CPMI já prestou um grande serviço ao País. Quem quiser falar contra, fale. Ela já prestou. Já temos sigilo quebrado, já temos autoridades públicas sob suspeição e que serão entregues à Justiça. Agora tem o Ministério Público para entrar em campo, tem a Justiça para agir, a Polícia Federal para levar adiante o trabalho feito pela CPMI. Na hora em que ele cair nas mãos do Ministério Público Federal, na hora em que ele cair nas mãos da Justiça Federal, na hora em que ele cair nas mãos da Polícia Federal, ele terá prosseguimento. Agora, nem todos os que defendem um prazo indefinido para esta CPMI querem o fim e querem um objetivo claro desta CPMI, nem todos.

E eu quero, sim, que o Brasil desmonte essa quadrilha que atuava no entorno dos palácios no Planalto Central. E essa quadrilha está sendo desmontada por esta CPMI. Eu queria que tivéssemos aqui um voto de confiança no Relator Odair Cunha. Ele só quer uma coisa: que se defina o prazo de quanto tempo nós vamos ter de CPMI para que ele possa dar o parecer sobre os requerimentos que estão na mesa, as centenas de requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em votação.

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Voto conhecido. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Contra o Relator.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto com a Senadora Lídice e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Senador Sérgio Souza? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Ainda há um voto do Bloco.

Como vota o Senador Walter Pinheiro? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Com o Relator.

Completo-se o Bloco.

Como vota o Senador Benedito de Lira? (*Pausa.*)

Não está presente.

Vamos para o Bloco Parlamentar da Minoria.

Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Alvaro Dias? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Cyro Miranda? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? (*Pausa.*)

Bloco Parlamentar União e Força.

Como vota o Senador Fernando Collor? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota o Senador Cidinho Santos? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Eduardo Amorim? (*Pausa.*)

Completo.

Como vota o Senador Marco Antônio Costa? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (*Pausa.*)

Agora, o PSOL.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Concluso à Casa Senado Federal.

Membros da Câmara dos Deputados.

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Odair Cunha? Voto conhecido, Autor do Requerimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Vice-Presidente, Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Contra o Requerimento do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Domingos Sávio? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Vaz de Lima?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Está completo. Já completou o PSDB.

PP.

Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – PR.

Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Ronaldo Fonseca?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – PSB.

Como vota o Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto com o destaque do Senador Randolfe, na hora em que ele vier a ser apreciado. E, nesse momento, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Com o Relator.

Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, para recuperar os 60 dias perdidos pela CPMI, passamos esse período sem uma ação qualquer, e pelo tempo necessário, para quebrar os sigilos, para que o Relator apresente em seu voto. Portanto, voto contra a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Sílvio Costa? (*Pausa.*).

Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá? (*Pausa.*).

Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Em razão das alterações que foram feitas no requerimento, voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado José Carlos Araújo? (*Pausa.*).

Como vota o Deputado Armando Vergílio? (*Pausa.*).

Como vota o Deputado Roberto Santiago? (*Pausa.*).

E como vota o Deputado César Halum?

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Contra o requerimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço ao Sr. Vice-Presidente para proceder ao escrutínio.

São 17 votos com o Relator e 9 contra.

Com a palavra o Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Só quero perguntar qual é a consequência?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não temos pauta hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – E, aí, fica convocado para a semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Semana que vem. A Presidência vai fazer a convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Com que ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência vai enviar a notificação a V. Ex^a.

Delegado Protógenes, com a palavra.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – É só marcar a missa de 7º dia.

É só marcar a missa de 7º dia agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira – PT - SP) – Devolvo a palavra ao Deputado Delegado Protógenes.

Vamos deixar acabar o recreio, né?

Com a palavra o ilustre Deputado Delegado Protógenes, por 5 minutos.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu Pediria que V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira – PT - SP) – Peço a todos a atenção para o orador na tribuna, inclusive aqueles Deputados que se encontram de pé diante da bancada. Peço a atenção, Deputado Vanderlei Macris. Se puderem dar atenção ao Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Senadores, assumo a defesa dos trabalhos da CPMI do Cachoeira, como foi intitulada, até como autor inicial dos trabalhos desta CPMI quando coletei as assinaturas que deram quórum suficiente; e, depois, foi transformada em CPMI, Câmara e Senado.

Entendo que é necessário que esta CPI tenha um foco. É necessário abordar temas importantes nos trabalhos da CPMI, porque, até agora, parece que produzimos uma investigação de *brainstorm*, vários temas com vários comprometimentos políticos dominando os trabalhos da CPMI sem avançarmos no foco necessário que é desmontar a organização criminosa comandada por um grupo, e não só pelo Carlos Augusto Ramos.

É um grupo que controla essa organização criminosa e temos que desmontá-lo. Entendo que seja necessário... E já vou declarando, desde pronto, que coloquei a minha assinatura para a prorrogação. Coloquei também no segundo requerimento, na mesma linha da Deputada Íris, pensando que seria com o mesmo objetivo, e não era. Já, desde pronto, retifico esse meu posicionamento para prorrogar a CPMI com prazo determinado; com prazo determinado e se tiver necessidade ou não de prorrogação.

Eu reputo como grave o que o Deputado Miro Teixeira e a Deputada Íris, os dois com ambos os focos... Porque até o Senador Randolfe colocou da importância de quebrar o sigilo das empresas laranjas. Então, nós temos que saber o foco dessa quebra de sigilo. É importante? Qual a justificativa e a importância. Entendo ser importante. Eu tenho um foco. Agora quero saber dos demais membros da CPMI qual o foco.

Outro fato é que foi apresentado aqui um requerimento, que é esse requerimento. Eu vou até analisar se na aprovação conjunta de requerimentos veio aqui,

inclusive, até apresentado por um Deputado ou Senador, não me recordo, que eu iria fazer esse requerimento para trazer o ex-Diretor-Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, a fim de explicar a falta de instrumentos, necessário e pessoal para a condução das duas importantes investigações que resultaram nos trabalhos desta CPMI. Ele teria que explicar, porque houve falta de pessoal, falta de recursos e isso foi identificado.

E agora, ao que me parece, pelo que a Deputada Íris colocou, realizam-se esses indícios com a cooptação do Superintendente da Polícia Federal, Joaquim Mesquita, alçado ao cargo de Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado Goiás. Ora, isso é no mínimo curioso, isso é no mínimo surpreendente.

Então, entendo ser importante buscar esse foco para que nós possamos levar esta CPMI a um trabalho conclusivo que nos traga respeito, que nos traga a uma produção de investigação parlamentar que traga o resultado de autoria e materialidade na corrupção e no desvio de recurso público, e não a interesses de grupos políticos que querem fazer deste trabalho, desta CPMI palco de outras disputas.

Ora, disputa política vamos buscar no outro campo, não aqui num campo de uma investigação séria, numa investigação que o povo brasileiro, que ora a nós assiste, exige: o resultado desse trabalho investigativo, que é importante para a nossa república, importante para a democracia brasileira e importante para qualificar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já, Deputado Protógenes.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Rosinha, por 5 minutos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de falar sobre a razão por que me inscrevi, quero até comunicar a esta CPMI, àqueles que nos acompanham, que foi protocolizado já o requerimento de prorrogação por 48 dias – até 48 dias -, com assinatura de 35 Senadores e Senadoras, 201 Deputados e Deputadas. Então, está dada a prorrogação. E a partir daí nós podemos traçar o nosso cronograma de trabalho.

Mas eu até me inscrevi porque durante a fala de vários Parlamentares foram citadas algumas versões e algumas inverdades. Por exemplo, dizer que a CPMI está parada desde o dia 29 de agosto não é uma verdade. Está parada para aqueles Deputados e Senadores que aqui não vieram ou para aqueles Deputados e Senadores que não designaram assessores para continuar trabalhando. Ao contrário de muitos de

nós, porque a nossa assessoria manteve-se ativa analisando todos os documentos e fazendo conclusões. E, portanto, hoje o Relator tem subsídio suficiente, inclusive se fosse necessário para apresentar o relatório. O que há é uma preguiça de alguns que não vieram para trabalhar ou não designaram assessores, ficaram em campanhas eleitorais e depois vêm dizer aqui que ela está interrompida desde o dia 29.

A segunda questão é o objetivo desta CPMI: investigar a organização criminosa. Não é ficar investigando fora dessa organização criminosa. E dentro da organização criminosa está envolvido – e muito envolvido – o Governador de Goiás, Sr. Marconi Perillo. Ele e seu Partido, o PSDB. Tenham absoluta certeza de que pelo envolvimento, podem chegar às raízes de fazer parte da própria organização criminosa. Nosso relatório vai constatar isso ou não.

É necessário também – e aqui quando se fala em requerimento – votar um requerimento que ninguém quer aprovar, que é justamente sobre o envolvimento ou não do Sr. Policarpo Junior, jornalista da *Veja*, com a organização criminosa. É necessário que ele venha depor aqui, porque quando havia no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados a tramitação do pedido de cassação do Deputado André Luiz, naquela ocasião, o Sr. Policarpo Junior foi lá defender o Sr. Cachoeira. Não podemos esquecer essa história. E ele teria que vir aqui para dizer a nós Parlamentares e ao País qual é a responsabilidade dele com essa organização criminosa, porque há negativa de aprovar aqui o relatório dele. Há vários Parlamentares fazendo discurso a favor ou contra ele, mas na hora de colocar em votação não se coloca, porque nós sabemos que a maioria aqui até hoje não se posiciona favorável à convocação do Sr. Policarpo. Então, como disse o Senador Jorge Viana, há muitas coisas aqui que estão só no discurso, mas não se respondem na prática.

Quando nós colocamos a questão – e foi muito do discurso – de que iriam encerrar ou morrer a CPMI, esta CPMI não vai morrer, ela será encerrada, com o relatório que, tenho absoluta certeza, o Deputado Odair Cunha fará e que não deixará nada sem ser abordado; e não deixará de ser indiciado nenhum daqueles que merecerem ser indiciados. Portanto, há uma falsidade de discurso.

E o discurso feito pelo Deputado Onyx Lorenzoni de que quem votasse favorável ao requerimento do Relator Odair Cunha estaria do lado dos corruptos, estaria impedindo a investigação da corrupção, é de uma leviandade muito grande. Não dá para permitir esse tipo de discurso leviano aqui dentro. Aqueles que parecem ser pessoas responsáveis, aqui, que querem

investigar, não têm essa responsabilidade na prática, fica somente no discurso.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente. E não é o discurso como querem alguns ao dizer oposição e situação. Não. Esta CPMI tem investigado todos. Nós chamamos aqui, nós que somos do PT chamamos aqui o Governador Agnelo Queiroz, que chegou aqui e explicou tudo. Enquanto o Perillo não se explicou absolutamente em nada, até porque os documentos provam que ele não em condições de explicar.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Dr. Rosinha.

Antes de encerrar, eu peço a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 29, 30 e 31, das reuniões da Comissão.

Não havendo quem queira discutir, as atas estão aprovadas.

Dou por encerrada a presente reunião, tendo em vista que o orador inscrito não está presente neste plenário.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 33ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 33ª Reunião realizada em 21 de novembro de 2012, às 10 horas e 44 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT – AC), Lídice da Mata (PSB/BA), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB/PR); Jayme Campos (DEM/MT); Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Marco Antônio Costa (PSD-TO), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Walter Pinheiro (PT/BA), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL) e **Ciro Miranda (PSDB-GO) e dos Deputados:** Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Silvio Costa (PTB-PE),

Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Armando Vergílio (PSD-GO), Dr. Rosinha (PT-PR), Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Vaz de Lima (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Fernando Collor (PTB-AL) e Vicentinho Alves (PR-TO) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Camelli (PP-AC), Felipe Pereira (PSC-RJ) e José Carlos Araújo (PSD-BA). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Humberto Costa (PT-PE), e os Deputados Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), César Colnago (PSDB-ES) e Otávio Leite (PSDB-RJ). Na oportunidade foi dado conhecimento à Comissão do teor do Relatório Final, de lavra do Deputado Odair Cunha, que marcada sua leitura para amanhã, dia 22 de novembro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Sr^{as} e Sr^s. Parlamentares, havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e a aprovação da Ata da 32ª Reunião. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está aprovada.

Uma informação para os senhores: ontem, o Relator entregou, às 10 horas, o seu relatório; à meia-noite e trinta, estava já disponibilizado tanto em rede quanto à disposição dos gabinetes de V. Ex^{as}. Em 10 minutos, a Gráfica do Senado disponibilizará o relatório em papel.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra a V. Ex^a como o primeiro inscrito, quero dizer que tenho aqui uma série de questões de ordem e, como me cabe ordenar os trabalhos, tenho vários oradores que se inscreveram. Àqueles oradores que estão inscritos para formularem questões de ordem, eu gostaria de oferecer-lhes a prioridade, porque eles também estão inscritos. Os outros oradores que também farão questões de ordem podem fazê-lo nesse intervalo.

Então, tenho o Deputado Silvio Costa como o primeiro inscrito para questão de ordem; e tenho o Deputado Rubens Bueno como o primeiro orador inscrito. Consulto o Deputado Rubens Bueno se é questão de ordem que V. Ex^a vai fazer, como primeiro orador, porque se V. Ex^a a fizer como questão de ordem eu darei preferência a V. Ex^a, mas como a intervenção de V. Ex^a

não é questão de ordem, então, eu concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, a minha questão é de ordem mesmo, porque vou falar sobre o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Com a palavra V. Ex^a, por três minutos, para a questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Três minutos. Presidente, nós temos um dado novo hoje: o Sr. Carlos Cachoeira, ontem, foi solto. O Sr. Carlos Cachoeira, quando esteve nesta CPMI, ficou calado, usou da prerrogativa constitucional.

Eu não li o relatório ainda do competente Odair Cunha, mas já vi alguns lances aí nas redes sociais. Eu acho que nós temos obrigação agora, esta CPMI, de tentar fazer o Sr. Cachoeira falar. Eu quero propor a este Plenário e a V. Ex^a que a gente prorrogue esta CPMI pelo tempo regimental. O tempo que o Regimento da Casa permitir, que a gente a prorrogue, até para que a gente possa dar melhores respostas à opinião pública brasileira. Não é possível a CPMI ser do Cachoeira e o Cachoeira não falar! A gente tem, de alguma forma, que tentar colocar, mais uma vez, esse homem aqui sentado até para ele dizer que não vai falar. Mas não dá para a gente encerrar esta CPMI sem ouvir outros atores importantes.

Então, preocupa-me o relatório, que está nas redes sociais, porque tem algumas pessoas que, efetivamente, foram citadas, foram indiciadas e sequer sentaram-se à mesa aqui. Já soube que há jornalistas que foram citados e indiciados e não se sentaram à mesa. Como uma pessoa pode ser indiciada sem ter o direito de ser ouvida? Em nome disso, rogo a este Plenário que a gente faça a prorrogação desta CPMI.

A minha questão de ordem é: por quanto tempo o Regimento permite prorrogar esta CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Silvio Costa, estamos com uma prorrogação, que não é desta Comissão, mas do Congresso Nacional, de que V. Ex^a foi um dos subscritores, até o dia 22 do mês que vem. Qualquer prorrogação adiante terá de ser iniciativa também do Congresso Nacional, através das duas Casas, por um terço dos seus membros. A iniciativa de trazer qualquer outro depoente deve ser feita por requerimento, aí sim, aprovado por esta Comissão, até do dia 22.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esse fato que foi propalado pela imprensa, a soltura do Cachoeira,

tem repercussão nesta CPMI. Alguns dizem que passarinho canta na gaiola, mas quem o passarinho possa cantar fora da gaiola. É interessante essa posição do Deputado Silvio Costa. Ele fará o requerimento e, se a CPMI puder ouvir esse cidadão, quem sabe, ele tem muito a dizer, Sr. Presidente.

O fato de o relator apresentar o relatório hoje não significa que a CPMI tenha se encerrado hoje; pode haver relatório complementar. Isso é absolutamente possível.

Então, eu gostaria de apoiar esse requerimento do Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Silvio Costa vai fazer o requerimento para a nova oitiva do....

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Só uma explicação.

Muito obrigado, Senador Pedro Taques, pelo apoio relevante de V. Ex^a a essa tese.

Minha pergunta é, Sr. Presidente: se nós fizermos um requerimento agora, ele seria votado hoje ou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na próxima sessão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou alternar as questões de ordem com a concessão da palavra pela ordem, para facilitar para aqueles que estão inscritos.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra V. Ex^a, por três minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Presidente, primeiramente eu gostaria de dizer a V. Ex^a, como Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que os dados disponíveis, sob a tutela do Relator, não foram disponibilizados aos membros desta Comissão. Tanto é verdade que eu dirigi um ofício a V. Ex^a, como Presidente, no dia 7 de novembro, pedindo providências, com a máxima urgência, para o envio de cópias de relatórios, notas técnicas, pareceres com relação aos funcionários do Tribunal de Contas da União e da Polícia, que pudessem subsidiar também o nosso trabalho. V. Ex^a me respondeu no dia 8 de novembro, dizendo que o havia encaminhado ao Relator.

Como nada aconteceu, no dia 14, eu reiterei o pedido para que pudéssemos ter acesso aos documentos, os quais gostaríamos que, desde o início, estivessem sido colocados à disposição dos membros desta Comissão.

Como isso não aconteceu, ficamos sem as informações necessárias, e que deveriam ter sido colocadas

à disposição de todos os membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Então, quero registrar já a V. Ex^a que esse nosso pedido não foi atendido, dizendo que, aparentemente, há um monopólio de informações, e daqueles que sempre julgaram a mídia conservadora, a mídia golpista, de repente, há um grande acordo pelo qual, antes de sair o relatório para informar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, ele está à disposição da mídia golpista, segundo os seus Deputados, Parlamentares e membros do Governo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para esclarecer a V. Ex^a como tomamos as providências. Nós encaminhamos o requerimento a S. Ex^a o Relator.

Com a palavra o Sr. Relator, para responder a V. Ex^a.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a e os demais pares.

Eu vi o ofício do Deputado Rubens Bueno. Não foi possível, a tempo, responder a S. Ex^a, mas aproveito esta oportunidade para fazê-lo.

Todos os cruzamentos que a assessoria técnica fez, a pedido da relatoria, constam do nosso relatório. Como nós não queremos votar o relatório de maneira açodada, V. Ex^a terá oportunidade de, ao se debruçar sobre essas mais de cinco mil páginas, ver todos os cruzamentos que estão contidos no nosso relatório. Ainda mais, se V. Ex^a desejar cruzamentos outros que esta relatoria não tenha feito, nós podemos requisitar esses cruzamentos à nossa assessoria a tempo, no específico.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, já requisitamos. Vou verificar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Todos estão aqui.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Vou verificar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se V. Ex^a desejar algum outro, nós podemos fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Voltando para a lista de oradores inscritos para questões de ordem, o Deputado Miro Teixeira.

Com a palavra V. Ex^a, por três minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, uma questão que talvez poupe alguns debates.

V. Ex^a, seguramente, já estudou o que fazer na reunião de hoje. Pela rotina das Comissões de Inquérito, hoje é um dia de vistas. Nós temos aqui um volume. Isto aqui é um volume. Quem achar que isso aqui é o parecer do Relator, não é não, há mais dois. Isso é um volume. Percebi que a maioria aqui estava achando que já estava distribuído... Não, são três volumes desse.

Convenhamos que a minha impressão importa pouco, mas estou achando essa *pizza* maior que o forno, porque houve um desvio do curso dos debates aqui. Nós tivemos uma interrupção muito prolongada, não lançam a responsabilidade sobre o Relator. Não é uma questão contra o Relator, é contra a CPI, é a maneira como aqui se realizaram os trabalhos. De repente recebemos três volumes, e os Regimentos, tanto da Câmara quanto do Senado, falam de parecer ou de relatório da Comissão, não de Relator, tanto que, à primeira vista, não podemos fazer destaque para rejeição de trecho, questão de ordem já levantada na Câmara, mas que repito a V. Ex^a: não teríamos possibilidade de rever essa jurisprudência de não permitir destaque de trecho de parecer, por quê? Porque o parecer não é do Relator não, e ele só pode ser construído coletivamente pela Comissão se pudermos mexer numa parte ou em outra, senão vira a tramitação de um decreto-lei, que só podíamos aprovar ou rejeitar, e isso não me parece útil.

Eu insisto: a impressão que passará, e eu tenho essa impressão – e repito que a minha impressão só adianta mesmo para minha própria cabeça –, é que essa *pizza*, Presidente, é maior do que o forno. Não se convencerá o povo de jeito algum de que nós chegamos aqui a uma conclusão que nos movia no começo dos trabalhos nesta Comissão. As coisas não foram devidamente apuradas, e nós temos aqui um esforço enorme do Relator. Discordo das coisas que li, de muitas das coisas que li, mas convenhamos, é preciso até preparo físico para sair carregando esses três volumes aqui.

A primeira questão de ordem é sobre a possibilidade de destaque para adequar esse texto à visão da Comissão. Percebam a dificuldade. Percebam a dificuldade!

A segunda questão de ordem é se V. Ex^a pode antecipar, porque temos sessão da Câmara daqui a pouco, para votação, essa sessão da Câmara, de uma PEC, a PEC dos Defensores Públicos, se V. Ex^a pode antecipar qual será a posição da Presidência quanto ao prazo da vista que será concedida – seguramente será concedida uma vista coletiva –, qual o prazo e qual a previsão para a próxima reunião da Comissão.

Diante disso, retiro minha inscrição, para facilitar os trabalhos. Claro que, se houver necessidade de refutar alguma coisa, usarei a palavra como Líder.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero falar também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... Miro Teixeira, respostas a V. Ex^a, à questão de ordem.

Quanto à questão do destaque, como V. Ex^a colocou muito bem, há já jurisprudência na Câmara dos Deputados: o relatório não é uma proposição, então, não se admite destaque ao que não é uma proposição.

O art. 211 do Regimento do Senado Federal, que é o primeiro elemento a subsidiar esse raciocínio, é muito claro e V. Ex^a se antecipou a isso. Mas é comum, e já foi tratado aqui com diversos membros da CPI, os Partidos, através de suas Lideranças, apresentarem propostas de sugestões que serão encaminhadas ao Relator e este poderá recebê-las, acatá-las para modificar trechos e partes do seu relatório ou, por vez, sugerir o aval e o parecer do Plenário.

Então, é assim que nós vamos proceder, como em outras CPIs já se procedeu, porque o relatório, que, como diz V. Ex^a, tem três volumes, é um ato ou um documento da Comissão e precisa da participação de todos da Comissão. Então, nós vamos proceder desta forma: recebendo sugestões de modificações ao texto do Sr. Relator, não em forma específica de destaque, porque o Regimento não nos permite, mas em propostas ao Sr. Relator.

Com relação à vista de que V. Ex^a tratou, o art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal prevê exatamente que, após a leitura do parecer através do sumário executivo que o Relator vai fazer, nós teremos um prazo de cinco dias úteis. Por isso, já na terceira parte da questão de ordem que V. Ex^a está arguindo, nós estamos convocando esta Comissão para, quarta-feira que vem, quinto dia útil, às 10h15, início do processo de discussão e votação do presente relatório. Resolvida a questão.

Espero ter atendido a V. Ex^a, as indagações.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento: o caso é de pedido de vista coletivo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o caso de pedido coletivo. Exatamente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu quero me inscrever nesse pedido de vista coletivo. Também desejo estar no pedido de vista coletivo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está inscrito. É um pedido de vista coletivo. Inscrevo todos os senhores.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas ninguém falou ali.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas eu entendi como tal. Todos estão inscritos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – *Ex officio*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *Ex officio*.

Passo a palavra ao Sr. Relator e ao Sr. Vice-Presidente, que pediram pela ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, é apenas para corroborar o que V. Ex^a está afirmando. Eu compreendo, Deputado Miro Teixeira, que, é claro, o relatório não é do Relator. O relatório que nós queremos é da Comissão. É claro que a relatoria vai se submeter ao entendimento do nosso Plenário. Esse é o espírito do trabalho que nós queremos desenvolver. E o Presidente já deu a linha aqui do que nós vamos desenvolver.

Sobre o relatório eu vou falar no momento oportuno, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente Vital do Rêgo Filho, Sr. Relator Odair Cunha, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de falar sobre o procedimento. Nós temos até dia 22 de dezembro, portanto, mais 30 dias, para análise, debate e aprovação desse relatório. Assim, nós temos tempo. Não temos de achar que esse é um trabalho que foi entregue e, portanto, não será debatido, discutido e votado.

Certamente, em termos regimentais, todas as sugestões que vierem para enriquecer o relatório poderão ser acatadas numa complementação de voto pelo Relator como permite e autoriza o Regimento tanto da Câmara quanto do Senado.

Em segundo lugar, o pedido de vista o Presidente entendeu que é coletivo, porque eu também gostaria de fazer um pedido de vista e ler todo o relatório.

Em terceiro lugar, eu só queria acalmar o Deputado Miro Teixeira, porque não são três volumes; disseram-me que são cinco volumes.

Então, se isso puder acalmá-lo, V. Ex^a terá um pouco mais de tempo para fazer a leitura desses cinco volumes. Em quarto lugar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu não fico nervoso, não. Eu estou acostumado a ler volumes de processos. Porém, o que eu acho muito difícil é imaginar que um trabalho desse tamanho – desculpe-me interrompê-lo, mas é na fraternidade e no debate parlamentar...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Por favor, é sempre fraterno, e a sua pessoa também.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Imagine. É muito difícil imaginar que chegaremos a 4.800 páginas de estudo, não é folheá-las, mas estudá-las em cinco dias para um debate profundo. Por isso é que eu insisto: isso é uma *pizza* – não é o Relator quem a

está provocando – maior do que o forno. Isso aqui é a maneira de não se chegar a nada. E quem vai pagar por isso, Deputado Paulo Delgado, é o Congresso Nacional, é esta CPMI – Paulo Teixeira! É porque nós temos uma dupla, e isso tem me perturbado um pouco: Miro Teixeira e Paulo Teixeira. Eu acho que foi um ato falho freudiano em afastar um pouco o Paulo Teixeira, que vive em meu pensamento político.

Obrigado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Muito obrigado.

Faço aqui minha a sua homenagem ao ilustre Deputado Paulo Delgado, de grande lembrança a sua passagem nesta Casa. E se algo tem de freudiano é, digamos assim, o sentimento que me acalenta de paternidade que V. Ex^a exerce sobre os Deputados mais novos e de respeito.

Mas eu gostaria de fazer um debate e um diálogo com V. Ex^a.

Eu, praticamente, tomei conhecimento desse relatório agora. Eu reputo que isso se deve ao DNA mineiro do Relator, não é? Ele trabalhou com muita discrição e intensidade.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que, pelo resumo do relatório que tive contato, eu posso dizer que o meu sentimento é o de que o Relator trabalhou com rigor, com seriedade, com afinho, com profundidade. Mas dois sentimentos me movem ao saber do relatório: que o Relator teve coragem, porque ele não salvou peixe grande, peixe pequeno – entraram todos na sua rede; ele não os distinguiu –, e a imparcialidade. Eu quero trazer esse sentimento que tenho em relação ao Relator. Ninguém que foi aqui discutido e debatido está fora do seu relatório. E mais: teve coragem também de não colocar pessoas de quem nós não tivéssemos qualquer indício ou prova que pudessem trazê-los para dentro do relatório. Isto é, nós não estamos aqui colocando as nossas paixões políticas, mas nós estamos aqui julgando atitudes, atividades de pessoas.

Em terceiro lugar, quero debater um tema que está aparecendo aqui. Nós temos um fator determinado no pedido desta CPMI. Qual é o fato determinado? É o grupo do Sr. Carlos Cachoeira e de todos aqueles que se envolveram com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira.

Parece-me que o Relator, aqui, trouxe a investigação feita pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal de Goiás, que tão bem trabalharam. Em segundo lugar, eu aqui o folhee e vi, ele trouxe aqueles que se envolveram com organizações criminosas, sejam pessoas físicas, sejam pessoas jurídicas.

Em terceiro lugar, ele pede o prosseguimento das investigações em relação a envolvimento com terceiros. Ele investigou todos os envolvimento com o

Sr. Carlos Cachoeira. Mas ele pede a investigação daqueles que se envolveram com terceiros. Portanto, ele dialoga com sentimento daqueles que querem a continuidade da investigação *sine die*, ampliando seu foco.

Portanto, quero deixar aqui, Deputado Odair Cunha, o meu sentimento de que V. Ex^a trabalhou com seriedade, imparcialidade e coragem e que o debate político é que pode melhorar, aperfeiçoar uma obra, que é humana. Pode, sim, ter algum tipo de questão, mas é uma obra, em minha opinião, muito bem feita por V. Ex^a para a proposição do debate.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu tenho uma observação, diretamente, em cima do que o Deputado Paulo acaba de dizer...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero falar também, Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu não quero, de maneira alguma, com a minha colocação, criar qualquer dificuldade na condução dos trabalhos, mas estou extremamente preocupado com as formas como as coisas estão se dando. Acabo de ouvir, o Brasil inteiro – já devemos estar ao vivo pela Rede Câmara –, e o Deputado Paulo praticamente já faz uma reflexão ou uma análise do relatório. Ele mesmo acaba de comentar com o Deputado Cyro e com o Deputado Miro que são cinco.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Quem me deu essa informação foi o Dirceu.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É a informação que ele tinha. O problema é que ele faz uma análise do conteúdo. Ele faz uma análise do conteúdo do relatório, e imagino que quem ouviu deve pensar que o Deputado Paulo deve ter redigido.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pelo art. 14.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ora, essa imparcialidade que ele diz ao concluir fica evidente para o Brasil.

Deputado Paulo, nós o respeitamos profundamente, respeitamos o seu Partido. Agora, não respeitamos esse tipo de situação, que dá razão ao Deputado Miro, quando faz, aí sim, referência a uma grande *pizza* que não cabe no forno.

Eu dizia, quando aqui cheguei – estava me contendo – que eu não sabia se vinha para a reunião da CPMI para conhecer o relatório ou se eu ficava no meu gabinete acompanhando as redes sociais e lendo os jornais, onde já constava aquilo que nós íamos tomar conhecimento.

Agora, V. Ex^a vem e faz uma reflexão sobre o relatório, analisa, comenta o que foi dito e o que não foi dito no relatório que eu acabo de receber e fala que é imparcial. É engraçado que V. Ex^a, que, com maestria, liderou o PT tenha esses conhecimentos. Nós, do

PSDB e de outros partidos, seguramente vamos ter de ficar aguardando a oportunidade para conhecermos as acusações de forma dirigida que virão contra nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Domingos Sávio, o.k.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Essa situação é seriíssima, é gravíssima.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– O.k., Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu peço, portanto, que, diante disso, nós tenhamos muito prudência sobre como vamos conduzir diante ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Estou na coordenação dos trabalhos e peço a V. Ex^{as} ... Todas as vezes – é comum –, antes de iniciarmos os nossos trabalhos de forma efetiva, no núcleo central, eu costumeiramente ofereço espaço para os parlamentares usarem a palavra pela ordem ou para formularem questão de ordem. Isso é comum, e os senhores hão de convir que, no início das nossas atividades finais, isso não poderia ser diferente. Estamos aqui convocados para ouvirmos o sumário executivo, o parecer ou relatório do Sr. Deputado Odair Cunha, que desde ontem já estava à disposição de V. Ex^{as}. Desde ontem, segundo informação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Desde hoje. Desculpe-me, Deputado Bueno. Desde hoje, aos 27 minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Desde a madrugada de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desde hoje. Obrigado, Deputado Bueno. Desde hoje aos 27 minutos estava à disposição de V. Ex^a. Desculpe-me novamente, Deputado Rubens Bueno.

Então, o que questiono a V. Ex^a ... Eu tenho uma lista de oradores inscritos e quero respeitar. Aqui há questões de ordem importantes a serem tratadas....

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A minha é uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... antes de o Relator se pronunciar. E, se nós formos tergiversando com questionamentos a respeito do relatório, nós não vamos ouvir o núcleo central da convocação desta reunião, que é exposição do Sr. Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou ouvindo questões de ordem e pela ordem. V. Ex^a já está inscrito, Senador Alvaro Dias, para questão de ordem e vai ser chamado daqui a pouco.

Pela ordem, pelo art. 14, o Vice-Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Primeiro, dialogar com o Deputado que me antecedeu, no seguinte sentido: eu leio a imprensa. Eu assisti à televisão ontem à noite, eu li todos os jornais hoje de manhã, e esse relatório foi entregue ontem à noite. Eu o conheci agora, eu o folheei agora e vi, por exemplo, mapas, relações, etc. Mas também, na imprensa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Você tem curso de leitura dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, vamos... Por favor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Na imprensa, eu vi uma síntese que a imprensa fez. Assistindo à televisão ontem à noite, e hoje vi....

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu também vi ontem, antes da meia-noite, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor, vamos garantir a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Em segundo lugar, acho que nem eu conheço o relatório, mas, pelo que vi, e assim me pronunciei, também acho precipitada a fala de que este relatório pudesse ter a característica como foi dada anteriormente à fala de V. Ex^a. Então, eu quero colocar... Feita a ordem, como quer dizer... Eu só me inscrevi quando um dos parlamentares aqui mencionou que esse trabalho poderia caracterizar-se como algo que ninguém aqui deseja. Portanto, antes de ler, eu não posso também aceitar uma definição do trabalho que o desqualifique. Por isso, comportei-me dessa maneira.

Então, não li o relatório. Folheei o relatório hoje já, como todos aqui o fizeram e puderam ver por cima. Li a imprensa. Agora, eu também não posso... E reagi em defesa do trabalho e do Relator em relação a um adjetivo que foi dado ao relatório, de que discordo...

Está certo? Então, eu discordo desse adjetivo.

Portanto, já fiz o que chamo de demarcação a esse adjetivo que foi colocado aqui, que, na minha opinião, não cabe na boca de quem o fez, pela consistência, maturidade e seriedade.

Portanto, o importante é a gente ler o relatório, debatê-lo...

(Interrupção no som.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ...aprová-lo, mas fiz essa demarcação tendo em vista um adjetivo de que discordo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estou inscrito para uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Há vários inscritos para questão de ordem.

Com a palavra, pela ordem...

Há um inscrito para questão de ordem, outro inscrito pela ordem. Estamos concedendo de forma alternada.

O próximo inscrito para questão de ordem é o Senador Alvaro Dias. Estou inscrevendo agora o Senador Randolfe e já inscrevi anteriormente para uma questão de ordem o Senador Pedro Taques.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Bem, eu queria, antes de mais nada, cumprimentar os colegas, o Senador Vital do Rêgo, nosso Vice-Presidente Paulo e, especialmente, o Relator.

Eu pedi para fazer uso da palavra, porque entendo que este trabalho chegou a um estágio em que alguns até achavam que ele não chegaria: a apresentação do trabalho do Relator.

É óbvio que vem um trabalho denso, que traz, pelo volume apresentado, certamente, elementos que vão nos dar muito trabalho, e a fase que estamos vivendo do trabalho, como foi colocado aqui, é conhecida: pedido de vista coletiva. E temos 30 dias para cada um, estudando, vendo o material, que é conhecido, poder ajudar. O conteúdo dele é conhecido, foi debatido aqui, foi colocado aqui. Certamente, há um posicionamento. Agora, certamente, o relatório apresentado hoje vai decepcionar alguns, de um lado e de outro, porque estamos numa condição aqui, em que todos são, numa pessoa só, delegado de polícia, promotor público e juiz. Cada um tem essas três prerrogativas. Obviamente, encontrar consenso para lidar com isso é muito difícil. Eu queria parabenizar o Deputado Odair, pelo que pude ver e conhecer mesmo superficialmente. Vejo que ele teve a preocupação de respeitar este Plenário, em seu relatório. Este é um Plenário complexo mesmo. Esta CPMI atravessou uma eleição, embates difíceis, enfrentamentos políticos, mas há muita gente aqui interessada em apurar, em desmontar essa organização criminosa e punir os envolvidos. Muitos que estão aqui, comparecendo e trabalhando intensamente, estão com esse propósito, que é um propósito republicano.

Acho que, a partir de hoje, já que hoje é o dia do pedido de vista – o Relator fez uma parte do trabalho – cabe a quem discordar ou a quem achar que falta algo apresentar propostas, modificar, melhorar, alterar o trabalho do Relator. Isso cabe ao Plenário agora. Saiu do Relator e está sendo compartilhado,

segundo consta, em cinco volumes – só tenho três – para que cada um de nós, agora, do Plenário, tenha a responsabilidade de excluir pessoas, de incluir, de pedir mais ou pedir menos.

A partir deste momento, Sr. Relator, vai se dar mais transparência ao trabalho da CPMI. Se alguns se apegavam em dizer que o Relator faria uma *pizza*, acho que este trabalho, segundo as informações que tenho, não pode ser considerado como *pizza*.

Se há discordância – para concluir, Sr. Presidente –, é bom que a opinião pública entenda a partir de hoje, a imprensa principalmente, que, agora, as modificações propostas aqui serão feitas ao vivo. Pede-se a palavra ou faz-se um documento encaminhado pedindo modificações. Isso dará mais transparência ao trabalho da CPMI. E vamos ter mais claramente a ideia de quem quer aprofundar a investigação, punir os culpados e de quem quer excluir eventuais culpados. Até porque o trabalho da CPMI é de fazer uma parte daquilo que só pode ser concluído com o Judiciário, com o Ministério Público, com o aprofundamento de investigações, como certamente requer o relatório.

Então, parabenizo o trabalho feito. Acho, sinceramente, que temos agora uma condição de, em 30 dias, fazermos um trabalho mais apurado, em que o Plenário passa a ter uma importância maior do que o próprio Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, os inscritos para uma questão de ordem. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem diz respeito à ordenação dos trabalhos, como consequência da questão de ordem suscitada pelo Deputado Silvio Costa. O Deputado pede a prorrogação regimental dos trabalhos da CPMI, tese esposada por muitos de nós, desde o primeiro momento desse debate e agora fortalecida com o *habeas corpus* concedido ao Sr. Carlinhos Cachoeira. Portanto, tem procedência a solicitação do Deputado Silvio Costa, que, parece-me, precede à leitura do relatório.

Sr. Presidente, entendo que deveria haver a suspensão da leitura do relatório até que deliberássemos sobre a questão de ordem proposta por Silvio Costa. Não há sentido ler o relatório porque fica a impressão de que já há cartas marcadas, de que não haverá a prorrogação solicitada, e que devemos já ler o relatório, pedir vista, e, na próxima semana, deliberar sobre ele. Creio que temos que estabelecer prioridades. A prioridade agora é discutir ou deliberar sobre a questão de ordem do Deputado Silvio Costa. É fundamental.

O que se vê é que esse relatório, que não conheço, mas já ouvir dizer a respeito dele, vai enfatizar aquilo que foi investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Aquilo que cabia a esta CPML investigar não consta desse relatório. Além do eixo Goiás-Tocantins, a Delta foi poupada.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aí está o maior escândalo de corrupção a ser desvendado: o desvio do dinheiro público que, a nosso ver, implicou uma transferência para pagamento de propina de mais de R\$421 milhões, não dos valores anunciados no relatório do competente Deputado Odair.

Portanto, Sr. Presidente, nós não podemos usar uma CPI apenas para transferir responsabilidade ao Ministério Público Federal. É confortável dizer: “Vamos pedir ao Ministério Público Federal que investigue aquilo que nós não investigamos! Vamos pedir ao Ministério Público Federal que tire debaixo do tapete a sujeira que lá nós colocamos!”. Isso não valoriza a instituição parlamentar.

Por isso, nós estamos reafirmando a defesa da tese de prorrogação desta CPI. Nós podemos salvá-la se nós a prorrogarmos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...preferencialmente por 180 dias, como prevê o Regimento. Aí teremos tempo de quebrar os sigilos das empresas-fantasmas ligadas à Delta e de vasculhar o desvio do dinheiro público, que foi monumental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A resposta à questão de ordem de V. Ex^a já foi feita ao Sr. Deputado Silvio Costa, mas reitero que a prorrogação é um preceito constitucional, previsto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal.

Com a palavra, o Deputado Glauber Braga.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, por favor... V. Ex^a é muito competente, mas a resposta que V. Ex^a me deu não serve para o Senador Alvaro. Não serve, não, por mais competente que seja! Sabe por quê? O Senador Alvaro pediu para que V. Ex^a colocasse como prioritária a questão do adiamento antes de ler.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o Deputado Glauber Braga.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas quero acrescentar que o Sr. Carlos Cachoeira já foi reconvocado. Nós já aprovamos um requerimento. É só marcar uma reunião para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Parlamentares membros desta CPI, o que nós estamos vendo aqui, sob os nossos olhos, não é apenas, Deputado Miro Teixeira, uma grande *pizza* que não cabe sequer no forno, mas é, na verdade, um cadáver insepulto, um corpo que, na sala, de todo jeito, precisa ser enterrado.

Desde a origem desta CPI, com o acompanhamento atento da imprensa e da sociedade brasileira – hoje, estão disponíveis as redes sociais –, manifestei uma preocupação em relação a uma instituição que transcende a nossa existência, que transcende o nosso tempo, que é o Congresso Nacional, e, mais uma vez, por uma disputa política menor, reduzida, mesquinha – desculpem-me a força da expressão –, atinge-se a imagem de uma instituição basilar na democracia, que é este Congresso. Aqui, não há ingênuos, são todos homens e mulheres experientes, que sabem a origem e o nascedouro desta CPI.

Tentou-se, num primeiro instante, sem logro, desviar a atenção para o julgamento do mensalão. Tentou-se, da mesma forma, inibir setores da imprensa livre deste País. Novamente, buscou-se, aqui, atingir a figura pessoal do Procurador-Geral da República e vitimar jornalistas, e nada disso foi possível, porque a nossa sociedade é madura, a nossa democracia está consolidada. E restou, portanto, nesses volumes, sejam eles três ou cinco, não importa, a mera reprodução daquilo que já havia sido investigado pela Polícia Federal. Pelo que tomamos conhecimento pela imprensa, cumpre-se o objetivo político de atingir determinadas figuras, determinadas pessoas. E aí faremos, tempestiva e oportunamente, uma discussão se cabe indiciamento desta ou daquela autoridade por uma CPI é uma outra etapa de discussão.

Mas o fato é que o destino tem seus caprichos. E, caprichosamente, no dia em que, antes mesmo do conhecimento dos membros desta CPI, com a competência da nossa imprensa, era antecipado, no Jornal Nacional, o relatório, na mesma edição do Jornal da Globo, por exemplo, noticiava-se os principais pontos deste relatório, mas, ao mesmo tempo, a soltura do Sr. Carlos Cachoeira.

Um capricho, Senador Pedro Simon, do destino. Uma ironia que nos traz um fato novo que nos impõe, portanto, uma mudança de postura, de comportamento e de atuação nesta CPML.

Tenho, Deputado Odair, profundo respeito por V. Ex^a, e falo de forma absolutamente sincera, até porque

faço política e sei quando se é destacado para cumprir missão política. E o senhor fez com responsabilidade e fez com zelo, nos limites das suas possibilidades como relator. Porém não podemos simplesmente pegar esse corpo insepulto, esse cadáver que começa a ficar fétido, e simplesmente enterrá-lo para por fim a este trabalho que não chegou a lugar nenhum, a não ser nas tentativas de macular, de manchar, de atingir reputações no campo da política e evitar investigações mais profundas naquilo que era o nosso dever de investigar.

Portanto, fica o apelo na reiteração daquilo que já foi dito por aqueles que me antecederam, sobretudo o Líder do meu Partido, o Senador Alvaro Dias, para que possamos fixar, Presidente, a data do retorno do Sr. Carlos Cachoeira a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Certamente, Sr. Senador.

Com a palavra o Senador Pedro Taques, para a questão de ordem de V. Ex^a.

Oradores inscritos para uma questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero expressar à direção da CPI, à Mesa Diretora da CPI, meus profundos respeitos. Agora, Sr. Presidente, esta CPI está se transformando numa balela, com todo respeito aos três que comandam a CPI. Ontem, toda a imprensa já divulgava o relatório. Ontem, o Jornal Nacional propalou, e é um direito constitucional da imprensa fazê-lo, o Jornal da Globo, quem seria indiciado, quem seria... A quem V. Ex^a determinou a remessa de investigação, e nós parlamentares, pelo menos eu, tive acesso ao relatório, via Internet, à meia noite e trinta e poucos minutos. Essa madrugada. Mas nós todos temos muito que fazer de madrugada, nós precisamos dormir, e não li o relatório. E aqui – e eu quero expressar ao Deputado Paulo Teixeira o meu respeito –, o Deputado vem e diz que já formou a convicção sobre o relatório.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não falei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não falou convicção. Não, mas o senhor expressou, a respeito do relatório, um juízo de valor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sobre a seriedade do Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sobre a seriedade do Relator. Não do relatório?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não do relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Ex^a não leu o relatório?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não li o relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não leu. Mas o senhor me permita...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu digo... Sr. Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Garanta a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está garantida a palavra de V. Ex^a. Está garantida a palavra de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem. Então, que o Vice-Presidente não me interrompa quando eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está garantida a palavra de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem. Expressou que já leu o relatório. E eu quero também...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não expressei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, Não, desculpe. Eu retiro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Retire.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não leu o relatório. Mas formou juízo de valor sobre o relatório.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sobre o Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, sobre o relatório. V. Ex^a disse quem seria indicado... Disse isso. Eu quero continuar a falar, Sr. Presidente.

Muito bem. A imprensa divulga que o Procurador-Geral da República, o Policarpo, serão indiciados, ao Conselho Nacional do MP será remetido, que a Delta não será investigada... Eu quero saber o que nós vamos discutir neste relatório, neste relatório. Ninguém tem tempo de ler este relatório de madrugada. Mas aqui já existem parlamentares que tiveram acesso ao relatório. Eu não tive acesso ao relatório. Não tive acesso ao relatório.

Muito bem. Esta CPI está, sim, esta é a minha opinião, se transformando numa grande *pizza*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que descontasse o meu tempo porque eu quero continuar a falar regimentalmente, no meu tempo. Numa *pizza*. Porque nós não investigamos o que deveríamos investigar. Este relatório, ao que consta na imprensa, porque ninguém leu este relatório, a não ser aqueles mais chegados devem ter lido o relatório, eu não li o relatório. Não li o relatório. É um instrumento de perseguição político-partidária. E nós estamos – e aqui quero me valer das palavras do Senador Cássio – com mesquinha: PT *versus* PSDB. PT *versus* PSDB, senhores!

Senador Vital, V. Ex^a é um homem de bem, Presidente desta Comissão. Nós não podemos encerrar esta CPI com a leitura desse relatório. Nós temos um caso, que foi a soltura do Cachoeira. Este fato inviabiliza a leitura desse relatório nesta manhã. Inviabiliza. A não ser que nós queiramos jogar esse lixo para debaixo do tapete. E eu estou dizendo “lixo” porque é a minha convicção. Não li, mas, pelo que saiu na imprensa, nós estamos iguais, aqui, a traídos. Alguns mais chegados já leram o relatório; já formaram sua convicção sobre o relatório; e outros, mais longínquos, não leram sua convicção sobre o relatório porque não leram o relatório.

Então, esta CPI – e quero dizer com respeito aos Parlamentares que estão aqui presentes – está se transformando, ou se transformou, numa farsa – já encerro, Sr. Presidente –, porque nada foi investigado. Nós só pegamos o que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal fizeram e jogamos aqui neste relatório. E, agora, vamos jogar o abacaxi para o Ministério Público Federal no que interessa, mas o bode vai ficar fedendo dentro da sala.

Eu quero, encerrando, concordar com o Senador Alvaro, com o Senador Cássio, com o Deputado Silvío. Nós precisamos, sim, ouvir o Cachoeira, porque ele tem muito a falar. E uma CPI tem o dever de ouvir esse cidadão.

Nós temos prazo até dia 22. Se nós não prorrogamos a CPI por 180 dias, prorrogamos até o dia 22, Sr. Presidente, o art. 58, § 3º, da Constituição foi atendido, sim. Se ele foi atendido, sim, nós não podemos ler esse relatório antes de ouvirmos esse cidadão, porque existe um fato novo. Isso está no Código de Processo Penal, que se aplica subsidiariamente à Lei nº 1.579. Está lá escrito. É um fato novo, e nós vamos jogar o lixo para debaixo do tapete.

Eu gostaria, nesta questão de ordem, de levantar também uma dúvida a respeito do Regimento, se V. Ex^a, em pedido alternativo à questão de ordem, com fundamento no art. 403 do Senado... Onde está escrito – eu não consegui encontrar – que o Relator pode ler o sumário executivo? Há um artigo do Regimento? Eu não me recordo. Se existe isso, eu gostaria de saber o porquê, onde está escrito, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou responder a V. Ex^a.

Pela ordem, voltando à leitura dos oradores, Deputado Glauber Braga.

Três minutos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, vou ser bastante rápido, objetivo aqui nas minhas palavras.

Ouvi alguns dos oradores que me antecederam e não posso, de maneira alguma, primeiro, criticar qualquer Parlamentar que tenha uma avaliação considerada positiva sobre o relatório, até porque essa avaliação ainda não foi feita, mas, do mesmo jeito, eu não posso aceitar como válida uma manifestação já considerada negativa de quem assume a responsabilidade e diz claramente que tempo ainda não teve de lê-lo. Então, não consigo entender esse tipo de colocação como sendo válida.

O que nós podemos aqui reafirmar – e aqui eu reafirmo – é a convicção na competência e na forma como o trabalho foi conduzido pelo Relator, a análise das páginas que estão aqui colocadas, a investigação que foi realizada. O trabalho que foi feito, coletando informações para que o trabalho pudesse estar sendo disponibilizado, foi, sim, um trabalho sério, realizado pelo Relator e pelos demais Parlamentares que contribuíram como esta Comissão; ou seja, cada Parlamentar que teve a oportunidade de fazer a sua intervenção, cada Parlamentar que teve aqui a oportunidade de ver aprovado um requerimento seu, eu não tenho dúvida de que, quando fez isso, contribuiu para que esse relatório pudesse estar sendo, no dia de hoje, apresentado.

Então como o relatório apresentado, não cabe a mim, como Parlamentar – e eu tenho a certeza de que não cabe a nenhum Parlamentar – fazer uma avaliação de mérito positiva ou negativa sobre o relatório. Mas podemos, sim, mais uma vez, reafirmar e fazer uma avaliação de mérito positiva sobre a forma e a conduta que foram adotadas pelo Relator.

Durante vários momentos nesta CPMI, tive oportunidade de perguntar se o plano de trabalho que foi discutido e votado no primeiro dia da reunião estava sendo cumprido, e obtive de vários Parlamentares e do próprio relator da Presidência e da Vice-Presidência um aceno positivo nesse sentido: “Olha, a gente está aqui tendo a oportunidade de dar cumprimento àquilo que foi o plano de trabalho traçado no primeiro dia da CPMI.”

A avaliação negativa que porventura algum parlamentar tem em relação ao relatório pode ser feita, inclusive, com as discussões que serão realizadas daqui por diante e com o voto de cada Parlamentar. Eu só queria fazer uma observação e uma reflexão.

Os Parlamentares que já porventura se adiantam a fazer uma crítica do relatório enfraquecem o seu argumento, porque, se eles fazem uma crítica sobre aquilo que ainda não tiveram oportunidade de conhecer e de ler, no final das contas, já estão demonstrando em relação ao Relator e ao trabalho que foi realizado por esta CPMI uma posição preconcebida de quem ainda não teve oportunidade de fazer uma avaliação de mé-

rito concluída e aprofundada a partir das leituras que têm de ser realizadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Glauber Braga. Antes de dar a palavra ao Senador Randolfe, esclareço que o art. 13 do Regimento Comum fala em apresentação do parecer. O parecer pode ser apresentado – lidas as 5.300 páginas – da forma como o Relator se propõe: apresentado o parecer. Apresentado! Então, a apresentação do parecer, como propõe o Relator, é através de um sumário executivo.

Com a palavra o senhor...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita? É na minha questão de ordem? O art. 13, com fundamento no art. 13? Apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Apresentação.

O Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, minha questão de ordem é fundamentada no art. 131 do Regimento Comum, art. 403, subsidiariamente do Regimento Interno do Senado sobre questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Repita-me, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Art. 131 do Regimento Comum e 403 do Senado, sobre questão de ordem. E sobre questão de ordem, eu quero, Sr. Presidente, retornar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A fundamentação que V. Ex^a faz é o artigo sobre questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O fundamento, a base para a questão de ordem que estou apresentando. É qualquer questão ou dúvida. Eu vou apresentar a questão ou dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então o faça com toda a liberdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Veja, Sr. Presidente, parte dessa questão de ordem é insistindo no que foi dito pelo Senador Pedro Taques. Eu quero dividir essa questão de ordem em duas partes. A primeira parte sobre a apresentação do relatório, e eu quero arguir aqui o art. 108, do Regimento Interno do Senado, que diz o seguinte:

Art. 108. As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros.

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de dois úteis aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo.

Meia-noite de ontem, meia-noite e vinte e sete minutos de ontem – perdão – meia-noite e vinte e sete minutos de hoje não são dois dias úteis. Então, em primeiro lugar, Sr. Presidente, não se sustenta a leitura desses cinco calhamaços de papéis, que eu ainda não quero entrar no mérito porque eu não tive acesso, a não ser pelas informações que foram veiculadas ontem à noite pelo Jornal Nacional. Fora isso, eu não tive acesso ao conteúdo daqui. Eu só sei que do conteúdo daqui, me parece há uma enorme vacância. Não constará, porque não tem como constar, a quebra de sigilo das 15 empresas que receberam recursos da empreiteira Delta. Não tem como constar, porque esta CPMI se recusou a quebrar o sigilo dessas 15 empresas. Então, isso não constará, esse conteúdo não estará presente.

Em primeiro lugar, arguindo o art. 108, Sr. Presidente, não cabe essa leitura hoje. Está patente, claro, no art. 108, do Regimento Interno do Senado.

Dialogando com a questão de ordem formulada pelo Senador Pedro Taques, não há sustentação regimental da leitura na íntegra. E eu vou citar a V. Ex^a dois dispositivos regimentais em relação a isto, não ter sustentação regimental da leitura de sumário executivo.

O art. 115 do Regimento Interno do Senado, que subsidiariamente assessora esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como V. Ex^a sabe, diz:

Art. 115. Das reuniões das comissões lavar-se-ão atas em folhas avulsas rubricadas pelo Presidente.

.....
§ 2º Das atas constarão:

IV – as conclusões dos pareceres lidos; [...] Os pareceres têm de ser lidos. Não é o sumário que tem de ser lido, mas os pareceres, os cinco volumes.

Mais adiante, o art. 130 do Regimento Interno insiste na questão, quando diz:

Art. 130. As matérias que, em cada reunião, devam ser objeto de estudo, constarão de pauta previamente organizada [...].

E o art. 132 diz:

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.

Reitero, Sr. Presidente, o que diz o art. 132 do Regimento Interno do Senado: “lido o relatório”. Então, os cinco volumes.

A questão de ordem, Sr. Presidente, se divide em dois aspectos. Primeiro aspecto: não ocorreram as 48 horas, o tempo prévio previsto no Regimento Interno do

Senado para que o conjunto dos membros desta CPMI tenham conhecimento e firmar o seu juízo de valor.

Até considero um juízo de valor em parte o que fiz e repito: não constará aqui a quebra de sigilo das 15 empresas que receberam recursos da Delta, o que seria fundamental e indispensável. Mas esse parecer não foi distribuído dentro das 48 horas e, se for feita a leitura, que não caberá hoje, essa leitura deverá ser do conjunto do relatório e não, de partes.

Sr. Presidente, o bom senso, para concluir, impõe a esta CPMI a necessidade de sua prorrogação. O bom senso, os fatos e o Regimento impõem a esta CPMI a necessidade de sua prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, só para o conhecimento de V. Ex^a, a pauta, que é a leitura do sumário executivo na forma do art. 13 – já respondendo a V. Ex^a, como fiz com o Senador Pedro Taques –, foi remetida, na forma da apresentação, no dia 19 de novembro de 2012. A pauta é a apresentação do relatório. É uma questão de interpretação desta Presidência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas interpretação é divergente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas é a interpretação desta Presidência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, é sobre esse tema. É o Regimento Comum, Sr. Presidente. Está aqui, no art. 33.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Deputado, V. Ex^a recorre à questão de ordem já decidida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, eu não estou recorrendo. Quero dar uma informação à Mesa.

O art. 33 do Regimento Comum, portanto acima do Regimento do Senado no caso desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, diz:

Art. 33. Os avulsos das matérias constantes da Ordem do Dia serão distribuídos aos Congressistas com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Portanto, não cabe leitura do relatório no dia de hoje. Está aqui no Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Deputado César Halum, a palavra está com V. Ex^a, pela ordem.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Sr. Presidente, nobre colegas, não quero ser repetitivo, porque acho que o assunto sobre a apresentação ou não do relatório já foi extremamente debatido, mas quero tirar apenas duas pequenas conclusões.

Nós perdemos a oportunidade de votar uma centena de requerimentos que solicitavam novas convocações para concluir as investigações, e prorrogamos esta CPMI até o dia 22 de dezembro. Hoje, concluímos que ficamos na metade do caminho; nós vamos analisar um relatório final sem concluir as investigações.

Não pertenço ao PSDB nem ao PT.

Meu Partido é o PSD, e, portanto, estou longe dessa briga política de querer prejudicar fulano ou beltrano. Mas o que dá a entender é que essa CPMI tinha um endereço certo e, para evitar isso, para que o Congresso não fique desmoralizado nesta CPMI é que acho extremamente importante a gente aprovar o requerimento do Deputado Silvio Costa que pede a prorrogação desta CPMI, para que a gente possa ouvir não só o Cachoeira, mas outros para os quais foram apresentados requerimentos e que acabam sendo beneficiados, porque, se não vieram aqui para fazer seu depoimento, não fazem parte do relatório e estão beneficiados, e havia sobre eles suspeitas bem fundamentadas de envolvimento. Não vindo aqui, estão livres, é um benefício.

Para evitar tudo isso, coloco meu posicionamento pela prorrogação. Entendo que a CPMI terminar dia 22 de dezembro ou 22 de maio ou de junho do ano que vem não faz nenhuma diferença. Era melhor fazer bem feito e evitar comer uma *pizza* fria.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente! Presidente! Uma questão de ordem, porque quero recorrer ao Plenário. Espere aí, Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, tenho uma ordem aqui. V. Ex^a já usou a questão de ordem. Vou ouvi-lo, mas antes quero respeitar aqueles que estão inscritos. Então, passo a palavra agora ao Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, vou abrir mão de usar a palavra neste momento. Visto o tamanho do relatório e não tendo lido previamente o parecer, não me cabe, neste momento, fazer nenhum juízo de valor.

Eu vi aqui alguns que não leram falarem bem do relatório e outros que também não leram dizerem que o relatório se prestava a perseguições políticas e outras coisas. Como é possível...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Fui eu que disse isso, Sr. Presidente, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A palavra está com o Deputado Leonardo Picciani. Devolvo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu não citei o Senador e eu peço que me garanta a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está garantida a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Então, Presidente, creio que não é possível fazer nenhum tipo de juízo de valor, nem positivo, nem negativo. Agora é hora de ler esse parecer e compreender o estrato daquilo que foi o trabalho da CPI nos últimos meses. Então, abro mão da palavra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu apenas vou ceder o art. 14 quando a pessoa for citada nominalmente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Existe a citação implícita, Sr. Presidente, oculta, sujeito oculto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olhe, essa citação é antirregimental.

Passo...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Não há uma citação implícita, e eu não fiz nenhuma citação pejorativa a quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Senador Pedro Taques é profundo conhecedor...

Quero passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Carlos Sampaio, e agradeço as considerações que fez a meu respeito nesta manhã.

Deputado Carlos Sampaio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por escrito. Assinada.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peça que V. Ex^a requeira por escrito...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Em verdade, todos aqui que me antecederam foram, num movimento, percebo eu, uníssono, categóricos ao afirmar que esse relatório tem, em seu bojo, um certo direcionamento das investigações, o que é muito ruim para a CPI como um todo, muito ruim para nós Parlamentares que participamos de outras CPIs, onde, aliás, existiam sub-relatorias, existia uma divisão de trabalho, o que não ocorreu nesta CPI.

Portanto, na linha do que foi dito pelo Deputado Picciani, eu me reservo agora o direito de entender esse relatório para não fazer qualquer crítica antecipada, mas faço esse registro. Começou mal esta CPI e entendo que está terminando pior ainda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo a palavra, agora, ao ilustre Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Senadores, eu, da mesma forma e a exemplo dos outros Parlamentares aqui, tomei ciência nesta madrugada e, acometido, como todos aqui, pela exaustão e com o volume do trabalho muito bem inserto pelo Relator, Deputado Odair Cunha, e pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo, não tive oportunidade de ler integralmente todas as questões, fatos e indícios apontados aqui. Mas, de tudo, não é desprezado esse trabalho.

O que nós não podemos admitir é que, na data de hoje, iniciemos um processo de aprovação desse relatório. Isso é por demais desrespeitoso com o próprio Congresso Nacional, com a própria Comissão Parlamentar de Inquérito. Para que CPMI se o processo legislativo é tomado de uma forma não relativamente normal aos olhos de quem quer que tenha acesso ao conteúdo dessa investigação?

Li atentamente aqui, até para não cometer nenhum equívoco, ontem já tinha lido, até o sumário, com anexos, com folhas. Sr. Relator, coloco o encaminhamento de que, no sumário, haja as remissões das páginas, até para facilitar o trabalho nosso de acesso ao documento, porque eu procurei aqui a parte do procurador da representação ao Conselho Nacional do Ministério Público, relativa ao Procurador Roberto Gurgel, e tive dificuldade de encontrar, dentro desse quinto volume, toda a fundamentação. Comecei a ler, não tive ainda a conclusão dessa leitura, mas temos que ter cautela para não desqualificar uma instituição como a Procuradoria Geral da República. Esse é o cuidado. Não se pode aqui tratar a instituição que participou dessa investigação, a Polícia Federal, que participou dessa investigação, como se fosse criminoso. Temos que ter essa cautela. Criminoso é quem ficou fora desse sistema. Temos que investigar o sistema que ficou de fora, as 15 empresas que não tiveram quebrado o sigilo.

Eu sempre reafirmei que o maior problema que nós teríamos não seria no cárcere do Sr. Carlinhos Cachoeira, e, sim, fora dele. Até agora, esse sistema sequer foi tangenciado por nós, sequer foram aqui aprofundadas essas investigações, que são o financiamento da corrupção política, o financiamento espúrio e criminoso de determinadas campanhas políticas por dinheiro público desviado em relações espúrias de algumas empresas com o Poder Público. Isso é que não pode ficar impune. Isso é que nós não vamos admitir.

Chegamos ao final desse trabalho até onde nos foi permitido. Foram 7 meses de trabalho. Em 7 meses, é óbvio, senhores, quem vai admitir que nós vamos concluir tudo? Então, foi feito o possível. Mas vamos ler o relatório para depois tomarmos uma posição.

E quero parabenizar o Relator Odair Cunha, que eu sei que, por demais, se esforçou nessa difícil empreitada.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu tenho inscritos. Vou passar para o ilustre Senador Pedro Simon, que, inclusive, veio até a Mesa para confirmar sua inscrição. Conheço o caráter de V. Ex^a, a gentileza, a urbanidade que permitirá que o ilustre Senador Pedro Simon faça uso da palavra.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho participado de praticamente todas as reuniões, embora não seja membro titular nem suplente. Da tribuna do Senado, tenho chamado a atenção: esta é uma CPI, o Deputado Miro vai confirmar, em que, pela primeira vez, nós conseguimos ver uma empreiteira, uma corruptora sendo apontada para ser debatida. Esta Casa nunca conseguiu isso, Presidente; nunca conseguiu isso. Inclusive, na CPI dos Anões do Orçamento, onde se apurou toda a corrupção praticada pelo Sr. PC Farias.

Na hora de criar a CPI para investigar os parlamentares, cassamos; vários deputados foram cassados pela CPI. Mas, quando quisemos refazer a CPI para ver as empreiteiras, o Governo não deixou que a criássemos, e a CPI não saiu. Agora, não; agora, os fatos estão provados; estão mais do que provados, e nós, sinceramente, não abrimos as portas e não fazemos a investigação das empresas, não fazemos o levantamento daquilo que é o que há de mais sério, pela primeira vez, olhando para os corruptores, é algo que não dá para entender – é algo que, sinceramente, não dá para entender! Ela fica pela metade, e fica a interpretação que a sociedade tem dado: foi uma disputa entre partidos. Um tira de lá, outro tira de cá. Então, alguns pagam o pato, mas, na verdade, nada acontece.

Então, é um dia doloroso, até pela coincidência, neste dia, neste momento em que estamos querendo votar, o Sr. Cachoeira ser posto em liberdade. Parece até que eles estavam esperando e, quando viram, à meia-noite e quinze, que o relatório não tinha praticamente nada, soltaram o Sr. Cachoeira. E nós ficamos na posição em que nos encontramos.

Sinceramente, eu digo que vai ser... E eu, que estou aqui há mais de trinta anos, nunca vi um fato como este. Já vi muita coisa; já vi nós não termos coragem de apurar; já vi CPI que, quando chegava a hora da empreiteira, quando chegava a hora do corruptor, a gente não tinha coragem de fazer – isso eu vi. Agora, que nem esta, onde os fatos já existem, já são conhecidos, já estão provados, a gente fazer um esforço para deixar na gaveta para eles não aparecerem, sincera-

mente, é a primeira vez que vai acontecer. É algo pelo que nós vamos pagar um preço muito caro. E ainda a coincidência: o julgamento do mensalão, que coloca nos céus o prestígio do Supremo, e essa nossa decisão aqui. Vai ficar muito triste para o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu vou passar a palavra agora para os dois últimos inscritos, o Deputado Dr. Rosinha e depois ao Deputado Silvio Costa, e passo ao encaminhamento seguinte.

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, neste relatório do Deputado Odair Cunha – e tenho que ser bastante sincero – eu dei apenas uma folheada, passando um olhar por cima, até porque foi entregue hoje e seria impossível analisá-lo completamente, com uma leitura completa para poder fazer uma manifestação.

Mas, primeiro, quero parabenizar o Deputado Odair Cunha pelo trabalho. Por mais que se queira questionar o conteúdo do relatório, só poderemos fazê-lo depois de lê-lo por completo. Afora isso, numa rápida folheada, nós podemos dizer que o relatório é bastante completo, que não poupa nenhum daqueles cuja necessidade de investigação os documentos demonstravam, e, como a CPI tem o seu prazo já praticamente definido, todas as investigações continuarão, nenhuma delas ficará na gaveta, como disse o Senador Pedro Simon. Pode até ficar na gaveta de algum órgão que tenha a obrigação de fazer a investigação, mas na deste Congresso, não.

No relatório, faz-se a análise de todos os documentos, encaminha-os todos com propostas sobre cada uma das pessoas citadas aqui, homem, mulher ou empresa, e faz recomendação ao órgão competente para investigar, até porque esta Casa não tem a capacidade de investigar tudo. Se fôssemos fazê-lo, nós ficaríamos sobre ela... Não temos capacidade por conta do tempo. Temos capacidade legal, mas, pelo tempo e pela característica de disputas políticas...

Eu entendo que o relatório feito pelo Deputado Odair Cunha é bastante completo e não é algo para ficar nas gavetas guardado. Só se, de repente, o Procurador-Geral da República, o Dr. Gurgel, quiser ficar sentado em cima, como já ficou em outras ocasiões, como se demonstrou, ficando por mais dois anos em cima da Monte Carlo, prevaricando. E isso está muito claro! Mas o Deputado Odair Cunha, inclusive, teve o cuidado de recomendar ao órgão específico do Ministério Público que faça a análise com profundidade desse período em que ficou lá engavetado.

Então, acho que o relatório é bastante completo, pelo que pude olhar rapidamente. É um relatório que este Plenário vai ter de ler, acrescentar se necessário e

se entender que exagerou, retirar. Será cada um fazendo a sua proposta, mas é bastante completo o relatório.

Parabéns, Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Rosinha.

O próximo inscrito é o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PDT – PE) – Sr. Presidente, veja bem. Nós temos, sinceramente, de votar hoje, neste momento – por isso vou recorrer ao Plenário da adesão de V. Ex^a – se a gente vai adiar ou não, porque não tem sentido o Relator começar a ler o relatório, e a gente não saber se vai adiar ou não. Como ele vai ler o relatório, se Cachoeira poderá vir aqui na próxima semana e dar uma informação que não consta no relatório? Então, não tem sentido ler esse relatório hoje.

Evidentemente todo mundo aqui vai pedir vista; o prazo de vista é um prazo de 5 dias úteis.

Então, eu queria ponderar com V. Ex^a, já existem vários requerimentos pedindo para adiar a CPMI, que nós discutíssemos, antes da leitura do relatório, o adiamento ou não. O Plenário é soberano. Se o Plenário decidir que não vai adiar, tudo bem. Agora, vamos colocar em votação, Sr. Presidente, porque, sinceramente, qual é a lógica de mandar ler o relatório se a maioria está querendo o adiamento da CPMI?

A minha questão de ordem é a seguinte, Sr. Presidente... O treinador já chegou, mas eu quero dizer o seguinte: o Plenário é soberano, quem manda no Regimento é o Plenário. Eu não quero saber o que está escrito; eu quero já, de bate-pronto, recorrer da decisão de V. Ex^a; ou seja, V. Ex^a terá de consultar o Plenário, que é soberano, para saber se vai adiar ou não. Se V. Ex^a não fizer isso, sinceramente – e vieram me entregar cinco pacotes desses – não os quero nem ver. E ninguém vai ler isso aqui.

A minha pergunta é: V. Ex^a vai acatar a voz do Plenário ou não?

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Respondendo ao Deputado ilustre Silvio Costa, o art. 132 diz o seguinte: “É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional”.

Essa decisão já foi dada pelo Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo.

O SR. SILVIO COSTA (PDT – PE) – Que artigo é esse? É o Regimento do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É do Regimento Comum.

Então, eu passo a palavra...

O SR. SILVIO COSTA (PDT – PE) – Comum? É irrecorrível a decisão da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É.

Eu passo a palavra ao ilustre Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o que nós estamos vendo hoje é a crônica de uma tragédia anunciada. E é uma tragédia anunciada – e Senadores e Deputados com mais mandatos vão se lembrar – porque o que se viu foi subverter a ordem, o que se viu foi o Partido dos Trabalhadores, o Partido do Governo, demandar uma CPMI.

O que, ao longo de toda a história do Congresso Nacional, sempre foi um instrumento de minorias, no momento em que surgiu como uma ideia do Partido do poder apontava para algo que culminaria nisto aqui hoje. Acho que ouvir o Senador Cássio Cunha Lima – por coincidência os três próximos – o Senador Pedro Taves e a experiência do Senador Pedro Simon é o resumo que quem nos assiste hoje de fora compila do que se ouviu aqui ao longo desses meses.

Este material aqui, Senador Pedro Simon, nada mais é do que desperdício de dinheiro público, de tempo, de horas, de dias e de meses do Congresso Nacional para algo que não cumpriu o seu objetivo. Mais ainda: se havia um objetivo político no período em que todos nós acompanhamos, tragicamente ou qualquer que seja a leitura, ontem, o Sr. Carlos Cachoeira foi posto em liberdade, e os réus do mensalão estão indo para a prisão. Esta CPI vai ser uma CPI que vai marcar o Congresso Nacional e fortalecer o conceito, perante toda a opinião pública, de quando se quer construir... Isso é mais do que uma *pizza*, isso é uma pizzeria. Isso é uma pizzeria.

Aqui, apresentado hoje... E cada um... Não vamos ser infantis: cada um já tem seguramente um juízo de valor, que vai aprofundar com mais detalhamento ao longo do material apresentado, mas, com as notícias trazidas à imprensa, se procura e se vê claramente o objetivo político desse relatório.

Portanto, eu espero que nós possamos, ainda a tempo, salvar a reputação da instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para que não se confirme o que se aponta e, pelo que se ouviu das falas de experientes Senadores no dia de hoje, que nós podemos sepultar o que restava de conceito e de esperança do trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Bruno Araújo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Art. 40.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já está inscrito, vou passar para o próximo orador, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Senadores, aqueles que acompanham esta reunião, quero retomar aqui, Sr. Presidente, uma discussão que reputo da maior relevância. No dia 21 de agosto... Lamento não estar aqui o Presidente desta CPI, Senador Vital do Rêgo. Vou ler textualmente as palavras do Senador Vital do Rêgo:

[...] não antes dizendo que tomam a liberdade, e falando em nome de V. Ex^{as} e em nome do Vice-Presidente e do Relator, para dizer ao Ministério Público [presente aqui estava a Dr^a Lea] que esta CPMI franqueará toda documentação que tem em seu poder na transferência efetiva e na guarda desses documentos para a efetiva persecução penal [...].

Ou seja, a CPI se comprometeu, em 28 de agosto, Srs. Deputados e Srs. Senadores, em transferir ao Ministério Público Federal os sigilos que estavam disponibilizados por esta CPI, os estudos e as análises que fazíamos até aquele momento. Hoje é dia 21 e até hoje isso não aconteceu. Isso demonstra com clareza – desculpe, Sr. Presidente – do momento a desfaçatez com que foi conduzida a CPMI em relação a assunto tão importante.

Segundo: o Sr. Relator, que distribuiu para alguns órgãos de imprensa, antes das 8h da noite, seu relatório, mas não se dignou a respeitar os Parlamentares e a nos distribuir, relata aqui, na parte dois do seu relatório, uma pérola. Qual é a pérola? O grande debate que foi feito aqui entre aqueles que queriam investigar e aqueles que queriam assar uma *pizza* era que havia 15 empresas oriundas da quebra do sigilo fiscal e bancário da Delta nacional – lembremos que a Delta São Paulo e a Delta Rio de Janeiro não foram quebradas, só lembrar esse pequeno detalhe. O que aconteceu? Nós disputamos aqui a prorrogação da CPI por mais 180 dias para quebrar apenas 15 empresas que nos revelariam aonde foram R\$360 milhões. Coincidentemente, períodos eleitorais foram fartamente ligados a esse conjunto de laranjas.

(Soa a campanha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O que acontece, Sr. Presidente? O Sr. Relator, que negou essa quebra, que atuou para que essas quebras não acontecessem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... e eu concluirei, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... escreve o seguinte, não só lista as 15 que nós lutamos aqui minoritariamente para quebrar o sigilo, mas lista mais 10, ou 12, ou 14 empresas, de um total de quase 30, e diz o seguinte: “Por conseguinte, recomendamos ao Ministério Público a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico para todas as pessoas jurídicas aqui mencionadas, bem como”...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx, V. Ex^a já ultrapassou e muito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor já me calou o suficiente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Eu não vou calar V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... “que figurem em seus quadros societários com a finalidade de investigar as suspeitas levantadas”.

Sr. Presidente, isso aqui demonstra de maneira clara e cabal, repito, clara e cabal, que o que se fez aqui foi proteger, esconder e, o que é mais triste de tudo, porque aprendi a respeitar o Deputado Odair Cunha – o Deputado Odair Cunha provavelmente está cumprindo uma missão que lhe foi dada e eu o desculpo por isso, porque aprendi a respeitá-lo, sei que tinha bons propósitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a está concluído. V. Ex^a excedeu...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas V. Ex^a cumpre uma missão. A missão de coniventemente esconder relações terríveis, que V. Ex^a não permitiu que nós investigássemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a está concluído.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Questão de ordem, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de V. Ex^a, eu quero só um minutinho...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a V. Ex^a. O Relator tem a palavra a toda hora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou me segurando aqui, porque vou falar ao final, vou ler o relatório, quero fazer uma exposição inicial sobre o relatório. Agora, o que o Deputado Onyx Lorenzoni fala é exatamente o meu reconhecimento de que a tese de V. Ex^a tem razão de ser.

Quanto à tese que V. Ex^a e outros aqui colocaram, realmente, nós identificamos, não são 30, nós identificamos 115 empresas, aliás, 116 empresas – aí não há seleção de Estados, relações aqui e acolá ou suspeitas apontadas ou direcionadas, nós verificamos

117, vou somar: são 117 empresas suspeitas, inclusive a Delta, então, 116 empresas – com as quais a Delta se relacionou e que, de alguma forma, têm um nível de suspeição, qual seja: capital da empresa baixo, ou não tem funcionários, ou o volume de transferência de recursos das empresa Delta para essas empresas são números sempre redondos. Ora, são suspeitas.

Nós estamos, exatamente pela responsabilidade que temos, porque quando V. Ex^a fala aqui do prazo regimental da CPI, o prazo é uma decisão coletiva... Mais de 257 congressistas assinaram e apontaram um prazo. Não foi o Relator. O prazo que eu tenho... Eu trabalhei com esse prazo.

Em razão disso, eu aponto ao Ministério Público, aos órgãos de investigação permanente onde há suspeitas. E as suspeitas não são só sobre 15 ou 17 empresas, mas sobre 116. É isso. Essa é a responsabilidade que me faz, Deputado Onyx, incluir nessa parte do relatório essas ponderações.

Queria deixar isso claro para V. Ex^a e para os demais pares.

Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, tenho dúvida quanto à fala do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, V. Ex^a... Eu tenho inscritos.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O Relator precisa ler para que o Plenário possa fazer algum juízo. Por que tanto medo na leitura desse bendito sumário? Se nós não queremos *pizza* aqui, vamos ler o relatório. Isso não impede nem encerra a CPMI hoje.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, estão todos falando e V. Ex^a me impediu de falar. Com todo o respeito, é por partido? Um fala outro fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu estava conversando com o Relator e não concedi a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Ex^a não concedeu a palavra... Usou a palavra o meu amigo Jorge Viana e V. Ex^a não cortou a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques, eu vou passar, pela ordem, pelo Regimento, eu não costumo me intimidar, eu vou passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, que é quem estava inscrito pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, estou preocupado com descumprimento do Regimento. V. Ex^a há de lembrar que, na última reunião desta Comissão, nós deliberamos pelo adiamento da pauta que estava na Ordem do Dia. O art. 40 do Regimento Interno possibilita o adiamento. Esta foi a decisão da Comissão: adiar, para deliberação posterior, a pauta posta na última reunião desta Comissão. E nós

ignoramos esse fato, nós ignoramos essa pauta, nós não deliberamos sobre ela e, portanto, estamos descumprindo o Regimento, certamente oferecendo expediente a advogados dos marginais, que poderão se valer de equívocos regimentais desta Comissão para declarar a nulidade desse imenso relatório preparado pelo Deputado Odair Cunha.

Por isso, Sr. Presidente, tudo recomenda a suspensão da leitura desse relatório, até porque, como já se proclamou aqui insistentemente, temos de ouvir o Sr. Carlinhos Cachoeira. Não vamos ouvir quem deu nome a esta Comissão?! Certamente, agora, liberto da Papuda, ele poderá dizer algo que não disse quando esteve aqui pela primeira vez, até porque prometeu que voltaria aqui e diria. Certamente, não dirá tudo, mas temos o dever de ouvi-lo, de tentar arrancar dele informações preciosas, para que o Relator possa completar esse relatório.

Eu ouço aqui que Odair Cunha preparou um relatório completo. Ele não é mágico, ele não é milagreiro, ele não pode apresentar um relatório completo sem ouvir o Carlinhos Cachoeira e sem investigar 116 empresas que ele próprio listou, transferindo a responsabilidade para o Ministério Público. A missão de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não é transferir responsabilidade, não é abdicar de responsabilidade, é assumir a sua responsabilidade e produzir provas, para contribuir com a investigação judiciária, com os procedimentos posteriores que são adotados a partir da Procuradoria Geral da República.

Portanto, Sr. Presidente, para salvar esta CPI, em nome da dignidade do Congresso Nacional, devemos suspender a leitura desse relatório, prorrogar esta CPI e continuar os seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero responder à questão de ordem do ilustre Senador Alvaro Dias.

Houve uma decisão do Congresso Nacional, já dita pelo ilustre Relator, que se deu em torno da extensão, da prorrogação do prazo até 22 de dezembro, para leitura do relatório. Portanto, a reunião de hoje tem como objeto a leitura do relatório, nos termos regimentais. Assim, essa questão foi decidida pelo Congresso Nacional, a partir da coleta de assinaturas no número regimental. Portanto, nós estamos procedendo com todo o formalismo necessário.

Em segundo lugar, o conteúdo do relatório... Aqui, quero dizer que, quando o Relator foi atacado inicialmente, eu fiz questão de defendê-lo e seu trabalho rigoroso. E não li o relatório, não participei da sua elaboração. Eu não o li, eu apenas o folheei hoje, e o Dirceu me disse que não eram três volumes, mas

cinco. Nós só temos quatro volumes aqui. Eu só tenho quatro volumes.

Eu só quero dizer que fiz a defesa. Por quê? Eu só vou poder falar do relatório depois de lê-lo. Eu só posso dizer isso, em defesa do Relator.

Portanto, eu defiro agora... Nós vamos iniciar a leitura do relatório.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Relator, para fazer a leitura do relatório.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente, antes de o Relator iniciar a leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já está em processo a leitura do relatório pelo Sr. Relator. Todos os senhores inscritos falaram.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, foi lembrado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas podemos falar a qualquer momento!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Todos os inscritos já usaram da palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, há um artigo que diz, textualmente, que, só após 24 horas da apresentação...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Art. 33 do Regimento Interno.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O art. 33 do Regimento Interno é claro, Sr. Presidente. Ele é absolutamente claro. Isso não foi respondido por V. Ex^a. É absolutamente claro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Líder fala em qualquer momento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, no Regimento, ele diz que a antecedência é da pauta. A pauta foi...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...a pauta foi distribuída no dia 19 de novembro.

E passo a palavra ao ilustre...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O Regimento Comum, no seu art. 33...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero fazer uma ponderação aos nobres pares. É claro que um relatório deste tamanho...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente e Relator...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas o Líder tem que falar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A assessoria está induzindo o Presidente ao erro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero dizer uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Odair, espera aí, deixe-me conduzir, deixe-me conduzir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma proposta...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

Deputado Onyx. Deputado Onyx. Deputado Onyx. Deputado Onyx, eu só peço a paciência de V. Ex^a para dizer o seguinte...

Só um minutinho, Odair. Eu que estou na condução. Só um minuto.

Deputado Onyx, eu concedi a palavra a todos os ilustres Srs. Parlamentares. Todos os Srs. Parlamentares usaram a palavra. Ela não foi...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, como Líder, não, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como Líder, não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem e questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu concedi a palavra para todos, e a V. Ex^a inclusive. A V. Ex^a eu concedi 3 minutos, e utilizou 5 minutos. Então, não houve cerceamento do uso da palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor não tem o direito de cercear palavra minha, Sr. Presidente. De jeito nenhum.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, me permita ler o art. 33, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E agora eu vou passar a palavra ao ilustre Relator Odair Cunha.

(Tumulto no recinto.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – V. Ex^a está infringindo... V. Ex^a está infringindo o Regimento Comum do Congresso Nacional. A assessoria está sendo extremamente infeliz, porque o Regimento Comum, no art. 33, é claro ao estabelecer que o avulso das matérias... Não fala em pauta. Fala em avulso da

matéria. Presidente, aqui está textual. A assessoria me surpreende.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu peço que nós possamos ouvir o Sr. Relator. Eu estou analisando as questões...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas se V. Ex^a determina o início da leitura... Mas já está... Então, por favor, que tenham essa ponderação para não fazer o que o Senador Alvaro disse, de comprometer todo o trabalho e levá-lo à nulidade por infração do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Deputado Domingos Sávio, eu vou passar a palavra ao Sr. Relator. Eu vou passar a palavra ao Sr. Relator...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Só um minutinho. Só um minutinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alvaro, deixe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu vou passar ao Relator não para ele ler. Ele quer fazer uma consideração sobre o tema. Então,...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E depois V. Ex^a vai nos dar o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu vou inscrever na hora em que este Presidente entender por bem fazê-lo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Dois segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Eu vou passar ao Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...no Regimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Onyx, deixe-me só falar.

Presidente, eu queria ponderar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro. Eu quero ponderar com V. Ex^a... Pondero... É claro que... Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é claro que um relatório deste tamanho eu não tenho a presunção ou eu não iria imaginar que nós vamos votá-lo sem haver entre nós divergências. O que eu quero ponderar aqui com os demais membros... Nós... Eu gostaria que nós... Vejamos: nós podemos fazer, então, um acordo aqui, de nós lermos o relatório amanhã. Eu proporia isso, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, espera aí. Eu estou propondo. V. Ex^a pode discordar. E mais o seguinte: em relação a...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Desculpe, aí não há acordo. Em relação ao Regimento, não há acordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vamos ouvi-lo. Eu vou decidir, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero ponderar, pelo menos. Não existe possibilidade de nós discutirmos e votarmos este relatório sem o mínimo de entendimento prático entre nós. O que eu proponho, Presidente? Que nós façamos a leitura, então, amanhã, para que todos tenham acesso. Eu tenho a noção exata de que o relatório da CPMI não é o relatório do relator. É claro que eu entendo que tenho que submeter a V. Ex^{as} esse conjunto de informações. Aqui está apenas e simplesmente a minha opinião sobre os fatos vistos. Então, nós precisamos, minimamente, estabelecer aqui entre nós um roteiro de encaminhamento. Eu gostaria que nós lêssemos esta semana. Aí é um ponto de entendimento. Se V. Ex^{as} entenderem por bem que eu faça a leitura do sumário amanhã e que comecemos a contar o prazo a partir de amanhã, não há problema. Eu poderia encaminhar nesse sentido.

Quero dizer mais, Presidente. Do ponto de vista de encaminhamento, Deputado Miro Teixeira, o Regimento fala que você rejeita ou aprova o relatório. Eu quero dizer o seguinte: aquilo com que eu, como Relator, não concordo de retirada do relatório, eu me comprometo com V. Ex^{as} a submeter a V. Ex^{as} a minha opinião. Sendo vencido, eu vou acatar a decisão do Plenário, porque entendo que o relatório é do conjunto das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares, pelo menos da maioria. Então, não há da nossa parte nenhuma tentativa de atropelar o debate.

Eu queria deixar isso claro a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu quero agora, antes de passar a palavra ao Deputado Onyx, resolver a questão de ordem do Senador Alvaro Dias.

O Senador Alvaro Dias requer que o relatório seja entregue conforme o art. 33...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Só um minutinho. Eu atendo todos que formularem. Então, Deputado Rubens e Senador Pedro.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– É certo, mas o problema é o seguinte: nós estamos presidindo em relação a uma decisão que foi dada por outro Presidente. Então, eu vou agora dar a deci-

são, tendo em vista as questões de ordem que foram trazidas aqui.

Portanto, para atender ao art. 33, que requer uma antecedência de 24 horas na entrega do relatório, eu estou convocando uma reunião extraordinária para amanhã para leitura do relatório. Eu acato a questão de ordem, convocando uma reunião, amanhã, para leitura do relatório.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É impossível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quanto a isso, fui orientado aqui regimentalmente para fazer. Uma reunião extraordinária.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, para colaborar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A reunião extraordinária pode ser...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Haverá posse no Supremo, solenidade na Procuradoria da República. Vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Deputado Miro!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Acho que o Relator avançou, Presidente. Está-se tentando apenas ajudar com o diálogo, com o debate. Ele avançou, porque disse que está disposto a se relacionar com a Comissão para ouvir propostas, para mexer no parecer. Mas, espera lá! Então, vamos tentar avançar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, só uma coisa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que eu acho é que, amanhã, é dia de posse no Supremo Tribunal Federal à tarde; pela manhã, solenidade na douta Procuradoria da República, que aqui está atingida. Eu quero estar lá na Procuradoria da República e acho que outros também. Marque-se isso para segunda-feira. Qual é o problema?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, só um minutinho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu quero colaborar com V. Ex^a. Presidente, há uma pendência ainda não resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, eu estou encaminhando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aguardo, aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a me aguarda?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É que há um recurso ao plenário da questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa já foi decidida, já foi resolvida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não foi submetida ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já comuniquei, por duas vezes, que já resolvi a questão.

O SR. PEDRO TQUES (PDT – MT) – Mas tem que comunicar ao colegiado da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu comuniquei ao Colegiado.

O SR. PEDRO TQUES (PDT – MT) – Mas V. Ex^a não pode decidir sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu comuniquei, li o artigo. É o art. 132.

O SR. PEDRO TQUES (PDT – MT) – V. Ex^a tem que expor isso ao Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Foi ao Colegiado!

O SR. PEDRO TQUES (PDT – MT) – Mas nós temos que votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não tem votação. É irrecorrível.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Isso já foi discutido em outras ocasiões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Art. 132 do Regimento Comum: “É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional”. Essa é a questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

Segundo, a questão de ordem do Senador Alvaro Dias – e aí vou nas preliminares do Deputado Miro Teixeira. O Deputado Odair Cunha disse que depois que ler esse seu resumo, que ele vai apanhar, esse...
(*Intervenção do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, ele vai ler o relatório amanhã. Depois de lê-lo, ele vai dialogar com todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, para o aperfeiçoamento do seu relatório. Foi isso que o Deputado Odair Cunha disse, solicitando que pudesse ler amanhã.

Eu, então, para garantir o máximo do formalismo necessário, para que não tenhamos qualquer tipo de nulidades, convoco extraordinariamente uma reunião desta douta CPI para amanhã, de manhã, para que nós...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pondere sobre essa data...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esclareço que 10h15min é o horário fixado pelo Presidente efetivo para a leitura do relatório, esgotadas todas as questões de ordens. Eu vou convocar, esgotadas todas as questões de ordem, porque entendo que, nesta reunião, conseguimos atravessar o tema regimen-

tal com maturidade, inclusive acatando a questão de ordem final. Assim, convoco reunião extraordinária...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu gostaria de ponderar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não concluí, Deputado Domingos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu quero até parabenizá-lo pela iniciativa de acolher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou procurando ser resumido, preciso, não extrapolar das minhas funções.

Portanto, convoco uma reunião para amanhã, às 10h15min, para leitura do relatório.

Passo a palavra, como Líder, pelo tempo regimental que peço seja fixado aqui, ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Antes do Líder, permita-me apenas um comentário. Primeiro, inclusive, para parabenizá-lo por ter acolhido a ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Sávio, passo a V. Ex^a antes...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Muito obrigado, de forma muito breve.

Primeiro, cumprimentá-lo. Acho que foi de extrema felicidade o art. 33 que mencionei, assim como outros colegas. É absolutamente claro, e essa atitude sensata e correta de V. Ex^a assegura que não tenhamos a invalidação. É bom que isso fique bem claro, para que ninguém tenha a ideia equivocada de que se está simplesmente querendo postergar algo.

Por outro lado, a ponderação que faço a V. Ex^a é a seguinte: hoje, já foi inclusive questionada essa situação de ler sumário ou de ler apenas uma pequena síntese quando se fala em apresentar ou ler o relatório. Estamos diante de um relatório de cinco volumes enormes, que fatalmente não há como ser lido em uma reunião desta Casa, por mais que ela durasse 24 horas.

A ponderação que faço a V. Ex^a é de que, dados todos esses aspectos e a necessidade de uma análise, pelo menos de uma forma rápida, façamos uma análise mais tranquila – que isso se faça por parte de todos –, para que não tenhamos uma reunião tumultuada amanhã, novamente.

Não vejo razão para que V. Ex^a não possa estabelecer essa leitura no início da semana que vem. Assim, teremos um prazo mínimo para que todos os Parlamentares de debrucem um pouco mais sobre essa matéria. É natural que possamos ter, sim, pedido de vista. Mas são só 5 dias. Há prazo dentro do que já foi prorrogado.

Então, a ponderação que faço é de que V. Ex^a reveja essa decisão e analise isso com o Relator, no sentido de que essa leitura possa dar-se no início da semana, na segunda ou terça-feira.

E o parabenizo mais uma vez por ter acolhido a ponderação que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, só para dizer a V. Ex^a que ele fará apenas a leitura. O pedido de vista coletivo permitirá a leitura e o debate que faremos ao longo de inúmeras reuniões de debate do relatório. Portanto, há um pedido de vista, e esse pedido de vista coletivo vai permitir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É a vista deferida *ex officio* pelo Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra como Líder, porque quero trazer aqui... E é muito bom que o Sr. Relator esteja presente neste momento, porque mandei fazer uma tabela, um levantamento feito pela nossa competente assessoria, que revela que apenas visualizando-se a empresa Delta e o seu sigilo bancário, nós temos um valor de R\$550 milhões.

Sr. Presidente, eu pediria só para que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço a atenção. Há um orador que ocupa a tribuna neste momento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu vou usar este tempo, Sr. Presidente, para chamar a atenção de que o sigilo quebrado da empresa Delta revelou, no Estado do Ceará, no Estado do Rio de Janeiro, no DF, em Goiás, em São Paulo, um volume que chega a R\$500 milhões – é mais: é R\$550 milhões. Com os dados que estão disponíveis aqui, sabe quanto nós da CPI investigamos desse dinheiro que, supostamente, está em empresas-laranjas, fantasmas, identificadas pelo COAF, que não têm nenhuma atividade ligada a engenharia civil? Nós investigamos apenas a Miranda & Silva, a Brava, a Alberto & Pantoja, a Adécio & Rafael, a WCR, a GM e a Terra Pneus, todas essas empresas situadas no Centro-Oeste. Sabe quanto é que nós apuramos de desvio de recurso público que foi para essas fantasmas? Cento e nove milhões!

A CPI se negou a investigar R\$450 milhões que estão, por exemplo, na empresa Instale, que tem sede no Ceará, nas empresas do Rio de Janeiro – MB, Mamute. Nós fomos atrás dessa Mamute. Essa Mamute não tem sede, não tem operação. Só que ela recebeu R\$33 milhões. E a CPI sabe disso desde julho desse ano.

Passou agosto, passou setembro, passou outubro, estamos em novembro, e o Sr. Relator, no relatório que li aqui há pouco, pede que o Ministério Público quebre o sigilo dessas empresas. E por que a CPI não quebrou? Nós quebramos o sigilo e essa quebra se realiza e se efetiva em uma ou duas semanas. O Ministério Público pode levar, para conseguir a quebra do sigilo de uma empresa, um mês, dois ou três.

Portanto, isso revela – e eu quero aqui afirmar, com responsabilidade, que esta *pizza* aqui é “imelhorrável”. Pode fazer o *mise-en-scène* que quiser. Ah! Vamos dialogar com os membros da oposição, Para quê? Para botar *aliche* na *pizza*? Para trocar o *aliche* por calabresa? Ou seja, não tem como melhorar o que, lamentavelmente...

Isto aqui – até a forma se assemelha –, isto aqui é um féretro, se assemelha a um caixão, onde se enterrou a dignidade das CPIs.

Lembro que, após a CPI dos Correios – eu estava lá, o Deputado Carlos Sampaio e outros parlamentares que aqui estão também estavam lá –, o sonho do Presidente Lula era desmoralizar as CPIs. E olha que trabalhou duro no segundo mandato para fazer isso. Triste e lamentavelmente, o Presidente Lula mandou organizar esta CPI, para disfarçar, na época do mensalão, para acertar o Governador do Estado de Goiás, para tentar acertar a *Veja*, e agora, tristemente, quer acertar o Procurador-Geral da República porque ele está ajudando a botar na cadeia quem desviou dinheiro público.

Isto aqui é uma pouca vergonha! É “imelhorrável”. E por isso é que hoje à tarde um grupo de parlamentares independentes, Sr. Presidente, vai ao Procurador-Geral da República. O que está sendo ofendido por este relatório, para entregar um documento, uma apresentação, onde nós vamos mostrar o caminho das pedras. Nós vamos mostrar, Presidente, onde estão o R\$450 milhões que a CPI se negou a investigar, por ordem do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – (*Fazendo soar a campainha.*) O tempo de V. Ex^a está concluído.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Palácio do Planalto pode muito, mas há um grupo de parlamentares que não vai se calar, não vai se render e não vai se curvar aos interesses do Governo Federal e do Partido dos Trabalhadores. Nós vamos em busca de investigar esses R\$450 milhões de dinheiro público, que não foram para postos de saúde, não foram para as escolas e que foram para os bolsos dos espertalhões, que rondam o Governo Federal e o Governo de vários Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a está concluído.

O próximo orador é o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, quando V. Ex^a citava o formalismo adequado à leitura do relatório, e V. Ex^a não tem culpa, eu já havia levantado ao Presidente Vital do Rêgo a questão do art. 33 do Regimento Comum, insistentemente colocado pelo Deputado Sávio, pelos Senadores e outros que participaram desse embate. E tomou-se a decisão, não de um entendimento, mas de atendimento ao que manda a lei.

E o Regimento Interno é uma lei para todos nós. E aí essa leitura programada para o dia de amanhã.

Outro detalhe importante, Sr. Presidente, é com relação ao art. 131, quando V. Ex^a falou a respeito dos três minutos na questão de ordem dada ao Deputado Onyx Lorenzoni. O art. 131 não fala em 3 minutos para questão de ordem, fala em cinco minutos. Portanto, não houve nada mais do que o cumprimento também do Regimento Interno, no seu artigo 131.

Ademais, Sr. Presidente, quando estamos vindo aqui a proposta apresentada e ela deixa de fora o principal – e é fato, está aqui provado – a presença do Sr. Luiz Antonio Pagot, sentado a seu lado aqui, nesta mesa, numa reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, dizendo que recebeu o tesoureiro do PT, da campanha da então candidata Dilma Rousseff. Todo mundo aqui, especialmente os que deveriam falar no seu relatório, de ouvidos moucos, meio que “não é comigo”. É com todos nós. Com todos nós. Ele disse que recebeu o tesoureiro do PT, da então candidata Dilma Rousseff, que foi pedir o apontamento de empresas contratantes do Governo Federal para arregimentar fundos para a campanha da então candidata Dilma Rousseff.

Ora, Sr. Presidente, nada disso perdura com a palavra de um homem da importância de um diretor-superintendente, presidente do DNIT, que é exatamente a maior contratante da Delta nesse período.

E chama a atenção, Sr. Presidente, mais de 70% dos recursos do DNIT em 2010, liberados pelo DNIT, foram pagos para a Delta. Em 2010, em plena campanha eleitoral! Então, é preciso chamar a atenção da sociedade brasileira para aquilo que não está escrito. Aqui parece que o relatório apontado é um relatório meio parecido com cartas marcadas, jogo viciado. Por quê? Porque não está escrito aqueles que fazem parte do jogo viciado. E não consta desse jogo viciado e marcado, com cartas marcadas, o Sr. Sérgio Cabral, o Sr. Siqueira Campos, o Sr. Agnelo Queiroz! E por que isso? Exatamente para proteger os seus em de-

trimento daqueles que eram apontados no início desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era exatamente para atingir a oposição e desviar a atenção do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal. E ao cabo, vemos agora jornalistas. O jornalista Policarpo, da *Veja*; o jornalista Renato, do *Correio Braziliense* sendo apontados de forma intimidatória, para intimidar o direito à livre expressão, para intimidar a imprensa brasileira.

E vem, de outro lado, fazer aqui um apontamento com relação ao Procurador-Geral da República, na página 4.652 desse relatório que acabei de ler. O Procurador-Geral da República, exatamente pelo seu papel importante em defesa da lei, em defesa da sociedade, levou a julgamento os mensaleiros. E o Supremo Tribunal Federal os julgou, os condenou.

Por isso, agora, o Sr. Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República, recebe a sanha daqueles que querem perseguir, intimidar o Procurador-Geral da República. É inconcebível que nós aqui façamos esse papel! Um papel inaceitável para os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Inaceitável para a sociedade brasileira! Cumprir isso é cumprir com o nosso dever. E a Comissão Parlamentar de Inquérito não cumpriu com seu dever. Dever que, muito mais do que encaminhar no relatório para o Ministério Público investigar as 15 empresas apontadas pelo Deputado Onyx Lorenzoni, nós estamos dizendo o seguinte: nós estamos abrindo mão e mandando para o Ministério Público, que depende de autorização judicial para quebrar o sigilo, quando aqui não precisava. E esta CPMI está há mais de três meses sem tomar uma atitude, sem tomar uma decisão, sem uma ação qualquer que mostre claramente o seu desejo. Por isso, estamos aqui trabalhando para que isso efetivamente aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, quero apenas lamentar a leitura desse relatório amanhã, uma quinta-feira. Sem fazer adivinhação, mas posso dizer que existe a possibilidade de não haver quórum. E lamentar também – e já fiz uma leitura desse relatório, mas não uma leitura dinâmica que alguns já fizeram – que sobre as 15 pessoas jurídicas mais importantes nada em relação a elas foi feito.

A situação, Sr. Presidente, como se diz no Estado de Mato Grosso, está de vaca não conhecer bezerro. Imagine, nós vamos investigar o Procurador-Geral da República no Conselho Nacional do MP e vamos investigar jornalistas, mas quem interessa não será investigado. A CPI se transforma num instrumento de vingança política.

O Procurador-Geral da República exerce uma atribuição constitucional. Ele não é culpado de, naquele momento em que era Procurador-Geral, indicado pelo partido que V. Ex^a faz parte, chegando o processo em suas mãos, oferecer as alegações finais no caso do Mensalão.

O que está a parecer, quero crer que não seja verdadeiro, é que aqui temos um instrumento de retaliação em relação ao Procurador-Geral da República. Seria o caso daqueles corajosos representarem o Procurador-Geral da República por crime de responsabilidade, então.

Se o Procurador-Geral da República, como se encontra no relatório, em tese, tiver cometido algum ilícito penal, da mesma forma ele pode ter cometido crime de responsabilidade. E a Lei nº 1.079, de 1950, afirma que qualquer cidadão pode fazê-lo, na Câmara e aqui no Senado da República. O ideal, portanto, seria que os corajosos, os valentes assim o fizessem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito é o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, tenho observado no debate de hoje alguns fatos interessantes. O primeiro deles é uma tentativa de impedir a leitura do texto do Relator, a apresentação do relatório. Aí eu pergunto: com que objetivo essa tentativa?

O segundo, sem ler o relatório, sem nenhum conhecimento, começarem a dizer, fazer eco ou cantar em voz alta dizendo que o relatório da CPMI vai terminar em *pizza*, isso sem sequer ter o mínimo conhecimento sobre o relatório.

Terceira questão, dizendo que o Relator cumpriu as suas atribuições constitucionais, portanto não deveria ser citado no relatório, quando todos nós sabemos que o Dr. Gurgel prevaricou, não encaminhou o que tinha que encaminhar sobre a questão Monte Carlo. Não é retaliação nenhuma. E, sim, falta de compromisso constitucional. Agiu e cometeu ilegalidades. E deve ser investigado, sim.

A outra questão é que se prima aqui, nos vários discursos, por falar contra o Partido dos Trabalhadores e contra o Lula, ignorando, por exemplo, que antes da investigação dessa organização criminosa, um Senador democrata, Demóstenes Torres, foi cassado, o que demonstra um envolvimento dos democratas nesse processo.

Então, tenta-se de qualquer maneira caracterizar como uma questão política, quando não foi uma questão política. A CPMI foi convocada para investigar uma organização criminosa, e essa organização criminosa chegou ao Governo e ao Governador do Estado de Goiás, o Sr. Marconi Perillo, do PSDB. Mas não foi

sequer citado nas gravações o Governador Sérgio Cabral. E foi citado, não como envolvido no crime, mas sim por não permitir o seu envolvimento e evitar a organização criminosa, o Governador Agnelo Queiroz, que veio aqui e defendeu e provou que todas as vezes a organização criminosa estava tentando incriminá-lo.

E outra questão quando se fala sobre a imprensa. Eu sou o autor do requerimento de convocação de Policarpo. No entanto, o Plenário desta Comissão não quis aprovar a vinda dele, quando ele tem relações com organização criminosa. Era necessário que esta Comissão investigasse. Ela não investigou. Está remetendo ao Ministério Público, para que ele o faça, assim como está remetendo outros documentos mais ao Ministério Público.

Aliás, é bom dizer que uma das questões mais importantes da CPMI é que está encaminhando à Receita Federal do Brasil, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos de controle todos os documentos, depoimentos e demais provas produzidas por esta CPMI, inclusive, os sigilos bancário, fiscal e telefônico de todas, ressalte-se, todas as empresas suspeitas. Isso significa que a CPMI está colocando à disposição dessas instituições o maior banco de dados fiscais e bancários que já receberam do Congresso Nacional brasileiro. São mais de R\$84 milhões em movimentação financeira, o que corresponde a uma importante fatia do Produto Interno brasileiro. São 117 empresas que devem ser investigadas. Setores, hoje, como citados dois jornalistas que agiram de acordo com a investigação que é necessária ao arripio da lei.

Quanto à questão da Delta, dizer que vai investigar ou não vai investigar, a Delta está sendo encaminhada também ao Ministério Público, para que aprofunde a sua investigação. E todo o banco de dados, o maior banco de dados que esses órgãos que eu citei já receberam do Congresso Nacional, está sendo enviado agora.

Eu concluo dizendo: essa CPMI nasceu com características diferentes. E as características diferentes são: em cima de uma investigação da Polícia Federal, que investigou, e remete ainda para a Polícia Federal para que ela continue; ela não teve, aqui, a paixão ou o caminho de querer investigar esse ou aquele partido político. Até se fosse por esse caminho, nós temos dados bastantes o suficiente para que a CPMI ficasse fazendo exploração política por muito mais tempo do que o prazo regimental que foi concedido, com a devida prorrogação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, o Deputado Bruno Araújo usou, mas eu

vou fazer uma reinscrição de V. Ex^a, se V. Ex^a concordar assim. Pode ser?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra, o ilustre Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, na verdade, eu não iria fazer uso da palavra, mas diante da fala daquele que me antecedeu, eu achei que era oportuno nós colocarmos alguns pingos nos is.

Em primeiro lugar, esta CPI nasceu, sim, fruto de uma emoção. Eu diria mais do que isso, fruto de uma ira do ex-Presidente Lula, numa atividade persecutória ao Governador Marconi Perillo, que foi quem o avisou, à época do mensalão, que, realmente, havia parlamentares que estavam sendo comprados aqui no Congresso Nacional. O Presidente Lula nunca o perdoou por isso. Veja, nunca o perdoou por ele ter alertado daquilo que o Supremo, hoje, está dizendo que foi uma realidade: a compra de votos no Congresso Nacional.

Então, é uma CPI que já nasceu fadada ao fracasso. Por quê? Porque não nasceu tendo como objetivo uma linha investigatória lógica. Muito pelo contrário. Nós demonstramos, por meio dos depoimentos, dos requerimentos, que o Relator se pautou por um direcionamento para cumprir uma missão partidária, qual seja perseguir o Governador Marconi Perillo. Ao verificar que não conseguiu atingir o seu intento e, ao perceber que efetivamente a CPI estava indo para análise do braço financeiro da organização criminosa, aí envolvendo a Delta e todas as empresas laranja a ela filiadas, o que fez a CPI, por meio da sua base aliada? Simplesmente ceifou as investigações.

Portanto, é uma CPI que nasceu de forma equivocada, com finalidade persecutória e, mais do que isso, propor-se o indiciamento do jornalista Policarpo é mais uma demonstração de que o PT, quando lhe convém, quer calar, inclusive, a imprensa. Propor a remessa dos autos ao Conselho Nacional do Ministério Público, por duvidar da postura do Procurador-Geral da República só se explica por uma razão: a ira do PT se justifica em razão de a Procuradoria Geral ter denunciado os mensaleiros, e a própria Procuradoria Geral fez a sustentação oral da condenação dos mensaleiros. E o Supremo Tribunal Federal condenou todos eles. Portanto, eu entendo a ira persecutória, mas daí a dizer que esse relatório tem uma lógica investigativa, peço vênia a V. Ex^a, mas não tem. Tem é finalidade persecutória, direcionada e, portanto, eu diria que chega às raíais do incorrigível o conteúdo do presente relatório.

É apenas esse o registro que faço, agradecendo a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Terminados os temas a serem tratados no dia de hoje, convoco a próxima reunião para esta quinta-feira, às 10h15.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 34ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 34ª Reunião realizada em 22 de novembro de 2012, às 10 horas e 48 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Jayme Campos (DEM/MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Anibal Diniz (PT-AC), Wellington Dias (PT-PI) e Cyro Miranda (PSDB-GO) **e dos Deputados:** Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Felipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Hugo Leal (PSC-RJ) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Álvaro Dias (PSDB-PR), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Marco Antônio Costa (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Camelli (PP-AC), Sílvio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Na oportunidade foi adiada a leitura do Relatório Final, por solicitação do Deputado Odair Cunha, e marcada sua leitura para o dia 28 de novembro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, não concordo que a ata não seja votada. V. Exª pode dispensar a leitura da ata, porque temos conhecimento da mesma, mas solicito a votação da ata.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A solicitação de V. Exª será atendida integralmente, meu caro Deputado Onyx Lorenzoni.

Com a palavra, pela ordem, por dever e prece-dência, o nobre Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero pedir a V. Exª e aos demais pares vênha para que adiemos a leitura do relatório para a próxima semana, na medida em que estou dialogando com os pares da Comissão sobre o conteúdo do nosso relatório e quero ultimar todos os esforços necessários de diálogo possível.

Por isso, solicito de V. Exª o adiamento da leitura.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presi-dente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o eminente Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presiden-te, se V. Exª consultar as notas taquigráficas de ontem, verá que eu tinha começado o encaminhamento para não fazermos hoje essa leitura. Ia começar ontem. A partir do momento em que se pediu o cumprimento regimental da antecedência da distribuição do relató-rio à sua leitura, eu digo que essa transferência para amanhã também vai significar pouco, acaba sendo uma precipitação. Então, quero falar em apoio a essa solicitação do Relator que, a rigor, me parece que não é propriamente uma solicitação, ele tem o direito de pedir esse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele tem essa prerrogativa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porém, ma-nifesto politicamente o apoio e aplaudo isto que presu-mo ser uma tentativa de ponderação sobre o conteúdo do próprio relatório. E coloquei a palavra “ponderação”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir as lideranças.

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, queria falar, porque ontem me pronun-

ciei aqui – V. Ex^a não estava por outras razões, foi no momento em que V. Ex^a teve que se afastar devido a compromissos – e eu queria retomar, porque o tema é de extrema gravidade e de grande relevância para esta CPMI e para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– É sobre a posição do Relator?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero ler uma fala de V. Ex^a. Leva 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só 1 segundo. Vamos decidir logo a questão do Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas é que eu não sei como vai transitar, não sei se todos vão concordar com essa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É prerrogativa do Relator e fica decidido que o relatório será apresentado pelo Relator na próxima quarta-feira.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, não me cabe discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– É decisão desta Presidência.

Volto a palavra a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero só ler as palavras do Presidente Vital do Rêgo, em 21 de agosto deste ano:

Então, fica a cargo dos convidados tanto da Dr^a Léa quanto do Dr. Daniel a resposta que melhor aprouver dentro do conhecimento pontual da resposta, não antes dizendo que tomo a liberdade, falando em nome de V. Ex^{as}, em nome do Vice-Presidente, do Relator, para dizer ao Ministério Público que esta CPMI franqueará toda a documentação que tem em seu poder na transferência efetiva e na guarda desses documentos para a efetiva persecução penal, mister de V. Ex^{as}.

Estou trazendo isso à tona, porque desde essa oportunidade, ainda no final de agosto, que estamos tentando fazer com que os sigilos bancário, fiscal e telefônico, que fazem parte da base de dados desta CPMI, por decisão que foi acolhida por todos e reconhecida por V. Ex^a, fossem transferidos ao Ministério Público, porque lá vai dar continuidade, queira o Relator Odair, queiram as representações que vários parlamentares farão a um grupo de parlamentares independentes. Quero, por dever de lealdade, fazer esta afirmação a V. Ex^a, de que, às 11h30 de hoje, estarão entregando este documento que aqui está subscrito por vários parlamentares do Senado e da Câmara, membros desta CPMI, ao Procurador-Geral da República, com o objetivo de dar um direcionamento que permita não acobertar, não omitir, não proteger, mas, sim, investigar profundamente um esquema de corrup-

ção liderado pela empresa Delta. E a minha dúvida é zero, é uma opinião pessoal minha, de que o Sr. Fernando Cavendish cooptou, no Centro-Oeste, o Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e a sua organização criminosa, através do Sr. Cláudio Abreu. Portanto, vamos levar dados, mas é evidente que aqueles dados que vamos levar à Procuradoria Geral da República vão precisar da complementação desses sigilos, que esta CPMI já deliberou.

Lembro de uma visita do Senador Randolfe ao Ministério Público, em Goiás. O Ministério Público, em Goiás, inclusive, havia informado ao Senador Randolfe que havia feito a solicitação do compartilhamento do sigilo. E quero fazer, já que estamos nos estertores da CPMI, uma correção: um veículo de imprensa, pelo qual tenho profundo respeito, falou da CPMI da insensatez. Quero dizer que esse adjetivo pode caber no relatório, pode caber e acho até que veste o relatório, mas não a CPMI, porque aqui há um grupo de parlamentares que nunca deixou de persistir na busca da verdade e nas investigações. Então, em nome desse grupo de parlamentares e em meu nome pessoal e da Bancada de meu Partido, quero fazer essa consulta a V. Ex^a, porque a transferência dessa base de dados ao Ministério Público Federal é o que vai permitir que o Ministério Público Federal, sem cor partidária, tecnicamente, vá atrás da bandidagem graúda. Não é essa arraia miúda que aqui está, porque isso aqui vai acabar no motorista do Cláudio Abreu, o Deca, vai acabar naquela moça que veio aqui, que é “laranja” da Alberto & Pantoja, vai acabar, vamos dizer assim, no Giovani, que ninguém sabe onde está...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora, tubarão, mesmo, não vai estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós queremos, com esse documento e com a transferência do sigilo, Sr. Presidente, chegar nos grandões, chegar nas orcas, chegar nas baleias, chegar nos tubarões, chegar na bandidagem de colarinho branco que o Brasil tem de botar na cadeia. Da mesma forma como estão botando a turma do mensalão, têm de botar, agora, a turma da Delta e do Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente, apenas para afirmar que, exatamente, o nosso relatório contém o envio de todo o sigilo bancário, fiscal e telefônico para os órgãos permanentes de investi-

gação. Não só para o Ministério Público, como para a Polícia Federal também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr.

Presidente, com a devida vênia, em que pese ser uma prerrogativa do Relator, eu discordo do adiamento da leitura do relatório e vou dizer as razões pelas quais o faço.

Terça-feira, ia ser ido e não o foi. Quarta-feira, ia ser lido e não o foi. Hoje, novamente, o Relator pede novo adiamento para que ele possa aprimorar o seu relatório, acolhendo, talvez, sugestões.

Com a devida vênia, fui sub-relator de várias CPIs. Nunca houve um momento, na história de qualquer CPI deste Congresso Nacional, em que o relator apresentasse o seu relatório e depois, por insegurança quanto ao seu conteúdo, fosse protelando a sua leitura.

Que ele não o apresentasse, Sr. Presidente. Apresentar um relatório que ele reconhece que tem várias falhas, que está disposto a modificar em razão de sugestões? Ele vai retirar o indiciamento do jornalista Policarpo? Ele vai retirar o pedido de responsabilização do Governador Marconi, ou incluir o do Governador Agnelo? Ele vai retirar o pedido de investigação contra o Procurador-Geral, que denunciou e fez alegações finais no que tange ao episódio do mensalão? É evidente que não vai, e se o fizer se desmoraliza, se desacredita, porque, na medida em que ele apresenta um relatório circunstanciado atacando pessoas e poupando os seus aliados, ele não pode modificá-lo depois, de forma a, parte a parte, tentar agradar A ou B.

O relatório, Sr. Presidente, é incorrigível.

Eu ouvi, hoje, uma entrevista da CBN, do Sr. Relator, em que ele diz: “A questão central” – pasmem V. Ex^{as}, fala entre aspas do relator hoje – “a questão central é que fizemos uma investigação geral, ampla e irrestrita”. A investigação, em verdade, Sr. Relator, foi pessoal, foi direcionada e restrita. É o inverso do que V. Ex^a disse. É o inverso. Só foram poupados os aliados e foram atacados com veemência aqueles cuja sanha persecutória do ex-Presidente Lula determinou.

E vamos adiar a leitura por quê? V. Ex^a não se sente seguro para lê-lo? V. Ex^a precisa de mais sugestões para alterá-lo? Que segurança tinha quando o apresentou? Por que, agora, está aberto para inúmeras sugestões? Parece que V. Ex^a está dizendo a todo o Brasil: “Estou disposto a corrigir todos os meus erros”. Não se apresenta um relatório com essa intranquilidade com que V. Ex^a se apresenta hoje. Leia o seu relatório e façamos a votação do mesmo. Façamos a

apresentação do voto em separado. Não tem o menor sentido um novo adiamento. Demonstra intranquilidade, insegurança e, mais do que isso, descompromisso com o seu conteúdo, senão, V. Ex^a o leria hoje.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Randolfe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Art. 131 com o 13, do Regimento, que é sobre a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

Eu peço licença para divergir do que aqui foi exposto.

Nós temos momentos diferenciados na luta política. Se nós temos a possibilidade de buscar a produção de um relatório, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que melhor se aproxime do pensamento médio, eu acho bom que seja assim.

Eu não considero, pessoalmente – e, repito, peço licença para divergir –, fraqueza ou fragilidade. O vietcongue combatia no Vietnã, era bomba para um lado, era bomba para outro, mas ele sentava em Paris para conversar com os americanos.

Isso não vai, meu caro Presidente, meu caro Relator, meu caro Vice-Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, de maneira alguma, reduzir o ímpeto contrário a muitas coisas desse relatório e também o ímpeto favorável a muitas coisas desse relatório.

Concretamente, eu já me dirijo ao Relator com uma proposição objetiva e fundamento. Eu penso que não pode constar da proposta do Relator – e darei as razões – qualquer coisa relativa à Procuradoria Geral da República como se estivessemos aqui a tentar incriminar o Procurador-Geral! Por que não pode? Porque, em nenhum momento desses debates, esta Comissão votou qualquer coisa, algo insignificante que fosse, que sequer se aproximasse da suspeita contra o Procurador-Geral. Houve um discurso ou outro daqui e dali...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...mas esta Comissão não encaminhou qualquer tentativa de investigação de nada, porque nada há a investigar.

Outra coisa, permita-me. É muito claro. Eu penso que o Relator tem de rever, sim, a sua posição sobre os jornalistas, especialmente o Policarpo Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E vou dizer o porquê: foi colocado aqui em votação o requerimento de convocação do Policarpo Júnior e, quando o Re-

lador viu as manifestações contrárias de praticamente todos que falaram, ele disse apenas: vamos retirar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Ex^a, Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, eu acho que a prerrogativa é do Relator. Eu celebro essa prerrogativa, o uso dessa prerrogativa e o reconhecimento por V. Ex^a. Desde logo, encaminho ao Relator essas duas primeiras sugestões, que, a rigor, se unem em uma só: de exclusão.

A questão de ordem é a seguinte: antes da leitura, pode o Relator fazer alterações e nos comunicar em separata?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A leitura já está definida. Como prerrogativa do Relator, já acatada por esta Presidência, ela será na próxima quarta-feira. Esse é um fato. E o Relator terá até quarta-feira para fazer alterações na sua leitura.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E poderá fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E poderá fazê-lo.

Com a palavra o Sr. Senador Randolfe Rodrigues. Três minutos para sua palavra. Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero – permita-me o ilustre Deputado Carlos Sampaio – concordar e divergir. Concordar em relação ao seguinte, meu querido Paulo Teixeira. Diz o poeta que há quatro coisas que não voltam atrás: a oportunidade depois de perdida, a ocasião depois de desperdiçada, a pedra depois de solta pela mão e a palavra depois de proferida. Eu vou incluir uma quinta: o papel depois de escrito. O que já foi escrito está escrito. O que já foi dito sobre o Procurador-Geral da República já está nos meios de comunicação, com a autoridade de ter sido dito pelo Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, de ter sido veiculado na imprensa como escrito pelo Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Está aqui nesse calhamaço de papel. Então, o papel depois de escrito não volta atrás.

Ao que pese essa situação – nesse ínterim, quero concordar com o ilustre Líder do PSDB –, a divergência é uma prerrogativa do Relator no momento em que quiser fazer essa leitura. Acho de bom-tom até que essa leitura não seja feita hoje, pois seria feita em uma CPI esvaziada, em uma CPI que inicia a apresentação do seu relatório final de forma tumultuada. É de bom-tom mesmo não ser feito hoje. Se o bom senso prosperar e ocorrer modificações – aliás, nada é absoluto; é o bom e velho Marx que disse que tudo que é sólido se desmancha no ar –, se o bom senso prosperar e hou-

ver retificações, que assim seja. Esperamos que essas retificações dialoguem, por exemplo, com o que nós, eu e outros colegas, Parlamentares da CPI – citando o Deputado Bueno, o Deputado Onyx, o Senador Pedro Taques, o Senador Pedro Simon –, vamos fazer, daqui a pouco, na Procuradoria Geral da República.

Espero, tomara, oxalá que dialoguem sobre isso!

Para concluir, Sr. Presidente, em relação à remessa ao Ministério Público, só me permita, ilustre Relator, reiterar o que foi dito pelo Deputado Onyx. No dia 21 de agosto, V. Ex^a, Sr. Presidente, já havia determinado a remessa dos autos do que havia sido investigado aqui ao Ministério Público Federal. Só lembrar que, inclusive aconselhado pelo Deputado Miro Teixeira, desloquei-me até Goiânia, onde conversei com os Procuradores Daniel e Léa, que, posteriormente, provocaram esta CPI sobre a remessa dos autos.

Então, parece-me que a remessa dos autos é algo... Quero entender que já foi inclusive feito e não será somente feito com a apresentação deste relatório final. Tanto o ato de daqui a pouco quanto a entrega desse relatório final à PGR, parecem-me ser mais protocolares, porque quero acreditar que os documentos anteriores, já investigados por esta CPI, foram encaminhados aos Procuradores da República Léa Batista e Daniel.

Se não o foram, é contraditório em relação ao que foi dito. Se não o foram, a pergunta é: por que não foram ainda encaminhados? É dito pelo Relator que só serão encaminhados agora. Já foi dito por V. Ex^a, Sr. Presidente, e já foi solicitada a necessidade do encaminhamento dos autos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno, com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, o que chama a atenção é que nós temos aqui no relatório um resumo, e esse resumo estamos estudando com a assessoria, e assim algumas horas durante o dia e a noite. Apesar de ter sido apresentado aos 27 minutos do dia de ontem, por isso foi transferido para hoje... não por entendimento, mas por atendimento ao que manda o Regimento Comum, no seu art. 33.

Diante disso, estamos vendo aqui muitas incongruências, omissões, situações que, por exemplo, provocam, até em nós, algo que chama a atenção do que não é verdade, absolutamente do que não é verdade. Por exemplo, a p. 466 do Tomo III fala sobre Luiz Antônio Pagot e, quando fala no relatório sobre Luiz Antônio Pagot, diz, entre aspas: “O depoente falou também que não arrecadou para campanhas eleitorais de 2010, mas que repassou listas com nomes de empresas que poderiam contribuir”.

Não foi só isso o que ele disse. Sentado aí, ele disse que não só indicou as empresas, como pediu para arrecadar para as empresas, indicou o tesoureiro do PT, da campanha da então candidata Dilma Rousseff e recebeu cópias dos boletos da campanha de 2010!

E aqui está suprimido, omitido. Quer dizer, a verdade não está aqui colocada neste relatório.

E também há uma outra situação: o Sr. Marcelo Henrique Limírio Gonçalves tem patrimônio de mais de R\$1 bilhão, tem empresas – comprou até o Hotel Nacional no Rio de Janeiro, num leilão até hoje não bem esclarecido. Foi para sua convocação que aprovamos o Requerimento nº 112. No entanto, nunca foi chamado para depor na CPMI.

Diante disso e de tanto que estamos aqui levantando, vamos agora, com um documento que tem 88 páginas, vamos levar ao Procurador-Geral da República exatamente a verdade de tudo e de todos. Não há omissão, não há supressão, não há nada daquilo que não foi tratado aqui na CPI, sobretudo o que não foi aprovado por meio dos requerimentos que aprovamos: quebra de sigilo, convocação de testemunhas, porque é bom sempre repetir: há 3 meses, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, há 3 meses, não toma uma ação, uma atitude! Dos 180 dias que ela tinha de prazo para apresentar os seus trabalhos, 2 meses, um terço do prazo foi desperdiçado porque não se tomou decisão alguma em relação ao que cobrávamos.

Para finalizar, Sr. Presidente, com relação ao compartilhamento – não só o que está na ata ou nas palavras, mas sobretudo das reuniões internas que tivemos com V. Ex^a e com grande parte dos membros da CPMI –, foi tratado do compartilhamento como uma coisa normal, natural e que seriam tomadas providências nesse sentido, que infelizmente não foram tomadas. Daí, esse documento nós vamos entregar ao Procurador-Geral da República, com 88 páginas, para que ele efetivamente busque a verdade e a justiça que aqui não se encontraram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, mas faço uma questão de ordem.

O art. 147 do Regimento determina que, em qualquer momento do inquérito – e estamos no inquérito –, com a ausência do Relator – e o Relator insiste em nos deixar sem o privilégio dos ouvidos atentos dele –, a Presidência possa tomar providências nesse sentido.

Nós estamos tentando construir uma solução. Por isso, insisto na presença do Relator, que é uma peça chave.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele foi ao...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Posso. Claro que posso permutar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou permutar, vou permutar a fala de V. Ex^a com a fala de Paulo Teixeira.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – A desatenção não é só...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele foi apenas ao sanitário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu falo. Não há problema. Talvez ele esteja escutando. O sanitário é aqui perto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Reponho o tempo de V. Ex^a para começar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fique V. Ex^a à vontade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Quero argumentar que nós estamos diante de um momento em que, mais do que nunca, estamos sendo chamados às nossas responsabilidades públicas. Nós estamos correndo o risco, por uma série de equívocos que foram cometidos ao longo desse caminhar – e não vou aqui fazer juízo de valor onde se errou, onde se acertou. Mas, desde a minha primeira participação nesta CPI, chamei atenção para as nossas responsabilidades perante o universo muitas vezes autista do mundo político e a responsabilidade que nós temos com a sociedade brasileira.

Estamos diante da ameaça de desmoralizar uma das poucas instituições que ainda recebia algum nível de respeito da sociedade brasileira, que são as comissões parlamentares de inquérito. Isso é muito grave, porque, a exemplo do que eu disse ontem, tal fato transpõe os nossos mandatos, transpõe até mesmo as nossas existências. Nós estamos aqui falando por uma instituição que é o Congresso Nacional e que tem danos reiterados de imagem por equívocos, equívocos praticados no campo político.

Esta CPI nasceu de um equívoco político, porque CPI sempre foi e será, para toda a vida, instrumento da minoria e não, instrumento da maioria. Como se não bastasse a maioria parlamentar que o Governo tem nas duas Casas, quis o Governo utilizar esse instrumento para vingança, intimidação, retaliação, troco político, e isso não pode ser aceito.

O que consta desse relatório precisa ser reexaminado. E não sei se é boa ou ruim a postura do Relator, que tem o meu respeito – e vou proclamar esse respeito novamente na ausência dele, porque faço

política há 30 anos e sei que ele está constrangidamente cumprindo uma missão partidária. Esse relatório foi produzido pela Executiva do PT. Não foi produzido pelos membros desta CPI e tampouco pelo Relator, porque ele não faz sentido. Citamos aqui Policarpo Júnior, que é um jornalista renomado, mas há o caso, por exemplo, da jornalista Patrícia Moraes, que não mencionada sequer durante esta CPI. Portanto, que possamos ter o bom senso de reconhecer o erro de origem de uma CPI criada como instrumento de ação política e corrigir os rumos não para salvar esse inquérito, que não é mais do que a reprodução do que já foi apurado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, mas para, pelo menos, preservar minimamente a instituição comissão parlamentar de inquérito e a imagem do Congresso Nacional.

Para encerrar, isso me faz lembrar o poeta Ronaldo, o meu pai, de saudosa memória, que, em discurso, na década de 70, no enfrentamento da ditadura, disse: “Esse governo não pode ser derrubado porque não é uma estrutura, mas, sim, limpo com benzina, porque é uma mancha”.

Nós não podemos sequer derrubar esse relatório porque ele não tem estrutura para tanto. Precisamos, talvez, compreender que é necessária uma limpeza para se preservar a imagem desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, eu quero fazer duas ponderações a este Plenário. Por isso, peço a atenção do Senador Randolfe, do Deputado Onyx, que se estão deslocando do plenário, e de todos os senhores e senhoras.

São duas as minhas ponderações. A primeira ponderação é sobre o Parlamento. O Parlamento é o órgão maior da sociedade. Ele é o órgão que representa toda a sociedade. O Executivo representa uma parte da sociedade. O Judiciário é o Poder que se constitui por meio de concurso, portanto, não tem a legitimidade que tem o Legislativo. Então, ele é o Poder maior da política. E aqui estão todas as forças políticas representadas. Portanto, nós temos que concluir um trabalho, e a conclusão do trabalho terá suas consequências políticas.

Então, eu quero tratar de dois temas. O primeiro tema é: este relatório foi entregue. Pareceu-me que o Deputado Miro Teixeira e pareceu-me que o Senador Randolfe disseram da necessidade de tempo para discuti-lo. Então, eu quero fazer um apelo: para ler e discutir. Eu também gostaria. Eu quero discutir, e sobre uma das questões que vi aqui vou levar minha ponderação ao Relator.

Incidentalmente, quero dizer como é que funciona o Parlamento. O Relator lê o relatório, debate-se o relatório e se faz uma complementação de voto com as modificações.

Então, eu queria refletir com o Deputado Carlos Sampaio que o fato de ele ler e modificar não seria por insegurança. Isso é fruto do próprio debate. Ele faz, recebe as ponderações e acata, complementando o seu voto ou não. Depois, vota-se.

E a segunda ponderação que eu quero fazer com o Senador Randolfe, com o Deputado Miro – eu não sei se o Deputado Carlos Sampaio também está nesta missão – é que me parece lógico que as questões que serão levadas ao Ministério Público pudessem ser discutidas pelo Parlamento, esgotadas e, só aí, eventualmente se não acatadas... Porque eu vejo um problema lógico nos dois procedimentos. Lógico de lógica racional e de lógica política. Ora, se nós queremos discutir pela leitura – parece-me que o Relator prefere ler na quarta; eu também não vejo problema de ele ler hoje e fazer uma complementação de voto –, se nós queremos debater esse conteúdo, ainda que tenhamos divergência ao final, é razoável que as questões que serão levadas ao Ministério Público fossem trazidas ao debate aqui e levadas ao final, caso não fossem acatadas.

Então, eu queria fazer esta ponderação aos nobres Parlamentares: que o Parlamento, como Poder maior, seja um desaguadouro desse debate. E, enfim, esgotado o debate, só assim é que nós, então, daríamos o encaminhamento que todos quisessem.

Quero fazer essa ponderação aos nobres Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como último orador inscrito, Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, eu só quero aqui reforçar uma posição. É importante compreender o que cada Parlamentar, o que cada partido tem como prerrogativa e aquilo que ele está procurando alcançar como objetivo nesta CPML. E a ponderação que faço a alguns dos oradores que me antecederam é – e aí eu faço coro com o nosso Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira –, a partir do momento em que o relatório foi disponibilizado há pouco mais de um dia, ou seja, tempo que já foi dito e discutido como não suficiente para que toda a sua leitura pudesse ter sido feita e analisada, e, de antemão, já se traz aqui aquilo que seria um relatório paralelo, para ser entregue à Procuradoria Geral da República, a meu ver, o que estamos fazendo e os Parlamentares que, porventura, trazem essa opção estão dando uma demonstração de que já se pretendia contestar o resultado do relatório que seria contestado indepen-

dentemente de qual fosse. Até porque, se assim não fosse, em pouco mais de um dia, não existiria tempo suficiente para criticar o relatório e já apresentar uma proposta alternativa à Procuradoria Geral da República.

Então, nesse ato – aí faço a ponderação –, acho que podemos ter uma interpretação muito negativa de que, em primeiro lugar, se pretendia, de antemão, desmerecer o trabalho do relatório apresentado, mesmo antes de conhecê-lo; em segundo lugar, que essa iniciativa tenha como único objetivo a criação de um fato político, em vez de se procurar claramente o resultado dos fatos, com uma análise precisa e aprofundada do relatório apresentado.

Exatamente por isso, acolho aqui as ponderações feitas, no sentido de que possamos fazer uma avaliação pormenorizada daquilo que foi trazido pelo Relator, e pondero também com os outros parlamentares, para, antes de qualquer iniciativa, a gente possa fazer uma reflexão, para que não haja interpretação de que queiramos desmerecer tudo aquilo que está sendo apresentado pelo Relator, independentemente de conhecê-lo e, além disso, de o que se quer é única e exclusivamente a criação de um fato político para que possamos ter alguns parlamentares, alguns segundos ou alguns registros, na mídia nacional, sem uma investigação concreta e profunda do que está sendo aqui apresentado.

Essa era a ponderação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Deputada Íris de Araújo.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso Vice-Presidente, todos os nossos companheiros aqui presentes neste trabalho que considero da maior importância e tem consumido, por parte de cada um, muito tempo, trabalho, muita responsabilidade e muito denodo, numa situação em que nos transformamos – ouvi aqui alguém dizer; não sei citar o nome –, de alguma forma, em investigadores, delegados e juízes.

Então, é uma responsabilidade muito grande que nós temos. Na primeira reunião em que seria lido o relatório, na última, ontem, eu, que sou novata em CPMI, fiquei um pouco assustada com o tumulto que se estabeleceu, a partir de um fato que sequer tinha sido dado ao conhecimento ainda. Não tínhamos lido nada. Até brinquei que iríamos ter que usar um colete à prova de bala, porque era um tiroteio tamanho. Alguém disse que era em cima do Relator, mas eu ponderei que bala perdida poderia acontecer por aí. Fiz uma brincadeira diante daquilo a que estávamos assistindo naquele momento. Hoje, percebo que está prevalecendo o bom senso. E o Senador Randolfe

Rodrigues até usou um termo que considero até meio antiquado: bom-tom.

Sr. Relator, aí dando a minha contribuição a V. Ex^a em relação ao relatório, lendo-o ontem à noite – é lógico que vou precisar de muito mais tempo para lê-lo –, encontrei fatos muito recentes, frescos e novos, a partir do cruzamento que se fizeram de escutas telefônicas, de locais e de horário. Nós temos que levar em consideração, Deputado Domingos Sávio, que temos que realmente ler esse relatório para que possamos, Deputado Carlos Sampaio, tirar as nossas conclusões antes de estabelecermos esse juízo de valor que muitas vezes aponta na direção do Relator, deixando-o numa situação em que ele não merece, porque trabalhou, lutou para que se fizesse aqui a justiça que deve ser alcançada.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Dr. Rosinha com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Congressistas, a cada reunião desta CPMI, eu tenho procurado me manifestar somente uma vez, não mais que uma vez. Ontem, fiz isso e hoje também espero fazê-lo só uma vez.

O que eu tenho visto aqui? Por causa do relatório apresentado ontem, a primeira coisa que fazem, pelo que eu tenho observado, alguns dos parlamentares é atacar o Relator, e não o relatório, até porque não leram o relatório. Se não leram, não têm o que falar. E uma parte, inclusive, se retira para ir ao Ministério Público levar aquilo que o relatório já está mandando para lá, que é todo o banco de dados. Portanto, concordo plenamente com o que foi dito antes: é muito mais para chamar a atenção da mídia e sair na imprensa dizendo que está se antecipando, fazendo aquilo que o relatório já fará.

A outra questão que observo é que, a todo instante, procura-se atacar o Relator por ele ser do Partido dos Trabalhadores, com afirmativas incorretas, inverídicas e, não vou usar a palavra que queria, mas dizem, por exemplo, que esse relatório foi feito pela Executiva do Partido dos Trabalhadores. Esse relatório foi feito pela assessoria desta CPMI. Todos tinham acesso a ela, foram requisitados na Polícia Federal, houve requerimento que se aprovou aqui quando fizeram a requisição desses assessores.

Se alguém aqui foi incompetente de não acompanhar o processo para analisar os documentos, não jogue a culpa no Relator. Essa incompetência houve em várias bancadas, porque toda bancada podia designar alguém para estar lá. Cada um de nós Parlamentares tinha o direito e a obrigação de designar

alguém. Se não o fez, não acuse o Relator agora de incompetência ou de parcialidade. Isso tem que ser dito também, porque dizem que, por mais de tantos dias, não se trabalhou. Não trabalhou aquele que não quis trabalhar, porque ou podia ele estar lá analisando os documentos ou seus assessores. Então, não julgue a sua incompetência colocando como culpado o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é preciso, às vezes, recapitular um pouco, para que a verdade cristalina prevaleça e junto com ela o respeito a todos os pares.

Em primeiro lugar, eu reitero o respeito que tenho, que sempre tive e pretendo continuar nutrindo pelo Relator, meu conterrâneo de Minas, Deputado Odair Cunha. Esse respeito, pretendo eu, se manterá inabalável, em que pese em frequentes situações discordarmos, do ponto de vista político, na análise e na ação política dos fatos que temos que enfrentar no dia a dia.

Quanto às críticas que ontem ocorreram aqui e que repercutiram, naturalmente, na imprensa, eu me incluo entre aqueles que se manifestaram demonstrando inconformismo com a condução desse relatório. Eu recapitulo, inclusive, a condição em que fiz essa crítica até para que o colega que acaba de se manifestar fazendo alusão de que um ou outro poderia não estar acompanhando ou exercendo de forma competente a sua missão ou com a assessoria que o fizesse. Eu fiz uma menção, e o fiz de forma respeitosa, ao Deputado Paulo Teixeira, demonstrando a minha surpresa, porque o relatório foi colocado na Internet na madrugada de ontem, algumas horas antes de chegarmos aqui. Provavelmente a maioria ou já estava repousando ou se preparava para isso e eu, inclusive, só tomei conhecimento de que ele estava na Internet quando cheguei aqui, o que é absolutamente natural e creio que também para a maioria dos colegas. Ainda que tivesse tomado conhecimento naquele segundo, naquele minuto, todos estão vendo que se trata de um relatório com milhares de páginas, impossível de ser lido e analisado em um dia, sequer em algumas poucas horas, pela madrugada. Quando aqui chegamos, o relatório estava sendo distribuído, ainda com o calor das gráficas, da máquina de impressão, e a poucos minutos do início da reunião.

E aí entram algumas constatações. Os veículos de comunicação, na noite de ontem, de antes de ontem, antes de estar na Internet, já davam conta de várias questões que seriam conteúdo do relatório. O Deputado Paulo Teixeira começa a fazer uma reflexão até o ponto de elogiar e reconhecer o mérito do Relator,

sem nenhuma ressalva a ser feita, inclusive análise com a qual eu concordo, é uma tarefa árdua a que ele se expôs, porém, pode-se verificar nas notas taquigráficas que o Deputado Paulo começou a fazer análise e reflexão sobre o conteúdo do relatório, dizendo, por exemplo, que entendia como extremamente corajosa a decisão do Relator de incluir e indiciar determinadas pessoas. E até mencionou algo que me surpreendeu – e aí a razão da minha intervenção –, quando ele disse: “inclusive tendo a coragem de não indiciar ou de não representar contra alguns nomes”. Ora, para que eu identifique que alguém não foi indiciado, eu preciso conhecer todo o conteúdo. Até para dizer que alguém foi, eu posso estar me baseando numa referência da imprensa. Mas para dizer: “Olha, fulano não está no relatório. Fulano não consta desse mundo de páginas”, eu preciso conhecer o teor, eu preciso ter participado, de uma forma muito clara, da decisão. Posso até não ter escrito, mas tenho que ter participado da decisão.

É nesse sentido que nós nos levantamos, que nós nos manifestamos, dizendo que não é correto isso. Não é correto. O relatório, o Relator tem toda a prerrogativa. Agora, os demais membros do PT ou de qualquer partido fazem isso, e nós do PSDB vamos ficar sabendo aqui que estamos sendo acusados, que o jornalista tal está sendo acusado, que a Procuradoria Geral da República está sendo acusada. Nós vamos ficar sabendo aqui. Os outros participaram da estruturação. Isso não é correto. Isso é algo que precisa ser revisto. E é por isso que nós entendemos que esse relatório já nasce com esta marca terrível de não representar o sentimento desta Casa e muito menos do Congresso como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira, para um esclarecimento rápido.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não, apenas para dar dois esclarecimentos.

Primeiro, foi muito importante o Deputado Domingos Sávio falar, mas vou falar o motivo da minha reação e o conteúdo da minha fala. V. Ex^a disse que a imprensa sabia do relatório. Então, se V. Ex^a puder ler o jornal *O Globo* de ontem, o jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, o jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem e o jornal *Valor* de ontem, V. Ex^a vai ver um resumo desse relatório nesses jornais. Portanto, eu me fiei naquele resumo dos jornais. Eu não li esse relatório. Eu, ao saber – inclusive não li até agora –, pela imprensa, de outras questões, eu também terei as minhas considerações ao relatório. Então, eu me sinto nas mesmas condições de V. Ex^a na relação com o relatório. Eu quero deixar claro esse tema.

As razões por que fui em defesa do Relator é que um dos Srs. parlamentares, não quero mencionar o nome aqui, antes de conhecer todo o relatório, já denominou aquele relatório como uma *pizza*. Então, eu fui em defesa da respeitabilidade do Relator. Até disse: “Olha, eu acho que é uma palavra que não caberia na maturidade desse Parlamentar que fala”. Mas eu fui em defesa do Relator, porque eu não posso aceitar que ele tenha feito um trabalho tão longo e que haja essa consideração pelo seu trabalho antes de todos conhecê-lo, ainda que haja divergências.

Em terceiro lugar, eu queria reconsiderar, não reconsiderar, mas completar a fala que disse. Na minha opinião, o Poder Legislativo é o Poder maior, representa toda a sociedade, quem formula leis para todos cumprirem, o Executivo e o Judiciário. Segundo lugar, ele tem mais legitimidade popular. Agora, a Constituição brasileira dá legitimidade ao Executivo e ao Judiciário. E, o Judiciário, o meio de acesso é o mérito. Então, esse é o meio da sua legitimidade, e a legitimidade constitucional. Portanto, vivemos em um sistema de tripartição de poderes, equilíbrio entre eles e de um princípio constitucional que diz que ninguém pode afastar do exame judicial qualquer violação a direito. Agora, o que estou requerendo, apelando é para que qualquer diálogo com Ministério Público – é legítimo que se faça – seja feito ao final dessa discussão aqui. É só esse o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, na linha do diálogo com os pares, aqui, na Comissão, esclareço que o que estamos fazendo aqui é evidentemente aquilo que nos propusemos a fazer ontem, ou seja, dialogar muito porque entendo que o parecer que fizemos é do Relator, é meu. O relatório será da Comissão. Vou continuar perseguindo aqui o objetivo de fazer um relatório que espelhe o pensamento da maioria da Comissão. É por isso que estou pedindo o adiamento da leitura, ou seja, para ganhar mais prazo. Se eu lesse hoje, segundo o prazo de cinco sessões, teríamos que votá-lo na próxima semana. Como eu acho que não temos que usar a próxima semana para continuar dialogando sobre o meu parecer – não quero e não jogarei fora o que escrevi; quero é dialogar com os membros da Comissão – é que estou propondo que façamos a leitura, para cumprir a formalidade na medida em que, de fato, todos já têm acesso ao conteúdo escrito.

Então, para continuar perseguindo o objetivo de dialogar com os membros da Comissão, quero dialogar. Se me permite aqui uma confidência, Deputado Domingos, ontem, por volta de 11h30m, meia-noite, estávamos na casa de um parlamentar amigo, mineiro,

o Deputado Domingos Sávio e eu, conversando sobre o conteúdo. Não chegamos a um consenso, mas estávamos conversando. Quero continuar perseguindo esse objetivo e exatamente por isso quero, regimentalmente – não estou inventando, é regimental, o relator tem essa prerrogativa – dialogar. É uma prerrogativa, precisamos usar. Vou usar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Prerrogativa que respeitamos. A busca do entendimento é boa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É por isso, Sr. Presidente, que peço que a leitura seja feita na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para a próxima quarta-feira, às 10h15m.

Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 13 de novembro de 2012, às quatorze horas e trinta e dois minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência eventual da Senadora **Lídice da Mata (PSB/BA)**, oportunidade em que foi instalada a Comissão com a presença dos(as) Senadores(as): **Humberto Costa (PT/PE); Vital do Rêgo (PMDB); Paulo Davim (PV); Cícero Lucena (PSDB/PB) e Inácio Arruda (PCdoB/CE)**. Na Reunião foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, Senador Vital do Rêgo e Senador Cícero Lucena, respectivamente, sendo designado Relator, o Senador Humberto Costa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSDB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Temporária Externa “Transposição do Rio São Francisco”, criada pelo Requerimento do Senado nº 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os fatos, atos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas no Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como a Transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Esclareço que a presente reunião destina-se à eleição de Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação. *(Pausa.)*

Dentro do previsto, eu, como Presidente, e já havendo recebido a comunicação do Governo, indico o Senador Vital do Rêgo para a Presidência desta Comissão, já que aqui estou temporariamente.

Então, ao indicar V. Ex^a, solicito a concordância de V. Ex^a.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Conte com o meu total apoio.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Na verdade, era para ser o autor do requerimento. Mais aí o Governo é democrata...

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSDB – BA) – Está certo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ainda bem que Vital.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Ainda bem que é do Nordeste.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSDB – BA) – Nesta Comissão não há ninguém que não seja do Nordeste. *(Risos.)*

Consideramos que vai haver acordo, portanto, com a aprovação de todos, proponho que o Senador...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu queria inclusive, ao aceitar, sugerir o nome do Senador Cícero Lucena para me acompanhar na Vice-Presidência.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSDB – BA) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ficariamos juntos aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSDB – BA) – Convido, portanto, os Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para sentarem-se à Mesa para conduzirmos à votação, que será nominal.

Então, acho melhor esperarmos a votação para poder... Pode fazer o acordo por aclamação? *(Pausa.)*

Então, havendo acordo de todos, aqueles que concordam com a proposta permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está eleito, portanto, como Presidente o Senador Vital do Rêgo e Vice-Presidente o Senador Cícero Lucena.

A Paraíba conciliada, portanto, o Nordeste bem conduzido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata.

Inicialmente, gostaria de dizer da importância do requerimento do Senador Cícero Lucena e, não por coincidência, tanto eu quanto o Senador Cícero Lucena temos dado a máxima importância a esse assunto por sermos paraibanos e aqui estamos, o Senador do

Rio Grande do Norte, Paulo Davim, o de Pernambuco, Humberto Costa, porque nós, mais do que nunca, ao lado da Senadora Lídice da Mata, temos como de vital importância este projeto.

E V. Ex^a quando propugnou, com o apoio de toda a Casa, a possibilidade do acompanhamento em forma de fiscalização, controle, sugestão, enfim, de acompanhamento no sentido mais amplo de *latu* da palavra, eu sinto-me muito honrado em receber o seu apoio, como o apoio de todos os líderes, para conduzir esta Comissão Temporária. E não imagino usar todo o tempo que o requerimento, até porque temos muita pressa em vermos os resultados, tanto da Comissão quanto dos serviços, afinal, definidos como prioritários.

Indico para a relatoria desta Comissão o Senador que tem profundo interesse nessa matéria, é do Estado de Pernambuco, tem acompanhado todo o desenrolar desse processo. Refiro-me ao Senador Humberto Costa, que terá o encargo, de profunda honra para todos nós, de fazer o relatório ao final dos nossos trabalhos.

Está facultada a palavra, Sr^s. Senadores. *(Pausa.)*

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, apenas para dizer de minha satisfação em participar, juntamente com V. Ex^a, desta Comissão Temporária, que tem tão nobre objetivo.

Aqui nós não estamos, vamos dizer, para ir à caça das bruxas. Pelo contrário. Nós queremos que esta Casa seja solidária ao Governo em um projeto que não é deste Governo, mas, sim; um projeto do Nordeste e, em particular, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, podemos dizer de todo o Nordeste. E é fundamental, nós, em nossos respectivos Estados, sabermos da necessidade de essa obra ser concluída.

Portanto, o nosso papel será o de procurar colaborar naquilo que for possível e couber a esta Casa no sentido de que isso ocorra o mais rápido possível. Porque sabemos que estamos vivendo inclusive um momento de seca em nossa Região, e, sem dúvida alguma, está é uma obra estruturante e fundamental para a sobrevivência humana de alguns Estados e, no nosso caso, da nossa querida Paraíba.

Tive a felicidade de, ao assumir o Ministério da Integração – no caso particular da Paraíba só entrava água lá por Cajazeiras, São José de Piranhas, minha terra –, dar origem ao processo da alça leste, exatamente sob a minha administração no Ministério, porque eu sabia o quanto o Cariri paraibano sofria, e inclusive Campina Grande já havia passado por momento de ra-

cionamento de água, e, futuramente, a cidade de João Pessoa via também abastecer a cidade, a população com essa água da transposição do Rio São Francisco.

Para mim é motivo de satisfação estar participando e poder dar a nossa colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu gostaria de aproveitar a presença dos senhores, antes de encerrar a reunião, para, primeiro, solicitar que na próxima, Senadora Lídice, o Senador Humberto traga um plano de trabalho, já que nós temos de ouvir, efetivamente, no início dos nossos trabalhos, o Ministro da Integração, inclusive S. Ex^a já demonstrou interesse. E, hoje, ao saber da possibilidade de instalação desta Comissão, o Ministro Fernando Bezerra já demonstrava total interesse em colaborar com as informações necessárias para o andamento dos nossos trabalhos.

Então, participo ao Sr. Relator que o Ministro da Integração tem todo o empenho de, tão logo seja convidado a comparecer à audiência pública desta Comissão, ele agendará com rapidez.

Temos, aqui, um requerimento do Senador Paulo Davim para firmar o nosso prazo.

Nos termos do art. 76, §1º, do Regimento Interno, requeremos a prorrogação até o dia 22 de dezembro de 2013 do prazo da Comissão destinada a acompanhar todos os fatos, atos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, conhecida como Transposição, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica, criada nos termos do Requerimento nº 514, de 2011.

É o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Continua facultada a palavra. *(Pausa.)*

Não havendo quem dela queira fazer uso, informo que, na próxima semana haveremos de dar conhecimento aos senhores da próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas de 32 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 41 minutos.)

Comissão Temporária, criada pelo RQS nº 514 de 2011, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevante, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como

o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião da Comissão, realizada em 21 de novembro de 2012, às nove horas e dezoito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB/PB)** e com a presença dos(as) Senadores(as): **Humberto Costa (PT/PE); Lídice da Mata (PSB/BA) e Paulo Davim (PV/RN)**. Na reunião foi dada a palavra ao Deputado Estadual da Paraíba, Francisco de Assis Quintans.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – São 9 horas e 18 minutos.

Já contando com a presença do Sr. Relator Senador Humberto Costa e havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecidas como transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se inicialmente à apresentação da proposta do plano de trabalho que está sendo desenhado pelo Sr. Relator Humberto Costa.

Com a palavra o eminente Relator para suas apreciações iniciais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Bem, inicialmente, bom dia a todos e a todas. É uma satisfação podermos iniciar hoje, formalmente, os trabalhos desta Comissão.

Fiquei de apresentar, na data de hoje, o plano de trabalho para o funcionamento da Comissão durante o prazo que está regimentalmente previsto. Em verdade, ainda não apresentarei, hoje, esse plano de trabalho, mas algumas considerações sobre o que eu considero relevante no trabalho que nós vamos realizar, sobre o que essencialmente deveria constar desse plano de trabalho.

Ao mesmo tempo, temos hoje a oportunidade de receber formalmente o relatório elaborado pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que, por

intermédio de um grupo de parlamentares, percorreu, acompanhou todo o trajeto do processo da transposição, inclusive descrevendo de forma detalhada a situação existente em cada um desses trechos.

Eu levantei quatro questões relevantes para o trabalho desta Comissão Temporária Externa.

O primeiro deles, que em verdade nós consideramos como algo que está superado, é o que diz respeito ao mérito da transposição.

Parece-me que, passado aquele primeiro momento em que foram esclarecidas todas as dúvidas que envolviam principalmente entidades ligadas ao movimento ambientalista, os Governos dos Estados que serão doadores e os movimentos sociais preocupados com a revitalização do Rio São Francisco, eu entendo que essa é uma fase superada. Há um esclarecimento mais do que suficiente de que a transposição não trará qualquer tipo de prejuízo ao meio ambiente, não comprometerá o acesso à água daqueles Estados que serão doadores, mas, certamente ela será algo que é importante reafirmar ao longo desse processo, bem como as vantagens, os benefícios que poderemos trazer a todo aquele conjunto de Municípios que serão beneficiados pelo trabalho da transposição.

O segundo ponto, esse sim, deverá ser objeto de um trabalho mais detalhado, por parte desta Comissão, e é o ponto que, eu diria, é o mais importante, hoje, que é exatamente o do cronograma das obras.

A nossa ideia seria ouvir o Governo, por intermédio dos ministérios que estão diretamente envolvidos nesse processo: o Ministério do Planejamento, por se tratar do espaço onde a coordenação do programa, do projeto, está instalada, por intermédio da coordenação do PAC, já que esse é um dos projetos prioritários do Plano de Aceleração do Crescimento; o Ministério da Integração Nacional, que é o grande executor dessa obra; a Casa Civil, que tem todo esse trabalho de coordenação; o Ministério da Defesa, que, por intermédio do Exército, vem desenvolvendo as obras que estão em estágio mais adiantado no processo da transposição; e, eventualmente, a oitiva do Ministério do Meio Ambiente.

É nossa intenção, também, auscultar os órgãos de controle que, em várias situações, detectaram os atrasos no cronograma, questionaram aspectos relativos a preços, processos de licitação, enfim, que terminam sendo um entrave para que a obra possa continuar. Só a título de exemplo, dos nove lotes em que está dividido o projeto, quatro deles, neste momento, estão, segundo informações, paralisados, por conta de problemas relativos à licitação, a aditivos. Então, seria importante ouvir a CGU, o Tribunal de Contas da União e, principalmente, também, as empresas,

as empreiteiras, as suas avaliações, suas opiniões, os movimentos sociais, as instituições, as prefeituras, enfim, vários segmentos que, direta ou indiretamente, serão atingidos, beneficiados ou que estão envolvidos nessa questão, e as assembleias legislativas. A nossa ideia, inclusive, é não somente fazermos as audiências aqui no Senado, mas podermos fazer nos Estados, acompanhados também de visitas que nós poderíamos previamente definir, para que a Comissão possa se apropriar, de forma ampla, de todo o processo, para fazer um acompanhamento adequado.

A terceira questão que nós consideramos relevante é a questão regulatória, ou seja, nós todos temos a consciência da importância dessa obra, do fato de que garantir as condições para que a água possa chegar a essas regiões prioritárias, no Nordeste, tem que ser feito com recursos públicos, com toda a certeza, mas, ao mesmo tempo, nós precisamos não somente garantir a realização dessa obra, mas fazer com que haja um processo de regulação que nos dê garantias de que esse processo todo terá a sua autossustentabilidade. É preciso saber como será o financiamento do funcionamento desse sistema. Afinal de contas, nós teremos vários gastos.

É importante, também, lembrar que, a partir do momento em que a água se torna acessível, ela passa a ser um bem econômico. Como tal, ela vai gerar atividades econômicas, ela vai gerar crescimento, ela vai gerar riqueza. É preciso saber como haverá a contrapartida dos beneficiados em relação a isso, se será um sistema autossustentável, se será necessária a existência de subsídios. Enfim, esse é um tema, também, bastante relevante. Como nós vamos garantir que, por intermédio dessa regulação tenhamos a certeza da autossustentabilidade não somente do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista de garantia desse bem de forma ininterrupta? Nesse momento entendemos que seria importante que pudéssemos ouvir a Chesf, a Codevasf, a Agência Nacional de Águas, as companhias estaduais de abastecimento de água e de saneamento. Então seria essa a ideia.

A minha ideia é que, na próxima reunião que viermos a fazer, e espero um quorum mais elevado que hoje, possamos ter a proposta definitiva. Pretendo entregar antecipadamente para que possamos discutir tendo por referência esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência se sente muito confortável tendo a companhia de um Relator da competência de V. Ex^a, porque o trato de uma matéria com essa grandeza efetivamente teria que ter, no escopo do desenvolvimento do tema, o cuidado de V. Ex^a. Não é à toa que V. Ex^a, ontem, já me afirmava o desejo de fazer

essas considerações, mas podendo mergulhar sobre esse tema não de forma simplista, mas com um estudo, como traz hoje, detalhado, com um cronograma de atividades que não apenas de forma perfunctória ou emblemática para fins de cumprir um rito regimental do que foi aprovado em plenário, mas que sobremodo ofereça ao País a solução para a maior obra estruturante do Nordeste brasileiro, que é a transposição das águas do Rio São Francisco.

Eu me sinto muito bem quando vejo que V. Ex^a, já nas considerações que traz ao projeto, ao plano de trabalho, nos faz acreditar que, na próxima reunião, vamos ter, efetivamente, todo o detalhamento para que, num prazo mínimo necessário, possamos colocar em prática tanto as audiências públicas aqui nesta Comissão quanto as visitas que haveremos de fazer, ora nos Estados ora nos órgãos necessários, para o estudo necessário que pode, efetivamente, nos dar a avaliação que queremos para o seu relatório final.

Pois bem, Senador, fica definida, na próxima quarta-feira, neste mesmo auditório, nesta mesma sala, às 9h, a próxima reunião da Comissão, com apresentação definitiva e detalhada do seu plano de trabalho. Que a secretaria informe aos membros da Comissão, que são cinco, mais os membros suplentes. V. Ex^a se compromete, antes de quarta-feira, mandar o plano de trabalho por meio eletrônico para os Srs. Senadores.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quero só fazer uma ponderação a V. Ex^a no sentido de que naturalmente, na próxima reunião, que será basicamente para a apresentação desse plano de trabalho, não vamos ter a necessidade de nos alongarmos muito, mas talvez seja interessante uma consulta aos integrantes da Comissão sobre qual o melhor dia, melhor data para a ocorrência dessas reuniões, na medida em que na quarta-feira temos várias atividades.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fica marcada a próxima para quarta-feira quando haveremos de fazer essa consulta. Como a quarta-feira é a do plano de trabalho, fica mais fácil, porque o tempo será curto, pois não vamos gastar muito tempo na discussão do plano de trabalho, até porque V. Ex^a já traz um plano de trabalho próximo daquele que queremos.

Esta Comissão tem a honra de receber, e V. Ex^a já adiantou, um dos mais renomados estudiosos do Nordeste brasileiro na área de conhecimento hídrico. Eu, com toda a minha suspeição, por conta de um histórico parlamentar que tenho com esse convidado, o Deputado Estadual Francisco de Assis Quintans, já que eu tive a honra e o prazer de com ele militar durante 8 anos na condição de deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, posso,

sem dúvida alguma, avaliar o conhecimento de um professor que dedica toda a sua vida ao estudo das questões hídricas do meu Estado e da minha região do Nordeste brasileiro.

Pois bem, a Assembleia Legislativa da Paraíba, representando o sentimento, a angústia, o sofrimento dos nordestinos que vivem e padecem a questão da seca, e muito mais agora, quando estamos há dois anos com escassez desses recursos, cada vez menores no nosso Estado, fez uma excursão oficial, percorrendo mais de mil e novecentos quilômetros desse projeto, e pôde relatá-la, através de um esforço do seu Presidente, Deputado Ricardo Marcelo, e de todos os senhores deputados que acompanharam o coordenador desse estudo, o Sr. Deputado Assis Quintans. E hoje, como uma feliz coincidência, quando estamos abrindo uma comissão externa para tratar da matéria, estamos recebendo esse estudo, oficialmente, por parte do Sr. Relator, o Deputado Estadual Francisco de Assis Quintans.

E é com muita honra que abrimos esta primeira reunião oficial oferecendo a palavra ao Deputado Assis Quintans, para apresentar o seu estudo, oferecer as suas considerações e encaminhar oficialmente o seu relatório ao nosso Relator, Senador Humberto Costa.

Com a palavra, como convidado desta comissão, abrindo oficialmente os nossos trabalhos, o Deputado Estadual Francisco de Assis Quintans.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS – Sr. Presidente Vital Filho, Senador da República, eu quero externar inicialmente, Senador Humberto, a minha alegria de estar aqui representando os 36 integrantes da Casa de Epitácio Pessoa. Somos gratos.

Agora, preciso informar ao povo brasileiro que minha vida, Vitalzinho, permita chamá-lo assim, é como uma senóide, tem hora que tem alta e tem hora que tem baixa. Isso significa dizer que quando eu visito as obras do São Francisco, eu fico com o pensamento em baixa; mas quando eu venho a Brasília, ao Senado, existe uma reanimação e meu pensamento passa a ser positivo e eu imagino, Senador Humberto Costa, que as coisas ainda têm jeito.

Assim, inicialmente, eu sugiro a V. Ex^{as} que requisitem um helicóptero para fazer um voo rápido entre Itaparica e Monteiro, e Cabrobó e São José de Piranhas. Só assim V. Ex^{as} irão ter noção das obras que estão paralisadas, obras que estão abandonadas e das poucas que estão em execução.

No dia 20 de junho fui presenciar a entrega da barragem Mucutu pelo Exército ao Ministério da Integração. O que nós presenciamos em todo o percurso, grande parte, são oliveiras, que são uma vegetação, tomando conta da obra. A oliveira é uma planta xeró-

fila, que se adapta muito bem às áreas degradadas. Assim, há um sentimento de abandono.

Para V. Ex^{as} terem noção, no trecho entre Itapara e Monteiro, nós só temos máquinas hoje funcionando em dois lotes: no lote do Exército, ao qual fui convidado para ser testemunha da entrega simbólica pelo Exército brasileiro ao Ministério da Integração – a barragem de Areias e o canal de aproximação, que são obras belíssimas –, e mais outro lote. O restante encontra-se todo abandonado e paralisado. Mas eu tenho fé de que essa obra será implantada pela participação dos senhores, pois a sociedade está clamando, Senador Humberto.

A razão de Quintans estar aqui representando os 36 Deputados é simples. É um número, um número, Vitalzinho. De Patos até o litoral de João Pessoa nós só temos disponível 560m³/habitante/ano; 560m³/habitante/ano! A organização mundial exige que nós tenhamos disponível 1.500m³/habitante/ano. Isso dá uma demonstração de que nós somos extremamente deficitários e não temos de onde retirar essa água na Paraíba, e esse privilégio, Senador Humberto... Isso não significa que é só na Paraíba, não. O agreste de V. Ex^a, o Moxotó de V. Ex^a é extremamente mais deficitário hidricamente do que nós.

Presenciei, em Santa Cruz, o Governador de Pernambuco informando que ia ocorrer uma distribuição espacial das águas em Pernambuco para atender a 69 Municípios, mas, para que essa água chegue ao agreste, chegue ao Siridó, é preciso a barragem Moxotó, que até hoje não foi licitada. Nós temos que licitar essa obra.

Para o túnel de Monteiro, com 6,9km de extensão, na Serra de Jabitacá, Senador Vitalzinho, a empresa mais moderna do mundo, com equipamentos de alta tecnologia, poderá fazer, no máximo, 200m de escavação/mês. Assim, significa dizer que nós temos mais de três anos para executar essa obra, uma obra que ainda não foi licitada. Depois da licitação, temos a assinatura de um contrato, a emissão de uma ordem de serviço e a execução. Além disso, Senador Vital Filho, da saída do túnel de Monteiro em direção ao Riacho Mulungu, nós não temos um projeto executivo. Assim, não podemos implantar informações na imprensa nacional de que existe perspectiva de nós concluirmos essa obra até 2015. Eu, Quintans, os 36 Deputados e o povo da Paraíba clamamos que essa obra seja concluída em 2014, mas, permita-me, Senadores da República, eu ainda tenho uma noção de engenharia e vejo isso com muita dificuldade.

Assim, Senador, eu faço um apelo a V. Ex^{as} que visitem *in loco* e identifiquem essas informações transmitidas no relatório, que foi montado entre o dia 4 e o dia 7 de setembro. Hoje elas precisam ser atualizadas porque dois lotes foram abandonados. Dois lotes! Eles estão aí funcionando entre o dia 4 e o dia 7. Há dois lotes que estão paralisados.

Assim, além dessa preocupação, a Assembleia e o povo da Paraíba estão à disposição dos senhores para contribuímos dentro das nossas possibilidades.

Finalizo dizendo que tem de ter um olhar diferente sobre as coisas do Nordeste. Atente, Senador Humberto Costa, a coisa é um pouco diferente de seca. Nós temos de ter um olhar diferente. Nós temos de buscar estratégias de enfrentamento das adversidades climáticas que estão reduzindo a oferta hídrica para beber e a aumentando a desertificação. Temos um estudo recente do século XVI até o século XIX. A cada cem anos, nós encontramos, no máximo, 20 anos de seca, mas, no século XX, apareceram 27 secas. Isso significa, Senador Humberto, que o planeta está dizendo: não estou suportando mais a danificação, os danos provocados pelo homem.

Assim, aproveito esta oportunidade para fazer um apelo aos Srs. Senadores: pelo amor de Deus, vamos fazer uma discussão mais profunda com relação a este assunto, em Campina Grande, mas não levando Quintans, não, mas levando o Ministério da Ciência e Tecnologia; levando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Carlos Nobre; levando Molion; a Embrapa; o Insa; as universidades, que são privilegiadas, que recentemente tiveram uma conquista fantástica – a Presidenta Dilma concedeu reflexos na folha, duas vezes, Senador Humberto Costa, o pacto que está sendo investido em todo este País. A universidade precisa dizer a que veio, a fim de se envolver com os problemas nossos, do Nordeste. Hoje, o problema não é só seca, o problema é mais grave.

Eu espero que esse Senado faça uma reflexão desses números que estou trazendo aqui, a fim de que a geração futura possa agradecer a V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Estadual Francisco de Assis Quintans, pela exposição.

Registro, para nossa honra, as presenças do ex-Deputado Federal, nosso colega, e hoje Vice-Governador do Estado da Paraíba, Deputado e Vice-Governador Rômulo Gouveia, e da Deputada Federal Nilda Gondim, que vieram prestigiar a entrega do trabalho da Assembleia Legislativa do nosso Estado nesta Co-

missão. A Assembleia Legislativa também haverá de encaminhar à Presidente Dilma Rousseff um trabalho sobre o mesmo fim, mostrando a gravidade do problema da desertificação na Região Nordeste setentrional.

Com a palavra, para suas considerações, o Sr. Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE)

– Sem dúvida, Deputado Quintans, nós vamos levar em consideração o relatório pormenorizado. Eu tive oportunidade de folhear aqui esse trabalho pormenorizado da situação das obras da transposição do Rio São Francisco.

Ao mesmo tempo, vou incorporar as sugestões de V. Ex^a no sentido de ampliarmos esse debate também para a questão climático-ambiental, para o tema da desertificação. Vamos acatar também a sugestão de V. Ex^a de trazermos outras autoridades para esta Comissão, de trazermos a presença do Ministério da Ciência e Tecnologia e das demais instituições a que V. Ex^a se referiu.

Gostaríamos de contar de antemão com a colaboração da Assembleia Legislativa da Paraíba para esse trabalho que vamos fazer. Seria interessante nós podermos, nesse cronograma que vamos elaborar no plano de trabalho, incluir uma visita à Paraíba, uma sessão na Assembleia Legislativa, uma audiência com o Governador do Estado e, se possível, uma visita acompanhada de representantes desta Comissão para estarmos juntos na fiscalização da realização das obras.

Então, agradeço essa contribuição que nos traz hoje a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quero registrar, por fim, a presença, sempre muito solidária e partícipe do Deputado Federal Léo Gadelha, representando o bravo sertão paraibano.

Nada mais havendo a tratar, fica convocada a próxima reunião para a próxima quarta-feira, às 9 horas, com a apresentação do plano de trabalho, com a discussão e votação do plano de trabalho da Comissão Externa de Avaliação e Fiscalização das Obras de Transposição do Rio São Francisco.

Tenham todos um bom-dia! Fiquem com Deus! Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.)

Edição de hoje: 146 páginas

(OS: 16009/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

